LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

A SOCIEDADE ESTATAL
e a tecnoburocracia

1ª edição 1981
2ª edição



centenário de monteiro lobato

Copyright © Luiz Carlos Bresser Pereira

Capa:
Que Máscara!
(Jogo de Enzo Mari – Animali)

Revisão:

Nelson Nicolai

Índice Remissivo:

Anastácia Hayne



editora brasiliense s.a.
01223 — r. general jardim, 160
são paulo — brasil

ÍNDICE

Introdução

Fatos Novos, Novas Relações de Produção 9

Primeira Parte

A Emergência da Tecnoburocracia 17

Capítulo I — As Etapas da História: Uma Crítica 18
Capítulo II — Técnica — o Novo Fator Estratégico de Produção 33
Capítulo III — Revoluções Comunistas 50
Capítulo IV — Revoluções Militares 57
Capítulo V — Tecnoburocracia e Capitalismo 67
Capítulo VI — Técnicos e Tecnoburocracia .. 82
Capítulo VII — A Ideologia Tecnoburocrática . 93
Capítulo VIII — Da Tecnoburocracia à Revolução 104

Segunda Parte

Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção 123

Capítulo IX — Surge um Novo Modo de Produção 124
Capítulo X — Relações de Produção: A Propriedade Organizacional 131
Capítulo XI — Salários e Ordenados 141

Capítulo XII — Capitalismo de Estado? 151
Capítulo XIII — Burocracia e Modo Asiático de Produção 158
Capítulo XIV — Conclusão Política 162

Terceira Parte

Debate sobre a Tecnoburocracia 165

Capítulo XV — Além do Capitalismo? (Giannotti) 166
Capítulo XVI — A Partir da Crítica 171
Capítulo XVII — O Capitalismo e os Limites da burocracia (Lima e Belluzzo) 179
Capítulo XVIII — Lições do Aprendiz de Feiticeiro ou Tecnoburocracia e Empresa Monopolista 197
Capítulo XIX — Economia e Administração: Mercado e Poder 228

Quarta Parte

China e União Soviética, Estatismo e Socialismo .. 237

Capítulo XX — O Fim da Revolução Cultural . 238
Capítulo XXI — Democracia e Gestão Econômica 244
Capítulo XXII — Trabalho Intelectual e Manual 250
Capítulo XXIII — Modelos de Industrialização e Socialismo 255
Capítulo XXIV — A União Soviética e as Classes 261
Capítulo XXV — O Autoritarismo Monolítico ... 266
Capítulo XXVI — Semelhanças e Perspectivas ... 269

Conclusão

Capitalismo de Estado, Estatismo e Socialismo Autogestionário 273

Índice Remissivo 296

INTRODUÇÃO

Fatos Novos, Novas Relações de Produção

O SÉCULO XX vem sendo marcado pela emergência de uma nova classe social, a tecnoburocracia, e de um novo modo de produção, o estatismo. Este novo modo de produção tornou-se dominante em sociedades como a soviética e a chinesa. Nessas sociedades as bases clássicas do capitalismo foram eliminadas — capital, burguesia, apropriação privada do excedente via mais valia, generalização da mercadoria — mas não se definiu um modo de produção socialista, efetivamente equalitário e democrático. De fato, nessas formações sociais a sociedade tornou-se estatal. A clássica distinção burguesa entre sociedade Civil e Estado diluiu-se senão desapareceu. A organização burocrática estatal passou a permear toda a sociedade, confundiu-se com ela.

Nos regimes capitalistas, entretanto, um processo semelhante, embora parcial, também vem ocorrendo. O capitalismo clássico, competitivo, foi substituído pelo capitalismo de estado ou capitalismo tecnoburocrático. O capitalismo continua o modo de produção, dominante mas o modo estatal ou tecnoburocrático de produção já se faz presente seja no grande Estado Regulador e Produtor, seja nas grandes empresas monopolistas cada vez mais burocráticas. Nessas formações a sociedade não se tornou estatal mas aproximou-se disso.

O advento das sociedades tecnoburocráticas é ao mesmo tempo um avanço e um retrocesso em relação às sociedades capitalistas. É um avanço porque reflete um estágio mais elevado das forças produtivas e um eventual caminho para o socialismo. É um retrocesso porque vem sendo realizado quase às custas da redução e não do aperfeiçoamento das liberdades democráticas. Não há razão, entretanto, para acreditar que a tecnoburocracia e o estatismo sejam intrinsecamente autoritários. Seu autoritarismo geralmente relacionou-se com uma forte pressão por maiores taxas de crescimento econômico, exigindo taxas mais elevadas de acumulação de meios de produção. Isto ocorreu nos países estatais, em que a tecnoburocracia estabeleceu uma aliança com os trabalhadores e eliminou a burguesia. Mas isto também ocorreu nos países capitalistas retardatários, onde a tecnoburocracia aliou-se à burguesia dominante para estabelecer regimes autoritários. Tanto em tipo de formação social como no outro, entretanto, o autoritarismo poderá ser reduzido na medida em que, de um lado, seja possível paralizar o esforço para aumentar a taxa de acumulação de meios de produção, e de outro que as lutas dos trabalhadores em defesa da democracia ganhe força. Nos países capitalistas avançados, em que a taxa de acumulação atingiu um nível satisfatório, a democracia tem feito avanços. O mesmo poderá ocorrer nos países capitalistas subdesenvolvidos industrializados e nos países estatais. Os acontecimentos recentes em países como o Brasil e a Polônia, ou a tentativa de abertura na Tchecoslováquia no final dos anos sessenta, são uma indicação nesse sentido.

O certo, entretanto, é que nesses países capitalistas ou estatais, subdesenvolvidos ou desenvolvidos formaram-se sociedades tecnoburocráticas ou quase tecnoburocráticas. Em todos, em função do imperativo do desenvolvimento, das vantagens coordenação estatal de grandes unidades produtivas, e da possibilidade de realizar poupança forçada, o estado assume funções decisivas na sociedade, e a tecnoburocracia, que também poderíamos chamar de burocracia ou de classe média empregada (inteiramente distinta, em termos de insersão nas relações de produção, da outra parte da camada ou estrato médio representada pela classe média proprietária, ou seja, pela pequena e média burguesia), transformou-se na nova classe, no novo e fundamental ator histórico do nosso tempo, já dominante nos países estatistas e participando da dominação dos países capitalistas de estado.

Neste livro deveremos, portanto, tentar entender esse novo fenômeno histórico que é a tecnoburocracia. De mero estamento, a serviço da classe dominante, escravista, feudal ou capitalistas, a burocracia vai se transfor-

mando em classe social na medida em que, ao mesmo tempo, ganha massa crítica, seu aumento quantitativo implicando um salto qualitativo, e que novas relações de produção se definem e tendem a se tornar dominantes no plano da história. Esta nova classe exerce em diversos níveis funções técnicas e administrativas de planejamento e coordenação nas grandes organizações burocráticas, públicas ou privadas, que caracterizam os sistemas econômicos contemporâneos.

Quando a organização burocrática se torna absolutamente dominante, eliminando o capital, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção, temos, ao invés do socialismo o modo estatal ou tecnoburocrático de produção ou simplesmente o estatismo, em que a classe dominante é a tecnoburocracia e a classe dominada, os trabalhadores operativos. Observe-se que uso como sinônimas as expressões modo estatal e modo tecnoburocrático de produção, embora "estatal" e "tecnoburocrático" obviamente não sejam expressões equivalentes. A tecnoburocracia é uma classe sediada tanto no aparelho do estado, quanto nas empresas privadas capitalistas que ainda existam. Emprego a expressão "estatal" para salientar, no novo modo de produção, em sua forma pura, o caráter estatal da nova relação e produção: a organização. De fato, a organização é a propriedade coletivamente assumida pela tecnoburocracia do Estado. Este, por sua vez, neste novo modo de produção, é a organização burocrática inclusiva que detem o controle de todos os meios de produção. Por outro lado, utilizo a expressão "tecnoburocrática" para me referir à nova classe dominante nas sociedades estatais ou tecnoburocráticas.

Neste novo modo de produção definem-se, portanto, novas relações de produção. Em substituição ao capital, que é a relação de produção específica do capitalismo, surge a organização, ou seja, a propriedade coletiva da organização burocrática pelos tecnoburocratas. A organização burocrática, por sua vez, é a proprietária dos meios de produção. Em substituição aos capitalistas temos a tecnoburocracia como a nova classe dominante. O mercado é substituído pelo plano. A apropriação do excedente não se realiza mais através do mecanismo da mais-valia, ou seja, através da troca de equivalentes no mercado, mas através do "lucro" estatal e dos altos ordenados. A União Soviética é uma formação social em que este modo de produção alcançou sua plenitude, frustrando as esperanças na sociedade sem classes, democráticas e autogestionária do socialismo. De um modo geral, todas as sociedades geralmente denominadas "socialistas" ou de "economia planificada", independentemente de

serem desenvolvidas ou subdesenvolvidas, são na realidade formações sociais dominantemente estatais, embora possam ter resquícios do capitalismo e traços do socialismo futuro.

Por outro lado, as sociedades geralmente denominadas capitalistas, como os Estados Unidos ou o Brasil, a França ou a Índia, são de fato formações sociais dominantemente capitalistas, mas crescentemente tecnoburocráticas. Nos países desenvolvidos os traços do estatismo se manifestam principalmente através do crescente controle pela tecnoburocracia das grandes empresas, que vão assumindo caráter multinacional. Nos países definidos pelo subdesenvolvimento industrializado, é o grande Estado produtor e regulador que marca decisivamente a emergência da tecnoburocracia. Nos dois casos, porém, a tecnoburocracia, ao mesmo tempo em que define e defende seus próprios interesses, nos quadros de uma ideologia tecnoburocrática eficientista, assume o papel de assessora da burguesia dominante. Estabelece-se, assim, entre a burguesia, que detém o capital, e a tecnoburocracia que se vai assenhorando da organização, uma relação de cooperação e conflito. A burguesia detém, ainda que às vezes mais jurídica do que efetivamente, a propriedade de um fator ainda estratégico de produção, os meios materiais de produção, mas a tecnoburocracia detém o novo fator estratégico de produção, o conhecimento técnico e organizacional. A burguesia é ainda proprietária do capital, mas a tecnoburocracia controla cada vez mais a organização.

Durante séculos a burguesia e a aristocracia feudal cooperaram e entraram em conflito, até a vitória final da burguesia. O mesmo ocorre hoje entre a burguesia e a tecnoburocracia. A burguesia, dado o desenvolvimento das forças produtivas e a decorrente necessidade de coordenar a produção através de grandes organizações empresariais reguladas pelo Estado, estimula o crescimento da tecnoburocracia estatal e privada como condição da sua própria sobrevivência. É por isso que é correto afirmar que, nestas formações sociais, o processo de estatização, ou seja, o aumento da capacidade produtiva e regulatória do Estado, ocorre para atender as necessidades da acumulação privada. Da mesma forma, ao nível das próprias empresas, o poder tecnoburocrático aumenta, os administradores ganham crescente autonomia, para garantir a expansão da empresa e a apropriação de mais-valia por capitalistas que se vão transformando em rentistas. Mas, nesse processo, a burguesia reproduz a experiência do aprendiz de feiticeiro e reafirma o processo dialético da história. É obrigado a criar as

condições de sua própria destruição. Do capital nasce a organização que tende a substituí-lo na qualidade de relação de produção dominante.

Não se imagine, entretanto, que a dominação tecnoburocrática é inevitável. O desenvolvimento das forças produtivas, traduzido na definição do conhecimento técnico e organizacional como novo fator estratégico de produção, aponta nessa direção, mas considerá-la necessária seria cair no determinismo economicista. O homem, através da luta de classes, é cada vez mais senhor da própria história. O estatismo é um modo de produção mais avançado, tecnologicamente mais distante da comunidade primitiva, do que o capitalismo. Mas não é uma etapa necessária da história, como o próprio capitalismo não o foi para alguns países asiáticos e africanos, que passam quase diretamente de formações pré-capitalistas para o capitalismo ou o estatismo. É possível, portanto, imaginar muitas formas de transição para o socialismo autogestionário e democrático, em que a tecnoburocracia terá sempre um papel, mas não necessariamente o dominante.

A tecnoburocracia é uma classe que se esconde de si própria e das demais classes por diversas razões perfeitamente compreensíveis. Prefere denominar-se "classe média", "nova classe média", "camadas médias assalariadas" ou, então, ser identificada com os próprios trabalhadores manuais ou operativos engajados diretamente na produção. Nos países em que predomina o modo de produção estatal, recusa sua condição de classe, pretendendo identificar-se com os trabalhadores. Nos países dominantemente capitalistas, além de associar-se à burguesia, procura passar despercebida, para não ser alvo dos ataques dessa mesma burguesia amedrontada com o crescimento das grandes organizações e, particularmente, do grande Estado produtor e regulador moderno.

Por outro lado, embora os intelectuais de esquerda possam ter origem burguesa e mesmo proletária, são cada vez mais originários e membros da tecnoburocracia estatal ou, eventualmente, privada. Estes intelectuais tendem a negar seu caráter de classe não apenas porque não se apercebem dos fatos históricos novos que determinaram a formação da nova classe, mas também porque assim podem conservar a crença na transição direta do capitalismo para o socialismo (e, portanto, a crença na passagem da dominação burguesa para a proletária), sem que haja a eventualidade de uma dominação estatal intermediária. Esta crença é especialmente conveniente para a esquerda autoritária, que assim justifica seu projeto de tomada ditatorial do poder, que seria realizada pelo proletariado e não pela tecnoburocracia. Mas ela existe também ao nível da esquerda democrática, na

medida em que esta se vê diante do permanente conflito entre duas recusas: a recusa ao reformismo, que realmente se pode transformar em mero instrumento para a burguesia perpetuar-se no poder, e a recusa ao autoritarismo revolucionário. Nesse quadro já complexo, o surgimento de uma nova classe, da qual a esquerda democrática faz parte, dificulta extraordinariamente o raciocínio político. De um lado essa classe seria um obstáculo ao socialismo, na medida em que frustra as esperanças em uma transição rápida para esse modo de produção. De outro lado pode ser um caminho nessa direção, na medida em que o modo de produção estatal corresponde a uma etapa mais avançada, ainda que não necessária, do desenvolvimento das forças produtivas.

A esquerda democrática tende também a negar seu próprio caráter de classe enquanto fração da tecnoburocracia, na medida em que está sob influência da ideologia burguesa. Esta afirma categoricamente que a tecnoburocracia é necessária e intrinsecamente autoritária porque estatal. Os intelectuais de esquerda são atingidos pela ideologia burguesa hegemônica e, não querendo identificar-se com uma classe que teria essas características, acabam por negar a própria existência dessa classe.

Na verdade, não é possível pensar nas classes sociais em termos de vilões e heróis. Por isso, é inútil pensar na tecnoburocracia como o novo vilão da história, como uma classe necessariamente autoritária que frustrou as esperanças no socialismo. Isto é ser vítima da ideologia burguesa. É certo que não temos ainda a experiência histórica de sociedades que sejam dominantemente estatais e razoavelmente democráticas, mas é muito cedo para deduzir daí que o estatismo seja incompatível com a democracia. Ele é tão incompatível com a verdadeira democracia quanto o capitalismo, na medida em que só em uma sociedade sem classes e sem Estado, socialista e auto-gestionária, poder-se-á pensar em democracia plena.

Neste livro reúno meus principais trabalhos sobre a tecnoburocracia e o modo estatal de produção escritos até agora. A primeira parte reproduz o ensaio "A Emergência da Tecnoburocracia", publicado originalmente em *Tecnoburocracia e contestação* (Petrópolis, Editora Vozes, 1972). Este trabalho constituiu-se na minha primeira intuição mais completa da emergência de uma nova classe, mas não logrei então definir teoricamente as novas relações de produção que se estavam definindo na história. Meus conhecimentos não só do problema mas também do método histórico e dialético provavelmente não eram ainda suficientes para chegar a esses resultados.

A conceituação precisa de um novo modo de produção só me foi possível em 1976. Ela aparece na segunda parte deste livro, constituída das "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção", publicados em *Estudos CEBRAP*, n. 21, abr.-jun. 1977, e também como a primeira parte da primeira edição de *Estado e subdesenvolvimento industrializado* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1977).

Este segundo ensaio, ao contrário do primeiro, despertou debates que aparecem na terceira parte do livro, com a devida autorização de seus autores. A primeira crítica, de José Arthur Giannotti, e minha resposta, "A partir da crítica", saíram no mesmo número da revista que publicou o artigo original. Logo em seguida Luiz Antonio Oliveira Lima e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo publicaram em *Temas*, n. 3 (São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978), "Capitalismo e os limites da burocracia", levando-me a responder imediatamente com "Lições do aprendiz de feiticeiro ou Tecnoburocracia e empresa monopolista". Em face à recusa daquela revista de publicar a réplica, esta só foi publicada em *Estudos CEBRAP*, n. 27, 1980. A terceira parte termina com a conferência "Economia e administração: mercado e poder", publicada originalmente em *Revista de Administração de Empresas*, v. 19, n. 4, out.-dez. 1979. Certamente, os debates permitiram-me avançar e aprofundar meu pensamento sobre o tema.

A quarta parte é constituída de um artigo que escrevi durante minha viagem à China e à URSS, em julho e agosto de 1979: "China e URSS: estatismo e socialismo", publicado em *Cadernos de Opinião*, n. 15, dez. 1979/ago. 1980. É uma tentativa de aplicação dos conceitos teóricos desenvolvidos anteriormente para analisar aquelas duas formações estatais. As observações que fiz então levaram-me a confirmar basicamente a teoria sobre a classe tecnoburocrática e o modo estatal de produção, embora exigissem algumas qualificações que registrei nesse artigo e que espero poder tratar mais genericamente em trabalho futuro. Não há dúvida sobre a existência de traços de socialismo nessas duas formações sociais.

Estes ensaios, que não sofreram qualquer alteração em relação às publicações originais, evidentemente não esgotam minha preocupação com o assunto, que direta ou indiretamente venho estudando desde meus primeiros trabalhos acadêmicos. Espero continuar aprofundando teoricamente o fenômeno do estatismo e da tecnoburocracia, ao mesmo tempo que utilizo os conceitos teóricos desenvolvidos para analisar as formações sociais contemporâneas e particularmente a brasileira.

Estou convencido de que qualquer análise de caráter econômico, sociológico ou político das formações sociais atuais será cada vez mais difícil e insatisfatória sem a utlização dos conceitos teóricos aqui propostos. Estes conceitos partem de uma perspectiva marxista da história, mas não pretendem se ater a qualquer ortodoxia marxista. Esta ortodoxia, hoje já amplamente denunciada, é fruto de uma visão burocrática do processo de conhecimento, que contraria profundamente o pensamento dialético e histórico de Marx. Marx não previu a emergência da tecnoburocracia e do modo estatal de produção provavelmente porque a realidade histórica em que viveu ainda não permitia essa previsão. A análise histórica, entretanto, deve sempre partir de fatos novos, que modifiquem estruturalmente as relações de poder nas sociedades. É a descoberta dos fatos novos, ao nível das forças produtivas e da luta de classes, que nos permitem compreender a evolução das relações de produção e, portanto, da própria história. Tenho usado sistematicamente esse método em meus trabalhos. Os fatos novos ocorridos neste século determinam o salto qualitativo representado pela emergência de uma nova classe e de um novo modo de produção. São esses fatos e suas conseqüências no plano da história que tento analisar neste livro, formulando as bases teóricas para a definição de uma nova relação de produção — a organização —, de uma nova classe — a tecnoburocracia — e de um novo modo de produção — o estatismo.

Os trabalhos aqui publicados foram fruto de muita discussão e muito debate. Os agradecimentos aos participantes destes debates constam das edições originais, de forma que me furto de repetir seus nomes aqui. Quero apenas registrar meu agradecimento aos meus três debatedores formais, cujos trabalhos enriqueceram este volume. Todo conhecimento novo é crítico e só tem plenas condições de se desenvolver a partir da crítica.

São Paulo, setembro de 1980.

CAPÍTULO I

As Etapas da História: uma Crítica

O HOMEM, NESTE SÉCULO, multiplicou muitas vezes seu conhecimento e seu poder sobre a natureza e sobre os sistemas sociais, e, ao mesmo tempo, multiplicou igualmente seu grau de incerteza e dúvida a respeito de seus valores e crenças fundamentais. Por um lado, elevou a alturas nunca antes atingidas o racionalismo e o humanismo. Por outro, envolveu-se nas guerras mais sanguinárias e irracionais, e utilizou meios de extermínio em massa, desde a guerra bacteriológica até a guerra química, guerra nuclear e a câmara de gás. Desenvolveu uma concepção democrática do mundo, baseado na liberdade, no respeito aos direitos individuais básicos e na representatividade política, mas estabeleceu regimes abertamente ditatoriais e totalitários em quase todos os países do mundo. Lutou por um socialismo democrático e aberto, que seria marcado pela igualdade de oportunidade e pela plena realização das potencialidades humanas, e em seu lugar estabeleceu regimes burocratizados e fechados. Alcançou índices de desenvolvimento econômico e técnico jamais imaginados, e não obstante mantém dois terços da população do mundo em estado de miséria. Pregou a cooperação e a igualdade entre as nações, criou a Liga das Nações e a ONU, mas continuou a pautar as relações internacionais pelos conflitos entre superpotências, em nome de prestígio e poder nacional, e pelo imperialismo aberto ou disfarçado.

Neste mundo racional e irracional a um só tempo as teses mais desencontradas encontram guarida. O racionalismo do mundo ocidental, iniciado pelos gregos, marcado pelo cristianismo e por sua perspectiva tomista; reavivado e ganhando impulso com a Renascença e a emergência da burguesia e do capitalismo comercial; vitorioso com o iluminismo, o liberalismo e a Revolução Industrial; confirmado tanto pelas teses socialistas quanto pelo cientificismo do século XIX; retratado no capitalismo corporativo ocidental e no capitalismo de Estado rotulado de socialismo do mundo soviético; definido pelo domínio crescente, tanto em um como em outro sistema, de uma tecnocracia ou tecnoburocracia totalitária e abrangente; pautado pelo princípio da eficiência, mas mergulhado no desperdício e no consumismo — esse racionalismo sem razão levou o mundo a uma crise e a um estado de revolução.

Neste livro vamos discutir alguns aspectos dessa crise e dessa revolução. Nesta primeira parte, além de uma colocação geral do problema, examinaremos em particular a emergência da tecnocracia, que também chamaremos, indiferentemente, de tecnoburocracia, e faremos uma rápida incursão pela contracultura, que pretende negar a denominação tecnocrática.

Utilizaremos, em todo o transcorrer deste livro, o método histórico e dialético. O processo social é eminentemente dinâmico. O mundo em que vivemos hoje é resultado do que aconteceu anteriormente. A história muda na medida em que a tecnologia evolui, que os meios de produção e de comunicação ganham novas formas.

Os meios de produção são essenciais na compreensão do processo histórico na medida em que permitem ao homem trabalhar mais produtivamente. Ora, o trabalho, a atividade econômica, é o centro de toda ação humana. É ele que permite ao homem atingir a maioria de seus objetivos, desde o bem-estar e a saúde, até o prestígio, o poder e a segurança. Nesses termos, o desenvolvimento tecnológico, ao aperfeiçoar o sistema econômico, tem um papel histórico fundamental. O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação tem também um papel decisivo na história, não só na medida em que também são eles meios de produção, mas porque proporcionam aos homens, diretamente, uma nova percepção do mundo

O desenvolvimento tecnológico dos meios de produção é um fato novo, que obriga o homem a reorganizar seu sistema de produção. Nova tecnologia implica nova organização de produção, novos sistemas de mando e subordinação. Em conseqüência todo o sistema social e político se

transforma. A organização social e as instituições se modificam. Surgem novos sistemas de dominação e surge a necessidade de novos valores e crenças, de novas ideologias que legitimem a posição dos novos detentores do poder.

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, desde a criação da linguagem e do alfabeto, até a dos meios eletrônicos de comunicação em massa — o cinema, o rádio e a televisão — e dos meios de comunicação para decisão — o computador — permite uma difusão sempre crescente do conhecimento e da informação. Esse fenômeno não só confirma a importância da tecnologia na definição do processo histórico, mas também possibilita uma modificação das potencialidades de controle social, seja ao nível da sociedade global, seja ao nível das organizações burocráticas, aumentando muito mais que proporcionalmente a relação de poder em favor dos grupos dominantes, que controlam os meios de comunicação.

O controle destes meios e dos meios de produção são interdependentes. Quem controla estes, controla aqueles. E o caráter básico da estrutura social será definido pelo tipo de fator de produção que for historicamente estratégico em face ao desenvolvimento tecnológico. O poder político e a natureza do sistema de dominação serão definidos em função do controle dos meios estratégicos de produção.

Esta tese relativa à função fator estratégico na definição da estrutura social e política foi recentemente definida por John K. Galbraith. [1] O caráter estratégico do fator de produção depende de sua escassez relativa, seja ela provocada ou natural. Conforme afirma Galbraith:

> Está claro agora o que concede poder a um fator de produção ou àqueles que o possuem ou controlam. O poder vai para o fator que é mais difícil de obter ou substituir. Em linguagem precisa, adere àquele que possui maior inelasticidade de oferta na margem. [2]

Esta é uma outra forma, não ortodoxa, de expressar a tese marxista de que o desenvolvimento tecnológico determina as relações de produção, ou seja, as relações de poder em uma sociedade. O fator é estratégico ou não, dependendo do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Quando o desenvolvimento tecnológico resulta em modificação na importância

[1] Galbraith, John K. *O Novo Estado industrial.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Cap. V. (Primeira edição norte-americana: 1967.)
[2] *Idem*, p. 65.

relativa dos fatores de produção, ocorre concomitante modificação nas relações de produção existentes na sociedade. Ora, na medida em que toda a sociedade é regida pelo princípio econômico da escassez, as relações de produção dominam e determinam as demais relações sociais, inclusive as relações de poder. A modificação no fator estratégico de produção implica, assim, mudança no sistema de poder da sociedade. A história entra em uma nova etapa. Novos são os senhores, novas as instituições, novas as ideologias.

Esta análise macrossocial é inclusive coerente com os princípios da psicologia social relativos à dinâmica de grupo e ao processo de liderança. A melhor definição de liderança que os autores que estudam essa matéria encontraram afirma que líder é aquele que dispõe dos meios para satisfazer as necessidades dos membros de seu grupo. Não é necessário que ele utilize esses meios sempre em benefício de seus seguidores. Muitas vezes ele os usará principalmente em benefício próprio. Os membros do grupo, porém, dependem do líder para satisfazer suas necessidades.

Transposto o problema para o plano macrossocial, a propriedade ou o controle do fator estratégico de produção concede poder a seus detentores, na medida em que os fatores de produção são o meio por excelência de satisfação das necessidades humanas.

Este problema ganha ainda mais força na medida em que as mesmas pessoas e grupos sociais tendem a controlar os meios de comunicação em massa. O controle da imprensa, do rádio e da televisão garante uma homogeneidade de valores e crenças, um conformismo com o sistema de poder vigente, que complementa o poder conferido pelo controle dos fatores de produção.

É claro que o desenvolvimento tecnológico dos fatores de produção e dos meios de comunicação não se limita a modificar as relações de poder existentes na sociedade. O processo histórico é um processo global e interdependente. Novos métodos de produção e novos meios de comunicação significam novos padrões de vida, novos hábitos de consumo, novas organizações sociais, novas concepções do mundo, novos valores e crenças, novas ideologias políticas, roupagem nova para as religiões, novos mitos, novas utopias. E toda essa superestrutura, fundamentalmente condicionada pela infra-estrutura tecnológica e pelas respectivas relações de poder existentes, sobre estas se reflete, ora legitimando-as, ora contradizendo-as, sempre influenciando-as.

O novo está sempre em contradição com o velho. A história tem um sentido e um contra-sentido. É um processo permanentemente contraditório e, portanto, dialético. O momento presente não é mais que o resultado das contradições que se processaram no passado e que continuam a ocorrer a cada instante. Analisar um fenômeno social fora do seu contexto histórico e dialético, imobilizar os fenômenos sociais no tempo, como o fazem legitimamente as ciências físico-matemáticas, constitui uma violência contra os fatos. Devemos não só reconhecer esse caráter histórico e dialético do processo social, mas utilizar um método histórico e dialético para estudá-lo.

A inspiração no materialismo histórico do que estamos propondo é evidente. Da mesma forma que Galbraith, porém, não pretendemos observar qualquer ortodoxia a respeito. Muito pelo contrário. Se, em relação ao método de análise, estamos próximos do pensamento marxista, na medida em que os problemas de métodos são relativamente independentes do momento histórico em que foram formulados, em relação à análise histórica e política realizada com ajuda daquele método veremos que a distância é muito grande. Não só mais de cem anos separam uma análise da outra, fazendo com que o objeto de estudo se tenha modificado profundamente, como muito diversas são as influências ideológicas e as condicionantes sociais a que estão submetidas as respectivas análises.

Na análise do processo histórico que a humanidade tem percorrido uma primeira necessidade que temos é de dividi-lo em etapas ou fases. O processo histórico não é linear, não se realiza através de um *continuum*. A visão vitoriana de um mundo harmônico e equilibrado, evoluindo sempre através de transformações graduais, sob a égide da lei natural e de uma racionalidade inerente a tudo o que nos cerca, não tem hoje qualquer sentido. A história jamais teve essa tranqüilidade. O mundo foi sempre marcado pelas guerras, pelas revoluções, por violentas contradições de interesses e por transformações tecnológicas cada vez mais rápidas e revolucionárias. Em certos momentos as contradições geradas pela mudança tecnológica, pela luta pelo poder, pelos interesses de classes e de grupos sócio-econômicos se agudizavam de tal forma que a história entrava em uma nova etapa.

Marx, dentro dessa perspectiva, afirmava que a história da humanidade podia ser dividida em seis grandes fases: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo. A passagem do comunismo primitivo, das sociedades tribais ou de clã para o escra-

vismo foi possível quando as técnicas de produção agrícola e pecuária permitiram a criação de um mínimo de excedente econômico, de forma que um trabalhador fosse capaz de produzir mais do que o necessário para sua sobrevivência. Nesse momento o escravo tornava-se um bem econômico. Era melhor escravizar do que matar os prisioneiros de guerra. O fator estratégico de produção era o trabalho humano. Quem dispusesse de armas ou terras para controlar o trabalho, mantendo escravos, constituir-se-ia na classe dominante.

Na medida, porém, em que as técnicas agrícolas se vão desenvolvendo, que as melhores terras vão sendo ocupadas e que a produção vai dependendo cada vez mais de um mínimo de motivação por parte dos trabalhadores, surge o feudalismo. Não só o fator estratégico de produção, escasso na margem, não é mais o trabalho e sim a terra, mas também o trabalho escravo deixa de ser economicamente interessante e é substituído pelo sistema de servidão. A posse da terra era, agora, a fonte por excelência de poder e de riqueza.

É a partir daí que Galbraith faz sua análise. O poder conferido aos proprietários de terra atravessa toda a Idade Média e se faz presente ainda por um longo período na Idade Moderna. Conforme diz Galbraith:

> No Novo Mundo, assim como no Velho, presumia-se que o poder pertencia, como um direito, aos homens que possuíam terras. A democracia, em seu significado moderno, começou com um sistema que dava o direito de voto àqueles que provaram seu valor pela aquisição de propriedades imobiliárias e a nenhum outro.[3]

Mas já no fim da Idade Média estavam surgindo uma nova classe e um novo sistema econômico que mudariam a face do mundo: respectivamente a burguesia e o capitalismo. O desenvolvimento tecnológico era, agora, incorporado de forma crescente em meios de produção criados pelo próprio homem. O processo de acumulação de capital começava a tornar-se decisivo. Inicialmente é o desenvolvimento da tecnologia dos transportes que vai permitir o desenvolvimento do capitalismo comercial. O novo sistema, porém, só se torna dominante na Europa Ocidental e nos Estados Unidos a partir do século XIX, com a Revolução Industrial.

Esta, iniciada na Inglaterra em meados do século anterior, e estendendo-se em seguida à França, aos Estados Unidos, à Bélgica e à Alemanha,

[3] *Op. cit.*, p. 61.

representa uma das evidências mais dramáticas de que a história não é um processo contínuo e gradativo de evolução. A Revolução Industrial revoluciona efetivamente toda a história do mundo. Com a introdução da produção mecanizada, a produtividade do trabalho se multiplica muitas vezes. Da mesma forma que o trabalho escravo fora substituído pelo trabalho servil, este é agora substituído pelo trabalho assalariado. O fator estratégico de produção deixa de ser a terra. O setor secundário da economia vai ganhando preeminência sobre o setor agrícola e extrativo em termos de repartição da renda nacional. Além disso, enquanto a produção primária está dividida entre um sem-número de proprietários de terra, a produção industrial está concentrada em um número relativamente pequeno de empresários capitalistas, que controlam as fábricas e os equipamentos industriais. O fator estratégico de produção não é mais a terra, passou para o capital. O poder político foi transferido da aristocracia latifundiária para a burguesia industrial. Estamos na fase do capitalismo. Este, no plano político, tende a adotar a fórmula da democracia burguesa, que garante ao mesmo tempo um razoável grau de liberdade aos indivíduos e de flexibilidade ao sistema político, e mantém o poder político firmemente nas mãos da classe capitalista.

Enquanto descrevia o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo, Marx estava fazendo história, e ainda que possamos criticar o excessivo grau de abstração em que sua análise era realizada, é indiscutível seu acerto básico. Na verdade trata-se de uma análise genial pela sua grande simplicidade e imensa capacidade explicativa. O único perigo que apresenta é o de levar analistas apressados a imaginar que se trata de um modelo universal e necessário, de forma que todos os países do mundo deverão passar necessariamente pelas mesmas etapas. Especialmente depois que o mundo passou por um processo de integração econômica, no século passado, como resultado, precisamente, da Revolução Industrial, a história dos países subdesenvolvidos passou a ser decisivamente influenciada pelos países desenvolvidos através da divisão internacional do trabalho e do imperialismo. Nesses termos os países subdesenvolvidos vêm passando por etapas diversas daquelas por que passaram os países hoje desenvolvidos.

Evitado esse erro grosseiro, todavia, a análise dividindo a história em etapas — comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo — é sem dúvida notável. Até aí, porém, Marx estava apenas analisando o passado. Quando, porém, define também como etapas históricas o socia-

lismo e o comunismo, já não estava mais fazendo análise da história passada e sim previsão do futuro. E suas previsões, embora parcialmente fiéis ao método empregado e dotadas de lógica interna, estavam também profundamente marcadas pela generosidade daqueles que se dedicam a construir utopias.

Na *Crítica ao Programa de Gotha,* Marx previu que a sociedade comunista, que sucederia ao capitalismo, seria, efetivamente, dividida em duas etapas. A primeira seria a socialista, ou simplesmente primeira fase do comunismo, como prefere Marx, iniciada com a tomada do poder pelo proletariado, a extinção da propriedade privada dos meios de produção e a instauração da ditadura do proletariado. O Estado e o Direito ainda subsistiram, na medida em que continuariam a existir interesses e valores burgueses a serem controlados. Os salários ainda seriam pagos de acordo com a produtividade do trabalho, não só porque não havia ainda abundância, como também porque permaneciam hábitos burgueses arraigados. Prevalece nesta fase a igualdade, definida pelo fato de que cada um recebe de acordo com o que produziu. Mas essa igualdade é injusta, segundo Marx, porque os homens não são iguais entre si: uns são mais fortes, uns mais capazes, outros menos, uns têm mais filhos do que outros e, desta forma, o resultado final da igualdade nos salários é a desigualdade.

Esta fase seria substituída, dentro de um prazo não definido, pelo comunismo, que seria marcado pela abundância, pela ausência de Estado, pela liberdade e plena realização das potencialidades humanas, pela remuneração de acordo com as necessidades de cada um. Nas palavras de Marx:

> Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiverem desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho, e com ela a oposição entre o trabalho intelectual e o manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida mas se tornar a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, tiverem crescido também as forças produtivas e estiverem então fluindo em toda a sua plenitude os mananciais da riqueza coletiva, somente então o estreito horizonte do Direito burguês poderá ser completamente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: "De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades.[4]

[4] Marx, Karl. "Crítica ao Programa de Gotha." In: T. B. Bottomore e Maximilien Rubel (orgs.). *Selected Writings in Sociology and Social Philosophy*. Harmondsworth, Penguin Books, 1970. p. 263.

Neste parágrafo está a síntese da utopia marxista. A distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, base fundamental das distinções de classe, agora desaparece. A outra base, a propriedade privada dos meios de produção, já havia desaparecido durante o socialismo. O desenvolvimento econômico teria sido de tal ordem que chegamos à época da abundância. O trabalho continua necessário, mas, mais do que uma necessidade social, ele é uma necessidade individual, é um meio por excelência de realização pessoal de cada um. O Estado e o Direito irão perdendo importância até desaparecer, substituídos pelo autocontrole de cada um. O homem, cuja natureza é essencialmente boa (Marx, a esse respeito, está claramente na linha de Rousseau de que o homem é essencialmente bom, conflitando assim com o conceito oposto, imortalizado por Hobbes na frase: *homo lupus homini*), estará realizando todas as suas potencialidades. Prevalecerá a verdadeira igualdade, definida pela divisão do produto social de acordo com as necessidades de cada um. O desaparecimento do Estado garantirá finalmente a liberdade. Liberdade e Estado são incompatíveis. A própria democracia é uma forma de governo em que a liberdade é limitada pela existência do Estado. Desaparecendo este, haverá liberdade. E o desaparecimento do Estado ocorrerá graças ao autocontrole exercido por cada um, possível pela abundância reinante, pelo desaparecimento das classes sociais e pelo desvencilhamento dos hábitos individualistas e egoístas das épocas anteriores.

Não é possível afirmar categoricamente que Marx errou quanto à sua previsão sobre o comunismo. É um sonho otimista e será sempre possível dizer que ainda não chegou o seu tempo. A história destes últimos cem anos sem dúvida não autoriza esse otimismo. A visão orwelliana, em 1984, ou de Huxley, em *Admirável mundo novo,* ou do mais recente *Colossus,* de O. F. Jones, com toda a sua carga de pessimismo, parecem bem próximos da realidade .

Entretanto, se resta sempre a possibilidade de afirmar que ainda não chegou o tempo do comunismo, o mesmo não se pode afirmar em relação ao socialismo. Para Marx o socialismo sucederia diretamente ao capitalismo. Foi esta perspectiva que levou à revolução bolchevique de 1917 e às demais revoluções comunistas deste século. E em nenhum dos países em que foi extinta a propriedade privada dos meios de produção instalou-se o socialismo previsto por Marx, ainda que os novos governantes pretendessem seguir suas idéias. A sociedade sem classes, a remuneração segundo os méritos de cada um, o domínio da classe operária, ou mesmo dos "solda-

dos, operários e camponeses", a tendência de uma liberdade cada vez maior — nada disto ocorreu. Muito pelo contrário, tomando-se como modelo a União Soviética, o que ocorreu foi a instalação de um sistema totalitário de governo, em que as liberdades mais elementares dos indivíduos são negadas, foi o estabelecimento de um sistema econômico quase tão baseado nos privilégios quanto o capitalista, foi o domínio político e econômico de uma tecnoburocracia, apoiada no Partido Comunista e na alta administração pública e das empresas estatais, a qual é um dramático e vivo testemunho de que o socialismo não é a etapa histórica imediatamente posterior ao capitalismo.

Ao invés de socialismo, o que vemos em todo mundo hoje, seja nos países que ainda mantêm a propriedade privada dos meios de produção, seja naqueles que já a aboliram, é o poder político e econômico ir-se concentrando em um novo grupo sócio-econômico — o grupo dos tecnoburocratas ou simplesmente tecnocratas — e assim ir surgindo um novo sistema político e econômico: a tecnocracia, ou tecnoburocracia, ou tecno-estrutura, ou tecnocratismo, termos para nós sinônimos, ainda que possam ter conotações algo diversas. Nesses termos, a etapa imediatamente posterior ao capitalismo é a tecnoburocracia. A história do mundo hoje é a da transição do capitalismo para a tecnoburocracia e não para o socialismo. Este, em termos muito diversos dos previstos por Marx, provavelmente ainda deverá ocorrer, mas no momento assistimos em todo o mundo à tomada do poder não pelos operários, mas por técnicos, burocratas e militares. Da mesma forma que em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX presenciávamos a ascensão ao poder da burguesia, vemos hoje, ainda que de formas muito diversas, de acordo com os diversos países do mundo, a emergência dos tecnoburocratas ao controle do sistema econômico e da organização política.

Marx falhou em sua previsão sobre o advento do socialismo porque não foi plenamente fiel ao seu próprio método de análise da história. Por outro lado, em seu método deu excessiva ênfase à luta de classes e não distinguiu a luta de classes, partindo de um grupo externo ao sistema econômico e social, da luta de classes internas ao sistema. A essência da metodologia marxista está no relacionamento dialético entre o desenvolvimento tecnológico e a organização da produção em termos de propriedade, ou, em outras palavras, entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e

as relações de produção. É também essencial a relação dialética entre a infra e a superestrutura social. A esse núcleo básico, porém, adiciona-se um elemento ao qual Marx, provavelmente por motivos políticos, deu excessiva importância: a luta de classes. E foi principalmente baseado neste último aspecto que Marx previu o advento do socialismo.

Marx certamente deve ter sido influenciado pelas lutas operárias que, em meados do século passado, ganhavam particular importância, não só devido à exploração a que estava submetida a classe operária, mas também devido ao fato de que só nessa época os operários começavam a se organizar sindicalmente. Na verdade, porém, a luta de classes, embora deva ser considerada um componente importante da história, está longe de ser seu principal motor. Este papel deve ser reservado ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, ao desenvolvimento tecnológico.

Além disso, Marx não levou em conta que, historicamente, jamais a classe dominada transformou-se na classe dominante no sistema econômico subseqüente. Em outras palavras, a luta de classes "interna" ao sistema não chega a ser revolucionária. Os escravos não se tornaram os senhores depois do feudalismo, muito menos os servos tornaram-se os empresários do sistema capitalista. Seria, portanto, estranho que os operários do sistema capitalista se tornassem o grupo dominante do sistema econômico imediatamente posterior. O novo grupo dominante surge, em geral, do grupo dominado. Mas surge como um grupo à parte, que conseguiu diferenciar-se do resto da classe dominada e aos poucos foi assumindo o controle do novo fator estratégico de produção que o desenvolvimento tecnológico estava no momento determinando. Em outras palavras, a nova classe que irá disputar o poder com a classe dominante para afinal assumi-lo não é a classe dominada, mas um subgrupo, historicamente dela originário, mas que foi diferenciando-se através dos tempos, de forma a constituir em um grupo totalmente distinto da classe dominada. Na medida em que esse novo grupo estiver assumindo o controle do novo fator estratégico que os novos avanços tecnológicos estiverem determinando, esse grupo tenderá a assumir o poder econômico e político, dando surgimento a um novo tipo de sistema econômico, e, portanto, a uma nova etapa histórica. A luta de classes torna-se, portanto, historicamente revolucionária quando for "externa", quando partir de um grupo externo ao sistema.

Foi o que aconteceu na passagem do feudalismo para o capitalismo. A burguesia provavelmente tivera origens ligadas aos servos da gleba, que constituíam a classe dominada por excelência do sistema feudal. Em plena

Idade Média, porém, a burguesia diferenciou-se dos servos, constituiu-se em grupo sócio-econômico diferenciado, adotou valores e crenças, hábitos e padrões de comportamento próprios, definiu uma área própria dentro da estrutura de produção, constituiu-se em grupo intermediário entre a classe dominante e a dominada. E durante séculos esta situação se manteve. A burguesia não era a classe dominante, mas estava longe de ser a classe dominada. Servia à aristocracia, ao mesmo tempo em que se fortalecia econômica e politicamente. A influência econômica naturalmente precedeu a política, mas afinal ambas se tornaram dominantes. Uma luta de classes, sem dúvida, teve lugar entre a burguesia emergente e a aristocracia decadente, mas nem sempre essa luta foi clara e definida. Em muitas ocasiões, a burguesia cooperou ativamente com a aristocracia ou com os setores da mesma, na medida em que essa cooperação lhe era interessante. O caso mais evidente, nesse sentido, foi o do grande apoio que as monarquias absolutas dos séculos XVII e XVIII receberam da burguesia, em sua luta contra os privilégios feudais.

Outra característica correlata do processo histórico de substituição de elites dominantes ou de modificação nas relações de produção é que a classe dominada é parte integrante do sistema vigente, crescendo e entrando em declínio juntamente com a respectiva elite, enquanto a nova classe que vai assumir o poder representa uma inovação ou uma ruptura dentro do sistema. Assim, no caso da passagem do feudalismo para o capitalismo, os servos constituíam parte integrante do sistema feudal. As figuras do servo da gleba e mesmo do artesão surgem e desaparecem com o surgimento e o desaparecimento do feudalismo. Por muito tempo sobram vestígios deles, mas não há dúvida de que à decadência da aristocracia feudal corresponde a decadência dos servos e das corporações de ofício, da mesma forma que a decadência dos senhores de escravos da antiguidade correspondeu ao desaparecimento do escravo.

O mesmo fenômeno ocorre hoje quando o capitalismo entra em declínio e tende a ser substituído pelo tecnocratismo. A classe operária, o proletariado urbano dedicado a trabalhos manuais na indústria, tende também, paulatinamente, ao desaparecimento. A classe operária foi fruto específico do capitalismo industrial. À emergência da burguesia industrial ao poder correspondeu o surgimento da classe operária, que imediatamente assumiu o papel de classe dominada por excelência, ficando marginalizados do novo sistema os trabalhadores rurais e camponeses. No momento em

que o capitalismo começa a ser superado por um novo sistema, que tem como uma de suas características essenciais a automação, o número de trabalhadores manuais não-especializados na indústria começa a diminuir não só em termos relativos como também absolutos, principalmente em países desenvolvidos, mas também em países subdesenvolvidos, nos quais essa redução tende a ocorrer apenas em termos relativos.

Em um excelente estudo a respeito Gláucio Dillon Soares mostra que, nos Estados Unidos, a participação dos trabalhadores manuais não-qualificados das cidades na força de trabalho total aumentou de 9% em 1870 para 14,2% em 1910, baixando em seguida para 8,3% em 1950. [5] Esta forma curvilinear da participação dos operários não-qualificados na força do trabalho foi verificada também em países subdesenvolvidos. Se tomarmos também os operários semiqualificados, observamos o mesmo fenômeno, apenas com uma defasagem no tempo, de forma que a redução da sua participação na força do trabalho começa a ocorrer um pouco mais tarde do que a dos operários não-qualificados.

Na própria América Latina esta tendência ao declínio da classe operária como um todo, incluindo operários qualificados, já é notória. Em 1930 a participação dos trabalhadores industriais no setor não-agrícola era de 10,5%; aumentou para 11,6% em 1935; 14,9% em 1945. Em 1950 já havia caído para 14,8% e em 1955 para 14,2%. [6]

Nesses termos, da mesma forma que os servos e os artesãos tenderam a desaparecer, à medida que a sociedade tradicional ia sendo substituída pelo capitalismo, agora também assistimos ao ocaso da classe operária, à medida que o capitalismo vai sendo substituído por um outro sistema econômico e político. Nas palavras de Gláucio Dillon Soares

> o destino da classe operária não parece muito mais promissor do que o da classe artesanal. Um *post-scriptum* da história da classe operária industrial pode enfatizar seu curto significado, seja ele numérico, político ou qualquer outro. [7]

Não bastasse tudo isto, temos ainda a constatar que a classe operária, na medida em que se constitui em parte integrante do sistema capitalista, acabou partilhando dos benefícios do sistema. Este fenômeno não ocorreu

[5] Soares, Gláucio Ary Dillon "Desenvolvimento econômico e estrutura de classes." *Dados*. 6 (1969), p. 99, baseado em Joseph Kahl. *The American Class Structure*.
[6] *Idem*, p. 102.
[7] *Idem*, p. 103.

desde o início do capitalismo. Até o fim da Revolução Industrial, em cada um dos países capitalistas, o aumento da taxa de acumulação de capital para mais de 15% da renda, necessário ao estabelecimento do capitalismo industrial, foi possível graças à decidida exploração dos trabalhadores manuais pela classe empresarial emergente, e, conseqüentemente, graças a uma forte concentração de renda nas mãos dessa classe, deixando os operários urbanos marginalizados de todos os benefícios do sistema. Em muitos casos chegou mesmo a ocorrer uma deterioração do padrão de vida da população que, de um trabalho saudável e de condições de vida razoáveis nos campos, passava para condições sub-humanas de trabalho nas cidades, com mulheres e crianças trabalhando 16 horas por dia.

Entretanto, terminada a Revolução Industrial em cada um dos países hoje desenvolvidos, o subseqüente desenvolvimento econômico desses países passou a depender de forma crescente do aumento do poder aquisitivo da classe operária. Por outro lado, esta organizou-se em sindicatos poderosos. O resultado foi que a classe operária passou a ver seus salários e seu padrão de vida crescerem à medida que as economias capitalistas se desenvolviam e aumentavam sua produtividade. Torna-se, assim, beneficiária do sistema, e entrava em um processo de acomodamento político, que lhe retirava qualquer possibilidade revolucionária.

Temos, portanto, três motivos para que não se confirmassem as previsões de Marx de que ao capitalismo sucederia o socialismo. Sua previsão estava baseada na idéia da luta de classes e na tomada do poder pela classe operária, pelo proletariado urbano. Ora, conforme acabamos de ver, (*a*) a classe dominada em um sistema econômico jamais se torna a classe dominante do sistema subseqüente, cabendo a um grupo externo, diferenciado da classe dominada, o papel revolucionário; (*b*) a classe dominada, dentro de um sistema econômico, surge e tende a desaparecer dentro desse sistema, como aconteceu com os artesãos e agora está acontecendo com os operários; e (*c*) a classe operária tornou-se beneficiária do sistema capitalista e a ele se acomodou politicamente.

Não pretendemos, com isto, fazer o epitáfio do socialismo. Estamos apenas constatando que, nos termos previstos por Marx, ele não tinha condições de ocorrer. Terá que ser profundamente reformulado, principalmente no capítulo de sua inevitabilidade, e no da liderança da classe operária.

É preciso não esquecer, porém, que, neste último século e meio da história da humanidade, as aspirações mais generosas e moralmente mais

legítimas de um grande número de jovens, de intelectuais, e mesmo de operários, estão diretamente relacionadas com a causa do socialismo. E ainda hoje, como veremos mais adiante neste livro, a idéia do socialismo está longe de estar morta. Ela se encontra impregnada profundamente em todos os movimentos contestatórios da ordem estabelecida existente hoje no mundo. De uma forma ou de outra, a contracultura é socialista, os estudantes em revolta e a parte da Igreja em revolução são socialistas. Trata-se, porém, de um socialismo muito diverso daquele previsto por Marx e absolutamente oposto ao socialismo pretendidamente praticado na União Soviética.

É verdade que ainda muitos jovens e intelectuais, principalmente nos países subdesenvolvidos e na Europa, continuam a raciocinar em termos clássicos de esquerda e direita, identificando a esquerda com a classe operária, a qual seria supostamente revolucionária. Entretanto, este tipo de confusão, ao qual não escaparam os próprios jovens de maio de 1968, na França, tende aos poucos a desaparecer. Quando isto ocorrer de forma generalizada, a reformulação do socialismo, em termos de segunda metade do século XX e da contracultura antitecnocrática que nele desponta, estará transformando-se em realidade.

CAPÍTULO II

Técnica - o Novo Fator Estratégico

Se Marx tivesse sido fiel ao Cerne de seu método histórico, e não a um aspecto relativamente secundário dele, como é a luta interna de classes, provavelmente não faria a previsão de que a classe operária derrotaria a burguesia e implantaria no mundo o socialismo. Dificilmente, porém, teria podido prever que, durante o século XX, o capitalismo tenderia a ser substituído pela tecnoburocracia. Muito menos poderia imaginar que esse fenômeno ocorreria de forma mais rápida nos países em que uma revolução socialista-marxista fosse tentada. Ele não poderia fazer esta previsão porque, no seu tempo, não dispunha de dados de que hoje dispomos. Se deles dispusesse, é bem provável que suas previsões teriam sido muito diferentes e muito menos otimistas.

Para nós, hoje, é relativamente fácil constatar a ascensão da tecnoburocracia ao poder. Trata-se de um fenômeno histórico que está ocorrendo nos nossos dias e que pode ser objeto de simples constatação. Além disso, se Marx dispusesse de dados a respeito do processo tecnológico que ocorreria neste último século e, ao mesmo tempo, se se mantivesse fiel ao seu próprio método histórico-dialético, teria que concluir que seria o tecnocratismo ou simplesmente a tecnoburocracia o novo sistema econômico e político que substituiria o capitalismo. Não obstante, como veremos mais adiante, é a confusão do método histórico-dialético com a análise marxista

dos fenômenos políticos e sociais de seu tempo que leva grande parte da esquerda, em todo o mundo, a negar a emergência da tecnoburocracia.

Não é por outro motivo que a aplicação do método marxista para chegar à constatação do surgimento da tecnocracia teve que ser feita por um intelectual que, embora altamente influenciado por Marx, é estritamente heterodoxo em relação ao marxismo.

Já nos referimos ao conceito de Galbraith, relativo ao fator estratégico de produção. Aplicando esse conceito, Galbraith mostrou que o capitalismo se tornou o sistema dominante no mundo quando, com a revolução industrial, o capital substituiu a terra como fator estratégico de produção. Mais recentemente, devido ao imenso progresso tecnológico que vem ocorrendo, o conhecimento técnico-burocrático começou a substituir o capital no papel de fator estratégico de produção. E com a mudança do fator estratégico muda também o sistema econômico e político. O capitalismo vai sendo substituído pela tecnoestrutura ou tecnoburocracia. Inicialmente Galbraith mostra porque o capital foi perdendo seu caráter estratégico:

> O último capítulo mostrou que no sistema industrial, embora o capital seja usado em grandes quantias, é, pelo menos em tempo de paz, mais abundantemente oferecido. A tendência a um excesso de poupanças e a necessidade de uma estratégia de compensação por parte do Estado é um aspecto firmado e bem conhecido da economia keynesiana. As poupanças, já vimos, são fornecidas a si mesmas pelas empresas industriais como parte de seu planejamento. Há um alto grau de certeza quanto à sua disponibilidade, porque este é o propósito do planejamento. [8]

A relativa abundância de capital nos países desenvolvidos decorre, portanto, em primeiro lugar, da tendência de os investimentos (ou seja, a procura de capital) não cobrirem plenamente a poupança (ou seja, a oferta de capital). Essa tendência não é meramente conjuntural, como um analista apressado da obra de Keynes poderia concluir, mas é uma tendência intrínseca ao sistema econômico capitalista. E ocorre mesmo em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil ou da Argentina, em que já tenha surgido um subsistema capitalista relativamente integrado. Sua causa fundamental está relacionada com a tendência à concentração de renda, ou seja, ao aumento da participação dos lucros na renda mais que propor-

[8] *Op. cit.*, p. 66.

cional ao dos salários, que se acentua sempre que o sistema capitalista está passando pela fase ascensional do ciclo econômico. A própria distribuição desigual da renda, sempre presente dentro do sistema, independentemente da fase do ciclo econômico em que nos encontremos, dificulta a perfeita absorção do grande excedente econômico produzido pela economia industrial, tornando relativamente abundante o capital disponível na sociedade.

Em segundo lugar, o acesso ao capital está perfeitamente sob o controle das próprias empresas. Ao contrário do que pressupunha toda a teoria econômica ortodoxa (tanto neoclássica como keynesiana), o mercado de capitais tem importância secundária na capitalização das empresas. Em geral, mais de três quartos do capital utilizado pelas empresas provêm de seus próprios lucros, é resultado de autofinanciamento. Nesses termos, as empresas não só dispõem de capital em relativa abundância e sob controle de suas administrações, como também os acionistas perdem grande parte de sua importância como supridores de capital.

Um terceiro argumento poderia ter sido adicionado por Galbraith para justificar a relativa abundância do capital na sociedade industrial moderna: as inovações poupadoras de capital. As inovações tecnológicas não são simplesmente poupadoras de mão-de-obra por produto produzido. Grande parte delas é também poupadora de capital por produto físico produzido. Muitas máquinas modernas não só poupam mão-de-obra, mas em adição ainda apresentam uma relação produto físico/custo da máquina, ou seja, uma relação produto-capital mais alta. Em casos extremos, mas não raros, a alta sofisticação tecnológica incorporada na nova máquina permite que sua produção aumente, enquanto seu custo se reduz em termos absolutos. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os computadores eletrônicos de terceira geração, em comparação com os de segunda geração.

Nesses termos, seja porque a poupança tende a ser maior que os investimentos, só se equalizando *a posteriori*, seja porque a grande maioria do capital das empresas é resultado de autofinanciamento, seja porque as inovações tecnológicas vão adquirindo caráter crescentemente poupador de capital, este vai perdendo seu caráter estratégico e os capitalistas vão perdendo importância e poder dentro do sistema.

A perda de importância do capital, porém, é necessariamente um fenômeno relativo. Só faz sentido na medida em que um outro fator de produção começa a se tornar estratégico. Ora, o surgimento de um novo fator estra-

tégico, que vem ganhando importância crescente no processo de produção das chamadas sociedades industriais modernas, é um dos fenômenos mais significativos do século XX. Este novo fator estratégico é o *conhecimento técnico e organizacional*. Hoje, sem dúvida, ele já supera em importância ao capital (o qual vai deixando, portanto, de ser estratégico, não obstante continue sendo essencial, como também o são a terra e o trabalho não-qualificado). Galbraith chama esse novo fator estratégico de "talentos especializados" e "informação organizada":

> Ao mesmo tempo (em que o capital perdia importância) as exigências da tecnologia e do planejamento aumentaram grandemente a necessidade que tem a empresa industrial de talentos especializados e da organização destes. Em geral o sistema industrial tem de suprir-se desses talentos em fontes externas. Diferentemente do capital isso não é algo que a firma possa fornecer a si mesma. Para serem eficientes esses talentos também precisam ser colocados numa associação eficiente com eles próprios, ou seja, devem formar uma organização. Fornecida uma organização competente, o capital hoje se acha disponível. A mera possessão de capital, contudo, não é mais uma garantia de que os talentos exigidos possam ser obtidos e organizados. Pela experiência passada, pode-se esperar descobrir uma nova deslocação de poder na empresa industrial, esta agora do capital para a informação organizada. E pode-se esperar ainda que esta mudança se reflita no deslocamento do poder dentro da sociedade em geral. [9]

Galbraith utiliza a expressão "esperar" porque está utilizando o método histórico, cuja conclusão lógica é a que está apresentando. De forma que, logo em seguida, ele passa para a constatação do fato:

> Na verdade, isto já aconteceu. É uma deslocação de poder semelhante às ocorridas entre os fatores de produção e que se iguala que se iniciou duzentos anos atrás, da terra para o capital, nos países desenvolvidos. É um acontecimento dos últimos cinqüenta anos e ainda está ocorrendo. [10]

Como evidências de sua tese, Galbraith cita a perda de poder dos acionistas, o caráter inexpugnável das diretorias de administradores profissionais das grandes empresas norte-americanas, a perda de prestígio dos grandes capitalistas e de Wall Street, a crescente procura de talentos para as indústrias, e o crescente prestígio da educação e dos educadores. [11]

9 *Op. cit.*, p. 66-7.
10 *Idem, ibidem.*
11 *Idem, ibidem.*

Galbraith está, evidentemente, tomando como modelo de sua análise a sociedade capitalista norte-americana em processo de transformação. O fenômeno do surgimento de um novo fator estratégico de produção, porém, é mais geral. Inclui todos os países em que, neste século, se instalaram ou estão se instalando sociedades industriais modernas. Inclui, portanto, não apenas os países capitalistas industrializados, mas também os países comunistas e todos os países subdesenvolvidos que, sob influência da cultura ocidental moderna, estão procurando instalar em seus países sociedades industriais. Antes de examinar este fenômeno nos três planos acima citados (países capitalistas desenvolvidos, países comunistas desenvolvidos, países subdesenvolvidos), é preciso colocar o problema nos termos mais gerais da sociedade industrial moderna.

Por que o conhecimento técnico organizacional se estaria transformando no fator estratégico de produção das sociedades industriais modernas? No plano técnico a resposta é óbvia. O mundo, neste século, vem conhecendo um desenvolvimento tecnológico sem precedentes. [12] O ritmo das descobertas científicas aplicáveis à produção aumenta todos os dias em proporção geométrica. A partir do domínio da eletricidade pelo homem, entramos em um processo de aproveitamento das virtualidades dessa nova fonte de energia que parecem inesgotáveis, não só devido a sua enorme força, mas também devido a sua imensa maleabilidade. A eletricidade fornece diretamente uma quantidade enorme de energia, que multiplica muitas e muitas vezes não só a energia humana e animal do período pré-industrial, mas também a energia mecânica da máquina a vapor, que marcou a Revolução Industrial. Além disso, a eletricidade, graças à sua qualidade de meio extremamente sensível de controle, permitiu o surgimento do motor a explosão, do rádio, da televisão, dos computadores e da própria energia atômica. Nesses termos, enquanto a máquina a vapor marcou a fase mecânica da Primeira Revolução Industrial, a eletricidade definiu a fase eletrônica da Segunda Revolução Industrial.

Este desenvolvimento em ritmo geométrico do conhecimento técnico, a partir do domínio do homem sobre a eletricidade, foi naturalmente tor-

[12] Cf. Muraro, Rose Marie. *A Automação e o futuro do homem*. Petrópolis, Vozes, 1969. Nesse livro o desenvolvimento tecnológico e suas conseqüências sobre o mundo moderno são examinados em profundidade.

nando esse conhecimento técnico cada vez mais importante dentro do processo de produção. Enquanto nos primórdios da Primeira Revolução Industrial as máquinas eram simples imitações dos processos de produções humanas e manuais, e as técnicas produtivas eram extremamente simplificadas, de forma que meros mecânicos de instrução elementar eram capazes de dominá-las, após a Segunda Revolução Industrial as máquinas e seu controle tornaram-se extremamente complexas. Para construí-las e manejá-las agora não basta o velho mecânico prático, que aprendeu sua profissão no próprio trabalho. Muitas vezes nem mesmo engenheiros formados em cursos superiores são mais suficientes. Para controlar a tecnologia mais moderna são geralmente necessários engenheiros e cientistas altamente especializados, que realizaram um ou mais cursos de pós-graduação. Mas mesmo esses homens não têm condições, sozinhos, de construir ou operar as novas máquinas, tão complexas são elas. Este deverá ser o trabalho de equipes de técnicos.

A diferença fundamental entre a tecnologia "mecânica" da Primeira Revolução Industrial e a tecnologia "eletrônica" da Segunda Revolução Industrial está em que a primeira é apenas longinquamente apoiada no desenvolvimento científico, enquanto a segunda está inteiramente baseada no desenvolvimento da ciência. Resulta daí uma complexidade muito maior para a tecnologia eletrônica em relação à tecnologia mecânica, cujas bases tradicionais eram ainda predominantes. A esse respeito diz-nos Paul Bairoch:

> Essa complexidade crescente conduzirá progressivamente a uma ruptura com a técnica tradicional, que chegará a ser verdadeiramente total nos primeiros anos do século XX com a introdução generalizada da eletricidade e do motor a explosão principalmente. [13]

Embora Bairoch não perceba que é a eletricidade, muito mais do que o motor a explosão, o qual dela depende, o elemento de ruptura, que dá início ao processo revolucionário da Segunda Revolução Industrial, está claro para ele essa ruptura e sua relação com a introdução da eletricidade. Esta terá um papel revolucionário. Não só porque irá possibilitar um enorme aumento da produtividade do trabalho e um extraordinário desenvolvimento das técnicas de comunicação, como também porque conduzirá o

[13] Bairoch, Paul. *Revolución industrial y subdesarrollo* (trad. do original francês). México. Siglo XXI Editores, 1967. p. 178.

desenvolvimento tecnológico a uma crescente complexidade. Esta crescente complexidade da tecnologia, exigindo o trabalho de equipes de técnicos e cientistas altamente especializados, está na base da transformação do conhecimento técnico em fator estratégico de produção. O monopólio desse conhecimento por um grupo de técnicos, cuja oferta é naturalmente limitada, apesar de todos os avanços e da massificação da educação nas sociedades industriais, vai naturalmente aumentando o poder desses técnicos.

Além do fato de se tornar cada vez mais complexa, a tecnologia torna-se cada vez mais importante dentro do processo de produção. Da mesma forma que antes e mesmo durante a Revolução Industrial, os economistas clássicos que então estabeleciam as bases da teoria econômica tendem a dar um papel secundário ao capital entre os fatores de produção, [14] na medida em que, efetivamente, o trabalho e a terra eram os fatores de produção por excelência na atividade agrícola e artesanal, os economistas neoclássicos do século XIX e da primeira metade do século XX tenderam a dar importância relativamente pequena à tecnologia entre os fatores de produção. Além do caso isolado de Schumpeter, com sua teoria de inovação, uma das únicas exceções a essa tendência foi a de Marx, que não só deu grande importância à acumulação de capital, mas também ao desenvolvimento tecnológico em seu modelo dinâmico da economia capitalista. De um modo geral, porém, os modelos estáticos desenvolvidos pelos economistas clássicos e principalmente neoclássicos, inclusive por seu grande contestatário, Keynes, tendiam a deixar em segundo plano a tecnologia, na medida em que esta se encontrava incorporada nos dois fatores de produção considerados mais importantes: o capital e o trabalho. Além disso, como se tratava de modelos estáticos, que não consideravam o fator tempo, o desenvolvimento tecnológico tornava-se efetivamente secundário.

A partir da Segunda Guerra Mundial surgiu um redobrado interesse pelo desenvolvimento econômico em todos os setores, inclusive, naturalmente, entre os economistas. Modelos dinâmicos de desenvolvimento começaram a ser formulados. Mas os primeiros modelos, particularmente os de Harrod e Domar, ainda davam à acumulação de capital o papel mais importante no processo de desenvolvimento econômico.

[14] Esta característica perdurou mesmo entre os economistas clássicos da Revolução Industrial. Grande parte das dificuldades criadas por Ricardo, por exemplo, com sua teoria do valor-trabalho, derivam de não ter dado suficiente importância ao capital e, particularmente, a não ter considerado diferentes relações capital-trabalho em diversas indústrias.

Mais recentemente, porém, face à evidência da grande importância do desenvolvimento tecnológico no aumento da produtividade, os economistas começaram a se preocupar cada vez mais com o problema. Percebia-se que o desenvolvimento tecnológico era o elemento qualitativo por excelência no processo de desenvolvimento. A diferença entre trabalho não-qualificado e trabalho especializado não é meramente de grau. É essencial. A simples acumulação de capital, sem que novas técnicas fossem introduzidas, pouco desenvolvimento provocaria. É a incorporação da nova tecnologia à acumulação de capital que promove o desenvolvimento. Este fato foi inclusive verificado empiricamente por uma série de estudos econométricos realizados, entre outros, por Solsow e por Abramovitz, os quais revelaram que a simples acumulação de capital, sem que novas técnicas fossem introduzidas, teria sido responsável por 1/10 a 1/6 do aumento de produtividade ocorrido, devendo os restantes 5/6 a 9/10 do aumento de produtividade ser aplicado através do desenvolvimento tecnológico incorporado nas novas máquinas. [15]

Este reconhecimento da tecnologia como fator de produção importante e do desenvolvimento tecnológico como principal impulsor do desenvolvimento econômico não surgia por acaso em meados do século XX. Um século antes esse tipo de análise não poderia normalmente ter ocorrido pelo simples fato de que a tecnologia e o desenvolvimento tecnológico não eram tão importantes naquela época. Estávamos em pleno apogeu do capitalismo. O capital era necessário e efetivamente o fator de produção por excelência e a acumulação de capital, o fator dinâmico do desenvolvimento. Um século mais tarde, porém, as condições econômicas haviam mudado. A tecnologia teve tal desenvolvimento que superou o próprio capital em importância. A introdução da tecnologia eletrônica representou um salto qualitativo decisivo em relação à velha tecnologia mecânica. O aumento de eficiência e de complexidade incorporados nessa nova tecnologia foram tão grandes, que esta se tornou o novo fator relativamente escasso de produção. O conhecimento dessa tecnologia por um número relativamente reduzido de homens conferia a seu trabalho altamente especializado uma importância cada vez maior. A nova tecnologia eletrônica

15 Cf. Solow, Robert. Technical Change and the Aggregate Production Function. *Review of Economic and Statistics*, ago. 1957; Abramovitz, M. Resources and Output Trends, in the United States since 1970. *National Bureou of Economic Research*, Occasional Papers 52 (1956).

ou, mais simplesmente, o conhecimento técnico transformava-se no novo fator estratégico de produção.

Não é apenas o conhecimento técnico estrito mas também o conhecimento organizacional que definem o novo fator estratégico de produção. Poderíamos incluir o conhecimento organizacional no conceito de conhecimento técnico. Realmente, não há nenhuma diferença essencial entre um e outro. Mas preferimos incluir explicitamente o conhecimento organizacional a fim de podermos salientar devidamente sua importância.

Entendemos por conhecimento organizacional a tecnologia necessária para administrar as grandes organizações burocráticas modernas, tanto no plano microssocial das empresas e demais organizações burocráticas, como também no plano macrossocial da administração do Estado moderno. Inclui não só a Economia e a Administração, que constituem seu núcleo operacional, mas também, de um lado, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, e, de outro, as ciências formais, a Matemática, a Estatística, a Contabilidade, a Pesquisa Operacional, que representam respectivamente, a base social e a base metodológica do conhecimento organizacional.

Uma das transformações essenciais por que passou o mundo moderno e à qual, freqüentemente, não tem sido dada a importância necessária, é a da emergência da organização burocrática como fenômeno social dominante. É comum falar-se sobre a revolução técnica e científica por que passou o mundo nos últimos cem ou duzentos anos. Maravilhamo-nos ou nos tornamos apreensivos mas, em qualquer hipótese, sempre temos presente em nossas mentes a extraordinária transformação técnica por que passa o mundo todos os dias. O avião, o rádio, a televisão, o computador, o domínio da energia nuclear, os antibióticos, as explorações espaciais são fenômenos revolucionários que não escapam à observação de ninguém.

Tão importante quanto essa revolução tecnocientífica, porém, está sendo aquilo que chamaremos de Revolução Organizacional. Ambas estão extremamente ligadas. A Revolução Organizacional, em grande parte função da Revolução Tecnocientífica, é sem dúvida um produto da tecnologia eletrônica que tem início em fins do século XIX. Tanto uma como outra fazem parte do processo geral de racionalização, da tentativa sistemática de racionalizar e tornar mais eficiente a produção, que domina o mundo desde a vitória da ideologia racionalista, com a emergência da burguesia e a Revolução Industrial.

Revolução Organizacional é o processo que, nos últimos cem anos, transformou a organização burocrática no tipo de sistema social dominante das sociedades industriais. Durante todo o período pré-industrial, até a Primeira Revolução Industrial inclusive, as organizações burocráticas tinham um papel secundário dentro do sistema social. Prevaleciam tipos de sistema social tradicionais, não-racionais, como a tribo, o clã, o feudo, a corte, a unidade de produção familiar, seja ela artesanal, agrícola, ou mesmo industrial dos primeiros tempos, em que a tecnologia era simplesmente mecânica. Na medida em que a tecnologia não o exigia, não se constituíam organizações burocráticas. Há algumas exceções clássicas. No Egito dos faraós e na China dos mandarins chegaram a se constituir burocracias estatais expressivas. A Igreja Católica é um célebre exemplo de burocracia multissecular. Os primeiros Estados nacionais, nos séculos XVII e XVIII, e os respectivos exércitos, em uma época mais recente, são também exemplos de burocracias. Mas não só não eram burocracias ainda plenamente definidas, como também constituíam exceções dentro do sistema social maior, todo ele constituído de sistemas sociais menores de base tradicional.

Foi só depois da Segunda Revolução Industrial que o crescimento das unidades de produção determinou o surgimento das grandes empresas burocráticas. As economias de escala que o progresso tecnológico acentuava, com a introdução de inovações como a linha de montagem, a produção em fluxo integrado e a automação, obrigavam as empresas a se tornar cada vez maiores e mais complexas. Por outro lado, o desenvolvimento dos meios de comunicação, coroado com o computador, tornavam viável a administração eficiente de sistemas sociais cada vez maiores. Nesses termos, de um lado a nova tecnologia de produção obrigava o crescimento das empresas, de outro a nova tecnologia de comunicações permitia que essas organizações fossem eficientemente dirigidas. Antes do advento dos meios de comunicações eletrônicas a administração centralizada de grandes organizações era extremamente difícil. O sistema de produção era necessariamente formado por uma infinidade de pequenas unidades de produção independentes. Agora, com a tecnologia eletrônica, tornava-se possível e necessária a concentração da produção em grandes empresas.

Além das empresas, ou seja, do setor da produção, nos demais setores também se desenvolviam organizações burocráticas. Os clubes, as associações de classe, os sindicatos, os partidos políticos, todos produtos da sociedade industrial, também cresciam, também se tornavam complexos e tam-

bém conseguiam se manter coesos graças ao desenvolvimento da tecnologia das comunicações.

Finalmente, o próprio Estado também se burocratiza, além de crescer enormemente em importância e poder. Na verdade, não é apenas o Estado que se burocratiza. É todo o sistema social que tende a burocratizar-se, sob a égide do Estado. Este fora dos primeiros a se burocratizar. As burocracias modernas surgem com os Estados nacionais. Por isso muitas vezes se confunde burocracia com governo. A partir da tecnologia eletrônica, porém, e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, não é mais apenas o Estado que se burocratiza, mas a própria sociedade. Sob a direção do Estado, as relações sociais tendem cada vez mais a ser racionalizadas, ou seja, a burocratizar-se. Tem início um processo de burocratização global da sociedade.

No processo de racionalização de um sistema social é necessário que o mesmo defina objetivos precisos a serem atingidos e determinem-se os meios mais adequados, mais coerentes com os fins visados. Os objetivos definidos são em princípio econômicos. Não há uma necessidade lógica de que os objetivos visados sejam econômicos, e há casos, como o das Igrejas, em que o objetivo econômico não é o principal. Historicamente, porém, o que tem caracterizado as burocracias, no mundo racionalista e materialista construído pelo capitalismo e complementado pelo socialismo, é a definição de objetivos econômicos para as organizações burocráticas.

A sociedade, como um todo, para se burocratizar necessitava, também, de objetivos definidos. Na segunda metade deste século as sociedades modernas, dentro do processo geral de burocratização que assalta o mundo, encontraram um objetivo definido a ser atingido: o desenvolvimento econômico. Até a Segunda Guerra Mundial o mundo não havia sido despertado para o problema do desenvolvimento econômico. Falava-se em progresso, em aumento de riqueza, mas, de um modo geral, os diversos povos do mundo não haviam tomado perfeita consciência das disparidades do desenvolvimento existente, nem se colocado como objetivo dominante aumentar o padrão de vida das populações.

Só a partir da segunda metade deste século o desenvolvimento econômico torna-se o objetivo das sociedades. Passa-se, em seguida, a procurar os meios mais eficientes, mais racionais, de alcançar esse objetivo. O planejamento econômico generaliza-se. As próprias sociedades subdesenvolvidas tendem a burocratizar-se, ainda que nem sempre com muito

êxito, tendo como objetivo explícito a ser atingido o desenvolvimento econômico e, como meios, o aumento da produtividade, a acumulação de capital e o desenvolvimento tecnológico, via planejamento econômico, no quadro de governos em geral autocráticos.

Nesses termos, o tipo ideal de burocracia, genialmente desenvolvido por Max Weber no começo deste século, transforma-se, em todos os planos da vida social, na forma dominante de sistema social. A burocracia, ou organização burocrática — definida como um sistema social racional, ou seja, como um sistema social administrado segundo critérios de eficiência, em que são definidos objetivos precisos a serem atingidos e se escolhem os meios mais adequados, mais eficientes para atingir aqueles objetivos — transforma-se na forma histórica de agrupamento social de nosso século.

Ora, uma organização burocrática, na medida em que é um sistema social racional, é uma organização técnica, que só pode ser administrada por técnicos. Para administrar uma organização burocrática de forma eficiente é necessária grande soma de conhecimentos técnicos, que se vão tornando monopólio dos administradores profissionais. Por outro lado, para administrar a sociedade como um todo em função do desenvolvimento econômico, é preciso de toda uma outra série de conhecimentos, que se vão tornando progressivamente monopólio dos economistas. Aos administradores profissionais e aos economistas, portanto, cabe, cada vez mais, no mundo burocratizado em que vivemos, dirigir as organizações burocráticas e a própria sociedade global em processo de burocratização total.

Nesses termos, administradores e economistas são técnicos, tanto quanto um engenheiro especializado em eletrônica ou um físico, um engenheiro químico ou um biólogo. Ou melhor, muitas vezes cabe ao administrador burocrático o título de técnico muito mais adequadamente do que às profissões que acabamos de citar. O físico, ou o biólogo, por exemplo, podem ser muito mais cientistas do que técnicos, podem estar muito mais preocupados com o desenvolvimento do conhecimento do que com o aumento da eficiência. Em contrapartida, o administrador é sempre um técnico, na medida em que coloca como seu objetivo básico a eficiência, a utilização dos meios mais adequados para realizar determinada tarefa.

Na verdade, quando se nega ao administrador burocrático a qualidade de técnico está-se incidindo em uma confusão que tem duas origens. Em primeiro lugar, imagina-se que o técnico seja necessariamente um especialista. Ora, o administrador não é exatamente um especialista no sentido

clássico da expressão. Ele não se especializa em determinado e bem limitado setor do conhecimento. Ele tem, sem dúvida, um conhecimento especializado, ele aprendeu e sabe como administrar organizações. Mas esse conhecimento implica um arranjo determinado de uma série imensa de conhecimentos ou, em outras palavras, implica um conhecimento de uma gama extremamente variada de áreas, todas elas vistas sob um determinado enfoque: o administrativo.

Nesses termos, é comum ouvir-se dizer que o administrador é um especialista em generalidades. Ele deve conhecer bem os princípios básicos das ciências sociais, da Sociologia, da Psicologia e da Economia. Ele deve sentir-se à vontade com a Matemática, a Estatística, a Lógica e os métodos formais de tomada de decisão. Ele deve ter uma sólida base em Contabilidade, conhecer Produção, Mercadologia, Finanças, Planejamento Financeiro, Custos, Relações Industriais, Direito Comercial, Tributário e Trabalhista, e, principalmente, deve conhecer a Teoria das Organizações e compreender como operam as organizações, como se inter-relacionam com a tecnologia empregada, com os diversos tipos de mercado em que operam, e com o sistema econômico, político e social em que estão inseridas.

Em segundo lugar, nega-se a qualidade de técnico ao administrador porque se constata que muitos administradores não possuem os conhecimentos acima enumerados, e no entanto ocupam cargos de dirigentes nas organizações. Realmente, dentro das organizações burocráticas não basta apenas capacidade técnica. É necessário conhecer as regras de como ser bem sucedido em uma organização. É preciso um certo grau de bajulação e de oportunismo. É preciso conformar-se aos valores e normas da organização. É preciso ser flexível. É preciso saber viver com os outros e principalmente com os chefes. É preciso ser independente, sem cair nos extremos da arrogância ou do "sim senhor". É preciso saber adaptar-se aos padrões sociais dos superiores. É preciso ser ambicioso e calculado. É preciso ter capacidade de mobilidade social, desligando-se de parentes e amigos que ficaram para trás, e encontrando novas relações no estrato social mais elevado. Enfim, é necessário ter uma série de características de personalidade, que não são necessariamente técnicas. [16]

16 Sobre a personalidade do administrador bem sucedido há um grande número de estudos. O melhor deles é provavelmente Henry, William E. A Personalidade do administrador bem sucedido. *Revista de Administração de Empresas*, v. 4, n. 10, 1964. Originalmente publicado em *The American Journal of Sociology*, v. 54, 1949. Este trabalho, baseado em cuidadosa pesquisa, nos dá uma imagem viva e nem sempre favorável da personalidade do administrador bem sucedido.

Além dessas características de personalidade, porém, o administrador profissional deve possuir um conhecimento técnico, que se torna cada vez mais complexo à medida que as organizações burocráticas crescem, que as pressões por maior eficiência aumentam e que a teoria da administração e das organizações se desenvolve.

Na verdade, negar caráter de técnico ao administrador porque ele deve também possuir certas características de personalidade particulares, as quais nem sempre são as mais recomendáveis do ponto de vista da moral corrente, revela simplesmente uma atitude de idealização da figura do técnico. O técnico é também um homem com as qualidades e defeitos comuns a todos os homens. Imaginar o técnico como uma espécie de super-homem, que só existe em função de seu conhecimento técnico especializado, é uma atitude ideológica muito comum no mundo moderno, a qual deveremos examinar mais adiante, dentro do contexto da ideologia tecnocrática.

No momento, esperamos ter deixado claro que o administrador burocrático é um técnico como qualquer outro. Mais do que isto, que domina um tipo de conhecimento técnico — o conhecimento organizacional — que se vai tornando cada vez mais importante ou estratégico, na medida em que a produção e a própria vida social são realizadas cada vez mais no seio das organizações burocráticas.

Estamos assistindo, portanto, a um processo histórico de transformação, em que um fator de produção, o capital, vai deixando de ser estratégico, enquanto outro fator, o conhecimento técnico e organizacional, vai ganhando esse caráter. A tecnologia, incorporada nos demais fatores de produção, sempre existiu. O fator diferenciador da terra, do trabalho e do capital sempre foi a tecnologia. O contínuo e progressivo desenvolvimento tecnológico, porém, implicou um salto qualitativo. A tecnologia deixou de ser mero apêndice, deixou de ser mera roupagem de que se revestiam a terra, o trabalho e capital, para ganhar vida e massa própria.

Na verdade, a técnica tornou-se não apenas mais complexa, não apenas mais decisiva no processo de desenvolvimento econômico, não apenas o novo fator estratégico de produção, mas tornou-se o fenômeno dominante da época em que vivemos. A técnica incorporou-se de tal forma na vida do homem moderno, a ponto de adquirir um papel preponderante na determinação de nossa própria vida.

Jacques Ellul, em um trabalho notável e pioneiro a respeito do problema, publicado em 1954, [17] mostra como a técnica tomou conta do mundo moderno, transformando-se no principal elemento configurador de nossa civilização.

Temos duas formas alternativas de encarar a técnica. Segundo uma concepção otimista, podemos imaginar a técnica como um elemento neutro, que sempre existiu em todo o transcorrer da história e que é utilizado pelo homem livremente, de acordo com sua própria vontade. Segundo essa alternativa, a técnica seria um mero elemento entre o homem e seus instrumentos de produção. Seria a forma pela qual o homem fabrica e utiliza seus meios de produção. Esta técnica estaria sempre evoluindo através da história, mas sob o controle da vontade humana, à qual a técnica estaria subjugada.

A outra alternativa é considerar a técnica como possuindo uma entidade própria, uma autonomia em relação ao homem que a cria, e sendo portadora de características objetivas que, longe de torná-la valorativamente neutra, a transformam em um elemento decisivo no processo da história.

Jacques Ellul opta decisivamente pela segunda alternativa, afirmando:

> Com efeito, a técnica assumiu um corpo próprio, tornou-se uma realidade por si mesma. Não é mais meio e intermediário, mas objeto em si, realidade independente com a qual é preciso contar. [18]

Não se trata, porém, de uma opção abstratamente tomada. A opção parte de uma análise histórica do problema. Se a técnica sempre existiu, nem sempre teve a importância que hoje tem. Inicialmente, as técnicas se confundiam com a magia. Todos os atos produtivos das sociedades tradicionais estão carregados de elementos mágicos, conforme já foi exaustivamente demonstrado em estudos antropológicos. Aos poucos, as técnicas foram evoluindo e escapando de suas conotações mágicas. Conservam, todavia, uma característica básica: eram tradicionais. As técnicas de produção transmitiam-se de pais para filhos sem maior crítica. Sua legitimidade estava baseada na tradição, no fato de que as gerações passadas sempre assim haviam agido.

[17] Ellul, Jacques. *A Técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. (Edição francesa: *La Technique et l'enjeu du siècle*, 1954.)
[18] *Op. cit.*, p. 65.

É só a partir do início da Idade Moderna, com o advento do capitalismo comercial, e particularmente depois da Revolução Industrial, que as técnicas vão perdendo seu caráter tradicional para ganhar características racionais. As técnicas começam, então, a se desenvolver em um ritmo incrivelmente mais acelerado do que no tempo das técnicas mágicas ou das técnicas tradicionais. O desenvolvimento da técnica passa a realizar-se em progressão geométrica.

Nesse momento assistimos àquele fenômeno que Marx e Engels chamaram de mudança de quantidade em qualidade. O simples desenvolvimento quantitativo da técnica implicou, afinal, uma mudança qualitativa. E em decorrência disto, conforme observa Jacques Ellul:

> O fenômeno técnico atual quase nada mais tem em comum com o fenômeno técnico até os tempos modernos. [19]

A técnica, através de seu desenvolvimento quantitativo, dá, afinal, um salto qualitativo. Ganha massa e sentido próprios. Universaliza-se, torna-se autônoma em relação aos próprios homens, transforma-se no principal agente configurador da sociedade em que vivemos, progride sempre, de forma necessária e em ritmo geométrico, e, de mera servidora do homem, vai se transformando em sua tirana. Ainda nos termos de Jacques Ellul, que define o problema de forma dramática,

> eis então a espantosa reviravolta a que assistimos: vimos que ao longo de todo o curso da história, sem exceção, a técnica pertenceu a uma civilização; era um elemento da civilização, englobada em uma multidão de atividades não técnicas. Atualmente a técnica englobou todas as civilizações. [20]

E em que termos a técnica engloba toda a civilização? Simplesmente transformando a nossa civilização em uma civilização técnica.

> Isto significa que nossa civilização é construída pela técnica (faz parte da civilização unicamente o que é objeto da técnica), que é construída para a técnica (tudo o que está nessa civilização deve servir a um fim técnico), que é exclusivamente técnica (exclui tudo o que não o é ou o reduz à sua forma técnica). [28]

19 *Idem*, p. 81.
20 *Idem*, p. 130.
21 *Idem*, p. 129.

A técnica, portanto, transforma-se não apenas no novo fator estratégico de produção, mas no próprio elemento definidor do mundo em que vivemos. O homem desenvolveu a técnica, criou seu pequeno monstro; este cresceu, tornou-se independente e acabou engolindo seu próprio criador. Inicialmente a técnica, embora não chegasse a ser um elemento acidental, era um elemento secundário que modificava o trabalho e o capital. O desenvolvimento tecnológico, porém, foi de tal monta, a técnica difundiu-se de forma tão abrangente, a técnica ganhou tal poder sobre os homens e o desenvolvimento tecnológico ganhou tal autonomia em relação aos próprios homens, que ocorreu o salto qualitativo. A técnica assumiu realidade em si mesma. Tornou-se um fator de produção independente, como o trabalho ou o capital. Ou melhor, tornou-se o fator mais importante, relativamente mais escasso, tornou-se o fator estratégico de produção do nosso tempo. Mais ainda do que isso, a técnica tornou-se o elemento principal a configurar a infra-estrutura econômica e a superestrutura cultural das sociedades industriais modernas.

CAPÍTULO III

Revoluções Comunistas

O PRIMEIRO CAPÍTULO foi uma tentativa de análise teórica. Fizemos uma rápida revisão crítica do materialismo histórico e examinamos a importância do fator estratégico de produção na definição das grandes etapas da história. O segundo capítulo teve caráter mais descritivo ou factual. Mostrou a técnica como um novo fator estratégico de produção. Demonstrou seu caráter pervasivo, penetrando em todos os setores do mundo moderno e tudo dominando. Procurou deixar claro que nosso conceito de técnica e de técnicos é amplo, incluindo o conhecimento organizacional e, portanto, os administradores profissionais das grandes organizações burocráticas.

Aceitas as premissas dos dois primeiros capítulos, a conclusão necessária a que devemos chegar agora é a de que estamos entrando em uma nova etapa da história: a da tecnoburocracia ou do tecnoburocratismo. Se o fator estratégico de produção é o elemento definidor por excelência das grandes etapas da história e se este fator está deixando de ser o capital para se tornar o conhecimento técnico ou simplesmente a técnica, devemos obrigatoriamente admitir que estamos entrando em uma nova fase da história.

Entretanto, os argumentos baseados na concepção de uma "necessidade histórica" são extremamente perigosos. Freqüentemente são fruto de um determinismo ingênuo. Quase sempre servem para justificar ou dar forças

às ideologias daqueles que caracterizam a "necessidade histórica". A previsão da inevitabilidade do advento do socialismo, realizada por Marx, por exemplo, embora não possa ser acusada de fruto de determinismo ingênuo, é, sem dúvida, tradução das aspirações e valores políticos de Marx. O que, certamente, é inevitável, é o desaparecimento do capitalismo, como o de qualquer outro sistema sócio-econômico. Na época em que Marx viveu, porém, ele não tinha condições para prever com acerto qual sistema substituiria o capitalismo. Previu o socialismo e infelizmente errou.

Hoje, um século decorrido, temos muito mais elementos para fazer uma previsão. Ou melhor, uma constatação, já que não se trata exatamente de uma previsão. O processo revolucionário de mudança de fase histórica está em marcha. O capitalismo ainda não desapareceu do mundo, mas está em processo de decadência. As forças da tecnoburocracia estão claramente presentes. São discerníveis a olho nu. Em alguns campos já se tornaram predominantes. Em outros ainda trabalham em uma condição de assessoria. Mas em todos os setores o crescimento de sua influência e poder é inegável.

Devemos distinguir, na análise do processo de emergência da tecnoburocracia, os países capitalistas desenvolvidos, os países subdesenvolvidos e os chamados países socialistas ou comunistas. Examinaremos este problema, neste e nos dois próximos capítulos, em que discutiremos as revoluções comunistas, as revoluções militares e a revolução dos gerentes.

Os países chamados socialistas são simplesmente aqueles em que o capitalismo foi subitamente liquidado através de uma revolução pretendidamente proletária e socialista, mas efetivamente tecnoburocrática. Ao fazermos esta afirmação, estamos tomando como modelo, basicamente, a União Soviética. Sabemos que estas generalizações são perigosas. Por isso, para os demais países, e particularmente para a China, será necessário fazer as devidas alterações à idéia geral que estamos apresentando.

Da mesma forma que a Revolução Francesa tem inicialmente um caráter popular, para em seguida ser empolgada pela burguesia, a Revolução Comunista também teve seu termidor. Foi idealizada por políticos e intelectuais marxistas. Por eles foi liderada. Obteve o apoio dos operários urbanos e de grande parcela de camponeses e de soldados. Transformou-se, sem dúvida, em uma revolução eminentemente popular. Parecia, efetivamente, uma revolução socialista. Na verdade, foi uma revolução tecnoburocrática.

Para o socialismo o mundo ainda não estava maduro. Para uma sociedade sem classes, democrática, em que houvesse liberdade e igualdade de oportunidade, a escassez ainda existente no mundo não oferecia condições. A escassez acentuava o natural egoísmo dos homens. O utilitarismo racionalista o sacramentava. E o conflito, institucionalizado pelo capitalismo através da concorrência, ganhava novas conotações na sociedade tecnoburocrática, mas não tinha ainda condições de ser substituído pela cooperação, como requer o socialismo. Este é baseado, por definição, na cooperação entre os homens. Não é possível imaginar um sistema socialista sem um alto grau de cooperação entre todos. Ora, em 1917, como talvez ainda hoje, o mundo não estava ainda preparado para um sistema econômico baseado essencialmente na cooperação.

Para a tecnoburocracia, porém, o mundo estava ficando maduro. O desenvolvimento da revolução soviética é uma clara demonstração desse fato. Inicialmente a revolução foi liderada por políticos e intelectuais radicais de classe média, cheios de idealismo, que pretendiam em pouco tempo estabelecer a justiça social, a igualdade de oportunidades, a liberdade em uma sociedade sem classes. O controle dos cargos governamentais mais importantes e a administração das empresas foi entregue a esses políticos e intelectuais e aos operários que mais ativamente haviam colaborado com a revolução. Os critérios para a distribuição do poder eram eminentemente políticos. A fidelidade à causa da revolução era o elemento essencial.

A revolução de outubro teve um caráter eminentemente popular. Teve o apoio decidido da classe operária e, no início, da própria classe camponesa. Conforme diz Isaac Deutscher:

> A revolução socialista foi apoiada sinceramente pela classe trabalhadora urbana... Nenhuma classe da sociedade russa e nenhuma classe trabalhadora, em qualquer parte do mundo, atuou com a energia, a inteligência política, a capacidade de organização e o heroísmo com que os operários russos agiram em 1917 e depois, durante a guerra civil.[22]

Por isso, apesar da liderança de intelectuais e políticos de classe média, a revolução de outubro foi sem dúvida uma revolução proletária. E, uma vez realizada, grande número de operários assumiu posições-chave no

[22] Deutscher, Isaac. *A Revolução inacabada.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1968. p. 22 (Edição original: *The Unfinished Revolution*, 1967).

novo sistema de poder. Tudo indicava que estávamos realmente diante de uma revolução socialista.

Em pouco tempo, porém, o ideal do socialismo foi-se transformando em mero *slogan*. O primeiro passo nesse sentido foi a criação do partido único. A morte de Lenine e a subida ao poder de um líder autocrático e inescrupuloso como Stalin apressaram o processo. A revolução continuou a ser celebrada. A tomada do poder pela classe operária continuou a ser afirmada. E, enquanto isso, instaurava-se no poder um sistema tecnoburocrático totalitário, em que toda a liberdade era suprimida, em que novos privilégios se constituíam, em que os maiores crimes eram cometidos em nome da revolução proletária.

Há muitas explicações possíveis para essa traição da revolução de outubro. Entre as explicações correntes, pelo menos quatro devem ser mencionadas. Alguns afirmam que a revolução foi traída porque Lenine morreu prematuramente, sendo substituído no poder por um homem intrinsecamente despótico e imoral como Stalin. A fraqueza desse tipo de afirmação é óbvia. É fruto de um personalismo histórico ingênuo. Outros preferem generalizar um pouco mais e atribuir o problema à sede de poder que caracteriza os homens e ao caráter corruptor do poder. Trata-se ainda de uma visão personalista da história, que geralmente é completada com a afirmação de que esse é o destino de todas as revoluções. Outros ainda, cujas intenções ideológicas são óbvias e não necessitam comentário, afirmam que o resultado do socialismo é necessariamente o totalitarismo burocrático soviético.

Um quarto tipo de argumentação, mais respeitável, atribui o malogro da revolução de 1917 em instaurar um efetivo sistema socialista ao caráter prematuro dessa revolução. A Rússia não estava preparada para a realização de uma revolução socialista. A revolução burguesa mal começara. A classe operária não era ainda numericamente respeitável. O sistema econômico não alcançara ainda um nível de integração e de produção social, a escassez era ainda um fenômeno por demais generalizado, para que houvesse condições para uma revolução socialista. Nas palavras de Isaac Deutscher:

> O marxista vê no pleno desenvolvimento do caráter *social* do processo produtivo a principal e histórica condição prévia do socialismo. Sem isso, o socialismo seria um castelo no ar. Tentar impor o controle social num modo de produção que não é inerentemente social, é tão incongruente e anacrônico quanto

> a manutenção do controle privado ou seccional sobre um processo produtivo que é social... As formas de socialismo foram forjadas (na União Soviética) antes de existir o conteúdo, a substância econômica e cultural, e, à medida que o conteúdo era produzido, as formas deterioravam-se ou eram distorcidas.[23]

E conclui Isaac Deutscher, resumindo em uma frase a revolução russa:

> No início, as instituições político-sociais criadas pela Revolução erguiam-se muito acima do nível real da existência material e cultural da Nação; depois, quando esse nível subiu, a ordem político-social foi rebaixada pelo peso da burocracia e do stalinismo.[24]

O argumento do caráter prematuro da revolução soviética é mais aceitável, mas se não for devidamente completado, cairemos no erro em que Isaac Deutscher acabou por incidir: o erro do personalismo de atribuir à burocracia e ao stalinismo a culpa final do não-cumprimento dos ideais da revolução de 1917. É preciso acrescentar ao argumento de Deutscher que, em 1917, a sociedade russa, se não estava madura para o socialismo, estava razoavelmente pronta para o estabelecimento de um regime tecno-burocrático.

Este é o aspecto importante do problema. Quando a revolução soviética foi realizada, o desenvolvimento tecnológico no mundo já havia sido suficientemente poderoso para começar a fazer pender para o lado da técnica, inclusive da técnica burocrática, o papel de fator estratégico de produção. A revolução liquidava com o sistema capitalista, mas continuava às voltas com o problema da escassez e do subdesenvolvimento. Nenhuma sociedade, até hoje, no mundo resolveu o problema da escassez. Nem mesmo a norte-americana. Muito menos a russa em 1917, que, ainda por cima, tivera sua precária economia destruída pela guerra mundial e pela guerra civil.

O vácuo de poder criado pela liquidação do sistema capitalista e feudal devia, portanto, ser preenchido por alguém que fosse capaz de fazer face à escassez existente, administrar a economia do país e promover sua industrialização. Na medida em que a escassez continuava a existir, o pro-

[23] *Idem*, p. 26, 27 e 35.
[24] *Idem*, p. 35.

blema econômico permanecia dominante. A revolução soviética só poderia substituir efetivamente o capitalismo se fosse capaz de realizar as tarefas dos empresários capitalistas e do estado capitalista relativas à produção de riqueza. O novo sistema deveria administrar a produção social pelo menos com a mesma eficiência que o sistema capitalista. Se possível, com eficiência maior.

Ou melhor, toda a formulação teórica dos economistas socialistas mostrava que o sistema econômico capitalista era ineficiente, marcado pela desorganização e o desperdício. Dentro da visão racionalista em que o socialismo, tanto ou mais que o capitalismo, foi concebido, um dos argumentos principais a favor do socialismo era o de que se tratava de um sistema mais eficiente, mais racional, do que o sistema capitalista. Agora que uma revolução socialista fora realizada, era condição essencial de sua sobrevivência que essas teses se comprovassem.

Ora, a única alternativa para que isso ocorresse, além do próprio capitalismo, era "racionalizar" o sistema social, ou seja, burocratizá-lo. Era montar uma organização burocrática básica — o Partido Comunista — e, a partir desta, organizar a burocracia estatal e as organizações burocráticas produtivas, ou seja, as empresas. E para isto não era mais possível nomear para postos-chave os políticos, os intelectuais e os operários revolucionários. Estes poderiam ser aproveitados na medida em que fossem tecnicamente capazes e que fossem capazes de se enquadrar no novo sistema. Em um sistema rígido, inflexível, fechado, em que o conformismo político fosse integral. Em um sistema governado pela eficiência e pelo medo. Ora, os revolucionários são idealistas que, geralmente, não se enquadram nesse tipo de sistema. Não é de estranhar, portanto, que muitos se tenham rebelado. E que tenham sido sumariamente expurgados. E o resultado disto foi o surgimento de uma "nova classe", na expressão de Milovan Djilas, de uma classe de tecnoburocratas, que assumiu o poder de forma oligárquica, suprimiu todas as liberdades e criou uma série de privilégios para si mesma.

Não são mais os políticos, muito menos a classe operária, que controlam o poder. Este está nas mãos da tecnoburocracia, constituída, fundamentalmente, de administradores profissionais que, adotando o papel de políticos, administram o Partido, o governo e as empresas. Só são políticos na medida em que são fiéis aos interesses do próprio grupo de tecnoburocratas e na medida em que são capazes de utilizar o jargão político oficial:

uma contrafacção do marxismo-leninismo. Essencialmente são burocratas, que são admitidos por seus pares na medida em que possuam as qualidades de um administrador profissional: capacidade decisória, imaginação, capacidade de organização, ambição, necessidade de realização e, ao mesmo tempo, alto grau de adaptabilidade, de conformismo e estrita lealdade ao sistema.

Djilas, em *A Nova classe*, faz uma análise notável da tecnoburocracia dos países comunistas. Sua crítica é muitas vezes apaixonada e unilateral. Nesses termos, salienta mais o aspecto burocrático do sistema do que o técnico. Evidentemente não percebeu que os dois fenômenos são extremamente similares, confundindo-se em um plano de abstração um pouco mais elevado. Admite porém que, além da lealdade, o burocrata necessita ser capaz. Diz-nos ele a respeito dos critérios para ascensão à nova classe:

> A nova classe está sendo criada com a mais baixa e a mais ampla camada do povo, e transforma-se constantemente... Teoricamente, o caminho para o alto está aberto para todos... A única exigência feita para se percorrer a estrada é a lealdade completa e sincera ao partido ou à nova classe. Ampla na base, ela vai-se tornando cada vez mais estreita à medida que se aproxima do alto. Não basta desejar subir, é necessário ter capacidade de compreender e aperfeiçoar doutrinas, ter firmeza na luta contra antagonistas, excepcional destreza e inteligência nas lutas internas do partido e talento para fortalecer a classe.[25]

Em síntese, a revolução de 1917 falhou em estabelecer um verdadeiro regime socialista porque, uma vez realizada, sua própria condição de sobrevivência era trair-se a si mesma e tornar-se tecnoburocrática. Ela era prematura na medida em que o fator estratégico de produção continuava o elemento fundamental da história e na medida em que esse fator estratégico estava passando do capital para a técnica. Foi a tecnoburocracia que a matou, mas não se tratou de obra deliberada. Se, ao invés de Stalin, houvéssemos tido na União Soviética um outro líder, as coisas poderiam ter sido um pouco diferentes, mas não muito. Uma vez eliminado o capitalismo, o domínio da tecnoburocracia era inevitável.

[25] Djilas, Milovan. *A Nova classe*. Rio de Janeiro, Agir, 1958. p. 93.

CAPÍTULO IV

Revoluções Militares

AS REVOLUÇÕES COMUNISTAS ocorreram sempre em países subdesenvolvidos. Excetuam-se alguns países da Europa Oriental, como a Tchecoslováquia e a Alemanha Oriental, em que a presença soviética, no pós-guerra, foi um fator decisivo, não se podendo, portanto, falar propriamente em revolução. Além das revoluções comunistas, porém, um outro tipo de revolução tem-se tornado cada vez mais freqüente nos países subdesenvolvidos: as revoluções militares. Nossa hipótese é a de que essas revoluções militares, da mesma forma que as revoluções comunistas, são um aspecto da emergência da tecnoburocracia no mundo moderno.

Sem dúvida o militarismo é um fenômeno muito antigo no mundo. A Assíria foi um Estado militarista. Esparta permanece ainda um exemplo de militarismo, ou seja, de domínio político dos militares sobre os civis. A história universal é freqüentemente confundida com a história militar, revelando a importância que, de uma forma ou de outra, sempre tiveram os militares na direção dos negócios públicos. Na América Latina, desde o período da independência, o governo de quase todos os países esteve nas mãos dos militares. O Oriente Médio, dentro da tradição muçulmana, esteve sempre sob o domínio de califas, cujo poder tinha origem religiosa e militar. Em todos os países do mundo o poder das armas sempre foi extraordinariamente grande, e a influência dos soldados foi sempre decisiva.

Este poder, porém, em regra, não era exercido em nome próprio. O poder militar era um instrumento a serviço do poder tradicional do aristocrata ou do poder econômico do capitalista. O poder tradicional geralmente se confundia com o poder militar. Eram os senhores de terra, os nobres, os califas, os xás, os mandarins, eles próprios os militares. A carreira militar era a carreira por excelência dos filhos dos senhores tradicionais. Em alguns casos, era a força militar que dava origem à posição aristocrática. É o caso por excelência dos cavaleiros medievais ou dos samurais. Em outros, o poder militar se justapunha ao poder tradicional, a ele se aliava, como aconteceu com tantos caudilhos, na América Latina, durante o século XIX.

Não é a esse militarismo que estamos nos referindo, quando afirmamos que as revoluções militares da segunda metade do século XX são um aspecto da emergência da tecnoburocracia no mundo. É sempre necessário lembrar que os fenômenos econômicos, políticos e sociais são eminentemente históricos. Fatos novos, novos instrumentos e técnicas de produção, novas relações de produção estão sempre surgindo, e os fenômenos históricos estão sempre em transformação. Uma transformação decisiva, em relação ao militarismo e ao papel dos militares na política, ocorreu com o surgimento dos exércitos modernos.

Uma concepção ampla de exército nos levaria a imaginá-lo como tendo origem em tempos imemoriais. Realmente, se definirmos exército simplesmente como um conjunto de homens e armas voltados para a luta armada, sempre houve exércitos no mundo. Entretanto, dentro de uma concepção mais restrita, os exércitos podem ser definidos como organizações burocráticas permanentemente constituídas de soldados profissionais, treinados para a guerra, obedecendo a uma hierarquia definida e a regulamentos escritos, formais e impessoais. Dentro dessa concepção burocrática do exército, este é um fenômeno recente, que tem origem particularmente na Prússia de Frederico, o Grande, no século XVIII, e que depois, já no período do capitalismo, durante o século XIX, se generaliza pelas demais nações do mundo. Nas palavras de Morris Janowitz:

> Oficiais mercenários existiam no século XVI e formas rudimentares de profissionalismo eram claramente discerníveis no século XVIII; contudo, não se pode

falar do aparecimento de uma profissão militar integrada senão depois de 1800.[26]

Dentro dessa concepção, os exércitos profissionais aparecem como um instrumento dos Estados nacionais, que surgem na Europa, a partir das monarquias absolutas, com o objetivo de assegurar a ordem interna e realizar as guerras defensivas ou agressivas que atendessem aos interesses da burguesia capitalista, que então se ia transformando na nova classe dominante. Os exércitos, portanto, são fruto da emergência do capitalismo, da mesma forma que as monarquias absolutas e os Estados nacionais o foram. Visavam as três instituições combater o sistema feudal e assegurar condições para o desenvolvimento das burguesias nacionais.

Os exércitos surgem, desta forma, nos países capitalistas avançados. No século passado, na medida em que esses países vão adotando uma ideologia liberal, ao exército é reservado um papel essencialmente não-político. Aos militares são reservadas funções essencialmente militares. Aos políticos e aos capitalistas é reservado o controle político da sociedade.

Esta concepção, que subordina os militares aos políticos e aos capitalistas, ainda permanece nas democracias liberais dos países ocidentais, embora, na segunda metade do século XX, seja cada vez menos verdadeira. Foi correta durante o século passado e a primeira metade deste século, mas nos próprios países desenvolvidos capitalistas de tradições liberais mais arraigadas a influência dos militares é cada vez maior.

Foi, portanto, com o capitalismo que surgiram os exércitos modernos. Foi com o capitalismo que se generalizou a figura do soldado profissional e que o poder político foi separado do militar. Antes do capitalismo, o poder tradicional estava intimamente relacionado com o poder militar. Os militares eram os próprios aristocratas. Com o capitalismo, os militares vão sendo recrutados cada vez mais na classe média.[27] Os militares não mais se confundem, nem com os aristocratas, nem com os capitalistas.

[26] Janowitz, Morris. *O Soldado profissional.* Rio de Janeiro, Edições ORD, 1967. p. 14 (Primeira edição norte-americana: 1960).

[27] Cf. Lambert, Jacques. "Les Interventions militaires dans la politique en Amérique Latine." *Le Rôle extra-militaire de l'armée dans le tiers monde.* Paris, PUF, 1966. p. 355; Halpern, Manfred. "Middle Eastern Armiers and the New Middle Class." In: *The Role of the Military in Underveloped Countries.* Princeton, Princeton University Press, 1962. p. 278; e Janowitz, Morris. *Op. cit.* p. 18.

Nos países subdesenvolvidos, já neste século, começam a se organizar os exércitos profissionais. Na África, na Ásia, na América Latina começam a surgir exércitos profissionais. Na América Latina, por exemplo, segundo Jacques Lambert, o primeiro exército profissional a se estruturar é o do Chile, em torno de 1880. [28] Mais ou menos na mesma época, em parte como resultado da Guerra do Paraguai, surge como organização burocrática efetiva o exército brasileiro, que até então era força inexpressiva em comparação com as milícias representadas pela Guarda Nacional, as quais representavam as oligarquias locais. [29]

Os exércitos não surgem necessariamente como organizações burocráticas independentes. No Brasil, por exemplo, foi necessário cerca de meio século para que o exército se organizasse em forma de uma burocracia. A vocação burocrática dos exércitos, a partir do modelo prussiano, porém, é irreversível. A maior eficiência obtida tanto na guerra quanto na paz por um exército disciplinado, com uma hierarquia definida, regulamentos e uma carreira precisamente estabelecida, constituído de oficiais profissionais, formados em academias militares, torna-se tão evidente, que não é possível imaginar outro modelo de exército.

Esta vocação burocrática dos exércitos modernos se acentua com a tecnificação da guerra. Todo o imenso desenvolvimento tecnológico que vem ocorrendo no século XX reflete-se diretamente na técnica militar. Na verdade, grande parte da pesquisa e do desenvolvimento da ciência, no nosso tempo, se deve aos interesses militares. O desenvolvimento da pesquisa atômica e da pesquisa em veículos espaciais são dois exemplos significativos da motivação militar do desenvolvimento científico contemporâneo.

Ora, na medida em que a guerra se tecnifica, torna-se cada vez mais necessária a burocratização dos exércitos. Burocracia é um sistema social administrado por especialistas, ou seja, por administradores tecnicamente competentes. A crescente complexidade da tecnologia militar exige oficiais cada vez mais treinados, uns como especialistas propriamente ditos, outros como administradores generalistas; todos como técnicos profissionais. Além disso, os exércitos modernos são cada vez maiores, o que, novamente, aponta na direção da organização burocrática. Quando um sistema social

[28] Cf. Lambert, Jacques. *Op. cit.* p. 352.
[29] Cf. Sodré, Nelson Werneck. *História militar do Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p. 127-43.

cresce muito, é praticamente condição de sua sobrevivência que se burocratize.

Seja, portanto, pelo caráter da vida militar, afeita à disciplina, à hierarquia, às rotinas e aos regulamentos, seja pela crescente complexidade tecnológica dos armamentos e das táticas militares, seja pelo tamanho cada vez maior dos exércitos, sua vocação burocrática é indiscutível.

A organização burocrática dos exércitos modernos nos países desenvolvidos, especificamente nos Estados Unidos, foi objeto de ampla pesquisa realizada por Morris Janowitz. [30] Mostra-nos Janowitz como o exército norte-americano, inicialmente aristocrático e tradicionalista, foi se transformando em uma vasta empresa burocrática. As elites militares, inicialmente recrutadas entre a classe alta superior, foi aos poucos mudando sua base de recrutamento para a classe média. [31] Por outro lado,

> as novas tarefas das forças armadas exigem que o oficial profissional desenvolva cada vez mais as qualificações e orientações comuns aos administradores e dirigentes civis... um amplo segmento na instituição militar assemelha-se a uma burocracia civil no que se refere a problemas de pesquisas, desenvolvimento e logística. [32]

Nos países subdesenvolvidos não foi realizada pesquisa com a mesma profundidade, mas o caráter burocrático dos exércitos é claro. O modelo de exército adotado é sempre o dos países desenvolvidos. Missões militares norte-americanas, francesas, inglesas, alemãs, soviéticas, encarregam-se de implantar nesses países a tecnologia militar moderna. Além disso, a utilização de armamentos modernos condiciona a modernização das organizações militares dos países subdesenvolvidos.

Ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, porém, os exércitos, nos países subdesenvolvidos, antecedem, ao invés de serem o resultado da modernização da economia destes países. Nos países industrializados já vimos que os exércitos foram fruto do capitalismo, foram resultados do processo de industrialização e burocratização que vai atingir toda a sociedade. Nos países subdesenvolvidos o exército é freqüentemente a primeira organização burocrática moderna a se estabelecer. É geralmente a mais estruturada e eficiente das organizações burocráticas. Talvez devido àquela vocação burocrática, intrínseca aos exércitos modernos, e certamen-

[30] Janowitz, Morris. *O Soldado profissional, op. cit.*
[31] *Idem*, p. 18.
[32] *Idem*, p. 16 e 17.

te em função dos armamentos e do treinamento que recebem dos países desenvolvidos, o fato é que tem sido muito mais fácil organizar em forma burocrática moderna um exército do que outras organizações. Nas palavras de Lucian W. Pye:

> Em comparação com os esforços que foram realizados para desenvolver, por exemplo, administrações civis e partidos políticos, parece que é de certa forma mais fácil criar exércitos modernos em sociedades transicionais do que outras formas de estruturas sociais modernas. [33]

Este processo de modernização ou burocratização dos exércitos nos países subdesenvolvidos pode ter sido mais ou menos lento, dependendo das origens dos mesmos e da forma pela qual foram desenvolvidos. Com a Segunda Guerra Mundial, porém, o processo de burocratização dos exércitos nos países subdesenvolvidos recebeu imenso impulso. Na mesma época, e concomitantemente com a liberação do jugo colonial de grande número de países africanos e asiáticos, o desenvolvimento econômico, ou seja, a modernização e a industrialização dos países periféricos, torna-se seu objetivo político número um. Uma série de fatores, que não cabe aqui discutir, transforma o desenvolvimento econômico, a partir da segunda metade do século XX, na aspiração fundamental de todos os países do mundo, inclusive os países subdesenvolvidos.

Temos, assim, dois fenômenos que ocorriam ao mesmo tempo, a partir da Segunda Guerra Mundial: de um lado os exércitos se transformavam na organização burocrática mais desenvolvida e moderna dos países subdesenvolvidos; de outro, esses países passavam a aspirar, antes de mais nada, ao desenvolvimento econômico. O resultado da conjugação desses dois fatores são as revoluções militares, é a tomada do poder, em quase todos os países subdesenvolvidos da África, da Ásia e da América Latina, pelas oligarquias militares.

Para citarmos apenas alguns países, revoluções militares são realizadas, no pós-guerra, no Egito, na Síria, no Iraque, no Sudão, na Argélia, na Tailândia, na Indonésia, na Coréia, no Paquistão, no Senegal, no Congo, no Togo, no Tchad, na Nigéria, no Brasil, na Argentina, no Paraguai, na Bolívia, no Peru.

[33] Pye, Lucian W. Armiers in the Process of Political Modernization. In: *The Role of Military in Underdeveloped Countries, op. cit.*, p. 74.

Em relação aos países latino-americanos poder-se-ia objetar que este não é um fato novo. Intervenções militares sempre houve na América Latina. Dentro do processo de burocratização e profissionalização dos exércitos, que estivemos examinando, porém, é preciso distinguir as intervenções do passado, muitas vezes realizadas por caudilhos e não propriamente pelos exércitos, ou então por um exército ainda não burocratizado, que simplesmente servia aos interesses das oligarquias rurais, das mais recentes, especialmente das intervenções ocorridas no Brasil e no Peru, que têm um caráter tecnoburocrático definido.

Em todos esses países a tomada do poder pelos militares é, eminentemente, um capítulo da emergência das tecnoburocracias ao poder. Os militares — na medida em que estão organizados burocraticamente, na medida em que são administradores profissionais ou especialistas nas mais variadas atividades não só militares mas também civis, — se constituem em uma tecnoburocracia. Inicialmente, aceitando o modelo liberal proposto pelos países desenvolvidos, o poder é entregue aos políticos e às oligarquias econômicas locais de caráter tradicional e/ou capitalista. Em breve, porém, os militares percebem que essas oligarquias políticas e econômicas estão despreparadas para o exercício do poder, além de não possuírem bases populares. Na verdade, nem a população está preparada para a democracia, nem as elites revelam capacidade para conduzir democraticamente o país no caminho do desenvolvimento econômico. Os militares, por sua vez, além de reunirem capacidade técnica e organizacional, na medida em que fazem parte de uma organização burocrática moderna, têm ainda o poder das armas. Daí para a revolução militar tecnoburocrática e para o estabelecimento de um regime autoritário é um passo.

As ditaduras militares tecnoburocráticas se espalham assim, rapidamente, pelos países subdesenvolvidos. Os militares aumentam o poder político não só em nome de seu poder e sua competência militar, mas em nome de sua competência civil. Isto não significa que os grupos civis não tenham necessariamente competência para gerir-se por conta própria. Em um país como o Brasil, por exemplo, a primeira revolução militar do tipo que estamos aqui analisando ocorreu em 1930. Mas logo os militares devolveram o poder aos civis. Em 1964, quando o poder civil e o esquema político estabelecido trinta e quatro anos atrás entra em crise, e se estabelece um vácuo de lideranças civis no país, os militares, agora plenamente tecnoburocráticos, assumem o poder com ânimo definitivo.

Os militares possuem competência técnica não apenas nas áreas militares mas também civis. Na medida em que são administradores profissionais, têm condições de aplicar seu conhecimento técnico na administração dos mais variados tipos de organizações burocráticas. O caráter generalista, não especializado, do administrador está presente também no militar profissional, que é treinado para administrar a organização militar. Além disso, os militares, antes mesmo de ocorrer uma revolução militar, já começam a ser chamados para grande variedade de tarefas no setor civil. Conforme observa Jacques Lambert:

> Nos países subdesenvolvidos que têm falta de administradores profissionais, os exércitos são chamados para desempenhar funções de todos os tipos, no campo econômico ou político. Os administradores públicos e de empresas privadas são pouco numerosos e freqüentemente mal preparados; nos termos em que foi assinalado em vários relatórios, o exército é a instituição que mais rapidamente adquire uma estrutura sólida e bem enquadrada e os oficiais recebem freqüentemente uma formação técnica.[34]

Nesses termos, antes mesmo de assumirem o controle político do país, os militares já começam a ocupar grande número de cargos na administração civil, nas empresas públicas e mesmo nas empresas privadas. Não ocupam esses cargos simplesmente porque os políticos e homens de negócio querem agradar o poder militar, como pretendem os antimilitaristas mais extremados, mas também, senão principalmente, porque têm uma competência básica para executar essas tarefas, na medida em que foram treinados em uma organização burocrática moderna.

Assumindo essas funções civis, os militares já vão, por sua vez, treinando e adquirindo experiência. No momento em que se sentem suficientemente fortes, não só no plano militar, mas também no plano administrativo, e que verificam que seus ideais burocráticos de racionalidade e eficiência não estão sendo seguidos pelo poder civil, seja porque ele representa os interesses de oligarquias tradicionais (caso do Brasil em 1930, do Peru, de todo o Oriente Médio), seja porque o sistema político civil entrou em crises de bases sociais (o Brasil de 1964 é o paradigma deste caso, que tem também excelente ilustração na Indonésia, com a deposição de Sukarno), nesse momento os militares realizam uma revolução tecnoburo-

[34] Lambert, Jacques. *op. cit.* Introdução, p. 14.

crática militar. Seu natural desejo de poder é um ingrediente na motivação revolucionária. Mas o elemento essencial é a crença tecnoburocrática dos militares profissionais de que, assumindo autoritariamente o poder, imprimirão à economia e à política do país maior organização, mais segurança e maior eficiência.

Essas revoluções se revestem de feições direitistas ou esquerdistas, na medida em que revelam uma atitude mais ou menos condescendente para com o capitalismo interno e externo. Assim, o Egito, a Argélia ou o Peru seriam exemplos de revoluções militares de esquerda, enquanto o Brasil de 1964, a Argentina de pós-Perón, ou a Indonésia de Suharto são exemplos de revoluções militares de direita. Na verdade, porém, essa distinção entre esquerda e direita, no caso destas revoluções, é muito pouco significativa. As semelhanças entre si são muito maiores do que as distinções. Todas elas tendem a ser ditatoriais, tendem a colocar a segurança interna e o desenvolvimento econômico como principais objetivos, tendem a ser modernizantes e eficientistas; tendem a colocar nos postos econômicos e políticos-chave profissionais competentes; são, em outras palavras, tecnoburocráticas, antes que de esquerda ou de direita.

Na verdade, a classificação entre esquerda e direita, na qual continuam a insistir os analistas e cientistas políticos, adapta-se mal às posições dos militares, como, aliás, à de todos os tecnoburocratas. Conforme observa Arnaldo Pedroso d'Horta em relação aos militares:

> Os militares, não estando incrustados na organização econômica como uma classe com interesses específicos, podem passar, indiferentemente, da direita para a esquerda e da esquerda para a direita.[35]

Isto não significa que os militares, como os tecnoburocratas em geral, não tenham interesses econômicos. Eles os têm. Mas, dependendo das circunstâncias, esses interesses poderão tanto ser atendidos em um regime em que a classe capitalista seja mantida quanto em outro em que a mesma seja suprimida ou reduzida.

As revoluções militares da segunda metade do século XX, nos países subdesenvolvidos, ao contrário do que acontecia anteriormente, são, portanto, eminentemente tecnoburocráticas. São um dos sintomas mais claros e decisivos da emergência ao poder em todo o mundo da tecnoburocracia.

[35] Pedroso d'Horta, Arnaldo. "Lima, ano III". *O Estado de S. Paulo*, 17 jun. 1971.

Os novos militares, ao assumirem o poder, o fazem com o objetivo definido de estabelecer no país uma ordem mais moderna e mais eficiente. Julgam-se o único grupo organizado e detentor da tecnologia moderna no país subdesenvolvido em que realizam sua revolução. O general Edgardo Mercado Jarrin, chanceler do Peru, por exemplo, em sua visita ao Brasil em 1971, declarou textualmente em uma entrevista:

> Os militares peruanos chegaram à conclusão, em certo momento, de que eram os únicos detentores da moderna tecnologia. Seus equipamentos eram modernos e financiados por países desenvolvidos. No entanto, o resto da população não acompanhava esses progressos das forças armadas. Foi então que os militares se lançaram a um movimento para estender os benefícios do desenvolvimento aos civis peruanos.[36]

Isto não significa que os militares pretendam assumir todos os cargos importantes assim que assumem o poder. Podem perfeitamente chamar para auxiliá-los técnicos civis. Foi o que fizeram, por exemplo, no Brasil, a partir de 1964. Grande número de técnicos, principalmente economistas e engenheiros, foi chamado para participar do poder, enquanto políticos, homens de negócios, líderes sindicais, estudantes e religiosos, na medida em que não possuíam uma origem tecnoburocrática como os militares e os técnicos civis, eram excluídos do poder.

Finalmente, é preciso deixar claro que os militares assumem o poder não apenas em função de sua competência técnica, mas também como um simples resultado de sua força militar e de sua vontade de poder. Sob esse aspecto, o militar, assim como o tecnoburocrata comunista, usa de sua competência técnico-profissional como uma justificativa para a sua tomada do poder. Na medida em que controlam o novo fator estratégico de produção — a competência técnica e organizacional — eles tendem a assumir o poder político. Mas, na medida em que não são os únicos a dispor dessa competência, na medida em que passam inclusive a surgir grupos de tecnoburocráticos conflitantes, o simples e velho desejo de poder, somado à força das armas, tornam-se elementos importantes. A competência técnica e organizacional é agora o elemento decisivo, caracterizando o poder militar como tecnoburocrático. Mas, obviamente, tanto nas revoluções militares como nas revoluções comunistas que examinamos anteriormente, e nas revoluções gerenciais dos países capitalistas, a tecnoburocracia não aparece em sua forma pura.

[36] Cf. *O Estado de S. Paulo*, 25 mar. 1971.

CAPÍTULO V

Tecnoburocracia e Capitalismo

FINALMENTE, DEPOIS DE examinarmos as revoluções comunistas e as revoluções militares, devemos examinar a emergência da tecnoburocracia nos países capitalistas avançados. Nosso modelo, para essa análise, serão os Estados Unidos, embora ela seja em grande parte válida para os demais.

O tema deste capítulo contém em si mesmo uma contradição — tecnoburocracia e capitalismo — que expressa bem o que vem ocorrendo nessa área. Paradoxalmente os países tecnologicamente mais avançados são aqueles em que a tecnoburocracia fez menos progressos. Através de um desses típicos saltos a que a história está sujeita, os países comunistas e os países subdesenvolvidos estão instaurando regime tecnoburocráticos, em substituição a sistemas capitalistas que ainda não tinham tido tempo de se delinear e estruturar. Em certos casos, uma etapa capitalista definida não chegou sequer a se constituir quando uma revolução tecnoburocrática assumiu o poder. Enquanto isso, nos países em que o capitalismo já é maduro, o avanço tecnoburocrático é muito mais lento. As resistências do sistema capitalista são muito mais fortes. Além disso, a ideologia liberal tem raízes profundas, especialmente nos países anglo-saxões, dificultando ainda mais a emergência da tecnoburocracia, cuja ideologia tem caráter eminentemente autoritário.

Não obstante, foi nos países capitalistas avançados, e particularmente nos Estados Unidos, que a tese da tecnoburocracia foi inicialmente levantada. A primeira colocação significativa da questão foi realizada por Berle e Means na célebre pesquisa que realizaram em 1929 sobre as grandes empresas norte-americanas e sobre controle do seu capital.[37] Nesse trabalho, logo em seu primeiro capítulo, os autores colocam a tese básica do livro: o sistema de propriedade está em transição. Com a concentração do capital em grandes sociedades anônimas e com a democratização do capital, distribuído entre milhares e milhares de acionistas, o sistema industrial capitalista entrou em uma fase de profundas transformações. As empresas deixam de ser controladas por indivíduos ou pequenos grupos, nos termos do capitalismo individualista do século XX. Separa-se o controle das empresas de sua propriedade. O controle das empresas vai passando para um grupo de administradores profissionais, enquanto a propriedade é dividida entre acionistas ausentes.

Em seguida os autores analisam o processo de separação do controle e da propriedade das empresas, que pode ser resumido nos seguintes termos: Ocorreu nos Estados Unidos um extraordinário movimento de concentração do poder econômico. Na época em que a pesquisa foi realizada as 200 maiores empresas controlavam 49% de toda a riqueza das companhias norte-americanas. Para que essa concentração fosse possível, foi necessário recorrer à poupança de um número crescente de pessoas. Daí a dispersão da propriedade de ações, de forma que, entre 4.367 companhias, seus administradores possuíam 10,7% das ações ordinárias e 5,8% das ações preferenciais. Em muitas empresas nenhum acionista possuía mais do que um por cento do capital. Em vista disto, separou-se o controle da propriedade. Os autores apresentam, então, cinco tipos de controle das empresas e classificam as 200 empresas pesquisadas segundo esses tipos. Teríamos assim que 44% das empresas estariam sob o controle de administradores profissionais; 21% sob o controle legal (sistema de pirâmide, ações sem direito a voto, ações com poder de voto maior do que

[37] Berle Jr., Adolfo A., e Gardiner Means. *The Modern Corporation and Private Property*. Nova York, MacMillan, 1950. (Primeira edição em 1932.) Para os dados abaixo, consultar as pp. 3, 28, 51, 67 e 94. Deve-se assinalar que antes do estudo de Berle e Means a emergência da tecnoburocracia já havia sido prevista. Entre os primeiros a adotarem esta posição merece especial menção Max Weber, que afirmava em 1924: "No momento é a ditadura dos funcionários e não a dos trabalhadores que está a caminho". Em *Der Sozialismus*, citado por H. H. Gerth e C. Wright Mills. *From Max Weber*. Nova York, Oxford University Press, 1958. p. 50.

as outras, etc.); 23% sob o controle da minoria do capital; 5% sob o controle da maioria, e 6% sob o controle praticamente total de um ou alguns indivíduos. A linha divisória entre o controle por administradores profissionais e o controle por minoria foi arbitrariamente estabelecida em 20% do controle do capital.

Com base nesses dados concluíam os autores que estava ocorrendo nos Estados Unidos um extraordinário processo de concentração do capital nas mãos de umas poucas grandes empresas, ao mesmo tempo em que o capital dessas empresas se democratizava, que seus proprietários perdiam poder e que este ia cada vez mais se concentrando nas mãos de administradores profissionais (tecnoburocratas, de acordo com nossa terminologia). Separava-se, assim, o controle e a propriedade das empresas. Estas se burocratizavam. Os capitalistas perdiam poder. E na conclusão de seu trabalho afirmavam já em 1932 Berle e Means:

> É concebível — na verdade parece quase essencial para que o sistema das grandes sociedades anônimas sobreviva — que o controle das grandes empresas venha a se colocar nas mãos de uma tecnocracia perfeitamente neutra, a qual equilibraria as reivindicações dos diversos grupos da comunidade e atribuiria a cada um uma parte do fluxo de renda à base de uma política de caráter público ao invés de basear-se na cupidez privada.[38]

O caráter ideológico da posição de Berle e Means, independentemente de seu valor científico, é evidente. Alguns cientistas sociais liberais procuravam ver o fim do capitalismo e o estabelecimento de uma sociedade mais justa e racional a partir da tomada pacífica do poder por uma tecnocracia neutra. Percebendo que o capitalismo teria necessariamente que desaparecer, preferiam vê-lo substituído paulatinamente por um sistema dominado por técnicos e administradores profissionais. O tecnocratismo tornava-se assim o herdeiro do capitalismo. Mais do que isto, tornava-se a conseqüência lógica do êxito do desenvolvimento capitalista. Era o capitalismo que se tornava mais racional; eram os capitalistas que entregavam a direção de suas empresas a administradores profissionais competentes. Era a ideologia tecnoburocrática que se esboçava.

Antes, porém, que a ideologia tecnoburocrática tivesse tempo de definir-se, surge uma idéia pioneira que iria colocar pela primeira vez de forma clara e precisa o problema da revolução tecnoburocrática. Em 1941,

[38] *Idem*, p. 356.

enquanto a Segunda Guerra Mundial ocorria, James Burnham publica um livro extraordinário, que teria enorme repercussão e causaria profundas irritações: *The Managerial Revolution*. Neste livro Burnham apresenta-nos um grande quadro da revolução tecnoburocrática, ou gerencial, segundo seus termos, por que o mundo estava passando. Diz-nos ele que, em relação ao futuro do sistema capitalista, podemos adotar três teorias alternativas: a de que o capitalismo deverá permanecer para sempre, a de que o capitalismo será substituído pelo socialismo e, finalmente, a de que o capitalismo será substituído pela sociedade gerencial. Depois de analisar e descartar as duas primeiras alternativas, Burnham opta pela terceira. Segundo essa teoria — a teoria da revolução gerencial — vivemos em um período de transição social, política, econômica e cultural extremamente rápida e profunda.

> Essa transição *parte* de um tipo de sociedade que nós temos chamado de capitalista ou burguesa para um tipo de sociedade que nós chamaremos *gerencial*... O que está ocorrendo nessa transição é uma luta em busca de dominância social, poder e privilégio, em busca da posição de classe dominante, travada pelo grupo social ou classe dos *administradores* (gerentes).[39]

Burnham havia sido trotskista militante, conhecia o método histórico-dialético marxista e o emprega sistematicamente. Mas rompera com o trotskismo e adota, em seu livro, uma posição de independência pessoal que irritaria a todas as correntes. Desagradaria aos capitalistas conservadores, porque previa o fim de seu sistema. Aborreceria aos socialistas de todos os matizes na medida em que previa o tecnocratismo e não o socialismo como substituto do capitalismo. Irritaria os ideólogos em emergência da tecnoburocracia porque, embora prevendo sua vitória, não lhes revelava nenhuma simpatia.

De fato, já então Burnham colocava os tecnoburocratas das sociedades capitalistas modernas na desagradável companhia dos fascistas, nazistas e stalinistas. Para Burnham, o fascismo e o leninismo-stalinismo são manifestações da revolução gerencial tanto quanto a paulatina tomada do poder, nos Estados Unidos, pelos administradores profissionais. Na verdade, os dois primeiros casos, marcados pela centralização do poder

[39] Burnham, James. *The Managerial Revolution*. Bloomington, Indiana University Press, 1960. p. 71 (Primeira edição: 1941).

e pelo totalitarismo, seriam situações mais acabadas de sociedade gerencial do que a norte-americana, em que o capitalismo ainda continuava vigente, ainda que em processo de decadência.

O livro de Burnham suscitou enorme discussão. Os ideólogos da tecnoburocracia, defensores intransigentes do sistema político e social norte-americano, concordaram com a tese central do livro, deram boas-vindas à revolução gerencial, mas indignaram-se com a colocação em um mesmo barco da tomada do poder pelos administradores profissionais nos Estados Unidos e pelos nazistas e stalinistas, respectivamente na Alemanha e na União Soviética. Era-lhes impossível conceber a hipótese de que, em última análise, os três movimentos tinham profundos traços em comum: eram governos de tecnoburocratas, originários da classe média, que se propunham racionalizar e tornar mais eficiente o sistema social.

Sem dúvida os gerentes norte-americanos jamais se aproximaram do totalitarismo e do desrespeito aos direitos individuais que marcaram o nazismo e o stalinismo. Mas a história recente tem mostrado que mesmo um governo marcado por profundas tradições democráticas, como o norte-americano, quando começa a ser dominado por uma tecnoburocracia, seja civil e/ou militar, é capaz de cometer violências contra a própria democracia, em nome da eficiência e da segurança nacional.

Já os intelectuais de esquerda receberam a tese de Burnham de forma totalmente negativa. Recusaram-se, totalmente, a aceitar a tese de que a revolução gerencial estava ocorrendo nos Estados Unidos. Nesse sentido, passaram a recusar a validade das conclusões da pesquisa de Berle e Means, contrapondo-a a outras pesquisas. Um dos líderes dessa posição, nos Estados Unidos, foi Paul Sweezy, que cita um estudo realizado em 1940 por Goldsmith e Parmelee, baseado em pesquisa realizada pela Securities and Exchange Commission, segundo a qual,

> em cerca de 140 das 200 companhias (as maiores companhias não-financeiras dos Estados Unidos), o número de ações em mãos de um só grupo de interesses era bastante grande para justificar, juntamente com outras indicações, tais como a representação na gerência, a classificação de tais companhias como estando mais ou menos definitivamente sob controle dos proprietários. [40]

[40] Goldsmith, Raymond W., e Rexford C. Parmelee. *The Distribution of Ownership in the 200 Largest Non-Financial Corporations.* INEC, Investigação sobre a Concentração do Poder Econômico, *Monografia* n. 29. Government Printing Office, 1941. Citado por *Sweezy, Paul. Ensaio sobre capitalismo e socialismo.* Rio de Janeiro, Zahar, 1965. p. 45.

A este dado Paul Sweezy acrescenta a observação de que, entre as empresas menores, a proporção das empresas sob controle dos proprietários deve ser muito maior. Por outro lado, acrescenta, os administradores profissionais,

> embora possuindo uma *proporção* reduzida de ações, quase sempre são proprietários de quantidades *absolutamente* grandes das mesmas, de modo que seus interesses mostram-se, em grande parte, idênticas ao do grupo proprietário. [41]

E concluiu citando a revista *Fortune* que, depois de analisar os resultados da pesquisa realizada pela Securities Exchange Commission, afirma:

> Está claro que a idéia de propriedade absenteísta, como geralmente interpretada, é uma grande fábula. [42]

Em outro trabalho publicado no mesmo livro, Sweezy, tomando também as 200 maiores empresas não-financeiras dos Estados Unidos e os 50 maiores bancos, realizou em 1939 um estudo, a convite do National Resource Committee, sobre os grupos de interesse na economia norte-americana. A conclusão a que chegou foi que aquelas 250 empresas, que controlavam grande parte dos ativos industriais (34%), de utilidade pública (75%) e ferroviários (95%) dos Estados Unidos, eram em última análise controladas por apenas oito grupos de interesse: Grupo Morgan-First National, Grupo Rockefeller, Grupo Kuhn-Loeb, Grupo Mellon, Grupo de Chicago, Grupo Du Pont, Grupo de Cleveland e Grupo de Boston. [43]

A conclusão da esquerda, reproduzida sistematicamente em todos os textos em que intelectuais de esquerda analisam o capitalismo contemporâneo e suas tendências, é a de que a separação da propriedade e do controle das empresas, a revolução gerencial, a emergência da tecnocracia, a superação do sistema capitalista, que aos poucos vai sendo substituído pelo tecnoburocratismo, são simplesmente mitos. O controle das empresas continua nas mãos dos grandes proprietários, que continuariam a se constituir na classe dominante por excelência dos países ocidentais industrializados.

[41] Sweezy, Paul. "A Ilusão da revolução dos gerentes." In: *Ensaios sobre socialismo e capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965. p. 46. (Artigo publicado originalmente em *Science & Society*, inverno 1942.)
[42] *Idem, ibidem.*
[43] Sweezy, Paul. "Grupos de interesse na economia norte-americana." In: *Ensaios sobre socialismo e capitalismo, op. cit.*, p. 159-98.

A esquerda adota, assim, uma posição eivada de um significativo imobilismo, que se choca profundamente com a concepção dinâmica da história em que pretendidamente deveriam basear-se. Para fundamentar sua posição, fazem apelo a pesquisas, as quais, às vezes, têm o condão de sugerir exatamente o oposto ao que estão procurando provar. Ralph Miliband, por exemplo, analisa uma pesquisa recente realizada por Robert Sheehan, a qual indicaria que, das 500 maiores empresas norte-americanas, 150 ainda continuariam sob controle de indivíduos ou famílias.[44] Com base nesses 30% que ainda estariam nas mãos dos proprietários capitalistas, Robert Sheehan comenta:

> A evidência que 30% das 500 maiores empresas industriais são claramente controladas por indivíduos identificados ou por grupos familiares... sugere que colocar de lado o tradicional proprietário norte-americano constitui um ligeiro exagero e que o muito propagado triunfo da organização está longe de ser total.[45]

Entretanto, se este contra-ataque constitui, por si só, uma admissão da revolução tecnoburocrática em marcha nos Estados Unidos, a observação seguinte é definitiva a respeito. O critério de controle usado foi, segundo Sheehan e Miliband, muito conservador. Foram considerados sob controle de um indivíduo ou de uma família as empresas em que um acionista ou um grupo de acionistas representando uma família possuíssem 10% ou mais de ações.

Ora, não vamos discutir aqui percentagens. Admitimos que em muitos casos é possível controlar uma empresa com menos do que 10% de suas ações. Este fato é conhecido. Mas fica ao mesmo tempo claro que o processo de substituição dos proprietários pelos administradores, nos Estados Unidos, já alcançou grande profundidade. Apenas 30% das 500 maiores empresas norte-americanas ainda estariam sob controle de proprietários capitalistas, desde que aceitemos que bastam 10% das ações de uma empresa para controlá-la.

Finalmente, temos uma pesquisa que nos parece definitiva, ao ilustrar não só o grande poder e autonomia já alcançados pelos administradores

[44] Miliband, Ralph. Professor Galbraith and American Capitalism. In: David Marmelstein e Robert Lekachman (orgs.). *Economics: Mainstream Radings and Radical Critiques*. Nova York, Random House, 1970. p. 534.
[45] *Idem, ibidem.*

profissionais nos Estados Unidos, mas também o caráter dinâmico, com tendência sempre a tornar-se mais acentuado, desse processo de emergência da tecnoburocracia. Robert J. Larner realizou em 1963 uma pesquisa visando atualizar os dados da pesquisa original de Berle e Means, já citada, realizada em 1929. Para distinguir, entre as 200 maiores empresas norte-americanas, qual o tipo de controle existente, adotou os mesmos critérios de Berle e Means. Foi apenas um pouco mais conservador em estabelecer a distinção entre controle por minoria e controle por administradores profissionais. Berle e Means estabeleceram que, se nenhum grupo possuísse mais de 20% das ações de uma empresa, essa empresa seria considerada como sendo controlada por administradores profissionais. Larner baixou essa linha divisória para 10%. Não obstante essa modificação, porém, os resultados que obteve revelaram enorme aumento do número de empresas controladas por administradores profissionais. Vimos que em 1929, 44% das empresas eram controladas por administradores profissionais. Em 1963 essa percentagem havia aumentado para 84,5%. Em contrapartida, os demais tipos de controle haviam sido drasticamente reduzidos. Nenhuma empresa mais era propriedade de um ou alguns indivíduos, contra 6% em 1929; 2,5% das empresas eram controladas por maioria, 9% por minoria de ações e 4% por artifício legal, contra, respectivamente, 5%, 23% e 21% em 1929, além de 1% em situação indefinida. [46]

Estes dados são impressionantes. Sempre será possível argumentar que, mesmo com menos de 10% das ações de uma empresa, é possível a um grupo capitalista controlá-la. Em um caso, na pesquisa acima citada, isto foi verificado, e a empresa foi considerada como sendo controlada pela minoria e não por administradores profissionais. Entretanto, mesmo que admitamos que a pesquisa superestime um pouco o número de empresas controladas por administradores profissionais, ela certamente subestima a mudança havida, ao ter baixado a linha divisória de 20% para 10%. E, apesar disto, a mudança foi radical. O aumento do número de empresas controladas por administradores profissionais foi tão expressivo, que se transforma em um poderoso argumento a favor da tese de que a revolução dos gerentes, ou a emergência da tecnoburocracia, está ocorrendo em ritmo acelerado.

[46] Larner, Robert J. "Ownership and Control In 200 Largest Nonfinancial Corporations, 1929 e 1963." *American Economic Review*, set. 1966, p. 777-78.

Apesar destes dados, porém, os cientistas sociais de esquerda continuam a adotar uma firme posição contra a idéia da tecnocracia. Paul Sweezy, como um de seus grandes líderes, deu a tônica básica da crítica. Os gerentes, os administradores profissionais, os técnicos detêm uma certa soma de poder. Mas são meros auxiliares, meros assessores dos capitalistas. Servem o capital antes de qualquer outra coisa. E disto retiram benefícios pessoais. Não têm, porém, poder real, nem representam o processo de liquidação do sistema capitalista. Afirma Paul Sweezy:

> Os gerentes são os assalariados mais bem pagos sob o capitalismo. Seu descortino e objetivos estão inteiramente ligados aos de seus superiores e sua maior ambição é a de se tornarem genuínos funcionários do capital, seja como donos ou como administradores. Em suma, acham-se inteiramente despreparados, por treino e posição social, para adotar uma posição histórica independente. [47]

No mesmo sentido, afirma Robert Fossaert:

> Esta tecnocracia não existe de fato: não se trata de uma classe dominante a um passo de desalojar a burguesia. Existem certamente os tecnocratas, enquanto técnicos aptos a dirigirem o aparelho do Estado ou a economia. Estes, entretanto, não podem aparecer enquanto permanecer inconteste o domínio da burguesia: ela os assimila, integrando-os em seus negócios, em seus interesses, em suas famílias. [48]

A mesma tese foi defendida por Carlos Estevam Martins, que publicou recentemente artigo cujo título já é altamente indicativo de seu conteúdo: "Tecnocracia ou Tecnoassessoria". [49] Nesse artigo, depois de restringir o conceito de técnico de maneira bastante radical, excluindo administradores e militares, o autor faz uma análise ampla e rigorosa do problema, procurando demonstrar que: a) os tecnocratas simplesmente assessoram o poder capitalista, burocrático ou militar existente; b) os

[47] Sweezy, Paul M. *A Ilusão da revolução dos gerentes, op. cit.*, p. 63. Sobre o assunto ver também o trabalho clássico de C. Wright Mills. "Marx para gerentes." In: *Poder e política.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965. Esse artigo foi publicado em 1942, mais ou menos na mesma época em que Sweezy escreveu seu trabalho, ambos criticando o livro de James Burnham. *The Managerial Revolution*, já citado.

[48] Fossaert, Robert. "Um Novo capitalismo?" (trad. de *L'Avenir du capitalisme*, cap. VII, 1961). In: Luiz Pereira (org.). *Perspectivas do capitalismo moderno.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971. p. 48.

[49] Martins, Carlos Estevam. "Tecnocracia ou tecnoassessoria". *Revista de Administração de Empresas*, v. 10, n. 3, 1970.

tecnocratas não são escolhidos de acordo com critérios de competência, mas de acordo com o grau de "parentesco ideológico"; c) as decisões freqüentemente não são tomadas de acordo com bases técnicas; d) a tecnocracia não constitui um agrupamento social específico. E conclui:

> Por falta de *tecnocratas*, até onde se sabe, nenhum governo morreu ou morrerá à míngua. Sejam quais forem os objetivos perseguidos pela elite governamental, sejam quais forem os meios que ela julgue conveniente empregar para a consecução do que tem em mira, sempre existe, na quantidade e na qualidade desejada, uma oferta satisfatória de especialistas ansiosos por construir por suas próprias mãos a fachada tecnocrática que a elite governamental deseja exibir aos olhos do grande público. [50]

Posição semelhante é tomada pelos marxistas, quando analisam o problema da tecnocracia e da revolução dos gerentes. Jean Meynaud resume a posição dos marxistas:

> Segundo eles, a colocação em evidência dessa categoria tem por objetivo estabelecer uma cortina de fumaça ao abrigo da qual os dirigentes capitalistas manipulam em proveito próprio a vida nacional. Em resumo, a proclamação da "era dos organizadores" tem por objetivo dissimular a fase monopolística do capitalismo. [51]

E o próprio Jean Meynaud, que não é marxista, mas prefere adotar uma atitude prudente em relação ao problema, recusa-se a aceitar a tese de que os tecnocratas estão assumindo o poder nas sociedades capitalistas. Seu poder e influência têm crescido muito. Sua ascensão tem provocado profundas mudanças dentro do sistema capitalista, mas este continua vigente. Nos termos de Meynaud:

> Sem dúvida, o capitalismo moderno sofreu numerosas modificações em relação às práticas antigas: entretanto, se os métodos de recrutamento do círculo dirigente sofreram transformações notáveis, nem a unidade nem a homogeneidade desse grupo me parecem seriamente comprometidas — as diferenças de comportamento observadas, sem ser negligenciáveis, são em média de ordem simplesmente tática." [52]

Esta discussão sobre a realidade ou não da revolução tecnoburocrática ainda não terminou e provavelmente ainda serão necessárias algumas dé-

[50] *Idem*, p. 66 (grifo do autor).
[51] Meynaud, Jean. *La Tecnocratie, mythe ou réalité?* Paris, Payot, 1964. p. 161.
[52] *Idem*, p. 170.

cadas para que termine. A velha esquerda tem bons motivos para recusar a tese.

Em primeiro lugar, uma revolução tecnoburocrática, a tomada paulatina mas firme do poder por um grupo de técnicos — especialistas, administradores e militares burocratizados — provenientes da classe média, contraria profundamente a análise política (não o método) de Marx, tão claramente expressa no *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Analisando a tentativa de aliança, contra a grande burguesia, de pequenos-burgueses e operários, através do Partido Social Democrático, em 1848, Marx mostra que a classe média tende a ser idealista e alienada em sua ação política, na medida em que seus interesses se subordinam aos da grande burguesia. Mostra ainda como a classe capitalista e seu representante, Luís Bonaparte, se apóiam na classe média. Nas palavras de Marx:

> Com a autoridade executiva que se tornou um poder independente, Bonaparte considera sua missão "salvaguardar a ordem burguesa". Mas a força dessa ordem burguesa está na classe média. [53]

Em segundo lugar, esta é em geral uma tese conservadora. É efetivamente uma forma pela qual os ideólogos do *status quo* pretendem que o sistema econômico e social capitalista está pacificamente evoluindo, em um sentido de maior racionalidade, maior eficiência, maior justiça social. Muitas vezes é realmente um mero disfarce do sistema capitalista ainda vigente em muitas áreas.

Em terceiro lugar, a velha esquerda repudia a tese tecnoburocrática porque, efetivamente, ela tem sido muitas vezes exagerada. Berle e Means de um lado e Burnham de outro incorreram neste erro. Burnham, como o lançador pioneiro da hipótese da revolução tecnoburocrática, levou-a até as suas últimas conseqüências. Entusiasmou-se pela idéia do ponto de vista intelectual, embora não tivesse nenhum entusiasmo pela mesma do ponto de vista moral. Berle e Means e todos os ideólogos da sociedade capitalista ocidental (Peter Drucker em *The New Society*, [54] Fourastié e Laleuf em *Revolução no Ocidente*, [55] Andrew Hacker em *The Corpora-*

[53] Marx, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Editora Escriba, 1968, p. 51-7 e 141.

[54] Drucker, Peter F. *The New Society, An Anatomy of Industrial Order*. Nova York, Harper & Brothers, 1950.

[55] Fourastié, Jean, e André Laleuf. *Revolução no ocidente* (trad. de *Révolution à l'Ouest*). Lisboa, Livraria Clássica, 1961.

tion Take Over,[56] entre muitos outros) também se tornaram defensores decididos da tese da revolução tecnoburocrática, na medida em que a identificam com o capitalismo monopolista do século XX. Na verdade, praticamente todos os intelectuais norte-americanos, exceto os marxistas, passaram a adotar a tese da revolução tecnoburocrática. Uns mais decididamente, outros menos. Muitas vezes usando outros nomes, como "sociedade industrial", "sociedade de consumo em massa" e mesmo a expressão genérica de "mundo moderno". Na verdade, porém, sob a liderança principalmente de Adolf Berle, que depois de seu clássico livro com Gardner Means, já citado, publicou uma série de trabalhos políticos que definem a ideologia oficial norte-americana (em especial, *Power without Propety* e *The American Economic Republic*),[57] os intelectuais norte-americanos conservadores ou liberais têm adotado a tese da revolução tecnoburocrática em uma atitude tipicamente ideológica, que, naturalmente, revolta os marxistas. A revolução dos gerentes é vista como um bem, como um aperfeiçoamento. Por outro lado, a velha ideologia capitalista liberal em plena decadência não tem meios, por si só, de justificar o sistema vigente. A ideologia tecnoburocrática torna-se assim um meio de justificar o *status quo*. A extensão já alcançada pela revolução tecnoburocrática é, então, tanto exagerada quanto exaltada. A análise científica dá lugar à análise ideológica.

É certo que já começam a surgir intelectuais que defendem a tese de revolução tecnoburocrática, mas não demonstram entusiasmo por ela. Pelo contrário, a criticam. Como já vimos, Burnham encontra-se nessa categoria desde os anos quarenta. Mais recentemente esta posição vem sendo generalizadamente adotada pela nova esquerda. Galbraith, por exemplo, em *O Novo Estado industrial*, já revela uma posição amargamente crítica em relação à tecnoestrutura. Theodore Roszak, um dos porta-vozes da contracultura e do novo pensamento radical norte-americano, é ainda mais decidido em sua crítica. Em *The Making of a Counter Culture*,[58] a tecnocracia é vista como a marca distinta de nosso tempo e como o inimigo número um a ser combatido pelos jovens, pela nova esquerda, pelo movimento *underground*, pela contracultura. A tecnocracia está em

[56] Hacker, Andrew. *The Corporation Take-over*. Nova York, Doubleday, 1965.
[57] Berle, Adolf A. *Power without Property*. Nova York, Harcourt, 1959; e *The American Economic Republic*. Nova York, Harcourt, 1963.
[58] Roszak, Theodore. *A Contracultura*. Petrópolis, Editora Vozes, 1972.

toda parte, domina toda a nossa via e todas as nossas consciências. Nas suas palavras,

> a tecnocracia não é produto exclusivo do velho diabo capitalista. Antes é o produto de um industrialismo maduro em processo de acelerada transformação. A procura do lucro poderia ser eliminada; a tecnocracia continuaria no poder. O problema-chave que nós temos que resolver é o paternalismo dos técnicos dentro de um sistema sócio-econômico inextricavelmente preso à técnica.[59]

Esta posição, porém, que ao mesmo tempo admite a ocorrência de uma revolução tecnoburocrática e a critica, considerando-a um mal ou um perigo, é em geral incompreensível para o intelectual da esquerda tradicional e para o marxista ortodoxo. Estes dois personagens, que normalmente se confundem, são em grande parte também vítimas da ideologia tecnoburocrática, que tanto criticam. O marxismo e o socialismo do século XIX são ambos frutos do racionalismo, cuja expressão mais pura e perfeita, no século XX, é o tecnoburocratismo. O representante da esquerda tradicional é, antes de mais nada, um defensor do racionalismo econômico que domina o mundo desde a Renascença. Nesses termos, ele se sente profundamente atraído pelo ideal tecnoburocrático de uma sociedade racional e eficiente, dirigida de acordo com os padrões estabelecidos pela capacidade técnica. Nesses termos, admitir a revolução tecnoburocrática é admitir que algo de bom está acontecendo para o sistema capitalista de forma espontânea e pacífica. É renunciar à revolução socialista. Em última análise, é para ele sinônimo de adesão ao sistema capitalista. Logo, já que intelectual da esquerda tradicional é incapaz de criticar a tecnocracia, a qual se enquadra perfeitamente em seu ideal racionalista, seu único recurso é negar sua existência. Ele nega terminantemente a existência de um poder tecnocrático, reduz o mais possível o significado da revolução tecnoburocrática, na medida em que é incapaz de criticá-la, na medida em que aceitar sua existência significa a ela aderir.

Entretanto, tudo indica que a discussão em torno da existência ou não da revolução tecnoburocrática nos países capitalistas avançados tenderá cada vez mais a perder o sentido na medida em que essa revolução avançar. Não há dúvida de que ela está longe de estar terminada. Já vimos que, paradoxalmente, é nos países capitalistas avançados que ela se encontra mais atrasada. Já vimos também que seus ideólogos tendem a exagerar-lhe a profundidade já alcançada. É indiscutível, porém, que em todos

[59] *Idem.*

os setores da vida econômica, social e política o poder tecnoburocrático avança em passos rápidos.

O capitalismo continua vigente. A classe capitalista continua no poder. Mas não é mais a única a dele participar e provavelmente não é mais a mais importante*. Nos termos de Wright Mills, a elite do poder diversificou-se. Aos velhos capitalistas juntaram-se os administradores profissionais de empresas, os militares, os políticos e os funcionários burocráticos. No seio da própria classe capitalista, o que ocorreu, segundo Mills, foi a participação dos administradores que, juntamente com os grandes proprietários, transformaram-se nos "ricos associados":

> O que ocorreu, segundo penso, foi a reorganização das classes proprietárias, juntamente com os funcionários de altos salários, formando um novo mundo associado de privilégios e prerrogativas... Os ricos associados, portanto, compreendem os membros dos 400 metropolitanos, dos ricos nacionais que possuem enormes fortunas americanas, bem como os altos dirigentes das grandes empresas. A classe dos donos, numa época em que a propriedade se divide em vários, transformou-se na classe dos ricos associados, e associando-se consolidou seu poder e atraiu para sua defesa novos homens, de substância mais executiva e mais política. [60]

Mills, portanto, embora ainda incluindo-se entre os que negam a revolução tecnoburocrática, já admitia em 1956 que o capitalismo estava sofrendo profundas transformações. Aos proprietários juntavam-se os administradores, no controle do sistema econômico e de seus privilégios. No plano mais amplo da política, porém, Mills, depois de recusar a simplificação marxista, de que o poder está exclusivamente nas mãos dos homens de empresa, e a simplificação liberal, de que esse mesmo poder está nas mãos dos políticos, [61] cria a expressão "elite de poder". E a define:

> Seus membros estão espalhados por todo o país, é uma coalizão de generais no papel de diretores de empresas, de políticos fantasiados de generais, de dirigentes econômicos agindo como políticos, de servidores públicos que se tornam majores, de vice-almirantes que são também assistentes de um funcionário de gabinete, que é, por sinal, um autêntico membro da elite dominante. Nem a idéia de uma classe dominante, nem de uma simples ascensão monolítica de políticos burocratas, nem de uma "igrejinha militar" é adequada. A elite do

* Como será visto nos próximos ensaios, esta última frase exagera minha posição. A burguesia continua a classe dominante, a tecnoburocracia é a classe emergente.

[60] Mills, C. Wright. *A Elite do poder* (trad. de *The Power Elite*). Rio de Janeiro, Zahar. 1962. p. 182-3.

[61] *Idem*, p. 332.

poder compreende a coincidência, por vezes difícil, do poder econômico, militar e político. [62]

Mills, portanto, embora negando-a, encontra-se próximo da tese da revolução tecnoburocrática. Se houvesse percebido que o fator novo une administradores privados, administradores públicos e militares é o conhecimento técnico e organizacional, teria detectado a revolução tecnoburocrática. Teria percebido que nos países ocidentais industrializados o sistema é ainda capitalista, mas esse capitalismo desfigura-se rapidamente, tendendo a transformar-se em uma tecnoburocracia. Os administradores entram em um processo de cooptação com os proprietários, com eles se identificam, a eles servem, mas acabam começando a defender seus próprios interesses, que não são exatamente iguais aos dos capitalistas. Por outro lado o poder dos militares, dos economistas e dos administradores públicos cresce rapidamente, à medida que o Estado aumenta enormemente de importância e amplia suas funções (o que é essencial para o poder tecnoburocrático afirmar-se), à medida que o planejamento econômico, ainda que às vezes disfarçado, se generaliza, à medida que a política econômica se torna de crucial importância para a sobrevivência dos governos, à medida que os exércitos não só se burocratizam, mas também crescem espantosamente de tamanho, dentro da economia de guerra, que define o sistema misto tecnoburocrático-capitalista da segunda metade do século XX.

A revolução tecnoburocrática é portanto uma realidade — uma realidade pouco animadora, pouco otimista, mas uma realidade. Ela não se completou ainda. O velho capitalismo ainda resiste e os novos tecnoburocratas não têm pressa nem interesse em exterminá-lo. Como fez a burguesia com o feudalismo durante séculos, preferem conservadoramente com ele conviver e dele tirar benefícios, nos locais em que ele é forte. Mesmo nos países subdesenvolvidos, em que o capitalismo é muito mais frágil, os tecnoburocratas tendem a preservá-lo. Só os comunistas, por motivos óbvios, não o fizeram. O capitalismo, porém, não é o inimigo da tecnoburocracia. É simplesmente seu antecessor, sua matriz. A tecnoburacracia é fruto do capitalismo. Sabe que acabará por exterminá-lo e por estabelecer seu próprio sistema de poder e privilégio. Mas, reformista, muito mais que revolucionária, prefere ir devagar.

62 *Idem*, p. 332-3.

CAPÍTULO VI

Técnicos e Tecnoburocracia

JÁ ESTAMOS AGORA EM condições de chegar a algumas definições a respeito de técnicos e de tecnoburocracia. Uma lógica de tipo cartesiano provavelmente recomendaria que as definições fossem colocadas no início do livro. Deliberadamente, porém, deixamos as definições para o final. Adotamos sistematicamente um método histórico, analisamos os problemas dentro da dinâmica da história, de forma que as definições, os conceitos básicos, fossem surgindo naturalmente. Dessa forma os conceitos ganham vida e significado, ao invés de se restringirem a definições abstratas, que pouco ou nenhum sentido fazem quando desligadas de um contexto econômico, político e social historicamente situado.

Já deve estar claro neste momento que nosso conceito de técnico é amplo. São técnicos os indivíduos que procuram racionalizar os métodos de produção. São técnicos aqueles que possuem um conhecimento sistematizado e aprofundado a respeito de uma técnica qualquer e utilizam esse conhecimento de forma profissional. Esse conhecimento pode ter sido obtido exclusivamente através da experiência, mas em regra terá por base um processo de treinamento formal qualquer de nível universitário ou para-universitário. O conhecimento técnico deve, portanto, ter um nível de sofisticação razoavelmente elevado. Caso contrário, não teremos como distinguir o técnico de um operário.

A técnica distingue-se da ciência na medida em que esta está preocupada com o desenvolvimento do conhecimento geral, independentemente dos custos envolvidos, enquanto a técnica se preocupa com o modo mais eficiente de se realizar uma determinada tarefa. A técnica é por definição operacional, prática, visa a resultados máximos com um mínimo de esforço. A ciência tem como principal objetivo a verdade; para a técnica o critério básico é o da eficiência. Para satisfazer esse critério a técnica certamente irá buscar subsídios na ciência, além de desenvolver sistemas de conhecimentos específicos à própria técnica.

Da mesma forma que a técnica se distingue da ciência, o técnico se distingue de um cientista, aquele preocupado com a eficiência, este com a verdade. Constitui, portanto, um erro identificar os cientistas com os técnicos. Um cientista pode também ser um técnico. Mas esta será a exceção. Por isso, não tem o menor sentido pretender refutar a tese da revolução tecnoburocrática com a demonstração de que os cientistas ainda estão muito longe do poder político. De fato, estão. Mas não são eles os técnicos por excelência.

Há muito mais técnicos do que cientistas. Entre os técnicos não só se incluem os que são capazes de manipular máquinas e matérias-primas de forma mais eficiente (os engenheiros), mas também os que dirigem outros homens. Os administradores profissionais, os economistas e os militares profissionais incluem-se nessa categoria. Há uma tendência entre alguns analistas de não considerar tais profissões como técnicas. Mas um administrador profissional, por exemplo, é muito mais tipicamente um técnico do que um cientista, na medida em que sua preocupação fundamental é a eficiência.

A legitimidade de um técnico lhe é conferida face ao seu suposto conhecimento técnico. Ora, principalmente entre os administradores civis ou militares, há muitos casos de incompetência, de conhecimento e capacidade administrativa insuficientes. Isto significa que eles deixam de ser técnicos? De forma alguma. Eles continuam técnicos na medida em que têm como objetivo a eficiência e como legitimação de seu cargo sua pretendida competência. Dentro da mesma linha de raciocínio, não importa que sua carreira não tenha sido feita exclusivamente em função de sua competência técnica. Outros critérios são adotados, os quais, desde que não se tornem, como regra, dominantes, não roubam ao administrador ou ao militar seu caráter de técnico. Entre os demais critérios, o da antigui-

dade, típico das burocracias, principalmente das mal administradas, a confiança pessoal, o conformismo, a lealdade, a habilidade em viver e sobreviver dentro de uma organização são os mais típicos.

Sem dúvida, sabemos que existe uma tendência por parte de muitos autores de distinguir os técnicos dos burocratas dentro das organizações modernas. Técnicos seriam os engenheiros, os pesquisadores, os "engenheiros sociais", sempre especialistas, enquanto os burocratas seriam os administradores. Melhor ainda, técnicos seriam os eficientes, burocratas os ineficientes... Esta posição é expressa, embora não adotada, por Jean Meynaud:

> Diversos especialistas e práticos desejam que se distinga o tecnocrata, que se caracterizaria por uma preocupação pela administração técnica ótima e por uma visão desinteressada do bem público, do burocrata, que teria por único critério a defesa de seus interesses de carreira e se caracterizaria por hábitos desmoralizantes quanto ao nível de eficiência (fuga às responsabilidades, recusa à inovação, papelada...). [63]

Esta posição adota uma concepção vulgar de burocracia, que nada tem a ver com o modelo clássico de Max Weber, ao identificar burocracia com suas disfunções. Burocracia é simplesmente um sistema social racional, um sistema social impessoal, hierárquico, dirigido por administradores profissionais, segundo critérios de eficiência. Suas disfunções, seus desvios são a papelada, a recusa à inovação, o apego aos regulamentos.

Além disto, esta posição revela claramente uma posição ideológica tecnocrática. O tecnocrata é colocado em oposição ao burocrata, para que suas qualidades positivas sejam realçadas. Para nós, porém, esta distinção é inaceitável: tecnocratas e burocratas são identificados. O máximo que poderíamos admitir é a existência de uma certa distinção entre especialistas, que seriam os técnicos estritamente, e generalistas, que seriam os administradores ou burocratas. Esta distinção, porém, parece-nos dispensável no nível de abstração em que estamos trabalhando. É inadmissível, porém, admitir uma classificação valorativa, identificando os especialistas e administradores eficientes como técnicos e os ineficientes como burocratas.

Colocado o problema nesses termos, está claro que o conceito de técnico não tem sentido valorativo. Não há nenhuma conotação positiva

[63] Meynaud, Jean. *op. cit.*, p. 57.

ou negativa na figura do técnico. As conotações positivas ficam por conta da ideologia tecnoburocrática, que examinaremos mais adiante. Na medida, porém, em que esta ideologia está profundamente difundida, será provavelmente difícil para muitos compreender esta posição. O técnico tem uma imagem eminentemente positiva no mundo moderno. Muitas vezes ele é confundido com o cientista. Sempre é identificado com a razão, a lógica, a neutralidade ideológica e a eficiência. Dentro dessa perspectiva, colocá-lo no mesmo plano de um administrador ou, o que é pior, de um burocrata (não obstante ambos os termos sejam praticamente sinônimos, com a única diferença que administradores são os burocratas que ocupam posições superiores) parecerá provavelmente chocante.

Da mesma forma, incluir entre os técnicos os incompetentes, os carreiristas, poderá parecer estranho. E realmente será estranho para todos os que estiverem influenciados pela ideologia tecnoburocrática — ou seja, para a grande maioria. Na realidade, porém, na medida em que estamos tentando realizar uma análise científica e não ideológica de um tipo sociológico determinado — o técnico — e não de um ser idealizado em nossas fantasias e aspirações, não haverá nada de estranho em admitir a existência de técnicos incompetentes e carreiristas. O que define o técnico é o papel que lhe é atribuído em um sistema social qualquer e, mais especificamente, em uma organização burocrática. Se esse papel é técnico, se dele se espera competência profissional, eficiência, racionalidade, aquele que o estiver desempenhando será um técnico, não obstante todas as suas limitações pessoais.

Finalmente, devemos situar o técnico socialmente. Em regra ele pertence à classe média. O acesso à categoria de técnico por parte da classe baixa é ainda muito reduzido na maioria dos países capitalistas. Uma tecnoburocracia, portanto, dentro de um país que ainda conserva muitas de suas feições capitalistas, inclusive os próprios capitalistas, é um governo de classe média. Em um país comunista, em que o capitalismo foi eliminado, não tem muito sentido falar-se em classe média. Nesse caso os tecnoburocratas, dentro de um conceito bastante amplo de classe social, que se confunde com o de estrato social, constituiriam a classe alta.

A origem social na classe média dos administradores profissionais tem sido objeto de grande número de pesquisas. Nós mesmos participamos de uma pesquisa no Brasil, em que pôde ser verificado que cerca de 72,5% dos diretores das empresas do Grande São Paulo tinham origem

na classe média superior (22,5%), média (30%) ou inferior (20%). Entre os demais, 20% tiveram origem na classe alta e apenas 7,5% na classe baixa. [64]

Não se deve, portanto, imaginar que o advento de sociedade tecnoburocráticas implique mobilidade social muito maior, muito menos igualdade de oportunidade. Sem dúvida, há um aumento significativo de mobilidade, quando comparado com um sistema capitalista puro, mas esse aumento não chega a influenciar de forma ponderável as oportunidades de acesso da classe baixa.

Os critérios de acesso, embora técnicos, continuam influenciados por condicionantes familiares e sociais. Especialmente estas últimas continuam importantes. O técnico deve ser capaz de assimilar os padrões de comportamento da classe alta, caso queira subir. Quem já pertencer a essa classe alta ou à classe média superior, terá, portanto, muito mais facilidade de acesso do que um indivíduo originário da classe baixa. Pesquisas recentes realizadas nos países comunistas, por exemplo, revelam claramente este fato. À medida que a tecnocracia consolida seu poder nesses países, a mobilidade social reduz-se.

Este fato é reforçado pela circunstância de que os tecnoburocratas que se encontram na cúpula têm contatos mais freqüentes com os membros de sua própria classe social, resultando daí maiores oportunidades para seus próprios filhos. Finalmente, é importante lembrar que o acesso às posições tecnoburocráticas depende essencialmente do nível de educação formal recebido. Ora, os filhos da classe alta e da classe média têm ainda muito mais oportunidades educacionais, apesar de todo os progressos que têm sido realizados nesse setor, tanto nos países capitalistas como nos comunistas.

O conceito de tecnoburocracia decorre do de técnico. Tecnoburocracia é o governo dos técnicos. É o sistema político em que o poder está nas mãos dos técnicos, sejam eles economistas, engenheiros, administradores públicos e privados ou militares profissionais. Colocada nesses termos, tecnoburocracia seria um tipo de oligarquia: a oligarquia dos técnicos. Opõe-se, portanto, a outros sistemas políticos, particularmente à democracia.

[64] Pereira, Luiz Carlos Bresser. *Mobilidade e carreira dos dirigentes das empresas paulistas.* Tese de doutoramento para a Universidade de São Paulo, mimeografada. Nesse trabalho realizo um levantamento das demais pesquisas sobre o assunto.

Realmente, a tecnoburocracia é por natureza antidemocrática. O técnico assume o poder não em função da vontade do povo, expressa através do voto, mas em nome de sua competência técnica e organizacional. Suas decisões, uma vez no governo, não são tomadas em função da consulta ao povo, mas em função de sua pretendida racionalidade. Os critérios de racionalidade são, naturalmente, definidos pela própria tecnoburocracia, na medida em que apenas os técnicos se consideram com capacidade para isso. A população em geral é considerada, por definição, incapaz de tomar decisões de natureza técnica. Ora, em um mundo em que tudo foi reduzido à técnica, o governo dos povos é também um problema técnico, é um problema a ser decidido por economistas, administradores profissionais e militares tecnicamente capazes.

O político, a rigor, não tem função. Pode ser mantido, seja por tradição, seja por conveniência, seja porque os ideais democráticos ainda fazem algum sentido. Mas, sempre que possível, ele irá sendo desmoralizado, acusado de incompetente, de demagogo, de desonesto. E seu poder será sistematicamente reduzido, à medida que emerge a tecnoburocracia.

Mas não são apenas os políticos que vão perdendo a função à medida que emerge a tecnoburocracia. Todas as instituições políticas próprias de uma democracia vão perdendo sentido. Se as decisões são técnicas, não há mais razão para partidos políticos. A opção por um partido único é uma conseqüência lógica. Da mesma forma, a função da imprensa deixa de ser informar e discutir problemas para se transformar em meros instrumentos da administração tecnoburocrática que domina o Estado. Esta administração necessita comunicar e explicar suas decisões técnicas ou pretendidamente técnicas (é indiferente) à população. À imprensa cabe essa função. Não tem sentido, portanto, liberdade de imprensa, a qual, da mesma forma que a multiplicação dos partidos políticos e das alternativas ideológicas, só poderia servir de obstáculo à racionalidade das decisões técnicas.

Dentro do sistema tecnoburocrático uma regra básica para a administração dos negócios públicos é o segredo. Apenas os tecnoburocratas devem ter acesso às informações necessárias às decisões políticas. A discussão aberta dos problemas, além de ineficiente, põe em risco a segurança. Nos países totalitários comunistas essa regra é absoluta. Entretanto, em países de sólidas tradições democráticas, como os Estados Unidos, por exemplo, a tendência ao segredo e à exclusão do povo nas decisões mais importantes também é manifesta, como o caso da publica-

ção de documentos secretos da guerra do Vietnã, em 1971, pelo *The New York Times,* deixou claro. Nos países ocidentais industrializados, porém, uma indicação de que a tecnoburocracia ainda não se tornou, definitivamente, o sistema dominante, é o fato de que nem o segredo total, nem o partido único, nem a censura à imprensa foram instaurados.

Tecnoburocracia é para nós sinônimo de tecnocracia. Preferimos a primeira palavra em primeiro lugar porque expressa melhor o sistema que pretendemos definir, incluindo expressamente entre os técnicos os administradores burocráticos civis ou militares. Além disso, a expressão tecnoburocracia não possui as conotações ideológicas positivas que vem ganhando o termo tecnocracia em um mundo dominado cada vez mais pela ideologia racionalista tecnoburocrática. No mundo atual, "técnico" e "bom" vão se tornando quase sinônimos. Defender a tese da emergência da tecnocracia no mundo moderno, como um fenômeno histórico a ser cientificamente analisado, significa para quase todos a mesma coisa que adotar uma posição favorável a que essa emergência da tecnocracia definitivamente se concretize. Na medida em que a grande maioria da humanidade, na sociedade industrial moderna, vai sendo dominada pela ideologia tecnoburocrática, confunde-se a defesa de uma hipótese científica sobre a emergência da tecnocracia com sua defesa política. Burnham, por exemplo, foi vítima dessa confusão. Por haver definido e defendido a hipótese da revolução dos gerentes, conclui-se que era politicamente um defensor do novo sistema.

Preferimos, portanto, uma expressão, além de mais completa, ideologicamente menos perigosa, como tecnoburocracia. Não é, naturalmente, a expressão idealmente neutra que seria desejável. Tecnoburocracia tem uma conotação negativa, na medida em que a expressão burocrata é vulgarmente confundida com ineficiência e papelada. Entretanto, se entendermos por burocracia o tipo puro ou ideal de sistema social e de dominação política classicamente definidos por Max Weber, não haverá razão para quaisquer confusões a respeito. Tecnoburocracia será, claramente, um sistema político em que o poder estará situado nas mãos de técnicos burocráticos. É um sistema político administrado segundo critérios de racionalidade ou eficiência. É um sistema político no qual o poder é legítimo na medida em que suas origens sejam ou pretendam ser técnicas. Nas palavras de Jacques Billy, que tenta nos fornecer uma definição de tecnocracia ou tecnoburocracia:

> Por ser qualificado de tecnocracia o exercício, no domínio da economia, da indústria e do comércio, no nível do Estado ou da grande empresa, do poder de organização e de decisão mais geral por parte de um pequeno grupo de homens de formação técnica, que aceitam a disciplina hierárquica e geralmente se situam sob a autoridade de um chefe. [65]

Colocado o problema nesses termos, tecnoburocracia não é simplesmente um sistema político, é também, e essencialmente, um sistema econômico. Caso contrário, não poderiamos ter afirmado que, depois da etapa do capitalismo, está surgindo a tecnoburocracia, e não o socialismo.

Nossa hipótese é a de que a tecnoburocracia é ou tende a ser um sistema econômico tanto quanto o capitalismo o é, o feudalismo o foi e o socialismo o seria. Enquanto sistema econômico, talvez fosse melhor denominá-lo tecnoburocratismo ou então tecnoestrutura, como o fez Galbraith. Tecnoburocratismo é um bom nome e poderemos usá-lo eventualmente, mas, em geral, ficaremos com tecnoburocracia também para expressar o sistema econômico.

Para entendermos esta afirmação de que a tecnoburocracia é, em termos tipo ideal, não apenas um sistema político, mas também um sistema econômico, devemos recordar em duas palavras os conceitos de capitalismo e de socialismo. Capitalismo não é simplesmente um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, da mesma forma que socialismo não é, simplesmente, o sistema econômico em que os bens de produção estão nas mãos do Estado ou são coletivos. Capitalismo é, além disso, um sistema econômico baseado em pequenas e médias empresas, podendo haver apenas em um ou outro setor grandes empresas. É um sistema econômico controlado essencialmente pela concorrência, pelo sistema de preços determinado no mercado. É um sistema econômico em que o Estado é relativamente fraco economicamente e pouco intervém na economia. É, finalmente, um sistema econômico em que o poder político está principalmente nas mãos da classe capitalista, já que não é possível distinguir, a não ser para fins de análise, o sistema econômico do político, dada sua total independência.

Em contrapartida, o socialismo é muito mais do que o simples controle pelo Estado ou mesmo por cooperativas dos meios de produção. É

[65] Billy, Jacques. *Les Techniciens et le pouvoir*. Paris, Press Universitaires de France, 1963. p. 14.

muito mais do que um sistema econômico planejado. Na verdade, é perfeitamente viável visualizar um sistema econômico socialista baseado em cooperativas ou empresas coletivas, em que o controle da economia repouse tanto ou mais no sistema de preços do que em um sistema de planejamento. O socialismo é muito mais do que isto. O socialismo não é necessariamente uma utopia, mas é certamente um ideal a ser atingido. Se não fazemos distinção entre socialismo e comunismo, a qual, aliás, é dispensável no nível de generalização em que estamos discutindo o problema, socialismo é a sociedade sem classes. É a sociedade em que a igualdade de oportunidade e a liberdade foram definitivamente instaladas. Poderá haver uma fase de transição. Para os marxistas haverá uma ditadura do proletariado, durante um certo tempo. Inicialmente se distribuirão os bens de acordo com a capacidade de cada um, depois de acordo com sua necessidade. Socialismo é sinônimo de um sistema econômico baseado na justiça social e no oferecimento de oportunidade de realização pessoal para todos. Socialismo é incompatível com ditadura, totalitarismo, privilégios, domínio de uma classe de tecnoburocratas. Até hoje, insistimos, socialismo é um ideal, não uma realidade historicamente observável.

Tecnoburocracia é a realidade econômica para a qual tende o capitalismo e na qual se desvirtuaram as tentativas de socialismo. Tecnoburocracia, do ponto de vista econômico, é o sistema do grande Estado burocrático e das grandes empresas burocráticas. As grandes empresas poderão ser públicas ou privadas. Isto não faz muita diferença. Serão sempre monopolistas ou oligopolistas. O capitalismo monopolista é a fase de transição entre o capitalismo e a tecnoburocracia. A tecnoburocracia é o sistema econômico baseado no planejamento e na administração racional. O planejamento será realizado não só ao nível do grande Estado, mas também ao nível das grandes empresas, e geralmente, também, ao nível dos grandes exércitos burocráticos. Ao sistema de preços poderá ser reservado um papel, mas será cada vez mais secundário.

O objetivo principal a ser alcançado não será mais o lucro máximo, como na sociedade capitalista, mas a produção máxima. Para o Estado e para a sociedade em geral, produção máxima significa desenvolvimento econômico, significa consumo, significa eficiência. Desenvolvimento econômico, consumo cada vez maior, eficiência são três palavras-chave do sistema tecnoburocrático. Para a empresa, produção máxima significa cresci-

mento, ou seja, aumento da quantidade de bens e serviços produzida e vendida, aumento da quantidade de capital e de trabalho sob o controle da empresa, aumento do poder e do prestígio de seus administradores. Nas sociedades ainda capitalistas, como a norte-americana, o lucro vai se tornando secundário. É um mero meio para se atingir o crescimento. É sempre considerado a longo prazo. É estritamente planejado. Não permite à empresa aproveitar-se especulativamente de condições favoráveis do mercado para maximizar o lucro, como pressupõe o sistema capitalista puro. E nos momentos excepcionais em que o lucro e o crescimento entram em conflito, o primeiro é sempre sacrificado em favor do segundo. Nas sociedades em que a propriedade privada foi abolida, o lucro é definitivamente secundário. Teve uma certa reabilitação recentemente, mas se constitui em uma entre outras medidas de eficiência. A produção máxima é claramente o grande objetivo a ser atingido.

Não nos entenderemos sobre as características e o funcionamento da economia tecnoburocrática. Não só porque foge à área de interesse desse estudo, que é eminentemente política, mas também porque as características econômicas da tecnoburocracia ainda estão pouco definidas e estudadas. Galbraith, em *O Novo Estado industrial*, e Robin Marris, em *The Economic Theory of Managerial Capitalism*, [66] estão entre os que estudaram o problema, na fase de transição do capitalismo monopolista para a tecnoburocracia. A teoria econômica ortodoxa, de bases neoclássicas e keynesianas, continua a ignorar o problema e a montar seus modelos abstratos do sistema econômico capitalista baseados na concorrência perfeita, enquanto economistas como Sweezy, Baran, Tsuru, embora reconhecendo a existência do capitalismo monopolista, continuam a adotar um esquema conceptual do século XIX para analisar os problemas deste século.

Para nós, no momento, basta ficar claro que a tecnoburocracia é o sistema econômico do grande Estado burocrático e das grandes empresas burocráticas. É o sistema econômico do planejamento, da produção em massa, da eficiência administrada, do consumo em massa. É o sistema dos economistas, dos engenheiros e dos administradores profissionais, por eles dirigido e a eles principalmente beneficiando. É um sistema baseado no privilégio dos tecnoburocratas e no consumo em massa de toda uma popu-

[66] Cf. Marris, Robin. *The Economic Theory of Managerial Capitalism*, Nova York, The Free Press of Glencoe, 1969.

lação manipulada através dos meios de comunicação em massa modernos. É um sistema em que as grandes empresas e o Estado determinam o que vai ser produzido em massa, em função de seus planos e das pesquisas de mercado realizadas, e em seguida manipulam os desejos dos consumidores através da propaganda. É o sistema econômico de uma sociedade industrial altamente tecnificada, em que os métodos de produção foram ou estão sendo todos automatizados. É um sistema econômico muito mais eficiente e produtivo do que os anteriores, embora possa esconder em seu seio ainda muitas ineficiências.

CAPÍTULO VII

A Ideologia Tecnoburocrática

A TECNOBUROCRACIA, mais do que um sistema econômico e um sistema político, é um sistema cultural, entendida esta última expressão em seu sentido mais amplo. Cultura é o produto de toda atividade humana. É o produto do trabalho, da arte e da inteligência dos homens através dos tempos e em cada momento. Cultura abrange a atividade econômica, política, lúdica, artística, científica, religiosa e ideológica do homem. A cultura da sociedade industrial moderna já é em grande parte e tende a ser cada vez mais uma cultura tecnoburocrática. Não é apenas o sistema econômico que é tecnoburocrático, apoiado nas grandes empresas, no grande Estado, e no seu planejamento. Não é apenas o sistema político que é tecnoburocrático, na medida em que vai sendo dominado por tecnoburocratas. Toda a sociedade se tecnoburocratiza. Valores, crenças, artes, diversões, vão ganhando conotações tecnoburocráticas cada vez mais definidas.

A tecnoburocracia representa a cristalização das idéias e das ações racionalizadoras que definem o mundo moderno. É o resultado e o resumo de toda a grande revolução tecnológica, econômica e social que se vem realizando no mundo desde a Revolução Comercial e particularmente desde a Revolução Industrial, sob a égide de um racionalismo utilitarista.

Nas palavras de Theodore Roszak, que escreveu um notável trabalho sobre a tecnocracia ou tecnoburocracia,

> por tecnocracia eu entendo a forma social em que a sociedade industrial atinge o pico de sua integração organizacional. É o que o homem-padrão ideal usualmente tem em mente quando fala de modernização, racionalização, planejamento. [67]

Entendida nesses termos, a tecnoburocracia identifica-se com a civilização ocidental moderna. Embora essencialmente dinâmica, porque baseada no desenvolvimento tecnológico, ela também se identifica com o *status quo*, com a preservação e aperfeiçoamento da cultura vigente, seja em sua forma pretendidamente capitalista, seja em sua forma pretendidamente socialista.

Já examinamos nos capítulos anteriores a emergência da tecnoburocracia e suas características econômicas, políticas e sociais básicas. Examinaremos agora sua ideologia que, naturalmente, serve para legitimar aquelas relações econômicas, políticas e sociais correspondentes.

O primeiro postulado da ideologia tecnoburocrática é o de que ela própria não é ideológica. Na segunda metade do século XX estamos afinal chegando à era do fim da ideologia. As ideologias da esquerda e da direita perdem sentido, na medida em que lhes faltam bases técnicas e científicas. Não há razão, dizem os tecnoburocratas, para ficarmos perdendo nosso tempo com discussões estéreis entre ideologias. As ideologias, sejam quais forem elas, liberalismo ou intervencionismo, nacionalismo ou colonialismo, totalitarismo, espiritualismo, igualitarismo, fascismo, são todas expressões emocionais e irracionais. Traduzem interesses e paixões. Não são científicas, não são técnicas.

Ora, dizem os tecnoburocratas, hoje não é mais possível esse tipo de comportamento político. Hoje o desenvolvimento da ciência e das técnicas já foi tão grande, que é possível governar os países segundo critérios técnicos e científicos. Técnicos ideologicamente neutros, utilizando exclusivamente critérios técnicos e científicos, sempre que possível quantitativamente demonstráveis, estão à disposição para tomar ou assessorar as decisões. Governar não é um problema político, é um problema técnico. É a análise racional e precisa dos problemas econômicos e sociais, com a utilização das técnicas disponíveis, que vai nos dizer o que se deve fazer. Discutir, por exemplo, se devemos distribuir mais ou menos a renda, se o grau de liberdade deve ser maior ou menor, se tal atividade econômica deve

[67] Roszak, Theodore. *A Contracultura*. Petrópolis, Vozes, 1972.

ser gerida pelo Estado ou por proprietários privados, se o voto deve ser distrital ou não, se a moeda deve ser desvalorizada ou não, se as artes devem ser mais ou menos estimuladas, se a educação deve ser paga ou gratuita, são todos problemas que podem ser resolvidos segundo critérios técnicos.

Percebendo o desmascaramento das ideologias que o método histórico-dialético de análise marxista possibilitou, os tecnocratas, muito sabiamente, propõem-se a não adotar qualquer ideologia. Ora, é evidente que este tipo de posição não é aceitável. Suas bases são tão ou mais ideológicas do que quaisquer outras. A simples afirmação de que qualquer problema político pode e deve ser resolvido tecnicamente já é uma proposição ideológica. A afirmação de que chegamos ao tempo do fim da ideologia é eminentemente ideológica. Afinal, que critérios adotarão os tecnoburocratas para tomar suas decisões técnicas? Pretenderão tomar decisões sem levar em consideração valores, sem considerar objetivos a serem atingidos? Obviamente não. Importa, portanto, determinarmos os fundamentos da ideologia tecnoburocrática.

Um fator que possibilitou algum êxito à tentativa dos tecnoburocratas de se considerarem ideologicamente neutros e de proporem o fim da ideologia, é o caráter extraordinariamente difundido da ideologia tecnoburocrática. Ela penetra todos os setores da vida moderna. Ela se adapta às velhas ideologias em luta, com elas se confunde, nelas se instila. Mais do que isto, ela as coopta. Capitalistas ou comunistas da segunda metade do século XX, esquerdistas da velha esquerda ou conservadores, são, sem o perceber, vítimas ou defensores (não importa) da ideologia tecnoburocrática. Esta está de tal forma difundida, é de tal forma pervasiva, alcançou tal grau de consenso, em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, capitalistas ou comunistas, ocidentais ou orientais, desde que esses países tenham sido atingidos e influenciados pelos valores da sociedade industrial moderna, que pode passar despercebida.

Uma análise um pouco mais cuidadosa do problema, porém, porá a nu a ideologia tecnoburocrática. Isto, porém, só será possível se formos, ao mesmo tempo, capazes de criticá-la. Será muito difícil detectar a ideologia tecnocrática, se não dispusermos de critérios para analisá-la a partir de um ponto de observação externo a ela.

A tecnoburocracia é fruto do racionalismo. É a sua expressão mais perfeita. É a sua forma acabada. A ideologia tecnoburocrática é em primeiro

lugar e acima de tudo racionalista. Cumpre, portanto, antes de mais nada, definir o que entendo por racionalismo.

Racionalismo é a filosofia dominante em todo o mundo moderno. Tem sua origem na filosofia grega de Aristóteles, mas encontra realmente seu primeiro e grande arauto em Descartes. A partir do grande filósofo francês do início do século XVII, praticamente todos os grandes filósofos, até o fim do século XIX, são racionalistas. Seja Bacon, Hobbes ou Locke na Inglaterra, seja Spinoza na Holanda ou Voltaire e Comte na França, seja Kant, Hegel, Marx e Nietzsche na Alemanha ou William James nos Estados Unidos, todos, ainda que muitas vezes distantes da filosofia de Descartes, têm em comum uma visão racionalista do mundo.

O racionalismo é a filosofia que coloca toda a legitimidade do conhecimento na razão. Opõe-se à tradição e à revelação, como outras possíveis fontes de conhecimento. Mais do que acreditar que tudo pode ser compreendido, que todos os mistérios do mundo poderão ser resolvidos através do uso da razão humana, através da pesquisa e da análise científica, o racionalismo deposita todas as esperanças do mundo no desenvolvimento da razão humana.

Não podemos fazer agora uma análise aprofundada do racionalismo. Basta termos em mente que está intimamente relacionado com a emergência da burguesia e do sistema capitalista no mundo moderno. O capitalismo, sendo um sistema econômico mais racional do que o feudal, necessitava, para tornar-se dominante, da legitimação de ideologias racionalistas, como são o liberalismo e o individualismo.

O capitalismo é mais racional na medida em que conceituemos ato racional como o ato deliberado, visando a um objetivo definido, e adotando os meios mais adequados para se atingir aquele objetivo. Colocado o problema nesses termos, o capitalismo comercial é muito mais racional do que o sistema feudal, na medida em que define o lucro como sendo o objetivo a ser deliberadamente atingido pela atividade econômica.

O capitalismo industrial, por sua vez, apresenta um progresso em relação ao capitalismo comercial, na medida em que define o critério de eficiência ou de produtividade máxima, dentro de um sistema de concorrência, como o meio mais adequado, mais racional, para se atingir o fim visado. Não é por outra razão que os grandes ideólogos do capitalismo, os enciclopedistas franceses, os economistas liberais, a partir de Adam Smith, os grandes pensadores liberais do século XIX, como Stuart Mill e Tocqueville, são todos racionalistas.

Mas também é eminentemente racionalista a crítica de Marx. O socialismo proposto por Marx recebe sua legitimidade do fato de pretender ser ainda mais racional do que o capitalismo industrial. Mais racional porque mais justo, mas, principalmente, porque mais eficiente, na medida em que o objetivo não é mais o lucro, mas a produção máxima, na medida em que o critério básico para se alcançar essa produção máxima é a eficiência através da administração e do planejamento ordenado e racional, e não através da concorrência, muitas vezes caótica e irracional.

Nesses termos, ainda que proposto pelos filósofos, como, aliás, é natural, a origem do racionalismo é basicamente econômica. Deriva dos interesses em legitimar uma sociedade moderna, industrial, em oposição a uma sociedade tradicional. Provavelmente por esse motivo, o racionalismo, entendido não mais agora na forma em que cada pensador isolado o defendeu, mas na forma em que se tornou a ideologia dominante das sociedades industriais modernas — ou seja, da sociedade tecnoburocrática — é um racionalismo de bases essencialmente econômicas, é um racionalismo utilitarista.

O utilitarismo característico do racionalismo tecnoburocrático é claramente verificável através do objetivo político básico visado pela tecnoburocracia: a eficiência. O primeiro e mais importante objetivo a ser alcançado por um sistema tecnoburocrático é a eficiência econômica, é a maximização dos resultados em relação aos recursos produtivos empregados, é o aumento da produtividade de trabalhadores, administradores, máquinas e recursos naturais. Para o tecnoburocrata, ato racional e ato eficiente são sinônimos. Se ato racional é o ato coerente com os fins visados e se ato eficiente é o que maximiza resultados em relação a um determinado esforço realizado, ato racional e ato eficiente são sinônimos para a ideologia tecnoburocrática. O critério de racionalidade de um ato está em sua eficiência econômica, em sua utilidade.

Esta crença está tão profundamente arraigada na sociedade moderna, que parece difícil imaginar uma outra concepção de racionalidade. A eficiência econômica, a maximização da produção de bens e serviços, dada uma quantidade limitada de recursos produtivos, resume toda a aspiração por racionalidade do mundo moderno. E traduz o sentido materialista desse mundo. Os objetivos econômicos são, na prática, colocados acima de todos os demais. É difícil para o homem comum e particularmente para o tecnoburocrata imaginar que possa haver outros valores, eventualmente

maiores, a serem atingidos, como a liberdade, o amor, a beleza, a verdade, a justiça, a realização pessoal.

O grande critério para a ação tecnoburocrática é a eficiência. O grande objetivo a ser alcançado através da eficiência é o desenvolvimento econômico, é o aumento da produção por habitante. Não importa se a renda resultante seja distribuída com maior ou menor justiça. A distribuição da renda só é significativa na medida em que ela contribui ou não para o próprio desenvolvimento econômico. Nesses termos, uma distribuição equalitária da renda será provavelmente ineficiente e, portanto, condenável. Da mesma forma, uma concentração excessiva da renda dificultará a criação de um mercado interno, sendo também indesejável. Para cada situação econômica e social deverá haver uma distribuição ótima, ou seja, eficiente, da renda, que permita maximizar a taxa de desenvolvimento econômico.

Isto não significa que a ideologia tecnoburocrática das sociedades industriais modernas não admita outros valores. Ela os admite, mas os subordina à eficiência e ao desenvolvimento econômico. Esta subordinação, porém, não é feita de maneira expressa. O tecnoburocrata detesta discutir valores. Faz parte de sua ideologia ter horror às ideologias. De uma forma sutil e tipicamente tecnoburocrática, porém, sem jamais afirmar que estes valores são mais importantes do que aqueles, ou vice-versa, ele coloca todos na dependência da eficiência e do desenvolvimento econômico. O método é simples. Resume-se em afirmar que todos os demais objetivos políticos que o homem possa pretender alcançar dependem do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento é a variável independente que irá determinar não apenas o nível de bem-estar, mas também o grau de liberdade, o grau de segurança, o grau de justiça social, o grau de beleza existentes em uma sociedade. Democracia só seria possível em sociedades industriais avançadas. A igualdade de oportunidade aumenta à medida que aumenta o nível de desenvolvimento econômico. A beleza do ambiente depende das obras arquitetônicas e de ajardinamento. As artes desenvolvem-se na medida em que haja desenvolvimento econômico.

Para provar essas hipóteses, análises parciais de regressão são realizadas, e altos índices de correlação são obviamente alcançados. As teses tecnoburocráticas ganham, assim, foros de proposições científicas. Pretende-se que, através daqueles métodos estatísticos, foram estabelecidas relações de causa e efeito definidas. Ciência e ideologia se confundem.

O desenvolvimento econômico torna-se, assim, o grande objetivo político a ser atingido. Ora, desenvolvimento significa modernização, indus-

trialização, racionalização. Desenvolvimento é aumento de eficiência, é aumento de produtividade. Por outro lado, eficiência é a característica distintiva do técnico. Já vimos que técnico é o profissional que age segundo critérios de eficiência. É a eficiência de sua ação como especialista ou como administrador que legitima sua posição como técnico. Técnicos e desenvolvimento dão-se assim os braços, através da eficiência. O técnico torna-se o principal agente do desenvolvimento, o único elemento da sociedade capaz de planejar e executar esse desenvolvimento com eficiência. E, assim, a ideologia tecnoburocrática ganha uma perfeita lógica interna e torna-se um poderoso instrumento para a tomada do poder pela tecnoburocracia.

Além da eficiência e do desenvolvimento econômico, que formam o coração da ideologia tecnoburocrática, temos outros elementos importantes a serem considerados.

Em primeiro lugar, a ideologia tecnoburocrática enfatiza a mudança. Conforme observa Rose Marie Muraro, ela parte de um princípio básico: o de que a tecnologia é o grande fator revolucionário de nosso tempo. Nas suas palavras:

> O século XX está assistindo à mais fantástica revolução da história da humanidade. Não é uma revolução política, social ou econômica, mas uma revolução global — a revolução do homem — desencadeada e acelerada pelo desenvolvimento da técnica.[68]

A técnica é, portanto, revolucionária. A técnica provoca mudanças. Essas mudanças são bem recebidas pela ideologia tecnoburocrática e, na medida em que aumentar a eficiência, implica necessariamente a introdução de novas técnicas.

Em contrapartida, porém, a ideologia tecnoburocrática é conservadora. Trata-se de um novo tipo de conservadorismo. De um conservadorismo reformista. Não de um conservadorismo imobilista. O tecnoburocrata só admite um tipo de revolução: a revolução técnica. Ele pode assumir o poder através de uma revolução política ou de um golpe de Estado. Mas, uma vez no poder, não se disporá a realizar uma revolução econômica e social. Ele prefere fazer reformas. É certo que nos países

[68] Muraro, Rose Marie. *A Automação e o futuro do homem*. Petrópolis, Vozes, 1969. p. 23.

comunistas as revoluções econômicas e sociais foram profundas. Mas já vimos que, inicialmente, as revoluções comunistas não eram tecnoburocráticas. O verdadeiro tecnoburocrata prefere não revolucionar as estruturas sociais e econômicas de um país em que assumiu ou está assumindo o poder. Revolução significa desordem, insegurança e, portanto, ineficiência. Por isso é preferível ser moderadamente conservador. Se a estrutura for capitalista, continuará socialista. O tecnoburocrata não se importa. Está seguro de que, através de suas reformas, através da adoção de critérios técnicos de planejamento e administração, ambos os sistemas caminharão a longo prazo em uma mesma direção. E poderão ser ambos eficientes.

Em terceiro lugar, a ideologia tecnoburocrática enfatiza a segurança. Este valor é particularmente ressaltado pelas tecnoburocracias militares, cuja própria razão de ser é a segurança. O militar é um profissional da segurança e tudo a ela subordina. Mas a segurança não é essencial apenas para as tecnoburocracias militares. Os tecnoburocratas políticos também a estimam. A segurança é uma pré-condição da eficiência do sistema. Sem ordem, sem segurança, não pode haver governo racional, é impossível alcançar a eficiência. Além disso, a ênfase na segurança é um meio de garantir o poder autocrático dos tecnoburocratas. E de justificar a montagem de todo um sistema de polícia interna dentro do país, que passa a fiscalizar velada ou abertamente as atividades de todos.

Em outras palavras, a segurança, transformada em objetivo político de primeira grandeza, abre caminho para uma outra característica básica de ideologia tecnoburocrática. Ela é eminentemente autoritária. Já vimos que a tecnoburocracia não se coaduna com a democracia. Tecnoburocracia é, por definição, um tipo de oligarquia. É natural, portanto, que sua visão do mundo seja autoritária. Ela parte do princípio de que a legitimação do poder político está no conhecimento técnico, na competência. Ora, o sistema democrático nem sempre garante a tomada do poder pelos tecnicamente mais competentes. Além disso, o tecnoburocrata foi formado em organizações burocráticas, rigidamente hierarquizadas, em que a autoridade vem sempre de cima para baixo. Inverter o processo, como pretende a democracia, parece-lhe evidentemente irracional.

Liberdade é para o tecnoburocrata sinônimo de indisciplina, de licença, de desordem. Liberdade é um luxo que pode ser sempre postergado em nome da eficiência e da segurança. É um objetivo longínquo, que só

poderá ser alcançado depois que o desenvolvimento econômico e a ordem social foram alcançados. Conforme observa Mihajlo Mihajov:

> Se o objetivo é o progresso técnico-científico, e a liberdade constitui apenas um mero instrumento, então não é tão difícil imaginar a convergência dos dois sistemas (capitalista e socialista) para um misto das sociedades pintadas por Orwell em *1984* e por Huxley em *Admirável mundo novo*. [69]

Outra característica que está na base da ideologia tecnoburocrática é a crença de que todos os problemas são técnicos e podem ser tecnicamente resolvidos. [70] Esta crença fundamenta-se em uma visão do mundo tipicamente tecnoburocrático, segundo a qual existiria uma lógica interna imanente às coisas e às situações, que tornaria o mundo essencialmente harmônico. O mundo, para o tecnoburocrata, é um sistema ou um conjunto de sistemas em que cada elemento tem uma função, um papel. O papel do técnico é compreender esses sistemas — sistemas naturais, como o organismo humano, sistemas mecânicos, como uma máquina, sistemas sociais, como uma família ou uma empresa —, é entender suas interdependências e fazê-los funcionar suave e eficientemente. Os conflitos, as contradições, os desarranjos são meros defeitos técnicos dos sistemas, são disfunções, que podem ser tecnicamente resolvidos. Nas palavras de Henri Lefebvre:

> Nessa vasta ideologia, fica subentendido que as sociedades e os grupos que as constituem, como os seres vivos e os "seres" em geral, têm necessidade de um princípio interno que os mantêm na existência. Esse princípio de coesão e de coerência, estrutura latente ou em vias de aparecimento, é a única coisa importante. A desestruturação? É a ameaça, o lado mau a ser abolido com urgência, o mal. [71]

Esta visão do mundo que, no campo das ciências sociais, influencia particularmente a sociologia funcionalista de Parsons, a antropologia estruturalista de Lévi-Strauss e toda a teoria econômica neoclássica, caracteriza-se, antes de mais nada, por uma visão conservadora e mecanicista do

[69] Mihajov, Mihajlo. O Progresso científico contraria a liberdade? *O Estado de S. Paulo*, 8 ago. 1971.

[70] Cf. Roszak, Theodore. *A Contracultura, op. cit.*

[71] Lefebvre, Henri. *Posição: contra os tecnocratas* (trad. de *Position: contre les tecnocrates*). São Paulo, Editora Documentos, 1969. p. 62.

mundo, que tem suas origens na Mecânica de Newton. A harmonia imanente ao sistema planetário é transplantada para todos os demais sistemas e particularmente para os sistemas sociais. Nestes, porém, a harmonia não é automática. Depende de homens que sejam capazes de fazer o sistema funcionar corretamente. Depende dos engenheiros sociais do mundo moderno, dos tecnoburocratas em suma.

Henri Lefebvre chamou a essa visão do mundo de "novo eleatismo", para salientar seu caráter imobilista e conservador. [72] Na verdade, a ideologia tecnoburocrática não é imobilista, na medida em que ela valoriza a mudança técnica e a decorrente mudança social. É, todavia, uma ideologia que não admite a história nem as contradições. Nesses termos, é uma ideologia que repudia a dialética e uma visão histórica do processo social. Nesta ideologia,

> acaba-se com a história, declarando que ela não teve nem orientação, nem sentido ou, então, mostrando que o sentido é atingido com o reino da racionalidade técnica. [73]

Finalmente, dentro de seu materialismo vulgar e de sua onipotência expressa na afirmação de que todos os problemas são técnicos e podem ser tecnicamente resolvidos, a ideologia tecnoburocrática valoriza o consumo. A eficiência e o desenvolvimento econômico são os seus objetivos básicos. O consumo em massa é a forma pela qual ela aliena o restante da população. A tecnoburocracia é um sistema de dominação. É um sistema de privilégio. Necessita, portanto, de bons argumentos para justificar sua dominação. O consumismo, a valorização do consumo pessoal e o fornecimento de meios econômicos para que esse consumo seja realizado são elementos essenciais de seu sistema de legitimação.

A sociedade industrial moderna é uma sociedade de consumo em massa. Produz-se em massa, deve-se consumir em massa: o terceiro carro, o segundo televisor, aparelhos eletrônicos cada vez mais sofisticados, mais um telefone, roupas e mais roupas, divertimentos. A felicidade está em consumir. A medida da realização pessoal de cada um está em sua capacidade de consumo. Tudo se resolverá na medida em que mais bens forem produzidos, que maior for o consumo.

[72] *Idem*, p. 53-67.
[73] *Idem*, p. 64.

O consumismo está, naturalmente, intimamente relacionado com os demais aspectos da ideologia tecnoburocrática. Por um lado, há uma necessidade econômica básica. Depois da análise econômica keynesiana ficou claro que o consumo, mais do que a poupança, é essencial para o equilíbrio das economias industriais modernas. De nada adianta maximizar a eficiência, produzir em massa, se não for para, em última análise, consumir esses bens. Esse consumo poderá ser postergado, como fizeram os comunistas, mas acabará sendo necessário. Por outro lado, reduzindo-se todas as aspirações humanas ao consumo, torna-se mais fácil aplicar o postulado básico da ideologia tecnoburocrática de que todos os problemas são técnicos e podem ser tecnicamente resolvidos.

Em resumo, a ideologia tecnoburocrática valoriza a própria técnica e os técnicos, valoriza a eficiência, o desenvolvimento econômico e o consumo em massa resultante. A ideologia tecnoburocrática acredita no planejamento econômico e na administração racional. A ideologia tecnoburocrática é, antes de mais nada, fruto de um racionalismo econômico utilitarista e eficientista. Ela valoriza a segurança, a ordem e a autoridade, que são essenciais para a eficiência. Em contrapartida, desvaloriza a liberdade, a justiça social, a beleza, ou, quando os valoriza, os transforma em decorrência da eficiência. Liberdade e justiça social, especialmente, são consideradas perigosas. Poderão ser sempre sacrificadas em nome da segurança e da eficiência.

CAPÍTULO VIII

Da Tecnocracia à Revolução

ESTAMOS AGORA em condições de concluir este primeiro ensaio. Através de seus diversos capítulos, vimos como a sociedade industrial moderna tende a se tornar tecnoburocrática. Ao invés de caminhar em direção ao socialismo, como previa Marx e como é o desejo ou a aspiração da grande maioria daqueles que nutrem sentimentos generosos e desinteressados em relação ao futuro da humanidade, o mundo moderno vai sendo dominado pela tecnoburocracia.

A técnica, inclusive a técnica organizacional, tornou-se, no mundo moderno, o novo fator estratégico de produção. O seu controle, por parte de técnicos dos mais variados matizes, vai transferindo para os mesmos o poder econômico e o poder político. Mais do que isto, vai criando um novo sistema político, um novo sistema econômico, um novo sistema cultural — o sistema tecnoburocrático. Através das revoluções comunistas e das revoluções militares, nos países subdesenvolvidos, a tecnoburocracia já é em grande parte vitoriosa. Seu progresso é mais lento nos países capitalistas avançados, onde o sistema capitalista e os ideais liberais estão mais arraigados. Mesmo nesses países, porém, já podemos falar hoje em uma sociedade e uma cultura tecnoburocrática.

A tecnoburocracia é, na verdade, a cristalização, senão a consumação dos ideais racionalistas da sociedade industrial moderna. Representa o auge do racionalismo econômico que caracteriza a civilização ocidental, a partir do momento em que, com a Renascença e a Revolução Comercial,

tem início a Idade Moderna. A tecnoburocracia é, portanto, uma cultura, entendida agora esta palavra em seu sentido mais amplo. É uma civilização. É a soma dos recursos materiais e da tecnologia moderna, da organização econômica, política e social e da correspondente visão de mundo. É a expressão da forma atingida na segunda metade do século XX pela civilização ocidental.

Não vamos fazer neste livro a análise e a crítica dessa civilização mais do que já fizemos. Preferimos remeter o leitor ao crítico provavelmente mais autorizado e mais penetrante da sociedade industrial: Herbert Marcuse. Fazemos, na segunda parte deste livro, quando analisamos a revolução estudantil, um exame da obra de Marcuse. No momento, é importante observar que sua crítica da sociedade industrial moderna é impiedosa. Mostra-nos ele como essa sociedade é, antes de mais nada, totalitária. Diz-nos o mestre da escola de Frankfurt:

> Em virtude do modo pelo qual organizou sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a tornar-se totalitária. Pois "totalitária" não é apenas uma coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação técnico-econômica não-terrorista, que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos. [74]

Esta manipulação é realizada através da propagação de uma ideologia consumista, que valoriza o consumo como sinônimo de felicidade, e do emprego de uma variedade de técnicas, que vão desde os métodos de comunicação em massa, do *marketing*, da propaganda, das relações públicas até a utilização de instrumentos de ajustamento pessoal e grupal, como as relações humanas, a psicanálise, a psicoterapia de grupo, o treinamento de sensibilidade. Todas essas técnicas, embora possam ser e são muitas vezes instrumentos de liberdade, transformam-se facilmente, na sociedade tecnoburocrática, em instrumentos de ajustamento e de conformismo. E o resultado, nas palavras de Rose Marie Muraro, é dramático:

> A democracia tecnológica é, pois, o sistema mais totalitário da humanidade. [75]

Esse totalitarismo aberto e total, como nas sociedades comunistas, ou disfarçado e parcial, como nas sociedades capitalistas avançadas

[74] Marcuse, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial* (tral. de *One-Dimensional Man*, 1966). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, p. 24-5.
[75] Muraro, Rose Marie. *A Libertação sexual da mulher*. Petrópolis, Vozes, 1970. p. 48.

(ficando uma posição intermediária para os regimes militares tecnoburocráticos), é exercido em nome do racionalismo, em nome da eficiência, da segurança, da ordem e do bem-estar. Em nome desses mesmos valores, as sociedades tecnoburocráticas armam-se em proporções jamais conhecidas e realizam as guerras mais sangrentas da história da humanidade; lançam bombas atômicas, realizam a guerra química e a bacteriológica, praticam o genocídio; impõem sua vontade tanto com a força da persuasão tecnológica e da pressão econômica, quanto com a força dos tanques e das bombas de napalm; utilizam o desperdício como norma, poluem a natureza em proporções jamais imaginadas, constroem uma sociedade tensa e neurótica.

Em outras palavras, as sociedades tecnoburocráticas modernas praticam a irracionalidade em nome da racionalidade. Ou, nas palavras de Marcuse:

> Podemos dizer que a racionalidade da sociedade reside em sua própria loucura, e que a loucura da sociedade é racional na medida em que é eficaz e que entrega mercadorias. [76]

Em outras palavras, conforme observou Marcuse em outra oportunidade, um dos aspectos mais perturbadores da civilização industrial desenvolvida é o "caráter racional de sua irracionalidade". [77] O racionalismo econômico utilitarista, que domina a civilização ocidental desde o fim do período feudal, alcança seu auge na sociedade tecnoburocrática. Bentham, ao identificar o racional como útil, estava simplesmente expressando uma ideologia utilitarista que se tornaria dominante e estava abrindo caminho para o reino da eficiência, medida em termos de produção. Nas palavras de Daniel Bell:

> O utilitarismo forneceu uma nova definição de racionalidade: não o domínio da razão, mas o domínio da mensuração. [78]

No momento em que o racionalismo é reduzido à utilidade econômica, à eficiência, estão abertas as portas para sua própria degradação. O racionalismo torna-se irracional. E esta irracionalidade multiplica-se

[76] Marcuse, Herbert. "La Liberación de la sociedad opulenta." In: *Ensayos sobre política y cultura* (publicado originalmente em *The Dialectics of Liberation*, 1968). Barcelona, Ariel, 1969. p. 136.
[77] Marcuse, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial, op. cit.*, p. 29.
[78] Bell, Daniel. *Work and Its Discontents*. Boston, Beacon Press, 1965, p. 1.

quando à razão da eficiência são adicionadas as razões do poder e da segurança. Neste momento, a sociedade tecnoburocrática da segunda metade do século XX começa a se aproximar dos modelos criados pela ficção científica mais pessimista. *O Admirável mundo novo* de Huxley, *1984* de Orwell, *Colossus* de Jones, *Farenheit* de Bradbury, tornam-se visões proféticas de uma sociedade tecnoburocrática racional em sua irracionalidade e intrinsecamente totalitária.

Essa sociedade, dominada pela razão econômica, de bases tecnológicas, tudo subordina a essa mesma razão eficientista. Ainda nas palavras de Marcuse:

> No período contemporâneo, os controles tecnológicos parecem ser a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais — a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível... O universo totalitário da racionalidade tecnológica é a mais recente transmutação da idéia de razão. [79]

A mesma idéia é colocada pelos outros dois grandes representantes da escola de Frankfurt, Horkheimer e Adorno:

> A racionalidade técnica hoje é a racionalidade do próprio domínio, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena. [80]

Em outras palavras, a sociedade tecnoburocrática transforma-se em um sistema de dominação repressiva, na medida em que se auto-aliena em função de um conceito utilitarista de racionalidade.

Esse processo de alienação configura-se já no sistema capitalista. Marx o analisou em sua "teoria da alienação". Com o desenvolvimento do capitalismo a sociedade se organiza para a produção de mercadorias, nas quais o importante não é o valor de uso, mas o valor de troca. Esta produção de mercadorias torna-se tão importante, que passa a dominar todas as relações sociais. Ocorre então o processo de reificação ou coisificação das relações sociais. As relações sociais passam a ser realizadas no mercado, de forma impessoal. Significativas são as mercadorias e sua

[79] Marcuse, Herbert, *Ideologia da sociedade industrial, op. cit.*, p. 30 e 125.
[80] Horkheimer, Max, e Theodor W. Adorno. "A Indústria cultural. O Iluminismo como mistificação de massas" (publicado originalmente em 1947). In: Luiz Costa Lima (org.). *Teoria da cultura de massas.* Rio de Janeiro, Saga, 1969. p. 158.

troca, não as pessoas. O valor de troca das mercadorias, ao qual os homens se alienam, torna-se dominante em relação à vida humana. O próprio trabalho é transformado em uma mercadoria, a ser trocada no mercado como qualquer outra. A vida humana torna-se, assim, não apenas dominada pela produção de mercadorias, mas transformada ela própria em uma mercadoria.

Dentro dessa perspectiva, as mercadorias ganham caráter de fetiche. Nos termos de Marx:

> Uma mercadoria parece, à primeira vista, qualquer coisa trivial, que se compreende por si mesma. Nossa análise mostrou que, ao contrário, é uma coisa muito complexa, cheia de sutilezas metafísicas e de argúcias teológicas... uma simples relação social determinada entre homens (a produção de mercadorias) reveste-se para eles da forma fantástica de uma relação de coisas entre elas. [81]

E resulta daí que entramos em uma fase da história em que o homem se aliena às mercadorias, além de nelas se confundir; entramos

> em um período da história social em que a produção e suas relações dominam o homem, ao invés de serem por ele dominadas. [82]

Esta análise, conforme observou Fritz Pappenheim, influenciou poderosamente a obra de Tönnies e sua teoria da *Gemeinschaft* e da *Gesellschaft*. A sociedade, em termos históricos, tenderia a mudar da *Gemeinschaft*, ou seja, de um tipo de sociedade natural em que as relações sociais não são deliberadas, para um tipo de sociedade contratual, individualista e racionalista, a *Gesellschaft*, em que os homens estão separados entre si, cada um está só e isolado, e existe uma profunda tensão entre todos. [83]

A visão de Tönnies, ainda que marcada pelo individualismo filosófico, nos ajuda a compreender o mundo moderno. Mas é a partir da teoria original da alienação de Marx que podemos compreender a alienação essencial da sociedade tecnoburocrática. No capitalismo, o homem se alienava à mercadoria, através da reificação das relações sociais, da transformação do próprio trabalho em uma mercadoria e da atribuição às mercadorias de características misteriosas de fetiche. Na tecnoburocracia esta alienação se refina. Além de alienar-se à mercadoria, o homem aliena-se tam-

[81] Marx, Karl. *Le Capital*. Paris, Editions Sociales, 1950. p. 83-5.
[82] *Idem*, p. 92.
[83] Cf. Pappenheim, Fritz. *A Alienação do homem moderno*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1967. p. 39-80 (original em inglês: *The Alienation of Modern Man*).

bém à técnica, ou seja, ao método de produzir a mercadoria. Reifica a técnica, atribui-lhe massa e valor intrínsecos, e a ela se subordina.

Através desta reificação e absoluta valorização da técnica, que também ela agora ganha caráter de fetiche, o homem moderno da sociedade tecnoburocrática se auto-aliena. Uma ideologia racionalista utilitarista, que identifica o racional como o útil e como o eficiente, subordina todos os demais valores humanos — a liberdade, o amor, a beleza, a justiça, a igualdade de oportunidade — aos valores maiores da eficiência e da técnica. E dentro desse processo de alienação, todo o progresso material alcançado, todo o desenvolvimento técnico e científico ocorrido, ao invés de contribuírem para a auto-realização de cada um, geram angústia e incerteza em cada um, repressão e manipulação no todo.

O quadro é, pois, pessimista. O otimismo racionalista da segunda metade do século XIX está morto. As guerras, os genocídios, a confusão ideológica, a angústia e a incerteza de um mundo intrinsecamente alienado à técnica encarregaram-se de acabar com esse otimismo. Bertrand Russell, na introdução à sua autobiografia, resumiu de forma vivencial esta transformação:

> A última metade de minha vida foi vivida numa das épocas mais dolorosas da história da humanidade, durante a qual o mundo se tornou pior, e as grandes vitórias do passado, que se afiguravam definitivas, revelaram-se apenas temporárias. Quando eu era moço, o otimismo vitoriano era um estado de espírito generalizado. Pensava-se que a liberdade e a prosperidade se expandiriam gradualmente através do mundo por meio de um processo metodicamente ordenado. Esperava-se também que a crueldade, a tirania e as injustiças continuariam a diminuir. [84]

Se o pessimismo substitui o otimismo no mundo moderno, isto não significa que o homem moderno esteja fatalisticamente se entregando a seu destino de objeto alienado da técnica e do racionalismo utilitarista.

Muito pelo contrário, na segunda metade do século XX, uma grande revolução se esboça — a primeira grande revolução desde o início da Idade Moderna —, a revolução da contracultura. Esta revolução ainda está nos subterrâneos, ainda não definiu plenamente seus objetivos (se é que um dia o fará), mas já é uma revolução em marcha. E, se for vito-

[84] Russell, Bertrand. *Autoblografia.* Post-scriptum publicado em *Manchete.* 28 fev. 1970, por ocasião da morte do autor, aos 92 anos.

riosa, terá sido muito mais revolucionária do que qualquer outra revolução ocorrida a partir do momento em que o racionalismo burguês e depois tecnoburocrático tomaram conta do mundo.

Se a tecnoburocracia é um sistema cultural, que engloba e leva às últimas conseqüências tanto o capitalismo quanto o comunismo soviético e as revoluções militares nos países subdesenvolvidos, a reação contra essa cultura, contra essa civilização da técnica e do racionalismo utilitarista só pode ser uma contracultura.

Esta expressão "contracultura" foi utilizada por Theodore Roszak, que, em seguida, define o sentido geral dessa nova cultura:

> Nada mais é necessário do que a subversão da visão científica do mundo, com seu arraigado comprometimento a um tipo de consciência cerebral e egocêntrica. Em seu lugar deverá surgir uma nova cultura na qual as capacidades não-intelectivas da personalidade — aquelas capacidades que tiram força de um esplendor visionário e da experiência de comunhão humana — se tornem os árbitros do bom, do verdadeiro e do belo. [85]

Esta contracultura, baseada na juventude, poderá implicar, segundo Roszak, uma revolução tão importante quanto a que separou a racionalidade greco-romana do mistério cristão. E nós ajuntaríamos, também tão importante quanto a revolução que separou a cultura medieval feudal e cristã da cultura moderna, inicialmente capitalista, depois tecnoburocrática, mas em ambos os casos racionalista e utilitarista.

Observa Roszak que os antagonismos a uma visão técnica e científica do mundo não constituem novidade. Teosofistas, fundamentalistas, espiritualistas, ocultistas, satanistas não representam nada de especialmente novo.

> O que é novo é que uma rejeição radical dos valores científicos e tecnológicos aparecesse tão perto do centro de nossa sociedade, ao invés de nas margens sem importância. São os jovens de classe média que estão conduzindo essa política de consciência, e eles estão fazendo-o com audácia, persistência e agressividade... [86]

Esta revolução estoura em toda parte. É uma revolução recente que tem início nos anos sessenta, embora possam ser encontrados anteceden-

[85] Roszak, Theodore. *A Contracultura, op. cit.*
[86] *Idem*, p. 51.

tes seus anteriormente. É uma revolução de jovens, apoiados em alguns intelectuais radicais, como Marcuse, que souberam ver o mundo dinamicamente e que não quiseram comprometer-se com concepções burocráticas do marxismo. É a revolução dos estudantes, dos *hippies*, da nova esquerda. É a revolução do *underground*, da música jovem, da contestação vivencial, mais do que politicamente atuante. Colateralmente, é a revolução feminista, é a revolução sexual, é a revolução dos negros dos Estados Unidos, é a revolução da Igreja Católica. Inicialmente, foi a revolução dos *beatniks* nos Estados Unidos e dos existencialistas, na França.

Não é objetivo deste livro fazer uma análise completa desta contracultura revolucionária. Nesta primeira parte examinamos a emergência da tecnoburocracia, ou seja, do novo sistema de dominação, da nova cultura que não tomou ainda plenamente o poder e já representa o *status quo*. Na segunda e na terceira partes deste livro examinaremos dois aspectos da revolta contra esse *status quo:* diretamente no caso da revolução estudantil e indiretamente no caso da revolução na Igreja Católica. Agora basta-nos uma visão geral da formação dessa contracultura, que tem nos jovens da segunda metade do século XX seus principais agentes.

Quando examinarmos a revolução estudantil, veremos que esse fenômeno não é superficial, muito menos representa um mero conflito de gerações. É um fenômeno histórico profundo, que tem raízes em uma série de fatos novos, que as transformações tecnológicas dos últimos cem anos trouxeram em seu bojo: a massificação estudantil, a revolução na educação, a dissolução na família patriarcal, o desenvolvimento dos meios de comunicação em massa.

É importante agora definir apenas as linhas básicas desta revolução jovem. Herbert Marcuse, em entrevistas concedidas entre o dia 5 e o dia 9 de maio de 1968, em Paris, afirmava a respeito dos estudantes:

> Creio que os estudantes se rebelam contra todo o nosso modo de vida, que eles repudiam as vantagens desta sociedade tanto quanto seus males, e que aspiram a um modo de vida radicalmente novo: a um mundo onde a concorrência, a luta dos indivíduos uns contra os outros, o engano, a crueldade, o massacre já não tenham razão de ser. [87]

[87] Marcuse, Herbert. *La Imaginación al poder.* Buenos Aires, Editores Insurrexit, 1969. p. 57.

O mesmo Marcuse, logo em seguida, fala sobre os *hippies:*

> Olhem os *hippies* — Sua rebelião está dirigida contra uma moral puritana, contra uma sociedade norte-americana, onde as pessoas se lavam dez vezes por dia, e que, ao mesmo tempo, mata e incendeia no Vietnã com toda a pureza. [88]

A revolta, portanto, é contra toda a sociedade tecnoburocrática, que muitas vezes ainda se confunde com o sistema capitalista. É uma revolta antes de mais nada moral. É uma revolução de consciências. É uma revolta contra a tendência da história, se a virmos de um ponto de vista determinista. É uma revolta baseada na transformação das consciências, na criação de novos valores, na vivência de um novo estilo de vida. É uma revolta que só poderá ser vitoriosa se rejeitar o determinismo do fator estratégico de produção. Porque é uma revolta que coloca a produção de bens materiais em segundo plano.

É uma revolta total, que rejeita a civilização ocidental em bloco, em nome de uma liberdade integral e de uma vida nova. As frases, durante a revolta de maio de 1968, na França, são significativas:

> "É proibido proibir."
> "Mudar a vida. Transformar a sociedade."
> "A emancipação do homem será total ou não será."
> "Meus desejos são a realidade."
> "Construir uma revolução é também romper todas as cadeias interiores."
> "A imaginação toma o poder."
> "Queremos as estruturas a serviço do homem e não o homem a serviço das estruturas. Queremos ter o prazer de viver e nunca mais o mal de viver." [89]

É uma revolta em que uma minoria de jovens toma uma atitude revolucionária em relação à vida. Essa atitude pode ser politicamente ativista, como é o caso dos estudantes, dos *yippies* e da nova esquerda, ou pode ser politicamente não ativa, como é o caso dos *hippies* e de muitos intelectuais e artistas, que de uma forma ou de outra estão ligados ao *under-*

[88] *Idem*, p. 61.
[89] Cf. *La Imaginación al poder*, *op. cit.*, p. 77-97.

ground. Pode sofrer profundas influências das religiões orientais, especialmente do budismo e do zen-budismo, e pode ao mesmo tempo estar marcada pelo marxismo. É muitas vezes contraditória, indefinida e frágil. Mas é sempre radical. Nos termos de um dos líderes do movimento jovem nos Estados Unidos, Jerry Rubin:

> Quem afinal quer ser bem sucedido na América hoje? O movimento *hippie-yippie-SDS* (Students for a Democratic Society) é um movimento "branco-preto". A economia americana não necessita mais de jovens brancos e pretos. Nós somos lixo. Nós realizamos nosso destino na vida rejeitando o sistema como ele nos rejeita. [90]

Esta rejeição radical do sistema tecnoburocrático, que muitos ainda identificam com o capitalismo, é expresso de maneira mais dramática ainda por um dos líderes do movimento dos Panteras Negras nos Estados Unidos, Eldridge Cleaver:

> O que nós temos que compreender acima de tudo é que o nosso inimigo, e o que de fato nós estamos lutando contra, não é um determinado presidente de universidade ou diretor de ginásio ou um conselho de educação, mas é contra toda a estrutura social. [91]

Esta revolução está aí. Teve início em Berkeley, nos Estados Unidos. Seus grandes momentos foram a revolta de maio de 1968, na França, e o festival de Woodstock, em 1969, nos Estados Unidos. É ainda uma revolução de uma minoria. É uma revolução de países desenvolvidos, que já chegaram a um razoável nível de abundância material, embora esteja tendo profundas influências nos países subdesenvolvidos. É uma revolução a longo prazo, que só agora está começando. É, de qualquer forma, uma revolução que sofre sistematicamente o perigo de ser cooptada pelo sistema tecnoburocrático, e a ele se integrar, como uma espécie de folclore.

Para terminarmos esta primeira parte do livro, resta-nos responder a quatro perguntas sobre a revolução jovem que pretende criar uma nova cultura no mundo moderno: Poderá ela ser vitoriosa sem dominar um novo fator estratégico de produção? Não será ela inviável para os países subde-

[90] Rubin, Terry. "An Emergency Letter to My Friends:" In: *Countdown* 1, New American Library, 1970, p. 170.
[91] Cleaver, Eldrige. Revolution and Education. In: *Countdown* 1, *op. cit.*, p. 158.

senvolvidos? Quais serão seus princípios básicos? Qual o destino do socialismo neste contexto?

A primeira questão só será difícil de responder se aceitarmos um determinismo mecanicista, que faça a história necessariamente determinada pelas condições materiais da existência. Em outras palavras, se nos mantivermos em um marxismo ortodoxo, que acredita ser a liberdade a consciência da necessidade histórica. Para o marxista ortodoxo, o homem pode e deve agir sobre a história. Mas não pode ir contra ela. Não pode ignorar as condicionantes materiais de sua própria vida.

Não aceitamos esse determinismo marxista. O próprio Marx, embora sem abandonar seu determinismo básico, já admitia que o homem iria, através dos tempos, ganhando cada vez maior poder sobre sua história. Sua visão, porém, era otimista. Permanecendo preso às condicionantes materiais, o homem caminharia necessariamente para um mundo cada vez melhor: para o socialismo e o comunismo.

Vimos neste trabalho que, adotando basicamente mas não ortodoxamente o método histórico-dialético, concluímos pelo inverso. A história conduz o homem para um mundo que, se não é pior, é pelo menos tão mau quanto o capitalista: a tecnoburocracia.

Entretanto, hoje mais do que nunca, o homem tem uma oportunidade de liberdade. A filosofia existencialista, que coloca o homem como um ser intrinsecamente livre e responsável por suas ações, não surgiu por acaso neste século. Embora ela tenha uma base filosófica abstrata, na medida em que se apóia na precedência da existência sobre a essência, no existir antes de ser definido e na gratuidade básica da vida humana, ela é claramente situada em um momento histórico dado: no século XX, em um momento de crise e descrença no racionalismo, e ao mesmo tempo em um momento em que o desenvolvimento da educação e dos sistemas de comunicação, inclusive a própria imprensa, ampliavam de forma nunca imaginada o debate ideológico entre os homens.

Tínhamos, assim, ao mesmo tempo, um mundo dominado por diversas filosofias individualistas, que ignoravam as condicionantes materiais da história, e, de outro lado, por filosofias deterministas, entre as quais a principal era a marxista. Nenhuma dessas soluções era evidentemente aceitável, especialmente quando não mais apenas ideologias, sistemas de legitimação da ordem estabelecida, dominavam o plano das idéias, mas tam-

bém utopias, sistemas de contestação dessa mesma ordem, passavam a disputar a primazia nesse mesmo plano. [92]

O existencialismo surge nesse momento. E Sartre em particular, embora aceitando boa parte dos condicionantes materiais sobre a vida humana, nos termos pretendidos pelos marxistas, postula a liberdade existencial do homem:

> Que significa dizer que a existência precede a essência? Significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define... Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após esse impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. [93]

Daí resulta a liberdade e a responsabilidade básica do homem. Liberdade e responsabilidade que, vistas sob uma perspectiva histórica, aumentam cada dia, à medida que a educação se desenvolve, que os meios de comunicação crescem, que as ciências, e especialmente as ciências sociais, nos fazem compreender melhor as condicionantes de nossa vida social. Depois de Marx, de Freud, de Max Weber, de Keynes, entre muitos outros, é evidente que o homem conhece muito melhor os processos sociais e psicológicos a que está sujeito. E pode ser livre e responsável.

É nessa hipótese de liberdade e responsabilidade que está baseada a viabilidade da contracultura, da revolução jovem.

Será essa revolução prematura para os países subdesenvolvidos? Não necessariamente. Ela é sem dúvida um produto das sociedades tecnoburocráticas avançadas, em que já existe um certo grau de abundância. Mas é certo que hoje vivemos em um mundo integrado. Já vimos que a tecnoburocracia saltou etapas e se instalou solidamente em países subdesenvolvidos, através de revoluções militares ou comunistas. Por outro lado, o subdesenvolvimento é um sistema de dependência global, estrutural, que só existe em função do desenvolvimento. E está sempre sofrendo profundas influências do sistema central. As técnicas, as ideologias e as utopias

[92] Cf. Mannheim, Karl. *Ideologia e utopia*. Porto Alegre, Editora Globo, 1956 (original alemão: *Ideologie und Utopie*).
[93] Sartre, Jean-Paul. *O Existencialismo é um humanismo*. Lisboa, Editorial Presença, s.d. p. 242 (original francês: *L'Existentialisme est un humanisme*).

são rapidamente transplantadas. O consumismo domina tanto a população norte-americana, quanto boa parte da brasileira, que tem um mínimo de condições de consumir produtos de mercado. As revoltas estudantis romperam com quase tanto vigor nos países subdesenvolvidos que nos desenvolvidos. O fenômeno *hippie* é ainda pouco definido, mas já começa a se manifestar nesses países.

Não há, portanto, razão para acreditar que será necessário que os países subdesenvolvidos antes se industrializem e aumentem seu padrão de vida, para, só depois, poderem assistir à emergência de uma contracultura. Especialmente através de um processo de transplantação cultural, ela poderá também surgir nos países subdesenvolvidos.

Mas, com o surgimento da contracultura, a que ficam reduzidos os ideais da velha esquerda? Que outros ideais podem substituí-lo? Pode-se falar em um novo e em um velho socialismo? As respostas a essas perguntas são hoje muito confusas. Daremos a elas, portanto, uma resposta pessoal muito breve. Este é um livro de análise crítica, não de propostas morais.

A perspectiva ingênua da realização automática do socialismo através da mera supressão da propriedade privada dos meios de produção é naturalmente abandonada. A socialização dos meios de produção continua, sem dúvida, um pressuposto da revolução jovem e da nova esquerda, mas não é nem a mais importante, nem a mais urgente das transformações. Se realizada sem que as demais mudanças ocorram, o mais provável é que teremos facilitado o caminho de uma revolução totalitária tecnoburocrática, como aconteceu na União Soviética.

Na medida em que esta socialização dos meios de produção for sendo realizada, porém, parece hoje indiscutível a necessidade de um processo de descentralização econômica, em que os mecanismos de mercado se aliem aos do planejamento, no controle da economia. A colocação de todo o poder sobre as empresas nas mãos de um órgão planejador central, além de ineficiente, facilita sobremodo a tomada ou a manutenção no poder por parte dos tecnoburocratas. Isto não significa que pretendamos voltar a um sistema de pequenas empresas. Na maioria dos setores industriais e financeiros e mesmo em amplos setores comerciais, estas empresas tornaram-se inviáveis, em função das economias de dimensão. As empresas terão, portanto, que ser grandes. Mas não precisarão ser monopólios. Serão geralmente oligopólios obrigados a concorrer entre si, sob a vigilância do

Estado. O controle das empresas será coletivo. Não será estatal. Um sistema baseado na autogestão será provavelmente o caminho a seguir.

O essencial desta revolução, porém, não será a transformação das relações de produção, cujas linhas gerais acabamos de descrever. Se esta revolução pretende mudar o rumo da história, se pretende deslocar do poder a tecnoburocracia, apesar de o fator estratégico de produção continuar a ser técnica, se esta revolução depende do exercício, por parte do homem, de sua liberdade e de sua responsabilidade existencial, ela terá que ser uma revolução de consciências — uma profunda revolução ideológica.

Esta revolução será, em primeiro lugar, uma revolução crítica. Ela terá que partir da crítica radical da sociedade capitalista e/ou tecnoburocrática vigente. E dirigirá suas armas contra um inimigo principal: o racionalismo utilitarista e eficientista.

Com base nesse pressuposto, alguns intérpretes imaginam que a revolução seria contra o racionalismo pura e simplesmente. E realmente esta análise parece correta, quando examinamos as tendências místicas dos *hippies* e a revalorização das religiões, especialmente das religiões orientais que, ao contrário do cristianismo, não sofreram sequer a influência do racionalismo greco-romano; ou quando vemos os jovens recorrerem a experiências alucinatórias com drogas, em uma tentativa de fuga à realidade e à razão, muito mais do que em um esforço real pela liberação interior.

Estas atitudes fazem, sem dúvida, parte da reação contra a ordem estabelecida e contra o racionalismo vigente. Não creio, todavia, que prevalecerão. São os exageros da antítese, que não encontrarão abrigo na síntese futura. Esta, depois de criticar radicalmente o racionalismo vigente, provavelmente proporá um novo racionalismo. Se o homem caminhou da tradição e da revelação para a razão, como fonte de conhecimento e de poder, não creio que agora esteja disposto a dar um passo atrás, já que não há outras alternativas para ele senão a tradição, a revelação e a razão.

Dentro do racionalismo, porém, as alternativas existem. E a alternativa historicamente adotada do utilitarismo eficientista não é aceitável pela revolução jovem. Uma nova conceituação de racionalismo é necessária.

O racionalismo é, em primeiro lugar, uma filosofia que acredita na razão humana. O novo racionalismo também acreditará na razão humana como principal fonte de conhecimento e de poder. Mas não será tão otimista quanto os velhos racionalistas. Não acreditará no reino dos céus sobre a terra simplesmente devido ao desenvolvimento técnico e científico.

Porque sabe que esse desenvolvimento poderá perfeitamente servir para o estabelecimento de um sistema de dominação mais rígido e totalitário que os anteriores. O novo racionalismo acredita na razão, mas a qualifica. A razão não é boa em si mesma. Ela será boa ou má, dependendo da forma em que ela for utilizada, dependendo dos objetivos que forem estabelecidos e dos meios que forem adotados.

O racionalismo estabelece objetivos para a ação social e procura os meios mais adequados para atingir esses objetivos. O velho racionalismo utilitarista identificou os objetivos sociais com os objetivos econômicos de maior lucro, maior bem-estar, maior produção de bens, e identificou os meios adequados com a eficiência ou produtividade econômica. Todos os demais objetivos foram subordinados ou tornados dependentes desses objetivos econômicos. O novo racionalismo repudia essa falsa hierarquia de objetivos. Não despreza os objetivos econômicos e a eficiência econômica, mas os considera apenas uns entre outros objetivos. E certamente não os mais importantes.

Muito mais importante, entre os objetivos a serem alcançados, é o da liberdade. Não apenas a liberdade política ou econômica. Mas a liberdade total, a liberdade interior de cada um. A liberdade que nasce e tem seu único limite na liberdade dos outros. A liberdade na comunhão, a liberdade dentro da comunidade dos amigos e companheiros de trabalho. A liberdade que se funda no respeito mútuo e na responsabilidade de cada um, dentro de um quadro jurídico em que direitos humanos estejam solidamente assegurados.

Adotado o objetivo da liberdade como principal, o novo racionalismo deverá procurar definir, dentro de um processo de *práxis,* os meios mais adequados a serem utilizados para atingir esse objetivo. Nesse processo, jamais poderá ser admitido que convirá sacrificar hoje a liberdade, em nome da eficiência e do bem-estar, porque depois será mais fácil recuperar a liberdade perdida.

Da mesma forma, o novo racionalismo colocará outros objetivos pelo menos tão válidos quanto os objetivos econômicos: a justiça, a beleza, a verdade, o amor, a igualdade de oportunidade. São objetivos que valem em si mesmos para o novo racionalismo e que não podem ser subordinados a qualquer outro. São objetivos que, juntamente com a liberdade e um certo grau de bem-estar econômico mínimo, garantem a auto-realização de cada um dentro da sociedade.

Esta, portanto, será uma revolução profunda, que modificará não apenas as relações de produção, mas também e principalmente as consciências de cada um. Sem a revolução das consciências não haverá revolução alguma. O nome do novo regime a ser instaurado poderá ser socialismo, apesar dos abusos de que esse nome tem sido vítima, seja por parte da velha esquerda, seja principalmente por parte da tecnoburocracia comunista. Mais importante do que o nome, porém, é o sentido dessa revolução. Como qualquer outra revolução, seu sentido é eminentemente utópico. A transformação das consciências, a liberação interior do homem, não são objetivos facilmente alcançáveis. Não são objetivos alcançáveis com um golpe de Estado, nem mesmo com uma revolução armada. Esta última alternativa, em certos casos extremos de totalitarismo, terá que ser tentada. Nas sociedades razoavelmente abertas, porém, elas certamente não serão necessárias nem indicadas. Não se mudam consciências com a força das armas.

O uso da guerra para estabelecer a paz, o emprego do terrorismo e da violência para impor a liberdade, o uso do ódio para estabelecer o amor dificilmente serão bem sucedidos. Quando vitoriosos politicamente, os novos governantes tenderão afinal por implantar, eles próprios, a guerra em lugar da paz, o totalitarismo em lugar da liberdade, o ódio em lugar do amor.

Esta revolução será provavelmente lenta. Sofrerá tropeços. Exigirá paciência, dedicação, amor, confiança. Não tem, em hipótese alguma, seu êxito assegurado. É, todavia, um caminho a ser seguido, que toda uma juventude generosa e cheia de audácia já começou a trilhar.

CAPÍTULO IX

Surge um Novo Modo de Produção

Nos últimos cinqüenta anos uma nova classe surgiu de forma significativa no cenário histórico. Assumiu o poder nos países comunistas soviéticos através do desvirtuamento de uma revolução originalmente socialista, e vem ganhando poder crescente nos países subdesenvolvidos através do controle do Estado e das forças armadas, e mesmo nos países capitalistas desenvolvidos vem crescendo em importância não só ao nível do Estado, mas também ao nível das grandes organizações privadas. Chamamos a estes novos atores da história de classe tecnoburocrática e ao sistema econômico correspondente, de modo de produção tecnoburocrático.

Este modo de produção só se tornou dominante nos países comunistas soviéticos. Nos países subdesenvolvidos e nos países industrializados temos formações sociais mistas, em que o modo de produção capitalista tende ainda a ser dominante.

Não vou agora reproduzir toda a extensa argumentação que desenvolvemos em trabalho anterior sobre a emergência da tecnoburocracia (1972). Embora esteja pessoalmente convencido de que terei que repetir e desenvolver estes argumentos *ad nauseam*, não é este o melhor momento para reabrir toda a discussão. O capitalismo é ainda poderoso no mundo ocidental. É provável, no entanto, que muito depois deste modo de produção haver desaparecido completamente da face da Terra, haverá aqueles que continuarão a afirmar que estamos em plena época do capitalismo.

Será provavelmente um capitalismo sem burguesia nem capital, sem conceito de lucro nem de mercado. Mas se falará em capitalismo de estado ou em capitalismo burocrático, ainda que os capitalistas e o capital propriamente dito não mais existam. Entendemos que tecnoburocratismo, modo de produção tecnoburocrático ou qualquer outro nome semelhante são mais apropriados para caracterizar o fenômeno histórico sob análise. Muito mais importante do que os nomes, entretanto, é a visão histórica e crítica do problema.

O modo tecnoburocrático de produção emerge historicamente para estabelecer, em termos renovados, um sistema de classes e de privilégio, para instaurar um sistema de poder autoritário. Só é possível compreender e denunciar este fenômeno histórico na medida em que sejamos capazes de distinguir o capitalismo clássico desse novo modo de produção em emergência.

O modo de produção capitalista, em sua mais pura forma, verificou-se na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos no século passado. As características históricas mais gerais deste modo de produção que Marx conheceu e analisou são: a) o surgimento do capital e, portanto, da relação de produção capitalista, através da separação dos instrumentos de produção dos trabalhadores e sua apropriação pela burguesia; b) a generalização da mercadoria, ou seja, a transformação de todos os bens em mercadorias com valor de troca; c) o surgimento do trabalho assalariado, ou seja, a transformação do trabalho também em mercadoria; d) a apropriação do excedente econômico pela burguesia através da obtenção de lucros (mais-valia); e) a incorporação sistemática do progresso técnico, visando ao aumento da produtividade (mais-valia relativa) condição básica de sobrevivência e da obtenção de lucros por parte das empresas; f) a multiplicidade de pequenas e médias empresas agindo em um mercado concorrencial sob a coordenação do mecanismo dos preços.

Todas estas características são historicamente novas. Algumas precedem a Revolução Industrial, mas só se tornam efetivamente dominantes após a grande transformação tecnológica, social e política que foi a Revolução Industrial. Na verdade, esse processo histórico revolucionário seria melhor caracterizado se fosse chamado de Revolução Capitalista, já que a emergência do capitalismo, mais do que a emergência da indústria, é a marca decisiva do processo. Alguns países menores do sistema capitalista central, como a Holanda, a Dinamarca e a Nova Zelândia, não passaram

propriamente por uma revolução industrial, mas realizaram uma revolução capitalista.

Em qualquer hipótese, é importante assinalar que a emergência do modo de produção capitalista na Europa, surgido em estreita conexão com a revolução industrial, não foi conseqüência da evolução histórica necessária da humanidade. O êxito histórico desse modo de produção e o fato de, até hoje, boa parte do mundo viver sob o modo de produção capitalista podem levar-nos a esta conclusão. Se considerarmos, entretanto, como característica essencial do capitalismo o surgimento de uma burguesia como classe dominante, a qual passa a controlar a produção e a apropriação do excedente econômico, não pela força ou a violência, como acontecia nos modos de produção pré-capitalistas, mas através da realização da mais-valia no mercado, através da transação de mercadorias, inclusive o trabalho, pelo seu respectivo valor de troca, não é difícil detectar o caráter historicamente de exceção desse modo de produção. E isto se torna ainda mais claro quando observamos que, em todo o mundo, a coordenação econômica através do mercado volta a ser substituída pela coordenação administrativa, pelo planejamento, sob a égide de tecnoburocracias públicas e privadas, no seio do Estado e das grandes empresas. Na verdade, a confusão entre capitalismo e industrialização — esta, sim, uma tendência histórica da humanidade — ajuda a explicar duas idéias-chave do mundo moderno: a crença na necessidade histórica do capitalismo e a crença de que este modo de produção tende a permanecer indefinidamente, enquanto não for destruído pela revolução socialista. O modo de produção mais estável historicamente e que dominou grande parte das civilizações por mais tempo foi o modo asiático de produção. O modo capitalista de produção surgiu na Europa, onde o modo asiático não havia se desenvolvido plenamente e permitira, desta forma, o surgimento de um modo de produção menos estruturado administrativamente — o de produção feudal. Este é também um modo de produção excepcional, quando não é confundido com o de produção asiático. A dissolução do modo feudal de produção, através do surgimento da burguesia e da proletarização dos servos, permite o surgimento do capitalismo, o qual, caracterizado por grande capacidade de assimilação de progresso técnico, é marcado historicamente pela revolução comercial, pela revolução agrícola e,

finalmente, pela revolução industrial, com a qual acaba sendo indevidamente confundido. [1]

O modo de produção capitalista revestiu-se naturalmente de formas diversas. Suas características foram especialmente diferentes nos países periféricos, dependentes. Nestes, em uma primeira fase, boa parte do capital era controlada por capitalistas dos países centrais. A maior parte do excedente era assim desviada para o exterior. Além disso, um mercado plenamente concorrencial jamais chegou a se formar. Formas mercantilistas (e, portanto, apenas semicapitalistas) de produção e de apropriação especulativa do excedente, via poder de monopólio e não via aumento de produtividade, tenderam a ser prepoderantes. Nestes termos, não ocorria desenvolvimento tecnológico, nem desenvolvimento econômico propriamente dito, mas um processo de expansão das fronteiras agrícolas ou, então, a implantação de enclaves modernos para a extração de minerais diretamente por empresas estrangeiras. Esse foi o capitalismo do modelo primário exportador. Em uma segunda etapa, a partir da segunda metade do século XX, depois de passar pela fase de transição caracterizada pela industrialização substitutiva de importações, tende a definir-se nos países subdesenvolvidos o capitalismo do modelo de subdesenvolvimento industrializado, no qual elementos tecnoburocráticos tornavam-se cada vez mais significativos. [2]

No centro, mais do que na periferia, o capitalismo tem-se revelado essencialmente dinâmico. As tendências à concentração e centralização do capital, já previstas por Marx, acentuaram-se de maneira extraordinária. Grandes empresas oligopolísticas nacionais e depois multinacionais substituíram as pequenas e médias empresas do capitalismo original. A concorrência monopolística e o oligopólio cartelizado substituíram a concorrência mais generalizada. As empresas burocratizaram-se. O Estado também cresceu e burocratizou-se. A coordenação da economia passou a ser realizada de forma crescente via planejamento, embora os mecanismos de

[1] Sobre as relações entre o modo asiático de produção, o feudalismo e o surgimento do capitalismo ver Samir Amin (1973, p. 4-48). Nesse texto, Amin demonstra o caráter historicamente de exceção, tanto do feudalismo quanto do capitalismo, em relação ao modo asiático ou tributário de produção.

[2] Sobre o modelo de subdesenvolvimento industrializado, ver Bresser Pereira (1975). Não examinamos neste trabalho a problemática do capitalismo periférico, nem a forte tendência à tecnoburocratização que vem ocorrendo em todos os países subdesenvolvidos, na medida em que o capitalismo clássico se revela incapaz de promover a industrialização.

mercado continuassem a funcionar. Os tecnoburocratas públicos e privados ganharam uma crescente autonomia e passaram a apropriar-se do excedente via ordenados. Os capitalistas, entretanto, continuam ricos e poderosos, controlam ainda grande parte do capital e auferem lucros consideráveis, utilizados para o consumo suntuário. O capitalismo continua, assim, o modo de produção dominante, ainda que os traços do modo de produção tecnoburocrático já se façam sentir de maneira marcante, seja ao nível das grandes empresas seja ao nível do Estado. [3] A expressão capitalismo monopolista de Estado é provavelmente a mais adequada para descrever esta mutação parcial do modo de produção capitalista original, que estamos denominando, indiferentemente, clássico, concorrencial ou liberal.

Não há nenhuma razão, porém, para que o modo de produção capitalista seja historicamente permanente. Pelo contrário, isto é um contrasenso. O capitalismo é dinâmico por natureza, e as transformações por que passa, seja no plano do desenvolvimento das forças produtivas, seja no das relações de produção, seja no da superestrutura política e ideológica, são tão profundas, que, mais cedo ou mais tarde, terão alterado de forma intensa o modo de produção capitalista original, por via revolucionária ou não, a ponto de as transformações produzirem um novo modo de produção qualitativamente diferente. Propomos que esse sistema econômico e político em emergência seja denominado modo de produção tecnoburocrático ou tecnoburocratismo.

Não devemos entender a história como um processo linear de etapas necessárias. Marx certamente classificava os modos de produção de acordo com seu grau de desenvolvimento tecnológico e com a complexidade de suas relações de produção. Nesse sentido, alguns modos de produção eram mais avançados, representavam um estágio superior em relação ao outro. Mas isto não significa que os modos de produção devessem seguir qualquer ordem necessária. Conforme observa Hobsbawn (1971, p. 27), "a afirmação de que as formações asiáticas, antiga, feudal e burguesa são

[3] Esta expressão está basada na concepção de capitalismo de Estado de Lenin. Para ele capitalismo de Estado era uma formação social capitalista em que a burguesia, proprietária privada do capital, se apóia integralmente no Estado. Afirma ele: "Para tornar as coisas ainda mais claras vamos, em primeiro lugar, tomar o exemplo mais concreto de capitalismo de Estado. Todos sabem que exemplo é esse. É a Alemanha. Nós temos alí a 'última palavra' em engenharia capitalista moderna em larga escala e em organização planejada *subordinada ao imperialismo Junker-burguês*" (1918).

'progressivas' não implica nenhuma visão linear simples da história, nem ponto de vista elementar de que toda a história seja progresso. Simplesmente afirma que cada um desses sistemas se aparta cada vez mais, em aspectos cruciais, da situação original do homem", ou seja, da comunidade primitiva.

O modo de produção tecnoburocrático, portanto, embora possa ser considerado mais avançado do que o capitalista, não ocorre apenas depois que este esgota suas virtualidades. Pelo contrário, ele pode ganhar vigência mais facilmente naqueles países onde o capitalismo menos se desenvolveu e, por outro lado, onde, por razões políticas e/ou militares, uma classe de burocratas civis e militares assumiu o poder. Isto vem ocorrendo em diversos graus de intensidade nos países subdesenvolvidos. E ocorreu de forma quase completa na União Soviética e nos demais países chamados comunistas ou socialistas. Nestes países e principalmente na União Soviética definiu-se um tipo histórico de formação social em que o modo de produção tecnoburocrático é claramente dominante.

Quais os traços fundamentais do modo tecnoburocrático de produção? Para defini-los vamos partir da distinção adotada por Althusser entre os conceitos de modo de produção e formação social, o primeiro significando um modelo histórico abstrato e o segundo uma realidade histórica concreta. Neste trabalho não nos interessam as formações sociais, que são em geral mistas, contendo de forma hierarquizada mais de um modo de produção. Vamos simplesmente contrastar o modo de produção capitalista em sua forma pura com o modo tecnoburocrático de produção também em sua forma pura. Através deste método, em que evitaremos a discussão das situações intermediárias, teremos uma visão crítica e dialética de um fenômeno histórico de extraordinária importância. O crescimento generalizado das organizações burocráticas e do Estado em todo o mundo e o surgimento de um grande Estado plenamente burocrático como a União Soviética exigem o desenvolvimento de novos instrumentos de análise, entre os quais a definição e a caracterização de um novo modo de produção nos parecem essenciais. Examinemos pois, a partir desta formação social, as diferenças estruturais entre o modo de produção capitalista e o tecnoburocrático.

Usarei a União Soviética como base de referência para esta análise. É preciso, entretanto, deixar claro que inicialmente não foi minha preocupação com esse país, e sim com as formações mistas ainda dominantemente capitalistas, mas já com fortes traços tecnoburocráticos como é o

caso do Brasil, que me levou a esta análise. Considero a caracterização de um novo modo de produção de base burocrática ou tecnoburocrática como um instrumento teórico essencial para a compreensão não apenas da União Soviética, mas também de todas as formações capitalistas contemporâneas. Sem a adoção de um modelo desse tipo, a compreensão da estrutura econômica, das relações de classes e da superestrutura política e ideológica dessas formações sociais torna-se limitada e insatisfatória. Ou nos limitamos a repetir conceitos que caracterizam melhor o capitalismo do século passado, ou então passamos a realizar generalizações ideológicas a respeito de uma sociedade "pós-industrial" com base em projeções lineares do desenvolvimento das sociedades capitalistas avançadas e principalmente dos Estados Unidos.

CAPÍTULO X

Relações de Produção: A Propriedade Organizacional

NO MODO TECNOBUROCRÁTICO DE produção em contraste com o capitalista, não se pode mais falar em capital, entendido este termo como uma relação de produção surgida historicamente com a separação dos instrumentos de produção dos trabalhadores e sua apropriação privada pela burguesia. É preciso ficar claro que capital, nessa acepção específica, que dá origem ao modo de produção capitalista e, portanto, ao conceito de capitalismo, é a propriedade privada dos instrumentos de produção pela burguesia, e deixa de existir no modo tecnoburocrático de produção, na medida em que desaparecem a burguesia e a propriedade privada dos instrumentos de produção. [4] Só poderemos falar em capital se entendermos este termo como significando o valor monetário dos instrumentos de produção, das matérias-primas e do próprio dinheiro utilizados na produção. Este sentido é talvez mais usual, mas reifica o con-

[4] Marx afirma, referindo-se à análise de Wakefield sobre as colônias, com a qual concorda neste ponto: "A propriedade do dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não transforma um homem em capitalista, se lhe falta o complemento, o trabalhador assalariado, o outro homem, que é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente... O capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas" (1890, Livro I, p. 885).

ceito de capital, não tendo qualquer utilidade para caracterizar o modo de produção capitalista e o distinguir dos demais modos de produção.

Outra alternativa seria a de definirmos capital como uma relação de produção surgida da separação dos instrumentos de produção dos trabalhadores, sem especificarmos, como parte integrante dessa relação de produção, a apropriação desses instrumentos pela burguesia. Aceita essa definição, continuaria a existir "capital" na formação social soviética, e o argumento que estamos procurando desenvolver no sentido da existência de um modo de produção tecnoburocrático claramente distinto do capitalista perderia grande força. Parece-nos, entretanto, que isto representaria um esforço heróico de abstração, que acabaria esvaziando o sentido histórico do conceito de capital. Seríamos obrigados a pensar em capital sem propriedade privada, em capitalismo sem burguesia. Ora, nada é mais contrário ao método histórico em que estamos nos apoiando do que se entregar a esse tipo de generalização que rouba aos fenômenos históricos toda a sua especificidade. [5]

Com a eliminação do capital, através da estatização dos meios de produção, desaparece o capitalismo e surge em seu lugar o modo de produção tecnoburocrático ou tecnoburocratismo. O desaparecimento da propriedade privada não implica socialismo porque, como observa Cornelius Castoriadis, "a propriedade nacionalizada só pode ter um conteúdo socialista se a classe dominante for o proletariado" (1949, p. 227). [6] A

[5] José Arthur Giannotti, citando Marx, deixa muito clara a relação entre capital e propriedade privada. Diz ele: "Todo o problema se resume, portanto, em acompanhar a evolução da propriedade privada e sua explicitação em termos de contradição. Sua primeira forma é evidentemente a propriedade do solo, que se liga a uma primeira forma de trabalho alienado: a lavoura. Nesta altura, a propriedade aparece ainda de um modo ou de outro vinculada a uma concessão sobrenatural e à riqueza como fruto de uma natureza pródiga. Pouco a pouco se incrementam as atividades industriais propriamente ditas. 'Toda riqueza transforma-se em riqueza *industrial*, em *riqueza* do trabalho, e a *indústria* é o trabalho acabado, assim como o *sistema fabril* é a essncia desenvolvida da indústria, a saber, o trabalho e o *capital industrial* a forma objetiva acabada da propriedade privada'. E, como já vimos, esse processo histórico de formação do capital é acompanhado pela tomada de consciência de que a riqueza tem sua essência subjetiva no trabalho, de maneira que a posse e a propriedade perdem sua legitimação sobrenatural para revelarem paulatinamente seu caráter arbitrário e espoliativo. No apogeu, quando a propriedade privada transforma-se em capital, eclode então a contradição entre o ter e o não ter com toda sua violência" (1966, p. 149-50; a citação de Marx feita por Giannotti é dos Manuscritos econômico-filosóficos: 1.°, 2.° e 3.°. in: *Kleine Ökonomische Schriften*. Berlim, Dietz Verlag, 1955. p. 123).

[6] Nesse mesmo sentido, observa Herbert Marcuse: "A nacionalização e a abolição da propriedade privada dos meios de produção não constituem, por si sós, diferenças essen-

emergência da tecnoburocracia significa fundamentalmente a transferência do poder e da condição de classe dominante da burguesia para a classe tecnoburocrática. Esta mudança de classe dominante, entretanto, não é um simples fenômeno superestrutural, mas é o resultado de profundas modificações nas forças produtivas e nas relações de produção da sociedade, de forma a definir-se um novo modo de produção distinto do capitalismo e do socialismo. Neste novo modo de produção o Estado continua a ser um Estado de classe, agora diretamente a serviço da tecnoburocracia, e os trabalhadores mantêm-se em sua condição de classe dominada.

A distinção fundamental entre o modo de produção tecnoburocrático e o capitalista encontra-se na natureza das relações de produção respectivas. Estas relações de produção, por sua vez, podem ser melhor definidas a partir da análise do tipo de propriedade existente em cada sistema. A propriedade, segundo Marx, é a forma jurídica de que se revestem as relações de produção. Os modos de produção são categorias históricas em que a forma de propriedade ou, mais precisamente, a relação de produção definida pela propriedade constitui a característica essencial. À propriedade comunitária primitiva, à propriedade antiga, à propriedade asiática, à propriedade germânica, à propriedade feudal, à propriedade capitalista correspondem os respectivos modos de produção. Isto está muito claro nos *Rascunhos* de Marx, em que ele trata das formações pré-capitalistas (1857-58, v. I, p. 434-444).

Se a cada forma de propriedade correspondem relações de produção diferentes, correspondem também classes sociais diferentes. A burguesia é a classe dominante em uma sociedade capitalista. A propriedade capitalista é a propriedade privada do capital pela burguesia, que se define como uma classe social específica, historicamente situada a partir do surgimento do capitalismo, e que desaparece com o advento de um modo de produção tecnoburocrático puro.

Ao modo de produção tecnoburocrático corresponde a propriedade tecnoburocrática, organizacional ou estatal. A propriedade dos meios de produção pertence ao Estado. Por isso, podemos falar em propriedade estatal. Mas é controlada e serve a uma nova classe, a classe dos tecnoburo-

ciais, na medida em que são exercidos e impostos um controle e uma centralização da produção sobre a população" (1957, p. 80). Observe-se que tanto Castoriadis quanto Marcuse estão apenas distinguindo estatização de socialismo. A responsabilidade pela definição de um novo modo de produção é nossa.

cratas, o que nos permite também falar em propriedade tecnoburocrática. Forma-se, assim, uma relação de produção tecnoburocrática correspondente ao surgimento da classe tecnoburocrática. Seu controle dos meios de produção exerce-se na medida em que seus membros ocupam posições administrativas estratégicas nas organizações burocráticas centrais do Estado, nas empresas e institutos descentralizados estatais. A relação de produção tecnoburocrática é, assim, radicalmente diversa da capitalista, na medida em que em uma propriedade é estatal e, na outra, privada.

Esta distinção torna-se mais clara se utilizarmos o conceito de propriedade organizacional. O tecnoburocrata é o burocrata ou técnico que dirige as organizações burocráticas, definidas estas em termos weberianos como sistemas sociais racionais administrados segundo critérios de eficiência. Não apenas o poder, mas a própria existência do tecnoburocrata depende da existência concomitante de uma organização burocrática. Na verdade, a organização burocrática antecede ao tecnoburocrata propriamente dito, porque historicamente primeiro surgem as organizações burocráticas ou semiburocráticas sob o controle patrimonial ou capitalista e só mais tarde o controle efetivo dessas organizações é assumido pelos tecnoburocratas.

O importante, entretanto, é assinalar que, no modo de produção tecnoburocrático, a organização burocrática surge como um intermediário necessário entre os tecnoburocratas e os instrumentos de produção. Ao contrário do que acontece no capitalismo clássico, em que o capitalista possui diretamente a propriedade do instrumento de produção, ou seja, o capital, no tecnoburocratismo o tecnoburocrata tem a propriedade não dos meios de produção, mas da organização burocrática.[7] E esta organização burocrática, por sua vez, é que detém a propriedade dos instrumentos de produção, das mercadorias e do dinheiro necessários para empregar trabalhadores e realizar a produção. Além disso, a propriedade do tecnoburocrata sobre a organização, ou seja, o efetivo controle da organização, não é realizada individualmente, como acontecia no capitalismo, mas coletivamente por um grupo de tecnoburocratas.

A propriedade organizacional, assim definida, transforma-se em propriedade estatal quando, com a dominância do modo tecnoburocrático

[7] Observe-se que a sociedade anônima e a constituição de um grupo crescente de acionistas separados do controle dos meios de produção por organizações burocráticas privadas já são um fenômeno de uma formação social mista como é o capitalismo monopolista de Estado.

de produção, a classe tecnoburocrática assume o controle total da organização burocrática maior, que engloba todas as demais: o Estado. Podemos então falar também em propriedade estatal ou tecnoburocrática, da mesma forma que poderíamos utilizar a expressão modo de produção estatal como sinônimo de modo de produção tecnoburocrático.

A distinção essencial entre o modo de produção capitalista e o modo de produção tecnoburocrático baseia-se, portanto, na natureza diversa das relações de produção. No capitalismo, a propriedade é privada e a classe dominante é a burguesia; no tecnoburocratismo, a propriedade é coletiva e a classe dominante é constituída pelos tecnoburocratas. A relação de produção tecnoburocrática está baseada, mais especificamente, na propriedade estatal, ou seja, na propriedade coletiva exercida através de um Estado moderno burocraticamente organizada. Há outros tipos de propriedades "coletivas", expressão que estamos utilizando aqui em oposição à propriedade privada. Temos a propriedade asiática, em que um Estado burocrático-tradicional serve de mediador; temos a propriedade comunal própria da Europa pré-capitalista, coexistente com a apropriação privada feudal, e temos a propriedade socialista.

Preferimos não discutir aqui quais seriam as características da propriedade socialista, na medida em que entendemos o socialismo mais como um projeto a ser realizado do que como uma realidade. Basta lembrar que o socialismo é a sociedade sem classes, em que a propriedade sobre os meios de produção é comum, não se exercendo através da mediação do Estado. É a sociedade em que o Estado não precisa ter desaparecido, mas deixou de ser instrumento de dominação, seja da burguesia, seja da tecnoburocracia. É a sociedade igualitária e democrática em que todos participam com iguais direitos da apropriação do excedente econômico e do governo da sociedade. É a sociedade em que os direitos do homem são respeitados; em que o trabalho deixa de ser mercadoria; em que a produção não se destina a produzir mercadorias com valor de troca, nem assegurar no poder uma classe dirigente, mas a atender as necessidades do homem.

Nenhuma dessas características se realizou-se ainda no mundo. Nos países chamados socialistas, e particularmente nos países que adotaram o modelo soviético, nenhuma dessas características é dominante. O modo tecnoburocrático de produção só se assemelha ao modo socialista de produção na medida em que a propriedade não é privada, mas coletiva. Em

um caso, porém, a propriedade é tecnoburocrática ou estatal; no outro, socialista ou comum a todos.

É preciso, por outro lado, observar que o fato de, na tecnoburocracia, a propriedade ser coletiva não impede que o modo de produção seja antagônico. Em outras palavras, o modo de produção tecnoburocrático implica uma sociedade de classes. E como em qualquer modo de produção antagônico são duas as classes em oposição: a classe tecnoburocrática e a classe trabalhadora. Estas duas classes, como no caso da burguesia e da mesma classe trabalhadora, no modo de produção capitalista puro, definem-se não como estratos sociais de portadores de capacidade de consumo e de prestígio social comuns, mas como grupos sociais divididos pelo tipo de relação de produção em que estão inseridos e pela conseqüente forma de apropriação ou não-apropriação do excedente econômico. No capitalismo, a burguesia apropria-se do excedente através do lucro ou "mais-valia"; na tecnoburocracia, o tecnoburocrata apropria-se do excedente através dos ordenados. Em ambos os casos, os trabalhadores continuam a participar do produto social através dos salários.

Considerar os tecnoburocratas uma classe e não uma simples camada, como eu próprio considerei durante um certo tempo, é uma decorrência necessária de se entenderem as classes como determinadas pela inserção dos grupos sociais nas relações de produção. Nas relações capitalistas de produção, em sua forma pura, temos apenas duas classes: os capitalistas e os trabalhadores. Da mesma forma, nas relações tecnoburocráticas de produção temos apenas duas classes: os tecnoburocratas e os trabalhadores. Para negarmos a condição de classe dos tecnoburocratas, devemos antes negar a existência de relações tecnoburocráticas de produção. [8]

A identificação da tecnoburocracia ou simplesmente da burocracia como uma nova classe social dominante está obviamente relacionada com as transformações materiais por que passa a sociedade capitalista à medida que ela se industrializa e se burocratiza. Ao surgir o capitalismo industrial, a burocracia era uma pequena camada ou estamento, localizada principalmente ao nível dos aparelhos do Estado monárquico-absolutista e depois no Estado liberal. Não possuía massa crítica nem um papel claro

[8] Não cabe agora desenvolver a teoria das classes sociais no modo tecnoburocrático de produção. Esperamos poder realizar este trabalho no futuro como uma retificação em um desenvolvimento de meu trabalho anterior sobre o assunto (1974, cap. IV).

nas relações de produção que lhe garantissem uma condição de classe social e muito menos de classe dominante. Conforme observa, entretanto, Claude Leffort de forma penetrante, já em 1960:

> Há uma verdadeira mutação na teoria da burocracia quando serve para descrever uma nova classe, considerada como classe dominante em um ou vários países, ou talvez destinada a substituir, no mundo inteiro, a burguesia. Esta perspectiva é sugerida pela evolução do regime russo depois da chegada ao poder de Stalin, quando a desaparição dos antigos proprietários e a liquidação dos órgãos de poder operário vão a par com uma considerável extensão da burocracia do partido comunista e do Estado, que assume a gestão direta da sociedade. Entretanto, o espetáculo das transformações sociais que acompanham o desenvolvimento da concentração monopolista nos grandes países industriais, e principalmente nos Estados Unidos, incita paralelamente uma reflexão sobre o desenvolvimento de uma classe burocrática (1960, p. 229).

O representante do grupo de *Socialisme e barbarie* estava preocupado em assinalar a mudança na teoria da burocracia, quando esta deixa de ser considerada um modo particular de organização, a organização formal, baseado na autoridade racional-legal, como sugere Weber, ou como uma simples camada parasitária, como sugeria Marx, examinando a realidade alemã da primeira metade do século XIX, para ser encarada como uma nova classe social. Evidentemente, porém, não se trata de uma simples mudança da teoria de burocracia, mas de uma mudança nessa teoria forçada pela modificação histórica ocorrida, que levou a burocracia a ganhar o caráter de classe nas sociedades industriais modernas e de classe dominante na União Soviética.

O processo de generalização da mercadoria, ou seja, a transformação de todos os bens em mercadorias dotadas de valor de troca e destinadas a serem comercializadas no mercado, traço essencial do capitalismo, também deixa de ocorrer no modo de produção tecnoburocrático.[9] Isto não significa, obviamente, a volta à economia de autoconsumo. Estamos diante de uma economia industrial altamente sofisticada, em que o nível de es-

[9] Afirma Yoshiaki Nakano, a partir da análise marxista: "A produção capitalista surge quando a produção de mercadorias torna-se generalizada e duas classes de proprietários de mercadorias ficam face a face e estabelecem uma relação de intercâmbio: os proprietários do capital (dinheiro financeiro, meios de produção e meios de subsistência) desejosos de aumentar a soma de valores que eles possuem (empregando trabalhadores e administrando a produção), e os trabalhadores assalariados com nada para vender senão sua força de trabalho" (1974, cap. III, p. 6).

pecialização e divisão do trabalho é muito alto, exigindo um complexo sistema de trocas. Entretanto, para que estas trocas configurem um "mercado" onde se troquem "mercadorias" no sentido capitalista do termo, é preciso que os preços dos bens trocados correspondam ao seu valor, ou seja, ao seu custo de produção (quantidade de trabalho incorporada no bem corrigida pelas variações na composição orgânica do capital de cada indústria). Por outro lado, é preciso que esses preços, assim determinados estruturalmente ou a longo prazo, reflitam no curto prazo as variações na oferta e na procura, de forma que o mecanismo de preços, operando no mercado, funcione como regulador da economia. A generalização da mercadoria, portanto, no sistema capitalista significa que os bens são trocados por seus respectivos valores de troca em um mercado que funciona como instrumento de coordenação de toda a economia.

No modo tecnoburocrático, os preços não correspondem aos seus respectivos valores nem lhes cabe o papel de principal regulador da economia. Os preços são administrados de acordo com princípios de política econômica que refletem os objetivos dos planejadores econômicos. A coordenação da economia cabe ao plano e não ao mercado e ao sistema de preços. Estes, assim como os objetivos quantitativos da produção, são fixados centralmente. Não temos, portanto, preços de mercado, mas simplesmente preços contábeis, de natureza inteiramente diversa. Conforme observa Csikosnagy,

> "o preço é, por natureza, uma categoria de mercado e como tal tem uma função reguladora. Podemos falar em *preço de mercado* se esse papel do preço é posto em prática, isto é, *se o preço regula o processo econômico*. Os preços dos produtores industriais não podem ser considerados preços de mercado se eles não regulam a produção industrial. Em tal caso, o preço opera apenas como um preço contábil; é um instrumento para contabilizar e controlar os processos econômicos" (1966, p. 261-2).

No modo tecnoburocrático de produção, os preços têm primordialmente este caráter contábil. Seu caráter regulador é subsidiário. Na União Soviética, os preços devem basear-se no custo médio de produção. Mas esta é apenas uma regra básica. A partir daí, os preços podem ser maiores ou menores, implicando grandes lucros para alguns setores industriais e prejuízos para outros dependendo da política econômica adotada. Conforme afirma N. A. Lubimtsev, referindo-se à União Soviética principalmente,

> "a fixação dos preços ocupa um lugar importante na planificação econômica dos países socialistas. Ao planificar, o Estado estabelece preços que não estão sujeitos a flutuações incontroladas e que se baseiam nas inter-relações que o plano estabelece na economia nacional. Em geral o preço de produção é determinado com base nos custos primários industriais médios e na quantidade de acumulação fixada para a indústria em questão (1968, p. 140).

Os preços têm, assim, além de sua função contábil, uma função alocadora de recursos, privilegiando aqueles setores que se pretendem desenvolver mais rapidamente. Por outro lado, os preços podem ter funções redistributivas de renda, quando oneram como um imposto produtos de luxo. Esta última função tem pouca importância no sistema, já que é possível controlar diretamente a distribuição através da regulamentação de salários. Já o caráter alocador pode ser mais importante. Mas também aqui a operacionalidade do sistema de preços como alocador de recursos é limitada. Foi provavelmente o uso excessivo e desnecessário desse recurso de planejamento que levou a economia soviética e dos demais países comunistas a uma série de distorções e em seguida às reformas da segunda metade dos anos sessenta.

Estas reformas tinham como objetivo desenvolver nesses países uma economia socialista de mercado. Nas palavras de um de seus mais veementes defensores, na Hungria, onde ela foi levada mais longe,

> a idéia básica da reforma era a de que nós deveríamos abandonar o 'modelo diretivo' como um todo. Em lugar de estabelecer metas obrigatórias para cada atividade econômica em detalhe, devemos dirigir e planejar nosso desenvolvimento econômico através de reguladores econômicos (preços, impostos, tarifas, taxas cambiais, juros, incentivos monetários, mercado, oferta e procura, etc.) que estejam de acordo com nosso sistema econômico de mercado (L. Csapó, 1966, p. 238-9).

Os limites desse tipo de reforma, entretanto, são evidentes. Em última análise, o sistema de preços de mercado só poderia ser introduzido de fato nessas economias com o sacrifício do sistema de planejamento. Ora, isto contraria o princípio básico do modo tecnoburocrático de produção de que o planejamento é um sistema de coordenação econômica superior, mais eficiente do que o sistema de preços. O sistema de preços pode ser utilizado nos quadros de um sistema geral de planejamento para auxiliar o detalhamento do plano. As limitações do sistema de informação administrativa, apesar de todo o avanço dos computadores, levam à utili-

zação dos preços também como mecanismo regulador. Mas esse caráter regulador é estritamente auxiliar ao sistema maior de coodenação econômica, ou seja, o planejamento. Não é por outra razão que Alec Nove, avaliando as reformas na União Soviética, afirma:

> Os reformadores, matemáticos ou não, foram repelidos... o velho sistema, seja de idéias ou de substância econômico-organizacional, sobreviveu sem mudança fundamental (1972, p. 354).

Na Hungria estas reformas foram mais profundas, mas não chegam a produzir o fenômeno da generalização da mercadoria do capitalismo clássico. São simples manifestações de que na formação social húngara e em menor grau na soviética, embora o tecnoburocratismo seja o modo de produção dominante, existem ainda traços do sistema capitalista.

CAPÍTULO XI

Salários e Ordenados

UMA TERCEIRA DISTINÇÃO entre o capitalismo e o tecnoburocratismo diz respeito ao problema do trabalho assalariado. O processo de generalização da mercadoria no sistema capitalista tem como uma de suas manifestações essenciais o trabalho assalariado. O trabalho, no capitalismo, é transformado em mercadoria, e como qualquer outra mercadoria tem um preço que deve corresponder ao seu custo de reprodução: o salário. O salário é, portanto, o preço da mercadoria-trabalho e deve corresponder ao valor dessa mercadoria, ou seja, ao custo de reprodução da mão-de-obra. No capitalismo monopolista de Estado — da mesma forma que os preços das mercadorias começam a deixar de corresponder aos seus respectivos valores, quer em virtude do caráter oligopolístico da economia, quer em virtude do surgimento de sistema tributário diferencial e de controle administrativo de preços por parte do Estado — também os salários tendem a perder em parte seu caráter de mercadoria, na medida em que os sindicatos logram elevá-los acima do nível de subsistência dos trabalhadores, ou seja, acima do custo de reprodução da mão-de-obra historicamente determinado.

Não estamos, entretanto, interessados em assinalar situações intermediárias das formações sociais mistas. No capitalismo, em seu estado puro, o trabalho é uma mercadoria; no tecnoburocratismo deixa de sê-lo. A remuneração dos trabalhadores não é determinada no mercado em função do custo de reprodução da mão-de-obra, mas é determinado politi-

camente pela tecnoburocracia estatal, em função das necessidades de acumulação estatal, da participação no excedente econômico que os tecnoburocratas pretendem reservar para si em forma de ordenados diretos e indiretos, e do volume de consumo social que o Estado decide controlar diretamente. O fato de o trabalho deixar de ser mercadoria não significa, portanto, que estamos diante de um sistema socialista, em que desaparece a exploração do trabalho. Da mesma forma que o desaparecimento do capital através da estatização ou nacionalização dos instrumentos de produção não significa socialismo sem que os trabalhadores passem a dirigir diretamente esses meios de produção e o próprio Estado, também o fato de que o trabalho deixe de ser mercadoria não significa que o excedente econômico passe a pertencer aos trabalhadores.

O salario, no tecnoburocratismo, deveria a rigor receber outro nome, na medida em que deixa de ser o preço da mercadoria-trabalho. Na falta de outra expressão, entretanto, continuaremos a utilizar a palavra "salário". Sua determinação é realizada nos termos do planejamento econômico estatal. Parte-se de um fundo salarial total. Este fundo é em seguida dividido pelos diversos setores econômicos e pelas diversas regiões do país e, finalmente, subdividido até chegar ao nível das empresas. O mercado não tem qualquer papel significativo nesse sistema. Descrevendo o sistema soviético afirma Alec Nove:

> Todos os trabalhadores são divididos em graduações, o governo ajusta o salário da graduação um, a mais baixa; cada graduação acima é calculada por coeficientes que também são indicados pelo governo... (1961, p. 141).

Os salários são, portanto, rigidamente controlados pelo Estado. O papel do mercado aqui também é estritamente subsidiário. Faz-se presente apenas através da liberdade que os trabalhadores têm de mudar de emprego. Trabalho assalariado, entretanto, no sentido capitalista estrito do termo, não existe no modo tecnoburocrático de produção.

Reside na forma de apropriação do excedente uma outra distinção também essencial entre o modo de produção capitalista e o modo de produção tecnoburocrático. No modo de produção capitalista puro, a renda Y_k é igual à soma dos lucros R e salários W. Os salários correspondem à produção de bens de consumo básicos ou necessários B, enquanto os lucros correspondem à produção de bens de consumo de luxo V e à produção de bens de capital J. O excedente, portanto, é igual aos lucros.

$$
\begin{aligned}
Y_k &= W + R \\
W &= B \\
R &= V + J
\end{aligned}
$$

No modo de produção tecnoburocrático, tomando-se como referência um país desenvolvido como a União Soviética, a renda Y_t é constituída de lucros estatizados R_e, de ordenados O e de salários. Os salários correspondem ainda basicamente à produção de bens básicos, embora já se deva admitir o consumo pelos trabalhadores de uma pequena parcela nV da produção de bens de luxo. Em um país subdesenvolvido, esta parcela deve ser desprezada. Os ordenados são recebidos pelos tecnoburocratas de acordo com critérios econômicos e políticos, e correspondem basicamente ao consumo de bens de luxo, desde que consideremos, em uma formação social já plenamente tecnoburocratizada, desprezível o consumo de bens básicos pelos tecnoburocratas. O lucro estatizado R_e é utilizado para a acumulação de capital $\triangle K$, correspondente à produção de bens de capital J.

$$
\begin{aligned}
Y_t &= R_e + O + W \\
W &= B + nV \\
O &= (1 - n)V \\
R_e &= J
\end{aligned}
$$

Em termos de contabilidade nacional, a produção de um país pode ser definida em termos de produto Y_P despesa Y_D ou renda Y_R. Os três agregados são estritamente equivalentes. Em ambos os modos de produção, o produto Y_P é constituído da somatória da produção de bens de capital, bens de consumo de luxo e de bens de consumo básico. A despesa global correspondente Y_D é definida também de forma semelhante, em termos de investimento I, consumo de bens de luxo C_V e consumo de bens básicos C_B.

$$Y_P = J + V + B$$

$$Y_D = I + C_V + C_B$$

Apenas a renda *Y* deve ser definida de forma diferente em cada um dos modos de produção: no capitalismo é constituída de salários e lucros; na tecnoburocracia, de salários, ordenados e lucros estatais.

Em uma situação intermediária, como é o caso do capitalismo monopolista do Estado, a formação social predominante é capitalista, mas já está infiltrada por traços tecnoburocráticos. Este é o estágio atual do desenvolvimento do sistema capitalista, no qual a renda Y não é constituída de dois elementos, lucros e salários, como no capitalismo puro, mas de três: lucros, salários e ordenados. Os lucros são utilizados não apenas para acumulação, mas também para consumo de bens de luxo. Os ordenados já estão presentes e são aplicados não apenas em bens de luxo, mas também, no caso dos ordenados mais elevados, em ativos financeiros. Nestes momentos, tecnoburocratas e capitalistas, que já são aliados, em parte se confundem. Não estamos agora, porém, preocupados em examinar esta situação intermediária, mas em definir o modo de produção capitalista puro em oposição ao modo de produção tecnoburocrático.

A apropriação privada do excedente econômico através dos ordenados e não dos lucros, já que estes estão estatizados, é uma distinção essencial entre o modo de produção tecnoburocrático e o capitalismo. O ordenado é a remuneração do tecnoburocrata, assim como o lucro é a remuneração do capitalista. Ambos são extraídos do excedente, mas sua natureza é totalmente diversa.

O lucro ou mais-valia (na verdade, o lucro é uma parcela da mais-valia quando distinguimos entre capitalistas ativos, que recebem lucros, e inativos, que recebem aluguéis ou juros) é o resíduo obtido pelo capitalista depois de vender seu produto de acordo com seu valor no mercado e de ter pago o trabalho-mercadoria de seus trabalhadores também de acordo com seu valor de mercado. O lucro capitalista realiza-se, assim, no mercado depois que o custo da reprodução da mão-de-obra foi pago em termos de salários. No capitalismo, portanto, a apropriação do excedente econômico realiza-se através do mercado e não diretamente através da violência, como acontecia nos modos de produção pré-capitalistas. Nestes era sempre a força ou a violência a forma pela qual a classe dominante extraía o excedente produzido pelos trabalhadores. No modo asiático de produção a forma por excelência de extração do excedente é o tributo, na escravidão é o próprio trabalho escravo, no feudalismo a corvéia. Já no caso do capitalismo, a força foi utilizada para sua implantação. Verificou-se, então, o processo histórico da acumulação primitiva. Uma

vez que o capitalismo passou a funcionar em termos clássicos e concorrenciais, porém, a apropriação começou a ser feita através do mercado. A violência continua a existir, mas de forma indireta através do Estado, na medida em que este garante policialmente a reprodução do sistema político. Isto significa para o Estado o papel fundamental de assegurar, através da violência, a redução econômica do trabalho à condição de mercadoria. A partir daí, a produção da mais-valia passa a ser um fenômeno normal do mercado. A conotação de força só volta à apropriação do excedente quando o capitalismo se torna monopolista, ou seja, quando o capitalismo começa a desfigurar-se.

No caso da apropriação do excedente através dos ordenados, temos uma situação mista, em que esta apropriação se realiza ao mesmo tempo através do mercado e pela força, administrativamente. A forma de apropriação é obviamente muito diversa da do lucro, mas pode ser confundida com os salários. Importa, pois, distinguir claramente os salários dos trabalhadores dos ordenados dos tecnoburocratas. Uma análise superficial poderia levar à afirmação de que tanto ordenados quanto salários constituem remuneração do trabalho e, portanto, não haveria razão para maiores distinções. Na verdade, a primeira distinção deriva exatamente da natureza do trabalho executado. O trabalhador está diretamente ligado à produção de bens e serviços. O tecnoburocrata inclui-se entre os que realizam "trabalho improdutivo", na terminologia de Adam Smith (1776, v. 1, p. 295). Não são diretamente responsáveis pela produção. Na qualidade de administradores, engenheiros, técnicos, coordenam o trabalho produtivo e o orientam tecnicamente. A expressão "trabalhadores improdutivos" não significa, portanto, em absoluto, que os tecnoburocratas não contribuam para a produção. Seu papel na organização dessa produção é importante. O tecnoburocrata é um técnico ou um burocrata sobre o qual existe um pressuposto de competência técnica. Isto significa que ele pretende possuir o monopólio do conhecimento técnico e organizacional, os quais são essenciais para a eficiência do sistema produtivo. É claro que esta pretensão ao monopólio do saber tem caráter também ideológico. É uma das bases através da qual o tecnoburocrata legitima sua posição de poder e sua apropriação do excedente econômico. Mas não se trata de uma posição meramente ideológica, na medida em que a administração das organizações e seu avanço tecnológico são essenciais para o desenvolvimento do sistema econômico. O que pode e deve ser discutido é o caráter burocrático da

administração e a natureza eventualmente anti-social do desenvolvimento tecnológico, e não a própria administração e o avanço tecnológico.

Nestes termos, os tecnoburocratas legitimam sua posição com base na competência técnica e no desenvolvimento econômico resultante. Este desenvolvimento deve permitir o aumento sistemático da remuneração dos trabalhadores, de forma a mantê-los permanentemente satisfeitos, apesar da prevalência de um sistema politicamente repressivo e marcado pela desigualdade.

Os ordenados remuneram, portanto, o trabalho "improdutivo" apenas no sentido de que se trata de um trabalho não diretamente ligado à produção.

O trabalhador opera o instrumento de produção, enquanto o tecnocrata o controla, através da organização burocrática. É esta colocação privilegiada do tecnoburocrata, controlando os instrumentos de produção e situado formalmente na organização burocrática em posição de autoridade, que torna a natureza dos ordenados diversa da dos salários.

Os salários são a remuneração do trabalho produtivo. No capitalismo clássico e no subdesenvolvimento industrializado, os salários são determinados a longo prazo pelo custo da reprodução da mão-de-obra e, a curto prazo, pelo aumento ou diminuição da procura de trabalhadores, na medida em que aumenta ou diminui a taxa de acumulação de capital. No capitalismo monopolista, os salários são determinados a longo prazo pelo custo de reprodução da mão-de-obra mais uma parcela do excedente que os trabalhadores organizados conseguem assegurar para si através da luta sindical. No modo tecnoburocrático de produção, os salários são também determinados pelo custo de reprodução da mão-de-obra mais uma parte do excedente que os trabalhadores vão aos poucos obtendo. Diferentemente do que ocorre no capitalismo monopolista, porém, esta participação no excedente não se deve ao poder sindical, mas à necessidade que os tecnoburocratas no poder têm de se autolegitimarem através da concessão de melhores condições de vida para os trabalhadores. Embora o sistema tenda a ser politicamente autoritário, os tecnoburocratas necessitam de uma legitimação para seu poder. Esta legitimação baseia-se na afirmação ideológica de que exercem o poder em nome dos trabalhadores. Nestes termos, ainda que o poder seja realmente exercido pelos tecnoburocratas em seu próprio nome e benefício, estes não têm outra alternativa senão permitir uma participação dos trabalhadores no excedente.

Em qualquer hipótese, os salários são sempre a remuneração do trabalho produtivo. Estão diretamente relacionados à produção. E para as empresas constituem um custo variável, que aumenta ou diminui na medida em que varia a produção. O nível geral dos salários é dado pelos fatores acima mencionados — custo de reprodução da mão-de-obra e poder de barganha politicamente determinado. Uma vez definido esse nível básico, a teoria da produtividade marginal pode ser útil para explicar a alocação do trabalho entre as empresas ou as diversas atividades produtivas.

Já os ordenados não apresentam qualquer relação direta com a produção. A taxa de ordenados ou ordenado médio, definida pela razão entre o total de ordenados e o número de tecnoburocratas, não pode ser explicada pelo custo de reprodução dos tecnoburocratas. O conceito de produtividade marginal, que não nos ajuda a explicar o nível geral de salários, é muito menos útil para explicar a taxa de ordenados ou mesmo os diferenciais de ordenados, na medida em que nada é mais difícil do que determinar a produção marginal de um tecnoburocrata.

A taxa de ordenados depende basicamente do volume total de ordenados e do número de tecnoburocratas. O volume total de ordenados, por sua vez, depende do excedente total e da forma pela qual ele é apropriado e repartido. A produção do excedente depende basicamente do grau de desenvolvimento das forças produtivas e do nível de acumulação do capital da sociedade, seja qual for o modo de produção.

Já a apropriação e repartição do excedente variam de acordo com o modo de produção. No capitalismo clássico ou puro, o excedente é apropriado integralmente pela classe capitalista. Os tecnoburocratas inexistem. No capitalismo monopolista de Estado e no subdesenvolvimento industrializado, tecnoburocratas e capitalistas dividem a maior parte do excedente em termos de ordenados e lucros, com tendência a uma participação crescente dos primeiros. Os trabalhadores conseguem também uma parte do excedente no capitalismo monopolista. No modo de produção tecnoburocrático, desaparecem os capitalistas e os lucros privados. Os tecnoburocratas, que controlam o Estado e as empresas públicas, devem reservar uma parte do excedente para a acumulação de capital que permita a reprodução e ampliação do excedente. Devem também destinar uma parte, a menor possível, aos trabalhadores, a fim de legitimarem sua posição. O restante será dividido entre os próprios tecnoburocratas em função da escassez relativa das diversas funções exercidas e do poder político de cada tecnoburocrata ou grupo de tecnoburocratas dentro do sistema.

A determinação do total de ordenados, dada a condicionante básica do volume do excedente e da necessidade de acumulação de capital, é eminentemente política. As próprias necessidades de acumulação são definidas politicamente, e a parte do excedente destinada aos trabalhadores dependerá essencialmente da sua capacidade de reivindicação ou, o que é a mesma coisa, da necessidade de legitimação dos tecnoburocratas.

A legitimação dos tecnoburocratas, por sua vez, depende não apenas de sua capacidade de organizar a produção e distribuir parcialmente o excedente, mas também de todo um sistema ideológico montado para sua sustentação. Este sistema ideológico coloca como objetivo básico da sociedade o desenvolvimento econômico, ou seja, o aumento do excedente através do uso mais eficiente dos fatores produtivos. E tem como primeiro postulado a crença de que a eficiência das organizações produtivas e do Estado será tanto maior quanto maior for o número de tecnoburocratas. Nestes termos, os tecnoburocratas são sempre relativamente escassos. Seu número está sempre crescendo, seja em função do aumento da produção, seja em função das necessidades de controle, seja em função do simples crescimento demográfico dos próprios tecnoburocratas. Embora o número de tecnoburocratas não esteja diretamente relacionado com a produção, esta relação existe. Por outro lado, os tecnoburocratas são extremamente necessários para manter-se o controle social. Muitas vezes, a lógica da produção dispensaria muitos tecnoburocratas, mas a lógica do controle social, a necessidade de manter os trabalhadores firmemente subordinados e o esforço no sentido de se apropriar de uma parte do excedente levam ao recrutamento de novos tecnoburocratas. [10]

Entretanto, embora sempre crescendo, o número de tecnoburocratas é sempre, e por definição, insuficiente. Já que não é possível determinar com precisão a demanda dos tecnoburocratas em função das necessidades da produção, esta demanda passa a depender de um fator ideológico, da afirmação de que a eficiência das organizações pode sempre crescer graças a um maior número de tecnoburocratas.

Por outro lado, fica claro por esta análise que o próprio conceito de lucro sofre uma alteração profunda no modo de produção tecnoburocrático, em relação ao modo de produção capitalista. Não temos mais o lucro privado, mas o lucro estatizado. Este não serve mais para o consumo

[10] Ver a análise de Herbert Gintis (1972) e de Stephen A. Marglin (1974 e 1975) sobre a função de hierarquia nas organizações capitalistas.

privado de luxo, a não ser através dos ordenados não-pecuniários que os tecnoburocratas recebem. Por outro lado, no sistema capitalista, a maximização do lucro é objetivo claro dos capitalistas, enquanto os tecnoburocratas procuram, através do controle do capital que exercem, maximizar os ordenados. Para isto é fundamental expandir a produção de cada empresa e o excedente geral da sociedade, que depende do nível da produção nacional. O volume dos ordenados que cada organização pode pagar em uma economia tecnoburocrática pura não depende de seus lucros, mas do volume total da produção da empresa e do nível geral do excedente social. O lucro não é sequer um critério importante para medir a eficiência das empresas, dada a predominância do planejamento sobre o mercado. A expansão da produção é essencial porque interessa aos tecnoburocratas não apenas maximizar a taxa de ordenados, mas o volume total de ordenados através da incorporação de novos tecnoburocratas no sistema.

Não é, entretanto, apenas na forma de apropriação ou extração do excedente econômico que o capitalismo se distingue do socialismo, mas também e necessariamente na forma de repartição desse excedente. No modo de produção capitalista o excedente é repartido entre os capitalistas de acordo com uma regra simples e direta: o volume de capital detido pelo capitalista individual, um a um. Este critério decorre do fato elementar em teoria econômica de que a taxa de lucros no capitalismo é igual em todos os setores em virtude da concorrência. Nestes termos, os lucros dividem-se entre os capitalistas de acordo com seu capital. Já no tecnoburocratismo, a repartição do total de ordenados entre os tecnoburocratas não tem nada a ver com o capital que controlam. Depende, isto sim, da posição que cada tecnoburocrata ocupa dentro da hierarquia organizacional. Novamente, é a organização e não o capital o elemento determinante nesse modo de produção.

Em síntese, o modo de produção tecnoburocrático distingue-se do capitalista porque nele desaparece o processo de generalização da mercadoria; o trabalho, inclusive, deixa de ser mercadoria trocada no mercado pelo seu custo de produção, embora continue a existir um sistema de exploração; as relações de produção deixam de ser capitalistas com o desaparecimento da burguesia e da propriedade privada dos instrumentos de produção, ou seja, com o desaparecimento do capital, surgindo em seu lugar relações tecnoburocráticas de produção e a propriedade organizacional, caracterizada pela intermediação da organização burocrática entre o conjunto dos tecnoburocratas e os instrumentos de produção; a classe capi-

talista ou burguesia desaparece ao ser expropriada, surgindo em seu lugar a classe tecnoburocrática ou tecnoburocracia; a apropriação privada do excedente deixa de ser realizada através do lucro e passa a realizar-se através dos ordenados; a repartição do excedente deixa de ser realizada com base no volume de capital de cada capitalista e passa a ser realizada de acordo com a posição do tecnoburocrata na hierarquia organizacional; o sistema econômico deixa de ser coordenado pelo mercado e passa a sê-lo pelo planejamento centralizado. O mecanismo de preços pode ainda ser usado para ajudar a controlar a procura mais do que a oferta dentro do sistema, mas seu papel será subsidiário. O modo de produção tecnoburocrático é o modo de produção do grande Estado nacional e das empresas públicas, em que os tecnoburocratas, através do controle do novo fator estratégico de produção (Galbraith, 1967, p. 65, e Bresser Pereira, 1972, p. 37-56), ou seja, do conhecimento técnico e organizacional, passam a controlar também toda a sociedade. Assumem, assim, o poder político ao mesmo tempo em que desenvolvem uma ideologia autoritária, racionalista e desenvolvimentista destinada a legitimar seu poder. [11]

[11] A supremacia da técnica e dos administradores burocráticos na ideologia tecnoburocrática soviética tem documentação exaustiva. Vale a pena, entretanto, lembrar este pronunciamento lapidar de Stalin em 1935: "A antiga palavra de ordem — 'a técnica decide tudo', reflexo de um período já ultrapassado, quando a penúria entre nós era principalmente técnica — deve agora ser substituída por uma nova palavra de ordem: 'os administradores decidem tudo'. Isto é hoje o essencial" (*Histoire du Parti Communiste de L'URSS*, redigida por uma comissão do Comitê Central do PC(b) da URSS, 1938, p. 373-4).

CAPÍTULO XII

Capitalismo de Estado?

A QUEM SERVEM OS TECNOBUROCRATAS? Aos capitalistas de quem são assessores, afirmam alguns cientistas sociais que pretendem manter uma fidelidade a Marx, que ele próprio provavelmente dispensaria se estivesse vivo. Sem dúvida, nas formações sociais mistas, em que o modo de produção capitalista é ainda dominante, os tecnoburocratas ainda ocupam posição subordinada. Por isso servem aos capitalistas, sem deixar de servir a si mesmos. Sua independência, porém, é crescente. Seja ao nível das empresas privadas burocratizadas, seja principalmente no caso das empresas públicas e dos órgãos do governo. Nestes casos, é mais apropriado falarmos em uma associação entre capitalistas e tecnoburocratas. Quando, porém, nos deparamos com um modo de produção tecnoburocrático em que a classe burguesa tenha sido eliminada, conjuntamente com a propriedade privada dos meios de produção, a quem podem servir os tecnoburocratas, senão a si mesmos? Neste momento eles constituem a classe dominante, como já acontece na União Soviética. São os sucessores da burguesia. Apropriam-se da maior parte do excedente destinado ao consumo suntuário. Assumiram o poder político em sua plenitude, da maneira mais autoritária que puderam, mantêm firmemente seu controle sobre os meios de produção e usam estes dois instrumentos para se tornarem os beneficiários por excelência do sistema.

Como todas as classes dominantes na história, a classe tecnoburocrática — quando assume o poder em uma sociedade, seja através do con-

trole das forças armadas burocratizadas, seja através de partidos políticos burocratizados, e sempre também através de sua paulatina infiltração nas empresas e no Estado, ambos crescentemente burocratizados — passa a utilizar-se do sistema social em seu benefício. Procura gozar de todas as vantagens que o sistema oferece e trata de se perpetuar através de seus filhos. Para isto, como a herança tem pouco valor, a transferência dos privilégios dos pais para os filhos realiza-se através das oportunidades de educação e de ocupação de posições. A meritocracia e um complexo sistema de exames fazem parte da ideologia tecnoburocrática, funcionando como instrumentos essenciais de sua própria perpetuação.

É óbvio, portanto, que em uma formação social em que o modo de produção dominante é o tecnoburocrático, os tecnoburocratas só podem servir a si mesmos. Na falta de critérios para identificar o novo modo de produção, entretanto, insiste-se em continuar a falar em capitalismo. Fala-se, então, em termos muito imprecisos, na existência de um capitalismo de Estado e de uma burguesia de Estado. A União Soviética seria um caso de capitalismo de Estado. Se o problema for simplesmente de nome, se capitalismo de Estado significar um modo de produção em que a classe tecnoburocrática (ou a burguesia de Estado) controla o capital através do domínio burocrático sobre o Estado, nada temos a objetar. Observamos apenas que, nesse caso, a expressão capitalismo de Estado está sendo usada inadequadamente. Em sua acepção original, ela foi utilizada entre outros por Lenin, [12] e tinha sentido muito diverso. Capitalismo de Estado era o sistema capitalista de grandes empresas privadas sobre as quais o Estado exercia um grande controle. Lenin usava, como exemplo de capitalismo de Estado, a Alemanha dos Junkers e de Bismarck (ver nota 3). Tecnoburocracia parece-nos uma expressão muito mais feliz para caracterizar o fenômeno que estamos examinando. Podemos, entretanto, pretender usar o termo capitalismo de Estado para evidenciar a União Soviética, por exemplo, como um país em que o modo de produção dominante é capitalista. Apenas não haverá nesse capitalismo, nem a classe capitalista burguesa, nem propriedade privada do capital, nem apropriação privada do excedente através do lucro, mas apropriação do excedente via ordenados, nem haveria coordenação da economia através do mercado, mas pela

[12] Ver, a respeito, o trabalho esclarecedor de Leôncio Martins Rodrigues e Ottaviano De Fiore sobre Lenin e sua visão do capitalismo de Estado e da burocracia na sociedade soviética. (1975).

administração tecnoburocrática... Enfim, seria um modo de produção sem capitalistas nem relações de produção capitalistas. Esta posição é fruto de uma visão imobilista da história. Só pode ser explicada pela falta de imaginação de marxistas "ortodoxos" que, apegados a idéias que Marx hoje provavelmente não subscreveria, recusam-se a aceitar o surgimento de um novo modo de produção antagônico antes do advento do socialismo.

Quanto à expressão "burguesia de Estado" — sugerida por Charles Bettelheim a partir do momento em que se deu conta de que a revolução socialista fora fraudada na União Soviética — sua impropriedade é óbvia. [13] Burguesia é uma classe social historicamente muito bem situada e definida. Curiosa também é a teoria segundo a qual nós teríamos, em um sistema como o soviético, a "burguesia de Estado", que estaria na cúpula do sistema e se apropriaria da maioria dos benefícios do sistema, e a burocracia, que serviria a essa burguesia de Estado. O único mérito desta idéia é nos fazer lembrar que os tecnoburocratas estão hierarquizados como é próprio das burocracias onde operam. E que, portanto, existem tecnoburocratas em diversos níveis na pirâmide burocrática. Mas não há por que distingui-los qualitativamente. Excluídos os trabalhadores, os artistas, os intelectuais, os estudantes, os demais são tecnoburocratas — são engenheiros, administradores, economistas, militares, funcionários, técnicos especializados — envolvidos na tarefa coletiva de gerir a organização burocrática. Que uns ocupem posições mais altas do que os outros é uma contingência estrutural do próprio sistema e reflete até certo ponto diferentes níveis de competência tecnoburocrática. Mas não nos permite distinguir os tecnoburocratas de uma hipotética burguesia de Estado. Os tecnoburocratas assumem o controle dos meios de produção de forma coletiva e não de forma individual, como faziam os capitalistas. O tecnoburocrata é um homem da organização. O modo de produção tecnoburocrático é o sistema de organizações burocráticas modernas ou tecnoburocráticas. Expressões como capitalismo de Estado, burguesia de Estado e mesmo

[13] Afirma Charles Bettelheim, em sua tentativa de definir burguesia de Estado: "O conceito de 'burguesia de Estado' (ou de burguesia burocrática de Estado) não pode ser desenvolvido aqui. Digamos simplesmente que designa os agentes da reprodução social, exceto os produtos imediatos que — em face ao sistema de relações sociais existentes e de práticas sociais dominantes — têm *a disposição dos meios de produção e dos produtos* que pertencem formalmente ao Estado" (*Les Luttes de classes en URSS*. 1974. p. 41, nota 1. O autor apresentou anteriormente esta nomenclatura em *Lettres sur quelques problemes actuels du socialisme*. 1970. p. 22 e 64).

capitalismo burocrático são principalmente inadequadas porque não nos ajudam a fazer a devida e necessária distinção com o capitalismo. Só há um argumento a seu favor. Torna-se ideologicamente mais fácil criticar esse modo de produção quando ele é identificado com o capitalismo. Mesmo sob esse ponto de vista, no entanto, parece-me melhor deixar bem clara as distinções entre o modo de produção capitalista e o modo de produção tecnoburocrático e em seguida criticá-lo com base em suas características específicas. [14]

Neste momento devemos fazer uma breve menção à crítica de Trotsky à burocracia soviética nos anos trinta e ao trabalho pioneiro e inovador do grupo que se reuniu em torno da revista *Socialisme et Barbarie*, publicada na França entre 1949 e 1965. Ambos têm uma contribuição importante para a análise das relações de produção na União Soviética, embora não tenham logrado chegar a uma conclusão satisfatória para o problema.

Trotsky, cuja contribuição para a revolução socialista e para a crítica da burocracia soviética é definitiva, encontrava-se nos anos trinta em meio a uma série de contradições que dificultam uma definição mais precisa da natureza das relações de produção na União Soviética. De um lado, negava firmemente que houvesse ocorrido a restauração do sistema capitalista na União Soviética, na medida em que os meios de produção continuavam nacionalizados e o sistema de planejamento fora mantido. Admitia apenas que havia uma "ameaça" de restabelecimento do capitalismo, caso aquelas conquistas se perdessem. O Estado, para ele, continua operário. O que teria havido seria uma "deformação burocrática" causada pelo retardamento da revolução socialista mundial e pela falta de forças ou atraso dos operários e camponeses soviéticos devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas naquele país. A deformação burocrática deu origem a uma "casta" de burocratas estalinistas. Trotsky usa a expressão "casta" porque não podia falar em classe, na medida em que não conseguia ainda definir as bases de um novo modo de produção. [15] Era impor-

[14] É curioso observar o caráter ideológico dos nomes empregados. Os socialistas, que não reconhecem o socialismo na União Soviética, tendem a usar a expressão "capitalismo de Estado"; já os capitalistas preferem falar em "socialismo de Estado", para caracterizar aquela formação social.

[15] Cabe assinalar que Trotsky nunca confundiu a burocracia com a burguesia. Isto fica muito claro no prefácio de *A Revolução desfigurada*, em que critica a burocracia por estar permitindo o surgimento de uma pequena burguesia especialmente no campo (1929, p. 10 e 11). Depois temos a repressão estalinista aos *kulaks*, e Trotsky não volta ao problema. Assinala, porém, a origem operária da burocracia: "Que a burocracia operária e

tante para Trotsky a afirmação de que o Estado continuava operário porque ele temia a restauração capitalista ao mesmo tempo que propunha e esperava uma nova revolução operária (Trotsky, 1938 e 1940). Quase quarenta anos depois, nem uma coisa nem outra aconteceram. A burocracia ou tecnoburocracia soviética permanece firmemente instalada no poder. Não podemos mais falar em uma simples e passageira deformação burocrática em uma sociedade socialista. Por outro lado, Trotsky estava correto em negar a restauração do capitalismo. Não nos resta, portanto, outra alternativa senão definir criticamente as novas relações de produção que se formam na União Soviética a partir do termidor estalinista.

O grupo de *Socialisme et Barbarie* teve como suas principais figuras Cornelius Castoriadis e Claude Leffort. Este grupo desenvolveu um trabalho notável de crítica socialista à União Soviética, denunciando como o marxismo e o socialismo haviam ali sido deturpados. Castoriadis, em seu trabalho de 1949 sobre *As Relações de produção na Rússia*, critica não apenas o estalinismo, mas, em outro plano, também Trotsky, porque este, embora se opusesse a Stalin e à burocracia estalinista e considerasse não-socialista a distribuição da renda na União Soviética, definia como socialistas as bases da sociedade soviética, em virtude do caráter estatal da propriedade dos meios de produção, da planificação da economia e do monopólio do comércio exterior. Castoriadis passa, em seguida a uma ampla análise em que demonstra que socialismo não deve ser confundido com estatização quando o poder sobre o Estado escapa aos trabalhadores. Na União Soviética Castoriadis demonstra como esse poder foi assumido pela burocracia; como o poder dos sovietes foi atrofiado porque a raiz deste, a gestão operária da produção, não existia; como, ao se definirem novas relações de produção a partir da gestão da produção, definem-se também e automaticamente nova forma de repartição do produto social; como a burocracia se transforma em uma classe dominante, na medida em que dispõe completamente dos meios de produção e controla o Estado; como esta burocracia dita os salários em função das necessidades de acumulação e do seu consumo improdutivo.

a aristocracia operária constituem a base social do oportunismo, isto é conhecido nos velhos livros. Na Rússia, o fenômeno tomou novas formas. À base da ditadura do proletariado — num país atrasado — criou-se, pela primeira vez, nas camadas superiores dos trabalhadores, um poderoso aparelho burocrático elevado acima das massas, dando-lhes ordem, ligado por uma solidariedade coletiva interna e imprimindo à política do Estado os seus interesses particulares, e os seus métodos e os seus processos" (1932, p. 222).

Todavia, apesar desta brilhante análise, Castoriadis não consegue identificar as relações de produção específicas da União Soviética. Fala simplesmente em "capitalismo burocrático" e declara:

> Pelo simples fato de que uma parte da população, a burocracia, dispõe dos meios de produção, uma estrutura de classes é imediatamente conferida às relações de produção. Nesta ordem de idéias, a ausência de 'propriedade privada' não desempenha qualquer papel; a burocracia, dispondo coletivamente dos meios de produção, tendo sobre estes o direito de usar, gozar e abusar (podendo criar fábricas, demoli-las, concedê-las ao capital estrangeiro, dispondo de seu produto e definindo sua produção), desempenha em relação ao capital social da Rússia o mesmo papel dos grandes acionistas de uma sociedade anônima em relação ao capital da mesma (1949, p. 251).

A afirmação é contraditória e imprecisa. Como a burocracia pode ser uma classe e continuarmos a ter capitalismo na União Soviética? Por outro lado, a comparação entre os tecnoburocratas e os acionistas de uma grande sociedade anônima é particularmente inadequada, porque os acionistas nesse caso não administram a empresa; são uma espécie de rentistas, de capitalistas inativos que aplicam seu capital na empresa em troca de dividendos; a direção efetiva da empresa no capitalismo monopolista cabe a um grupo de capitalistas ativos associados a tecnoburocratas ou administradores profissionais, cujo grau crescente de autonomia varia de empresa para empresa. Castoriadis também repudia a expressão "burguesia de Estado" em um trabalho posterior, porque "escamoteia o problema da burocracia" (1973, p. 315). E, no entanto, continua a pensar na existência de capitalismo na União Soviética. Poderíamos entender que, ao falar em "capitalismo burocrático", esteja esvaziando o capitalismo de seu sentido específico e, portanto, possa estar se referindo a um novo modo de produção. Esta explicação, entretanto, não corresponde provavelmente a suas intenções. Parece-me mais acertado concluir que Castoriadis e o grupo de *Socialisme et Barbarie* não foram capazes de levar uma análise às suas últimas conseqüências, na medida em que não souberam dar um embasamento específico às novas relações de produção. Principalmente não foram capazes de identificar o papel da organização burocrática estatal como intermediária entre o conjunto dos tecnoburocratas e os instrumentos de produção e não reconheceram a forma específica de apropriação e repartição do excedente econômico através dos ordenados no novo modo de produção. Ao não identificarem estas características econômicas específi-

cas das relações de produção, foram levados a uma interpretação mais política do que econômica do problema. Claude Leffort, por exemplo, afirma:

> "Isto põe em evidência uma *indeterminação* da burocracia, que nos parece ser a origem das dificuldades que encontra a teoria. A burocracia não é uma classe enquanto não é a classe dominante, e quando se converte em classe continua sendo, em sua essência, dependente da atividade propriamente política de unificação (1960, p. 256).

Fica claro, neste texto, a dificuldade teórica do autor em definir em termos econômicos as relações de produção que deram surgimento à classe tecnoburocrática.

CAPÍTULO XIII

Burocracia e Modo Asiático de Produção

O MODO DE PRODUÇÃO tecnoburocrático tem, portanto, diversos pontos de contato com o capitalista, mas dele se separa em outros aspectos essenciais. Esperamos já ter deixado claro estas semelhanças e distinções. Cumpre agora estabelecer a analogia entre o modo de produção tecnoburocrático e o modo asiático. As características comuns aos modos de produção capitalista e tecnoburocrático são aquelas que derivam da formação de sociedades industriais: a existência de bens de produção separados dos trabalhadores, e generalização de mercadoria, a redução do trabalho à mercadoria. As características comuns entre o modo asiático de produção e o tecnoburocrático estão relacionadas com a forma estatal da propriedade e com o caráter burocrático tradicional da classe-estado que domina o modo de produção asiático. [16]

O modo de produção asiático foi a mais generalizada e permanente forma para que evoluiu a comunidade primitiva a partir do momento em que a sociedade começava a produzir um certo volume de excedente. Os modos de produção antigo ou escravista, germânico e feudal podem ser considerados excepcionais em relação ao modo asiático. Este prevaleceu

[16] Ver a respeitó das relações entre a burocracia e o modo asiático de produção a significativa contribuição de Mauricio Tragtenberg (1974).

na Ásia, na África, e nas civilizações pré-colombianas da América, tendo como uma de suas características comuns a apropriação do excedente econômico através de tributos. Por isso Samir Amin (1973, p. 4-48) prefere denominá-lo modo de produção tributário. Ele foi especialmente vigente nas grandes civilizações hidrográficas do Nilo, do Ganges, do Indo, do Tigre e Eufrates, e do rio Amarelo, onde havia necessidade de uma burocracia governamental capaz de regular a utilização das águas do rio. As populações sedentárias assim organizadas subordinavam-se à classe-estado de maneira permanente e estável. A propriedade era comunitária, mas a classe-estado apropriava-se do excedente produzido através da tributação. A tributação é justificada, seja em termos militares de defesa, seja em termos burocráticos de organização, seja em termos teocráticos de divindade. Conforme observa Marx nos *Rascunhos,* nas

> formas fundamentais *asiáticas,* a *unidade omnicompreensiva,* que está por cima de todas estas pequenas unidades comunitárias, aparece como o *proprietário* superior, de tal forma que as comunidades efetivas só aparecem como possuidoras hereditárias... Portanto, em meio ao despotismo oriental e à falta de propriedade que parece existir juridicamente nele, existe de fato, como fundamento, a propriedade comunitária ou tribal, produto sobretudo de uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade, que desse modo se torna inteiramente *self-sustaining* e contém em si mesma todas as condições de reprodução e da sobreprodução. Uma parte do seu 'mais-trabalho' pertence à coletividade superior que, em última instância, existe como *persona,* e esse 'mais trabalho' se faz efetivo, quer através de tributos, etc., quer em trabalho comum destinado a exaltar a unidade, em Deus (1971, p. 435).

Não é novidade no mundo, portanto, que uma classe, sem possuir a propriedade privada dos meios de produção, seja capaz de assumir a posição dominante na sociedade e apropriar-se de seu excedente econômico. Esta foi a mais generalizada forma de organização social no longo período pré-capitalista. Suas diferenças em relação ao modo de produção tecnoburocrático são ainda profundas: os bens de produção são ainda controlados pelos trabalhadores, o desenvolvimento tecnológico e o processo de divisão do trabalho são incipientes, não existem, nem trabalho assalariado, nem ordenados como forma de remuneração da classe dominante. Mas as semelhanças são também marcantes. Em ambos os modelos, uma classe burocrática assume o controle do Estado em seu próprio nome. Sua fonte de poder está no controle administrativo da sociedade. Este controle reveste-se de formas jurídico-religiosas, em um caso, e de formas jurídico-

técnicas, no outro. O fato de não existir propriedade privada, porém, não impede que as classes dominantes dos dois modelos se apropriem do excedente produzido. E o autoritarismo de ambas não deve ser esquecido. Ele está apoiado na religião em um caso, nas ideologias políticas no outro, e no poder burocrático eficientista e no poder militar em ambos os casos. O modo de produção tecnoburocrático está assim marcado pelo caráter burocrático, pela administração racional e impessoal, pela estrutura hierarquizada e formal. Não devemos, no entanto, confundir burocracia com tecnoburocracia. A burocracia é um tipo ideal geral e a-histórico. Existe em todos os modos de produção, embora só seja dominante no modo de produção asiático e no tecnoburocrático.

Se restringirmos mais o conceito de burocracia, para nos limitarmos ao modelo burocrático mais particularmente estudado por Weber, ou seja, a burocracia que se desenvolve ao nível do Estado capitalista, principalmente no século XIX, podemos fazer uma distinção mais clara. A base da dominação burocrática é racional-legal. São as normas jurídicas que definem a autoridade dos oficiais e legitimam seu poder. A carreira do burocrata é rigidamente definida em termos jurídicos. Os postos sucedem-se hierarquicamente, com sua respectiva carga de autoridade. A eficiência da organização é o objetivo final dos burocratas e sua legitimação última, mas este objetivo é facilmente perdido de vista no emaranhado das formas jurídicas. Para Weber, a burocracia não é ainda uma classe social, mas um simples estamento.

Já a tecnoburocracia pode ser entendida como uma forma mais moderna ou mais técnica de burocracia. A autoridade tecnoburocrática é também racional-legal, mas a legitimação jurídica cede em grande parte para a legitimação técnica. [17] A eficiência da organização é colocada como objetivo mais próximo. A competência técnica deixa de ser reconhecida principalmente em termos de exames e diplomas juridicamente definidos, como acontece no modelo weberiano, para depender mais do desempenho efetivo do tecnoburocrata. Enquanto a organização burocrática tende facilmente para a rigidez, com base no princípio da unidade de comando e da centralização administrativa, a organização tecnoburocrática é muito

[17] Manuel Garcia-Pelayo (1974) propõe uma distinção semelhante a esta, para opor burocracia a tecnocracia. Prefiro, entretanto, a expressão tecnoburocracia para deixar claro o caráter fundamentalmente burocrático desse modo de produção e do respectivo tipo de poder.

mais flexível, abandona o princípio da unidade de comando para apoiar-se em combinações várias e superpostas de autoridades de linha e autoridade funcional. O sistema decisório tende a descentralizar-se. Surge grande número de comitês, que se encarregam da tomada de decisão e de coordenação das atividades. Não existe uma carreira rígida para os tecnoburocratas, e suas funções vão sendo definidas em função das necessidades do sistema e de suas características pessoais. Procura-se, deste modo, reduzir a impessoalidade da organização burocrática, aumentar o nível de participação dos administradores no processo decisório e, assim, aumentar a eficiência do sistema. Isto não significa que a organização tecnoburocrática seja necessariamente eficiente. Há um pressuposto de eficiência e competência técnica no tecnoburocrata e na tecnoburocracia. Mas esse pressuposto pode ser muitas vezes uma simples forma de legitimação do poder, sem base efetiva na realidade. Finalmente, o tecnoburocrata deixa de se constituir em um simples estamento a serviço da burguesia, para se transformar em uma classe social associada à burguesia no capitalismo monopolista de Estado e dominante no modo de produção tecnoburocrático.

Estas distinções que acabamos de realizar entre o modo asiático de produção e o modo tecnoburocrático, e entre a burocracia do Estado capitalista e a tecnoburocracia, sugerem que o conceito de burocracia, entendido em sua forma mais geral, tem pelo menos três formas históricas básicas: a burocracia asiática, caracterizada pela administração teocrático-militar; a burocracia capitalista, definida pela administração jurídico racional-legal; e a tecnoburocracia marcada pela administração tecno-eficientista. O burocrata asiático participa da classe dominante e com ela tende a confundir-se; o burocrata capitalista é meramente subordinado ou assessor do capitalismo; o tecnoburocrata volta a ser classe dominante, no contexto de um modo de produção próprio.

CAPITULO XIV

Conclusão Política

O MODO DE PRODUÇÃO tecnoburocrático distingue-se, assim, claramente do modo asiático de produção, do capitalismo e do socialismo. Mantém com cada um desses modos de produção características comuns. Compartilha do modo asiático de produção da propriedade estatal e do caráter burocrático. É semelhante ao capitalismo, na medida em que os instrumentos de produção foram separados dos trabalhadores. Com o socialismo só tem em comum o fato de que a propriedade privada dos meios de produção foi eliminada. Distingue-se dele pelo fato de ser uma sociedade de classes ou um modo antagônico de produção, por estar baseado no autoritarismo político e na apropriação do excedente por uma minoria.

A constatação histórica da emergência de um modo estatal de produção é da maior importância teórica. Passamos a dispor de um poderoso instrumento de análise, que nos permite compreender de forma muito melhor a estrutura e a dinâmica das formações sociais contemporâneas. Não devemos, no entanto, esquecer que qualquer formulação teórica só ganha sentido real se for politicamente engajada. A neutralidade ideológica nas ciências sociais é uma ideologia conservadora e estéril, destinada a mistificar o sentido da história a serviço das classes dominantes. A primeira condição para validar uma teoria é estar ela embricada na prática e comprometida com a transformação social. Só sob esta condição poderá a teoria esclarecer decisivamente o processo histórico e orientar a ação política no sentido

do socialismo.

A tese da emergência da tecnoburocracia foi muitas vezes utilizada por ideólogos do capitalismo sob várias formas. A burocratização das empresas e do Estado, a revolução dos gerentes, a profissionalização dos administradores, o despontar de uma sociedade pós-industrial, o poder crescente da tecnostrutura são teses que têm sido utilizadas por muitos analistas como uma forma de legitimar o sistema capitalista monopolista de Estado vigente nos países industrializados. Excetuados alguns autores, como Galbraith ou Touraine, a maioria deles usa dessas teorias para expressar uma ideologia tecnoburocrático-capitalista que sugere a paulatina transformação do capitalismo em uma espécie de meritocracia, em que os mais capazes e não os mais ricos, em um mundo de igualdade de oportunidade, alcançam as posições de maior prestígio e poder. Esta é a ideologia típica do capitalismo das grandes organizações burocráticas públicas e privadas, que tem em Adolf Berle e Peter Drucker dois de seus mais representativos ideólogos. Uma outra posição, aparentemente oposta, é a dos que criticam os tecnoburocratas e as grandes organizações burocráticas, seja em nome de um capitalismo competitivo e liberal, típico do século passado, seja em nome de um utopismo reformista qualquer, na linha de Ivan Ilitch. Em ambos os casos, porém, a luta de classes é sistematicamente ignorada. Em seu lugar surge o conflito entre Estado burocrático e sociedade civil, ou então entre grandes empresas burocráticas e consumidores, dependendo das características mais liberais ou mais utópicas do analista. Em qualquer hipótese, porém, tanto os arautos da revolução dos gerentes quanto os seus denunciadores capitalistas ou utópicos reformistas têm em comum o reconhecimento de que o capitalismo está sendo substituído por um novo sistema. Os primeiros vêem o fenômeno com alegria, os dois últimos com preocupação, mas os três grupos somam-se no processo de, através desta colocação, minimizar os conflitos reais de classe existentes no capitalismo moderno. Provavelmente a fidelidade a Marx e a necessidade de distinguir-se de tão incômodos parceiros têm levado os socialistas a negar a realidade de um fenômeno que precisa ser analisado e denunciado nos quadros da evolução histórica do capitalismo.

No caso da crítica burguesa conservadora à estatização em nome dos velhos princípios do capitalismo competitivo existe um problema adicional. No momento em que a União Soviética é identificada como uma formação social em que o modo de produção estatal é dominante, a burguesia se vê armada de um poderoso instrumento para criticar o socialismo. Socialismo é identificado com estatização e esta com totalitarismo. Esse tipo

de análise vem se tornando cada vez mais freqüente da parte daqueles que querem voltar aos bons tempos do capitalismo competitivo ou pelo menos que querem paralizar a história na atual fase do capitalismo monopolista de Estado.

Os socialistas, por sua vez, diante da verificação de que o socialismo não sucede necessariamente o capitalismo, como o caso da União Soviética deixa patente, necessitam revisar toda uma série de conceitos e estratégias. Para estabelecermos uma sociedade socialista não basta estatizar os meios de produção. Com isto ficaremos no estatismo. Não basta, inclusive, que o proletariado assuma o controle do Estado. Porque esse assumir só será real, se conjuntamente, forem eliminadas as relações tecnoburocráticas de produção, for extinta a propriedade organizacional ou estatal. Isto só seria possível quando desaparecer a hierarquia e a organização burocrática da produção e caminharmos decididamente no sentido de um sistema de autogestão efetivamente democrático, no qual os trabalhadores, não mais distinguidos entre trabalhadores manuiais e não-manuais, administrem as empresas, elegendo dirigentes temporários em todos os níveis. Neste caso, e desde que o processo democrático se estenda desde as menores associações até o Estado, poderemos ter um Estado dos trabalhadores no seio de uma sociedade democrática e sem classes.

Mas a análise do modo estatal de produção deixa claro também que o objetivo socialista não será facilmente alcançável. De acordo com Marx era fácil ser otimista, à medida que se acreditava na necessidade histórica do socialismo. Agora não podemos mais ter esta esperança. O simples desenvolvimento das forças produtivas nos leva ao estatismo e não ao socialismo. Só poderemos conservar o otimismo em relação ao futuro socialista da humanidade à medida que aceitamos o pressuposto também marxista de que o homem é cada vez mais senhor de seu destino; que o materialismo histórico vai aos poucos transformando a sociedade de um amálgama opaco em um todo cada vez mais transparente, e que, nestes termos, os homens, armados de visão crítica e revolucionária do mundo, terão condições de, mais cedo ou mais tarde, por formas preferivelmente pacíficas, intervir na história e estabelecer uma sociedade socialista. Esta não é uma visão idealista do mundo à medida que a prática teórica que der substrato a essa transformação estiver profundamente comprometida com os trabalhadores, e à medida que aceitarmos o postulado de que a luta de classes é cada vez mais importante, em relação ao desenvolvimento das forças produtivas, na determinação dos rumos da história.

Por outro lado, a ameaça representada pela tecnoburocracia deixa claro

que o advento do socialismo só é historicamente possível quando os trabalhadores e frações consideráveis de burguesia e da tecnoburocracia (estudantes, intelectuais, religiosos etc.) estiverem ideologicamente preparados. Isto não significa que devamos primeiro realizar a mudança das consciências e depois a implantação do socialismo. O processo deverá ser simultâneo e dialeticamente inter-relacionado. Em outras palavras, nem a revolução a qualquer preço nem o reformismo procastinador são estratégias políticas que podem ser deduzidas da constatação da existência de um modo estatal de produção. Reforma e revolução, tomada de consciência e modificação das relações de produção, vontade e condicionamento histórico deverão conjugar-se dialeticamente no processo de transformação social.

CAPÍTULO XV

Além do Capitalismo?

José Arthur Giannotti

O INTERESSE DO ENSAIO DE Luiz Carlos Bresser Pereira, "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção", publicado neste *Estudo,* reside na coragem de tentar o esboço dum modo de produção além do capitalismo. Coragem que logo se converte em fraqueza, pois, conduzido pelo mesmo medo da contradição, cai no engodo da tipologia. Mas sua incapacidade de pensar o problema da geração da forma do excedente logo transforma sua tipologia num estéril gesto de nominação.

Como era de esperar toma, como ponto de partida, o mesmo conceito de propriedade:

> Ao modo de produção estatal corresponde a propriedade tecnocrática, organizacional ou estatal. A propriedade dos meios de produção pertence ao Estado. Por isso, podemos falar em propriedade estatal, o que permite também falar em propriedade tecnoburocrática. Forma-se, assim, uma relação de produção tecnoburocrática correspondente ao surgimento da classe tecnoburocrática.

Foi aludida, entretanto, a questão fundamental: sob que forma o estado possui tais meios de produção? Se o fizer sob a forma de valor,

se cada empresa estatal continuar a produzir *mercadorias*, se ainda os custos de produção forem computados segundo seus preços de reposição, a simples propriedade estatal não passa a indicar, de maneira alguma, novo modo de produção. Por certo, a forma desse valor não cumprirá todas as determinações que Marx discrimina nela, outros atributos e outras negações precisarão ser introduzidos. Um pressuposto, contudo, deverá ser mantido, o valor deverá ser entendido como modo de explicar a forma do excedente, a peculiaridade da exploração do trabalho que distingue um modo de produção do outro. Em outras palavras, nunca poderemos assumir como dada uma taxa de lucro, ou qualquer taxa equivalente, pois assim estaríamos desnaturando o cerne do problema.

Bresser Pereira, porém, contenta-se rapidamente com o paralelismo imediato entre relação de propriedade e relação social de produção. O erro é sintomático, e o jovem Marx o comete enquanto não aceita a teoria ricardiana do valor. Examinamos essa questão em *Origens da dialética do trabalho*. O texto que Bresser Pereira cita em abono às suas teses refere-se ao terceiro capítulo, quando estudamos as teorias econômicas do jovem Marx. Se o articulista chegasse ao capítulo seguinte, descobriria que ali as teses lhe são contrárias. O único intermediário que reconhece entre tais relações de propriedade e as relações de produção é a organização burocrática, "que detém a propriedade dos instrumentos de produção, das mercadorias e do dinheiro necessários para empregar trabalhadores e realizar a produção". Mas no que consiste essa propriedade? Na capacidade de administrar aquilo que serve de fundamento para a extração do excedente sob a forma de ordenado. Trata-se simplesmente duma virtualidade que, em tese, todos poderiam obter, e que, de maneira nenhuma, nunca propicia a separação do trabalhador de seus instrumentos de trabalho. Nessas condições, o ordenado só pode ser gerado por um trabalho improdutivo, aquele dirigido às transformações da forma do capital, sem ser ele próprio gerador de mais-valia.

O que nos cabe é sobredeterminar essa categoria com novas determinações que a ajustem à conjuntura presente. De um lado, o automatismo das máquinas modernas transfere a habilidade do trabalhador para o próprio instrumento; este é guardado e vigiado por aquele. Assim, o trabalho produtivo se conforma à função de gerir; de sorte que o trabalho dos contramestres, etc., encarregados de fazer cumprir as normas a que estão submetidos os operários modernos, surge como violência impedindo a autogestão, que já se inscreve nas próprias relações do trabalho capi-

talista de hoje. É o novo *faux-frais* da produção automática. De outro lado, como já vimos anteriormente, o nascimento do capital estatal provoca uma cisão na burocracia do Estado, proletarizando alguns, convertendo outros nos gestores da apropriação de um trabalho excedente que, somente no âmbito das empresas estatais, produz mais-valia.

As opiniões de Bresser Pereira sobre o trabalho improdutivo são *sui-generis*. Sustenta que os "salários são remuneração do trabalho produtivo", já que este se apresenta na qualidade de produtor de "bens e serviços"; enquanto os tecnoburocratas realizam "trabalho improdutivo", "diretamente responsável pela produção". Todo cuidado é pouco para lidar com tais distinções, e a referência a Adam Smith, fora da discussão da Economia Política clássica, carece de sentido. De novo, Bresser Pereira não opera com a intermediação do valor. É de notar que a separação das duas formas de trabalho se faz segundo o exercício do próprio trabalho, seja ele produtor de objetos físicos ou idéias, como os serviços, seja ele uma atividade meramente administrativa. Nunca intervém a reflexão sobre a *forma social do produto*. As diferenças, ao nível do comportamento do trabalho ou das características físicas do produto, definem as diferenças na forma do excedente e na forma de propriedade. Nada mais ingênuo, tendo em mira a intrincada problemática levantada pela forma-valor. Dessa última perspectiva, são as funções do produto, suas determinações formais, que abrem o espaço para a distinção. Assim, um engenheiro, assalariado numa firma de projetos vendidos no mercado, produz mais-valia, pois o projeto, no final, assume a forma de mercadoria, enquanto o mesmo engenheiro deixa de produzi-la ao trabalhador numa repartição pública.

Como se resolve o problema da reposição do ordenado? Como ele se reproduz? Imaginemos que funcione como uma espécie de monopólio de saber, capacidade de administrar. Autores sustentam a tese de que esse monopólio justificaria uma participação na distribuição da mais-valia, por meio de um mecanismo muito semelhante à apropriação feita pelo dono da terra. Se isso fosse verdade, caberia então distinguir o ordenado vigente num sistema, que gira em torno da valorização do valor, como é o caso do capitalismo, e o ordenado onde não existe o mercado da força de trabalho — é o caso da União Soviética, segundo Bresser Pereira, embora não tenhamos elementos para opinar a esse respeito. No entanto, em vez de resolver essa dicotomia, Bresser Pereira se apressa em identificar uma tecnoburocracia, emergindo nos países capitalistas e culminando nos países

ditos socialistas. Nada mais parecido do que as surradas teses de Raymond Aron sobre a "sociedade industrial", estrutura idêntica a permear o Leste e o Oeste. Desde o momento, entretanto, em que aceitamos a teoria do valor-trabalho, a primeira dificuldade consiste em determinar se a economia soviética é ou não regida pelo valor, por conseguinte, dominada pela busca da mais-valia. Não tem cabimento identificar as duas situações concretas, nem mesmo caracterizando uma delas como fase de transição, seja do ponto de vista do capitalismo de estado, seja do ponto de vista da emergência de um novo modo de produção.

Acresce ainda que tal monopólio, em qualquer situação, não basta para configurar a matriz duma classe. Examinamos a questão ao nível do capitalismo de Estado. A renda da terra pode promover uma classe porque o monopólio, em que ela se assenta, corta o acesso ao trabalhador a terras livres; no fundo, obriga-se a separar-se de seus próprios instrumentos de trabalho. Além disso, esse monopólio transfere ao arrendatário um *objeto físico* sobre o qual este último aplica seu capital. O mesmo ocorre com o monopólio de certos trabalhos intelectuais, cuja patente põe nas mãos do capitalista meio de extrair mais-valia. Exemplifica-o a produção de livros, na medida em que o manuscrito permite a captação do excedente graças aos milhares de exemplares editados. Mas nem por isso os escritores formam uma classe, já que o livro não é necessário ao processo de reprodução do capital; marca tão-somente um tipo de produto passível de ser explorado por ele. O saber do tecnocrata, contudo, é inteiramente distinto do trabalho produtor de um objeto de monopólio; ele próprio é um monopólio que, nas suas formas mais simples, não se diferencia duma habilidade desenvolvida pelo trabalhador especializado. Não existe aqui o objeto físico sobre o qual, de alguma maneira, se investe o capital.

Dado tudo isso, percebemos que Bresser Pereira não resolve o problema da reprodução do ordenado, simplesmente batiza com um nome a dificuldade que deveria discutir. É o que se torna ainda mais evidente, ao examinarmos as equações que ele monta. No modo capitalista puro, a renda (Y_k) é igual à soma dos lucros (R) e dos salários (W), os últimos correspondem ao consumo básico, os primeiros, ao consumo de luxo e à produção dos bens de capital. No modo de produção tecnoburocrático, notadamente naquele instalado num país subdesenvolvido, a renda (Y_t) é composta pelos lucros estatizados (R_e), pelos ordenados (O_o) e pelos salários, sendo os primeiros utilizados para a acumulação

do capital, os segundos correspondem ao consumo dos tecnoburocratas e os terceiros destinam-se ao consumo operário. Deixemos de lado a importante questão de se os fatores da equação podem ser traduzidos em termos de valor. É de notar que a segunda equação deriva da primeira, graças à simples justaposição de mais um fator. Se esse procedimento basta para a *descrição* da renda nacional, não propicia explicação alguma da categoria ordenado. Nada mais distante da equação marxista do produto, que separa capital constante e capital variável. Não é a simples denominação de duas formas que resolve a questão do salário, mas a necessidade de isolar o processo de mera transferência do valor, instalado no capital constante, do investimento como salário, única fonte lábil donde pode brotar o excedente. Assim se torna possível determinar a taxa de mais-valia e, com ela, a taxa de lucro. Como qualquer economista burguês, Bresser Pereira parte do lucro como um *dado,* ocultando, por conseguinte, a questão de sua origem e de sua natureza, para prosseguir dividindo o resto do excedente em formas de rendimento. Prosseguindo nesse caminho, teria cabimento decompor a renda nacional em lucros, ordenados, comissões e salários. A nova parcela (as comissões) corresponderia ao consumo de bens contrabandeados e gastos com o turismo. Obteríamos, assim, novo modo de produção. Há bons argumentos que sustentam que essa nova figura, o modo de produção tecnocorruptível, seria mais adequado para descrever países subdesenvolvidos, do que o assim chamado modo de produção tecnoburocrata.

CAPÍTULO XVI

A Partir da Crítica

Fui honrado por uma crítica de José Arthur Giannotti a minhas "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção". A crítica começa por um elogio à coragem de tentar um esboço de um modo de produção além do capitalismo, mas logo adiciona que acabei caindo no engodo da tipologia transformada em um gesto estéril de nominação. Ora, nada mais afastado de minhas preocupações do que as classificações, as definições, que geralmente fecham e petrificam um pensamento, que deve ser aberto e dinâmico como o próprio objeto histórico que está sendo analisado. A proposta teórica contida em meu trabalho não pretende obviamente manter-se adstrita a Marx na análise de um novo modo de produção, já que este não existia no seu tempo. Os traços do surgimento de uma burocracia, principalmente ao nível do Estado, nas formações capitalistas do século XIX, não autorizavam naquela época a identificação de uma nova classe social e de um novo modo de produção. Mas pretendo ser fiel ao método marxista consubstanciado no materialismo histórico e dialético. E nada mais estranho a esse tipo de pensamento do que as tipologias. O método dialético é crítico e totalizante. Procura estabelecer as interdependências em lugar das relações lineares de causa e efeito. E se orienta para a criação de conhecimento novo, ao invés de procurar codificar, classificar, denominar conhecimento antigo. Este é importante antes para ser criticado do que para ser submetido à

exegese e à aprovação dos sábios, guardiões das verdades sagradas e estabelecidas.

Giannotti começa criticando meu conceito de propriedade organizacional ou estatal. Mas se sua leitura foi crítica, não foi completa. Toma um trecho do trabalho e conclui que, se o Estado possui os meios de produção e

> se o fizer sob a forma de valor, se cada empresa estatal continuar a produzir *mercadorias*, se ainda os custos de produção forem computados segundo seus preços de reposição, a simples propriedade estatal não passa a indicar, de maneira alguma, novo modo de produção.

Ora, bastava ao crítico ir adiante algumas páginas mais para ler que "o processo de generalização de mercadoria, ou seja, a transformação de todos os bens em mercadorias dotadas de valor de troca e destinadas a serem comercializadas no mercado, traço essencial do capitalismo, também deixa de ocorrer no modo de produção tecnoburocrático". Para verificar esta hipótese em uma formação social concreta, em que o modo de produção estatal é claramente dominante, fui examinar a formação dos preços na União Soviética, tendo ficado óbvio que os mesmos não correspondem à quantidade de trabalho abstrato incorporado aos bens. No modo de produção tecnoburocrático há bens de consumo e instrumentos de produção, mas não há mercadorias nem capital no sentido de relações de produção definidas por Marx. Esclarecido este fato, entendo que a principal objeção teórica perde a razão de ser. Restaria, ainda, uma objeção de caráter factual: a de que em uma sociedade como a soviética continua a existir a generalização da mercadoria, apesar de nessa formação social os preços serem administrados politicamente e de a produção não ser realizada com o objetivo específico de criar valor, como acontece no capitalismo. Esta objeção, porém, não é formulada, mas simplesmente colocada em termos de pergunta por Giannotti. A economia soviética não é regida pelo valor, embora a lei do valor deva ter lá uma certa vigência.

A propósito, não posso me furtar à tentação de citar o meu próprio crítico, ainda que com o risco de ele voltar a desautorizar a citação. Em seu brilhante estudo sobre as *Origens da dialética do trabalho* lembra-nos que "a lei do valor tem vigência milenar (...) no entanto nenhuma sociedade anterior à capitalista pôs todo seu sistema produtivo em função do valor" (p. 196). Ora, no modo estatal ou tecnoburocrático a produção não visa a criar valor de troca, que garanta a apropriação de mais-valia

pelo capitalista, mas atender às crescentes necessidades ou expectativas de consumo dos trabalhadores e dos próprios tecnoburocratas, de forma a legitimar a posição de comando destes últimos. Esta posição, que o tecnoburocrata assume em nome da tarefa de organizar a produção que ele evoca para si, garante-lhe uma participação privilegiada na renda. Na medida em que o sistema econômico produz um excedente, o tecnoburocrata vai se apropriar de uma parte considerável do mesmo na forma de ordenados. Esta apropriação, entretanto, ao contrário do que acontece com a mais-valia, não é realizada através do mercado, mas administrativamente. A razão da produção não é, portanto, a criação de valor de troca, mas a própria produção, na medida em que os tecnoburocratas, como organizadores da produção, legitimam assim seu poder e sua apropriação privilegiada do excedente.

Giannotti, entretanto, volta à crítica sob um outro ângulo, desautorizando o uso de uma citação que faço de seu estudo acima referido. Procuro, através dessa citação, salientar que o capital é uma relação de produção historicamente situada, é a propriedade privada pelo capitalista individual dos instrumentos de produção. Giannotti sugere que eu consulte seu capítulo IV, já que no III, de onde retirei a citação, ele se referia ao jovem Marx. Ora, atendi ao conselho e voltei ao capítulo sugerido. Mas não pude encontrar ali nada que contrariasse a conceituação histórica da relação de produção que é capital — relação que surge em determinado momento da história, quando a classe burguesa, saída do feudalismo, separa os meios de produção dos trabalhadores e se apropria deles privadamente, quando dinheiro e mercadorias passam a ser utilizadas pela burguesia, juntamente com a mercadoria força de trabalho, para criar um valor de troca maior e assim extrair mais-valia. É este o conceito de capital que conheço. Imagino que seja este o conceito que Marx e seu penetrante intérprete, que é o meu crítico, conhecem. A alternativa seria esvaziarmos o conceito de capital de seu conteúdo histórico e imaginar um capital sem burguesia, um capital desligado da classe social com o qual surgiu historicamente — um capital que se definisse pela propriedade coletiva dos meios de produção por parte da tecnoburocracia com a intermediação do Estado. Nesse momento estaríamos caindo em um formalismo e em um a-historicismo do tipo althusseriano, que teve em Giannotti um dos seus primeiros críticos, quando essa interpretação academicizante do marxismo entrava em plena moda nos meios intelectuais.

Giannotti, entretanto, observa que não distingo com clareza a relação de produção da propriedade tecnoburocrática. A crítica é oportuna, porque me permite esclarecer o problema e acrescentar alguns conceitos adicionais eventualmente importantes para a compreensão do novo modo de produção. Os conceitos de relação de produção e de propriedade são intimamente relacionados. Conforme observa Giannotti em seu livro,

> retomemos a identidade entre as relações de produção e as relações de propriedade. As segundas configuram o aspecto estático da dinâmica das primeiras (...) configurando a tomada de consciência de uma situação concreta, com a conseqüente cristalização das tendências reais em norma e legalidade jurídica (p. 238).

No modo estatal ou tecnoburocrático de produção a relação de produção fundante deixa de ser o capital para ser a organização burocrática. A estratégia da tecnoburocracia, que lhe permite ganhar condição de classe, assumir o poder de participar do excedente econômico, é a de formar e ampliar sempre organizações burocráticas. Enquanto a razão de ser do capitalista é acumular capital e extrair mais-valia, a motivação básica do tecnoburocrata é criar e ampliar organizações, e principalmente a grande organização estatal que engloba todas as demais. A organização é uma realidade abstrato-concreta, é uma teia de relações entre pessoas e coisas estabelecidas formalmente segundo critérios racionais de eficiência econômica, é o campo de trabalho e a plataforma de poder dos tecnoburocratas. Se a base em que se assenta o modo de produção capitalista é a mercadoria fetichizada, reificada, transformada em objeto fantasmagórico, a base do modo de produção tecnoburocrático é a autoridade organizacional, racional-legal. E esta autoridade, como a mercadorias, também é fetichizada, também é transformada em objeto fantasmagórico, apesar de toda a sua pretensão de racionalidade. A alienação tecnoburocrática é fundamentalmente uma alienação à autoridade formal. O trabalhador é alienado dos instrumentos do seu trabalho, do controle desse trabalho e dos frutos do trabalho não apenas porque sua força de trabalho foi transformada em mercadoria, como no modo capitalista de produção, mas principalmente porque ele está submetido a uma autoridade burocrática fetichizada. Seu trabalho não é uma mercadoria do tecnoburocratismo, mas um insumo produtivo a ser empregado na logística da produção. Sua alienação está fundada no caráter de fetiche da autoridade, que leva o subordinado a obedecer ao chefe com relativa independência em relação

ao sistema de incentivos e sanções estabelecido. É significativo observar, ainda, que esta alienação burocrática não se limita aos trabalhadores diretos. Eles são suas maiores vítimas. Mas em grau menor a baixa e a média tecnoburocracia é também vítima do caráter fetichizante da autoridade, na medida em que obedece sem saber por que, na medida em que aceita a autoridade superior mesmo irracional sempre que ela estiver racionalmente (legalmente, formalmente) definida.

A organização burocrática e, em última análise, a organização burocrática estatal é a relação de produção fundamental do modo estatal. A propriedade é coletiva. Os tecnoburocratas têm a propriedade coletiva da organização burocrática. Esta realidade concreto-abstrata, por sua vez, tem a propriedade dos instrumentos de produção e se encarrega de empregar trabalhadores. A rigor, a acumulação de capital desaparece nesse modo de produção. No plano do sistema produtivo temos é acumulação de instrumentos de produção pela organização burocrática; no plano da organização social da produção, temos a criação, ampliação e complexificação de organizações.

Giannotti, entretanto, tem ainda outras dúvidas relevantes. Quer um esclarecimento melhor sobre o ordenado e sobre o caráter produtivo ou não do trabalho do tecnoburocrata. Minhas opiniões sobre trabalho improdutivo não são *sui-generis,* foram apenas e deliberadamente contraditórias. Convém esclarecer. A referência a Adam Smith, para limitar o trabalho produtivo e o trabalho manual direto na produção, não é fortuita. Destinou-se a distinguir o trabalho direto do indireto, o trabalho manual do trabalho de planejamento e gestão, próprio do tecnoburocrata. Ora, este trabalho, abandonado a contexto de Adam Smith, é obviamente produtivo. O gestor é diretamente responsável pela administração da produção. Enquanto ele trabalha para o capitalista, como o funcionário do capital, ele produz mais-valia, mas, ao contrário dos trabalhadores, ele se apropria de uma parte dessa mais-valia através de ordenados crescentes. Trata-se de um "trabalho superior" nos termos de Marx (*O Capital,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, Livro 1, p. 222). Quando desaparece o capitalismo, seu trabalho continua produtivo. A produtividade, entretanto, é a base econômica do ordenado tecnoburocrático apenas na medida em que permite produzir e reproduzir um excedente. A determinação do total de ordenados como parcela do excedente global da sociedade e a divisão desse total de ordenados entre os tecnoburocratas não são realizadas de acordo com a produtividade do trabalho de cada um

(aliás, muito difícil, senão impossível, de ser medida), mas de acordo com a posição na hierarquia organizacional. O caráter produtivo do trabalho técnico e gestionário também serve, naturalmente, de instrumento ideológico para legitimar a apropriação privada do excedente pelos tecnoburocratas. Por outro lado, é óbvio que uma estratégia básica dos tecnoburocratas, semelhante à dos capitalistas, é a de evitar que os trabalhadores se tornem administrativamente competentes. Não é por outra razão que tecnoburocratas (e obviamente capitalistas) procuram evitar e condenar qualquer tentativa autogestionária e mesmo cogestionária, através da qual o trabalho do trabalhador e o do gestor se confundam; é por isso que pretendem atribuir às atividades de gestão uma especificidade que a tornaria inatingível aos trabalhadores. Esta estratégia de dominação, entretanto, não deve obscurecer o caráter produtivo do trabalho técnico e administrativo.

Pergunta Giannotti como se resolve o problema da reposição do ordenado? Justificar-se-ia ele à base de um monopólio de saber semelhante ao monopólio do dono da terra, que recebe uma participação na mais-valia? Ora, não interessa justificar formas de apropriação do excedente nos diferentes modos de produção. Desde que haja excedente sendo produzido, apropriar-se-ão dele aquelas classes que, seja por terem a propriedade dos meios de produção, como no capitalismo, ou a propriedade da terra, como no feudalismo, constituem-se em classes dominantes; nestas condições são capazes de se apropriar do excedente através do mercado em um caso ou através da força e da tradição no outro caso. No modo tecnoburocrático, os tecnoburocratas constituem-se em classe dominante porque assumem a propriedade da organização burocrática. Fazem-no a partir de um pressuposto de competência técnica e organizacional. E a partir dessa posição estratégica são capazes de se apropriar de ordenados, ao mesmo tempo em que reservam uma parte do excedente econômico para a acumulação de bens de produção e o desenvolvimento técnico-científico — as duas condições básicas para o contínuo aumento da produtividade e da capacidade produtiva.

Os ordenados são uma parte do excedente, não da mais-valia capitalista. Em formação sociais mistas, como a brasileira, pode-se ter a impressão de que os ordenados são uma parcela da mais-valia. Na verdade, ordenados e lucros em uma formação desse tipo ao mesmo tempo se reforçam e se contradizem, refletindo a relação ambígua dos tecnoburocratas e capitalistas, ao mesmo tempo aliados e concorrentes na apro-

priação do excedente econômico. Considero dispensável observar que esse tipo de análise nada tem a ver com as teses de Raymond Aron e outros ideólogos da "sociedade industrial".

Voltando ao modo de produção tecnoburocrático em sua forma pura, o tecnoburocrata não se apropria privadamente de todo o excedente. Vimos que ele reserva uma parte considerável do mesmo para a acumulação de meios de produção e, crescentemente, para financiar pesquisas orientadas para o progresso técnico-científico. Chamei a essa parte do excedente de "lucro estatal", e Giannotti, a partir desse nome que dei, dada a falta de outro, identifica essa variável com o lucro capitalista ou mais-valia, e imediatamente afirma que, "como qualquer economista burguês", parto do lucro como um dado. Ora, economistas burgueses eram os clássicos, os neoclássicos e os keynesianos. Não me consta que eles tenham examinado o problema que estou estudando e muito menos que tenham utilizado o método que estou usando. Na verdade, creio que se trata de uma confusão de meu crítico a partir de nomes. O lucro estatal nada tem a ver com o lucro capitalista. O "lucro" estatal é o fruto da decisão política dos tecnoburocratas. Dados a produção total e o consumo necessário dos trabalhadores, sobra um excedente, que é dividido politicamente entre ordenados e lucro estatal, reservando-se ainda uma parcela para fazer os trabalhadores participarem (o mais modestamente possível) do excedente marginal. A participação dos trabalhadores é necessária para mantê-los politicamente sob controle. A divisão entre ordenados e lucro estatal vai depender da taxa planejada de crescimento considerada politicamente desejável pela classe dominante e da relação produto-capital marginal vigente na economia. No modo de produção capitalista puro, a renda é igual a salários mais lucros. Obviamente, porém, não há nenhuma justaposição de salários e lucros capitalistas a ordenados tecnoburocráticos para se obter o novo modo de produção. No modo de produção tecnoburocrático, só temos "salários" na falta de outra expressão, já que a força de trabalho deixa de ser uma mercadoria; lucros não existem, há o excedente estatal ou lucro estatal, cuja natureza é totalmente diversa.

Esta última crítica de Giannotti traduz bem sua dificuldade em aceitar e em criticar o modo estatal de produção, na medida em que ele se atém a critérios e conceitos que pertencem a outro modo de produção, o capitalista. Sua resistência em aceitar este fenômeno histórico novo, porém, é perfeitamente compreensível. Ela é compartilhada por muitos. Não creio que seja simplesmente a resistência ao novo. Reflete, também, por parte

da esquerda, o desejo de não desviar o problema político fundamental da luta entre a burguesia e a classe trabalhadora. É, sem dúvida, mais fácil pensar apenas no socialismo como alternativa ao capitalismo. Mas é também muito perigoso, porque, na medida em que ignorem a tecnoburocracia, os trabalhadores e seus intelectuais orgânicos estarão sempre ameaçados de derrotar a burguesia para serem dominados em seguida pela tecnoburocracia. É mais fácil ter apenas um adversário do que dois, mas, se existem os dois, é arriscado e irresponsável identificar apenas um.

Na fase de elaboração das "Notas introdutórias", os comentários de Giannotti, como o de outros amigos, que agradeço no final do trabalho, já haviam sido de extremo valor para mim, tendo-me levado a reformular e aprofundar uma série de conceitos da primeira versão do trabalho. Sua crítica ao trabalho acabado não me sugerem qualquer reformulação, mas sem dúvida foram o estímulo para que eu pudesse aprofundar alguns pontos importantes. Permitiu-me que, nesta resposta, fosse além da crítica a partir da crítica.

CAPÍTULO XVII

O Capitalismo e os Limites da Burocracia

Luiz Antonio de Oliveira Lima
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

ULTIMAMENTE TEM SE manifestado uma febril produção de novos *modos de produção,* e na esteira dessa atividade desponta o trabalho de Luiz Carlos Bresser Pereira, "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção". [1]

O objetivo primordial do texto de Bresser Pereira, como sugere o seu título, é definir um novo modo de produção. Tal mister, segundo ele, se faz tão mais necessário, na medida em que a realidade presente é bastante diversa daquela que permitiu a Marx realizar a sua clássica análise do Modo de Produção Capitalista. Este último, segundo Bresser, se caracterizaria por alguns pontos básicos:

> *a*) o surgimento do capital e, portanto, da relação de produção capitalista, através da separação dos instrumentos de produção dos trabalhadores e sua apropriação pela burguesia; *b*) a generalização da mercadoria, ou seja, a trans-

[1] Bresser Pereira, L. C. "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal da produção." *Estudos CEBRAP,* n. 20, abr.-mai.-jun. 1977. [Segunda parte deste livro.]

> formação do trabalho também em mercadoria; *d*) a apropriação do excedente econômico pela burguesia através da obtenção de lucros (mais-valia); *e*) a incorporação sistemática do progresso técnico, visando ao aumento da produtividade (mais-valia relativa) — condição básica de sobrevivência e da obtenção de lucros por parte das empresas; *f*) a multiplicidade de pequenas e médias empresas agindo em um mercado concorrencial sob a coordenação do mecanismo dos preços.[2]

E acrescenta que, sendo o capitalismo dinâmico por natureza, não há nenhuma razão para continuarmos a pensar que seja um modo de produção permanente, e portanto que as modificações pelas quais passou nos obriga a definir um modo de produção diferente. Assim, afirma: "Propomos que esse sistema econômico e político em emergência seja denominado modo de produção Tecnoburocrático ou Estatismo". [3]

Uma observação adicional deve ser feita a respeito do propósito de Bresser Pereira. Ele não está procurando criticar Marx, que, segundo ele, não poderia analisar uma realidade histórica que não conheceu, mas sim aqueles a que chama de marxistas ortodoxos que, por falta de imaginação e pelo apego "a idéias que Marx hoje provavelmente não subscreveria, recusam-se a aceitar o surgimento de um novo modo de produção antagônico antes do advento do socialismo". [4]

O objetivo deste artigo é verificar se tal intento é atingido pelo professor Bresser; e, se não o é, quais as razões do malogro.

De acordo com que já foi observado por J. A. Giannotti em breve, porém, pertinente crítica ao trabalho de Bresser, este, ao iniciar sua análise dos modos de produção, não vai além de uma simples nominação, com base em uma tipologia das diferentes formas de propriedade a que corresponderiam diferentes relações de produção. Assim afirma:

> A propriedade, segundo Marx, é a forma jurídica de que se revestem as relações de produção. Os modos de produção são categorias em que a forma de propriedade ou, mais precisamente, a relação de produção definida pela propriedade constitui a característica essencial. À propriedade comunitária primitiva, à propriedade antiga, à propriedade capitalista correspondem os respectivos modos de produção. Isto está muito claro nos Rascunhos de Marx em que ele trata das formações pré-capitalistas (1971, v. I, p. 434-44).[5]

[2] *Idem*, p. 78.
[3] *Idem*, p. 80.
[4] *Idem*, p. 97.
[5] *Idem*, p. 82-3.

Na medida em que Bresser realiza sua análise baseada em uma simples nominação não consegue superar tautologias como as que seguem: "A burguesia é a classe dominante em uma sociedade capitalista. A propriedade capitalista é a propriedade privada do capital pela burguesia." E procurando fugir desta tautologia cai em outra, quando afirma que a burguesia "se define como uma classe social específica, historicamente situada a partir do surgimento do capitalismo e que desaparece com o surgimento de um modo de produção tecnoburocrático puro. [6]

Nossa crítica não se interessa em insistir na patente circularidade dos argumentos acima, em que ora a burguesia aparece como algo que deve ser explicado a partir da propriedade do capital, ora como o conceito que explica a forma de dominação ou propriedade capitalista. Interessa-nos antes explicar as origens conceituais de tal procedimento, isto é, assinalar a insuficiência das bases teóricas que sustentam a argumentação. Além disso, ela procurará se restringir à idéia de Bresser de que a tendência à concentração e à centralização do capital, levando à formação das grandes empresas oligopólicas, constitui-se na via de superação do mundo capitalista de produção por causa da crescente importância dos tecnoburocratas. Nosso objetivo é mostrar que ocorre exatamente o contrário: o desenvolvimento das grandes corporações leva a um "aperfeiçoamento" das relações capitalistas de produção, e que, ao contrário do que sugere o autor, não há nenhuma tendência para que a burocracia emergente no capitalismo tenha sua culminância em uma burocracia do tipo soviético. Não julgamos legítima, portanto, a análise do caso soviético como um paradigma para explicar as organizações burocráticas em geral.

1. De início, é importante entender-se que, na perspectiva da análise de Marx, aparentemente aceita pelo próprio Bresser Pereira, a natureza da propriedade e em conseqüência da dominação de classe, constitui-se em problema a ser resolvido e não na chave abstrata, na enteléquia, a partir da qual se explicaria o problema dos modos de produção. Pelo contrário, a análise dos modos de produção tem como objetivo explicitar o conteúdo histórico e concreto dos diferentes tipos de propriedade e dominação dos quais as relações de propriedade capitalistas seriam uma

[6] *Idem*, p. 83.

manifestação histórica e concreta. Neste sentido, ao enumerar os diferentes modos de produção, o objetivo de Marx não era o de fazer uma simples tipologia, senão de mostrar a diferença específica do capitalismo em relação aos modos de produção pré-capitalistas.

A especificidade do modo de produção capitalista se manifesta por uma clara separação entre o político e o econômico, de tal modo que a propriedade atinge sua extensão puramente econômica, diferente portanto do conteúdo que assume nos demais modos de produção. Desta maneira não se revela como um traço universal, homogêneo, a partir da qual se possa explicar as relações de produção nos outros modos de produção que não o capitalista, pois, como observa Marx:

> Em todas as formas que o trabalhador imediato permanece "possuidor" dos meios de produção e dos meios de trabalho..., a relação de propriedade vai fatalmente manifestar-se simultaneamente como uma relação (política) entre senhor e servo; o produtor imediato não é portanto livre: mas esta servidão pode atenuar-se, desde a servidão com obrigação de corvéia até ao pagamento de um simples foro... Nestas condições, são necessárias razões extra-econômicas, qualquer que seja a sua natureza, para os obrigar a efetuar trabalho por conta do proprietário titular das terras... São, portanto, absolutamente necessárias relações pessoais de dependência, uma privação de liberdade pessoal... em suma, é necessária a servidão na plena acepção da palavra...[7]

Fica, portanto, como problema, analisar o modo de produção capitalista como o processo pelo qual a relação de propriedade — entendida esta como controle efetivo dos instrumentos de produção, e não apenas sob a forma jurídica de que se reveste (propriedade jurídica) — liberta-se dos nexos pessoais e políticos de que se revestia nos modos de produção pré-capitalistas. Este processo, no entanto, não termina pela simples dissociação entre os produtores diretos e seus instrumentos, que de início instaura uma dominação econômica, porém, apenas formal, de uma classe sobre outra. Mas sim pela dominação real, que faz revelar a verdadeira essência do econômico. Isso vai ocorrer, com a grande indústria, pela transformação do processo de trabalho, que faz dos produtores diretos uma simples extensão do capital. À relação formal de apropriação passa a corresponder uma relação real, o trabalhador isolado dá lugar

[7] Marx, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economia Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, v. 1.

ao trabalhador coletivo, de tal maneira que o capitalista e o trabalhador passam a se constituir em simples suportes de uma relação mais ampla de dominação.

Conforme podemos depreender de uma leitura dos textos de *O Capital*, o *sujeito* da análise se constitui conjuntamente com as transformações que levam ao modo especificamente capitalista de produção. Este *sujeito* não é nem o capitalista individual, nem os produtores tomados em sua individualidade, senão o próprio capital, e o trabalho coletivo como sua extensão. Marx analisa de duas maneiras este processo: no *Capítulo inédito*, mediante uma contraposição entre a forma não desenvolvida do capital (dominação formal) e a forma específica ou plenamente desenvolvida (dominação real); e em *O Capital*, mediante uma análise da gênese desta última forma, a partir daquela.

Consideremos a primeira abordagem, seguindo o próprio Marx:

> Justamente por oposição ao modo capitalista plenamente desenvolvido, denominamos subsunção formal do trabalho ao capital a subordinação ao capital de uma forma de trabalho desenvolvida antes que houvesse surgido a relação capitalista.[8]

Neste texto verificamos que a existência de uma relação de propriedade definida apenas formalmente não permite, para Marx, estabelecer o que é relação de produção especificamente capitalista, idéia esta que se explicita melhor abaixo:

> O fato de que o trabalho se torne mais intenso ou que se prolongue a duração do processo de trabalho: que se torne mais contínuo sob o olhar atento do capitalista, mais ordenado, etc..., não altera em si e para si o caráter do processo real de trabalho. Surge nisto, pois, um grande contraste com o modo de produção especificamente capitalista, que, como vimos, se *desenvolve no no curso da produção capitalista*, e revoluciona não só as relações entre os diversos agentes de produção, senão simultaneamente a índole desse trabalho e a modalidade real desse processo de trabalho em seu conjunto.[9]

Fica claro, assim, que apenas com o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade ou do trabalho, com a cooperação, a divisão do

[8] Marx, K., *Un Chapitre inédit du Capital*, Paris, Union General d'Editions, 1971, p. 194 e 195.
[9] Marx, K., *Un Chapitre inédit du Capital*. p. 194.

trabalho dentro da fábrica, o emprego do maquinismo e, em geral, com as transformações por que passam os processos de produção graças ao emprego consciente ou inconsciente das ciências naturais, é que se constitui o modo especificamente capitalista de produção. Assim,

> o modo de produção capitalista que agora se estrutura como um modo de produção "sui generis" dá à produção uma forma diferente; de outro lado, esta modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento das relações capitalistas, que exigem pois um nível determinado de evolução das forças produtivas para encontrar sua forma adequada. [10]

Na visão de Marx a dominação real do capital implica a dominação absoluta do capital sobre o trabalho, a qual só pode se dar mediante a socialização não só do processo de trabalho imediato, como também da escala em que o capitalista é proprietário e detentor dos meios de produção. A análise do processo pelo qual se constitui a dominação absoluta ou real é feita de forma muito incisiva em *O Capital*, em seus capítulos XI, XII e XIII.

Referindo-se à manufatura, Marx observa que "enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual do trabalho em suas raízes". [11]

E mais adiante:

> A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes (aos trabalhadores) as forças intelectuais do processo de produção, como propriedade de outrem e como poder que os domina. Este processo de dissociação começa com a cooperação simples em que o capitalista representa, diante do trabalhador isolado, a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Este processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força independente do trabalho, recrutando-a para servir ao capital. [12]

Apesar das profundas alterações que a manufatura impõe ao processo de trabalho, não é ainda através dela que o capital consegue coroar sua obra de dominação, pois:

0 *Idem*, p. 196.
1 Marx, K., *O Capital*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975. v. I, p. 412.
12 *Idem*, p. 43.

Embora ajustasse as operações parciais aos diversos graus de maturidade, força e desenvolvimento de seus órgãos vivos de trabalho, o que levava à exploração de mulheres e crianças, chocava-se esta tendência, geralmente, com os hábitos e a resistência do trabalhador adulto masculino (...). Uma vez que a habilidade manual (ainda) constituía o fundamento da manufatura e que o mecanismo coletivo que nela operava não possuía nenhuma estrutura material independente dos trabalhadores, lutava o capital constantemente contra a insubordinação do trabalhador. (...) Faltava "ordem" na manufatura, baseada no "dogma escolástico da divisão do trabalho" e "Arkright criou a ordem". [13]

Somente com o desenvolvimento e a generalização da maquinaria

tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho (manufatura), a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria, com exceções, só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho. [14]

A pletora de citações, talvez enfadonha, faz-se no entanto necessária para demonstrar que, na faina de impor sua dominação, o capital executa uma tarefa de socialização tanto ao nível do processo de trabalho quanto de si mesmo. Assim:

Um mínimo determinado e sempre crescente de capital nas mãos de todo capitalista é a premissa, bem como o resultado constante do modo de produção especificamente capitalista. O capitalista deve ser proprietário ou detentor dos meios de produção a uma *escala social:* seu valor não tem, de ora em diante, nenhuma proporção com aquilo que pode produzir um indivíduo ou sua família. Este *mínimo* de capital é tão mais elevado em um ramo de produção quanto este seja explorado de uma maneira mais capitalista e quanto mais desenvolvida a produtividade social do trabalho. À medida que o capital vê aumentar seu valor e assume dimensões sociais, ele perde todas as suas características *individuais.* [15]

[13] *Idem*, p. 421 e 422.
[14] *Idem*, p. 439 e 440.
[15] Marx, K., *Un Chapitre inédit du Capital*, *op. cit.*, p. 219.

Bresser Pereira, ao procurar contrapor seu modo de produção ao modo de produção capitalista, afirma:

> Ao contrário do que acontece no capitalismo clássico, em que o capitalista possui diretamente a propriedade do instrumento de produção, ou seja, o capital, no tecnoburocratismo o tecnoburocrata tem a propriedade, não dos meios de produção, mas da organização burocrática. E esta organização burocrática, por sua vez, é que detém a propriedade dos instrumentos de produção, das mercadorias e do dinheiro necessário para empregar trabalhadores e realizar a produção. Além disso, a propriedade do tecnoburocrata sobre a organização, ou seja, o efetivo controle da organização, não é realizada *individualmente*, como acontecia no capitalismo, mas coletivamente por um grupo de tecnoburocratas. [16]

A comparação entre os textos de Marx e as conclusões de Bresser Pereira nos levam a admitir que este autor, ao falar do capitalismo clássico, está se referindo ao que Marx considerava uma forma não especificamente capitalista de produção, consubstanciada na cooperação simples, em que a subordinação dos trabalhadores dependia do controle direto do capitalista. Ora, já na manufatura, forma ainda imperfeita do capital, a divisão do trabalho supõe uma hierarquização, separando-se as funções de supervisão, controle e coordenação, das tarefas de produção direta. Fica patente que Bresser Pereira, ao comparar o que chama de capitalismo clássico com seu modo de produção, realiza uma operação ilegítima do ponto de vista teórico, atribuindo ao modo de produção capitalista características que denotam uma inadequada compreensão desse conceito.

A raiz dessa incompreensão, como já foi sugerido no início deste artigo, está na insistência de Bresser Pereira em definir as relações de produção capitalistas pela propriedade jurídica e não pela forma de apropriação do *capital* sobre o trabalho coletivo, que se instaura definitivamente apenas com o surgimento da Grande indústria. Deste equívoco decorre outro, que se torna evidente pela assimilação do capital com os meios de produção, quando Bresser Pereira afirma que "o capitalista possui diretamente a propriedade do instrumento de produção, ou seja, o capital". Nesta fórmula, o capital deixa de ser uma relação social de produção para se reduzir a uma coisa, repondo-se, assim, a origem de todos os enganos da economia vulgar. A natureza do capital como relação social de produção

[16] Bresser Pereira, L. C., *op. cit.*, p. 83-4 (grifo nosso).

exige, ao longo do processo de ampliação quantitativa deste *valor*, a superação da barreira que lhe é imposta pela propriedade individual. Marx, ao desdobrar essa natureza em suas formas superiores e mais adequadas (do ponto de vista da sociedade capitalista) e expressas no surgimento das sociedades por ações, afirma:

> O capital que em si mesmo apóia-se num modo social de produção e pressupõe uma concentração social dos meios de produção e da força de trabalho é aqui agraciado como a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) distinta do capital individual, e seus empreendimentos assumem a forma de empreendimentos sociais, distintos de empreendimentos individuais. Trata-se da abolição do capital como propriedade particular dentro dos quadros da produção capitalista. [17]

De certa maneira esta nova realidade do capitalismo é percebida, embora de forma vaga, por Bresser Pereira quando afirma que

> a organização burocrática surge como intermediário necessário entre os tecnoburocratas e os instrumentos de produção. [18]

Fica claro que Bresser Pereira vê essa burocratização como um processo de degenerescência das relações capitalistas, e não como um processo que se desenvolve a partir da própria necessidade de uma dominação orgânica do capital sobre o trabalho coletivo. Em outras palavras, a supressão do capitalista individual como personificação e suporte do capital — este, o verdadeiro sujeito do processo, aparece-lhe como a supressão das próprias relações capitalistas. Desta maneira a supressão do capitalista individual é percebida quase como o resultado de uma conspiração realizada pelos burocratas para desapropriar os capitalistas, e na qual a organização aparece como o instrumento que lhes permite realizar seu intento.

O elo que se perdeu em tal raciocínio, se contínuarmos a aceitar protestos do autor de adesão à dialética, é a percepção de que o processo de constituição das relações especificamente capitalistas de produção se traduz simultaneamente por uma crescente objetivação dessas relações. Isto se dá, do ponto de vista do processo de trabalho, como já considerado, mediante uma transferência das potencialidades do trabalhador individual para o trabalhador coletivo e deste para o sistema de máquinas, do qual

[17] Marx, K., *El Capital*. México, Fondo de Cultura Económica, v. III, p. 415.
[18] Bresser Pereira, L. C., *op. cit.*, p. 78.

o trabalhador coletivo é um mero apêndice. Do ponto de vista do capital, mediante a elevação da escala mínima de produção e do valor mínimo do capital necessário, que obrigam o capitalista a renunciar à sua propriedade individual, para participar *coletivamente*, através de uma quota-parte abstrata, dos resultados da produção capitalista. Neste sentido, a organização burocrática aparece como a expressão fenomênica da forma de dominação que esta propriedade abstrata exerce sobre o trabalho coletivo. Mais concretamente, aparece como uma atividade de coordenação e supervisão de um processo de trabalho cada vez mais complexo e de gestão de um valor-capital de magnitude crescente, o que impõe a diferenciação das funções anteriormente concentradas no capitalista individual.

Não é de admirar que aqueles que, como Bresser Pereira, pensando as relações de produção capitalistas como relações entre indivíduos, ou mesmo grupos, vejam a burocratização como uma relação que permite a substituição de alguns indivíduos por outros. Os capitalistas são substituídos pelos tecnoburocratas e as relações de produção capitalistas pelas relações tecnoburocráticas. Aqui reaparece o círculo vicioso da nominação.

2. Como se vê, não surge por acaso a idéia de que o modo tecnoburocrático de produção implica também a supressão das relações mercantis e, portanto, a abolição da concorrência enquanto expressão daquelas relações. Bresser Pereira procura aqui coerentemetne estender suas conclusões para o âmbito das relações intercapitalistas. Segundo ele, uma das características do capitalismo seria "a multiplicidade de pequenas e médias empresas agindo em um mercado concorrencial, sob a coordenação do mecanismo de preços". Na verdade, está atribuindo a Marx uma idéia de concorrência que certamente não é a sua, embora se deva admitir que esta confusão freqüente ocorre devido ao fato de que apenas no III volume de *O Capital* Marx deixa perfeitamente claro o que entende por concorrência capitalista. A princípio, estabelece que de acordo com a lei da concentração e centralização do capital, a competição tenderia a decrescer com o desenvolvimento do capitalismo. No entanto, Marx se referia aqui de modo específico à simples competição de preços que se realiza em apenas um ramo ou esfera da indústria. Ao estudar o fenômeno da competição capitalista, no mencionado III volume, Marx afirma que

> teoricamente supõe-se que as leis da competição operam em sua forma pura. No entanto, no mundo real, existe apenas uma aproximação (dessa forma);

> mas esta aproximação será maior quanto mais desenvolvido o modo de produção capitalista e menos amalgamado com sobrevivências de condições econômicas anteriores. [19]

A implicação disto é que, considerado o sistema como um todo, a competição se torna mais generalizada no sentido de equalizar a taxa de lucro, quanto mais desenvolvido o capitalismo:

> O que a competição realiza inicialmente em um único setor é um único valor de mercado e um único preço de mercado derivados de vários valores individuais de diferentes mercadorias. No entanto, é a *competição de capitais* em diferentes esferas que inicialmente faz com que os preços de produção equalizem as taxas de lucros nas diferentes esferas. Este processo requer um desenvolvimento maior na produção capitalista do que a competição previamente mencionada. [20]

Ao que James Clifton adiciona:

> Esta concepção do mecanismo de ajustamento é inteiramente diferente da do capital circulante de Ricardo, do *tâtonnement* de Walras e da de longo prazo de Marshall, estando baseada nas implicações da *evolução* do capitalismo. [21]

Mais concretamente, isto se explica pelo fato de que em um mundo industrial, caracterizado pela existência de capital fixo, torna-se impossível que o mecanismo de preços relativos seja capaz de realizar o objetivo da concorrência: a equalização da taxa de lucro. Ao contrário do que ocorre no capitalismo comercial, no capitalismo industrial apenas a parte do capital depreciada durante um período de produção volta à forma líquida mediante a venda das mercadorias. Mesmo a pequena firma do capitalismo clássico, produzindo um só bem, estava bastante distante de poder realocar seus recursos financeiros em qualquer setor, como podia fazê-lo o capitalista comercial.

Pelo contrário, a fim de preservar o valor de seu capital, via-se obrigada a continuar expandindo a produção na mesma indústria, mediante a redução de custos, através de economias de escala. Isto impedia a mobi-

[19] Carx, K., apud J. A. Clifton. "Competition and the Evolution of the Capitalist Mode of Production." *Cambrigde Economic Journal*, Academic Press London, n. 2, jun. 1977. p. 145.
[20] Marx, K. apud J. Clifton, *op. cit.*, p. 145.
[21] Clifton, J. *op. cit.*, p. 145.

lidade do capital, tal como imaginada pelos neoclássicos. Desta forma, Marx não podia pensar numa competição generalizada através do mecanismo de preços, pela impossibilidade de o capital responder às variações dos preços relativos, alterando sua localização setorial. A lógica da concorrência generalizada, em Marx, só se manifesta concretamente quando a empresa capitalista tem condições de superar os limites impostos à livre mobilidade do capital, pela natureza do capital fixo. Tais condições de livre mobilidade não se estabelecem no processo de troca, como para o capitalismo comercial, mas gradualmente na organização sistemática da produção através de diferentes áreas geográficas e novas indústrias. Ou seja, o processo de concorrência é, ao mesmo tempo, um processo que envolve a alteração do tamanho da firma e a diversificação da estrutura produtiva. Em outras palavras, o crucial na concorrência generalizada é a maior ou menor capacidade que as diversas unidades de capital apresentam para superar barreiras à sua expansão. Neste sentido, já está implícita em Marx a idéia de que a concorrência conduzia necessariamente à concentração e à centralização crescente do capital, o que para ele se constituía na outra dimensão da "abolição do capital como propriedade particular dentro dos quadros da produção capitalista".

Na medida em que a competição capitalista não pode ser representada pela competição de preços, o valor relativo das mercadorias, no processo de troca, não pode ser o índice de valorização das unidades de capital. Estas, pelo contrário, se valorizam no seu próprio processo de enfrentamento, determinando através dele a parte relativa da mais-valia total que caberá a cada uma.

É interessante notar que as condições mais próprias para este processo de valorização do capital ocorre com as grandes corporações modernas, onde pontifica a organização burocratizada. Assim, são as grandes empresas que levam a competição capitalista à sua perfeição e não as pequenas empresas do capitalismo concorrencial clássico. Ao contrário destas, as grandes corporações desenvolveram um conjunto de estratégias que lhes permitem a expansão a nível inter-regional e internacional, mediante a separação inicial dos departamentos de produção e vendas e, posteriormente, pelo crescimento e especialização deste último. Além disso, o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa, tendo em vista lançar novos produtos, ou mesmo produtos já existentes com características diferenciadas, lhes permite entrar em indústrias já exploradas por outras em-

presas. Deve-se notar que os preços são utilizados pelas grandes empresas apenas como uma das estratégias de crescimento e talvez a menos importante.

A análise acima deixa patente que a concorrência capitalista não pode se realizar através do mecanismo de preços, e é exatamente por não perceber esta realidade que Bresser Pereira vê neste tipo de competição a marca registrada do sistema capitalista. Assim, atribui ao capitalismo uma realidade que ele não tem e posteriormente atribui à realidade capitalista um outro nome. Diz ele:

> para que estas trocas configurem um "mercado" onde se troquem "mercadorias" no sentido capitalista do termo, é preciso que os preços dos bens trocados correspondam ao seu valor, ou seja, ao seu custo de produção (quantidade de trabalho incorporada no bem corrigida pelas variações na composição orgânica do capital de cada indústria). Por outro lado, é preciso que esses preços, assim determinados estruturalmente ou a longo prazo, reflitam no curto prazo as variações na oferta e na procura, de forma que o mecanismo de preços, operando no mercado, funcione como regulador da economia. A generalização da mercadoria, portanto, no sistema capitalista, significa que os bens são trocados por seus respectivos valores de troca em um mercado que funciona como instrumento de coordenação de toda a economia.

E prossegue: "no modo tecnoburocrático os preços não correspondem aos seus respectivos valores nem lhes cabe o papel de principal regulador da economia". [22]

Um primeiro ponto a ser notado no texto acima é a identificação, errônea, entre valor e preço de produção, o que faz com que Bresser Pereira afirme que, no Modo Tecnoburocrático, "os preços não correspondem aos seus respectivos valores". Ora, por este critério, não se poderia falar em modo tecnoburocrático, pois admitida a equalização da taxa de lucros no MPC, a convergência entre valores e preços de produções só se daria caso as composições orgânicas do capital de todos os setores fossem as mesmas, o que seria uma mera coincidência. Em segundo lugar, e mais importante, é que os preços de longo prazo, que segundo Bresser seriam os reguladores da economia, são na verdade os preços de produção, ou preços de equilíbrio, que na perspectiva de Marx aparecem antes como o resultado da competição do que como o seu determinante. Estes preços constituem-se na expressão do valor do capital, na medida em que a mais-valia deve ser alocada em diversos setores não com base no *valor* indivi-

[22] Bresser Pereira, L. C., *op. cit.*, p. 86.

dual de cada mercadoria, mas com base no quantum de capital alocado em cada setor no processo de competição generalizada. [23] Sobre este ponto vale transcrever a observação de Ronald Meek:

> Em termos gerais, dois principais preços de oferta são encontrados na história do intercâmbio de mercadorias — em primeiro lugar o do produtor, que julga a renda líquida como remuneração do seu trabalho, e em segundo o do que a considera como lucro do capital. O que Marx fez realmente foi supor que o primeiro tipo era característico de todas as formas de sociedade pré-capitalistas (...) e concentrar-se na tarefa de demonstrar que o aparecimento do capitalismo, ao converter a força de trabalho em mercadoria, efetuou a transformação do primeiro tipo de oferta para o segundo. [24]

3. Finalmente, vamos enfrentar o problema do excedente e de sua apropriação, fundamental para julgar a pertinência do tratamento que Bresser Pereira dá aos modos de produção capitalista e tecnoburocrático. Consideremos inicialmente sua concepção de determinação de salários:

> Os salários são a remuneração do trabalho produtivo. No capitalismo clássico e no subdesenvolvimento industrializado, os salários são determinados a longo prazo pelo custo de reprodução da mão-de-obra e a curto prazo pelo aumento ou diminuição da procura de trabalhadores, à medida que aumenta ou diminui a taxa de acumulação de capital. No capitalismo monopolista, os salários são determinados a longo prazo pelo custo de reprodução da mão-de-obra mais uma parcela do excedente que os trabalhadores organizados conseguem assegurar para si através da luta sindical. No modo tecnoburocrático de produção, os salários são também determinados pelo custo de reprodução da mão-de-obra mais uma parte do excedente que os trabalhadores vão aos poucos obtendo. [25]

O texto acima sugere que, sendo o custo de reprodução da mão-de-obra uma variável perfeitamente definida, dada a renda, pode-se determinar o valor do excedente como resíduo. Tal idéia, de origem ricardiana, implica o poder de livre disposição do excedente, por parte daqueles que

[23] É de se notar que este processo através do qual o capital busca sua valorização máxima não se baseia em preços vigentes no mercado (o que seria impossível mesmo, no caso de lançamentos de produtos novos), mas na rentabilidade futura do investimento baseado em preços futuros calculados a partir dos custos de produção e de uma certa margem de lucro. Tal margem dependerá de fatores tecnológicos tais como: barreiras à entrada, efeito-substituição, que no fundo determinam elasticidade da demanda, bem como das próprias expectativas de crescimento a longo prazo da economia. (Ver a respeito Eichner, A. *Megacorp and Oligopoly*. Cambridge University Press, 1976. Cap. III.)

[24] Meek, R. *Economia e ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 205.

[25] Bresser Pereira, L. C., *op. cit.*, p. 91.

dele se apropriam, o que lhes facultaria decidir sobre sua destinação. É o que se pode confirmar pela leitura do que segue:

> O lucro ou a mais-valia (...) é o resíduo obtido pelo capitalista depois de vender seu produto de acordo com seu valor no mercado e de ter pago o trabalho-mercadoria de seus trabalhadores também de acordo com seu valor de mercado. O lucro capitalista realiza-se, assim, no mercado depois que o custo de reprodução da mão-de-obra foi pago em termos de salários. [26]

Em primeiro lugar, admitindo provisoriamente que exista um mecanismo capaz de determinar de maneira precisa o nível salarial de subsistência, percebemos uma inconsistência no argumento do professor Bresser Pereira quando afirma que, no modo tecnoburocrático de produção, os salários são também determinados pelo custo de reprodução da mão-de-obra. Ora, em outro trecho o professor Bresser frisa que no modo tecnoburocrático a força de trabalho não é mais uma mercadoria:

> No capitalismo, em seu estado puro, o trabalho é uma mercadoria; no estatismo deixa de sê-lo. A remuneração dos trabalhadores não é determinada no mercado, em função do custo de reprodução da mão-de-obra, mas é determinada politicamente pela tecnoburocracia estatal, em função das necessidades de acumulação estatal, da participação no excedente econômico que os tecnoburocratas pretendem reservar para si em forma de ordenados diretos e indiretos, e do volume de consumo social que o Estado decide controlar diretamente. [27]

A flagrante contradição que se revela entre os dois trechos do mesmo artigo (como é possível o salário ser igual ao custo de reprodução da mão-de-obra, se esta não for uma mercadoria?) tem, na verdade, uma função. A argumentação do professor Bresser Pereira requer um *conceito geral* de excedente, capaz de explicar, a partir dos agentes que dele se apropriam, os dois modos de produção. Por isso é necessário fixar de alguma maneira o salário para, por diferença, determinar o "*surphus*". A par de praticamente reduzir o excedente à sua dimensão física, Bresser Pereira reintroduz, ao nível da apropriação do produto, a mesma definição formal de propriedade, de que se utilizou inicialmente para distinguir os modos de produção. Num caso, o modo de produção é capitalista porque são os capitalistas que se apropriam dos meios de produção e do

[26] Bresser Pereira, L. C., *op. cit.*, p. 91.
[27] Bresser Pereira, L. C., *op. cit.*, p. 89.

excedente. No outro caso, o modo de produção é tecnoburocrático porque são os tecnoburocratas que se apropriam dos instrumentos de produção e do excedente. Desta maneira, o processo de constituição das formas de apropriação real fica inexplicado e se repete a espiral da nominação.

Avançando a crítica para além das inconsistências, resta o problema conceitual do excedente, certamente muito mais importante. Em se tratando do modo de produção capitalista, não há como falar em "excedente", a não ser como um conceito-resultado, sobre o qual não pode se constituir nenhuma teoria. A inadequada utilização desse conceito é que tem levado muitos autores (Baran e Sweezy, por exemplo) a perpetrarem enganos a respeito do funcionamento da economia capitalista. Como já sugerimos, o engano está enraizado na suposição de que o valor da força de trabalho pode ser determinado independentemente do *processo global* de produção e acumulação da mais-valia. O valor da força de trabalho não é uma magnitude fixa, e sua variação depende do processo de acumulação, sobretudo em sua dimensão tecnológica, embora possa existir um limite máximo e um limite mínimo para esta variação. Casos há, como Adam Smith já havia observado, em que a elevação dos salários não implica uma redução da acumulação, pois

> mesmo com lucros reduzidos os capitais aumentam, podendo crescer com mais velocidade do que antes. (...) Um grande capital, embora com pequenos lucros, geralmente cresce mais do que um pequeno capital com grandes lucros.

Em relação a este ponto Marx observa:

> Neste caso, é evidente que uma diminuição do trabalho gratuito não prejudica a expansão do domínio do capital. Ou, o outro lado da alternativa, a acumulação retarda-se em virtude de elevar-se o preço do trabalho, ficando embotado o aguilhão do lucro. A acumulação diminui. Mas o decréscimo faz desaparecer a própria causa que o originou, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O mecanismo da produção capitalista remove o obstáculo que ele mesmo cria temporariamente.

E prossegue:

> O preço do trabalho volta de novo a um nível que corresponde às necessidades de expansão do capital, seja esse superior, igual ou inferior ao que era considerado normal, antes da elevação dos salários. No primeiro caso, não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora, que torna o capital supérfluo, mas, ao contrário, é

> o aumento do capital que torna insuficiente a força de trabalho explorável. No último caso (o preço do trabalho em nível inferior), não é o aumento que ocorre no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital insuficiente, mas, ao contrário, é a diminuição do capital que torna superabundante a força de trabalho explorável, ou excessivo o seu preço. Esses movimentos absolutos da acumulação do capital refletidos como movimentos relativos da massa da força de trabalho explorável, têm a aparência de provir da própria dinâmica dessa massa. Expressando matematicamente: a magnitude da acumulação é a variável independente, o montante dos salários a variável dependente, não sendo verdadeira a afirmação oposta.[28]

Fica claro, assim, que o próprio processo de acumulação fixa a taxa de salários e, portanto, a taxa de salários não pode determinar o valor a ser acumulado. Muito menos é possível, nestas condições, assumir a hipótese de um nível dado do produto. O ritmo de acumulação e as alterações na composição orgânica determinam a taxa e a massa de salários e, conseqüentemente, o valor da produção. Onde situar, diante disso o excedente como uma categoria teórica, uma vez que nada mais é que a visão retrospectiva do resultado da distribuição do *valor*, em processo de criação, entre mais-valia e salários?

No entanto, no texto de Bresser Pereira essa utilização de categorias "ex-post" revela-se no manejo inadequado das equações de distribuição de Kalecki.

Ao estabelecer relações entre os tipos de rendimentos e a *natureza* dos bens adquiridos (por exemplo, os salários compram bens básicos, os lucros podem comprar bens de capital ou bens de luxo e assim por diante...), Bresser procura estabelecer agora, como característica do modo de produção, a forma de utilização do excedente. Mas, ao fazê-lo, introduz uma cadeia causal em que o excedente, previamente determinado, permite a aquisição de bens de luxo ou de bens de capital, ao bel-prazer de capitalistas, capitalistas e tecnoburocratas ou apenas tecnoburocratas, conforme o "modo de produção" correspondente. Da mesma forma que, pela utilização do conceito "ex-post" de excedente, Bresser desconsidera a natureza do processo de acumulação capitalista, como o processo de distribuição do *valor* entre mais-valia e salários, também não percebe que esse mesmo processo de distribuição, expresso nas equações é o efeito e não a causa dos gastos. As equações de Kalecki, que na verdade exprimem as condi-

[28] Marx, K., *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro I, v. II, p. 721.

ções de equilíbrio da reprodução de um sistema capitalista com dois ou três departamentos, refletem como as variações nos gastos determinam variações na massa de lucros e na massa de salários, dado o grau de monopólio. As categorias de gasto, aqui, estão definindo relações de classe a partir da possibilidade de uma classe gastar acima de seus rendimentos correntes, em contraposição a outra classe, os trabalhadores, adstrita a gastar apenas aquilo que ganha.

Assim, comentando a equação:

"Lucros Brutos = Investimento Bruto + Consumo dos Capitalistas", Kalecki se pergunta sobre o seu significado:

> Significa ela, por acaso, que os lucros, em um dado período, determinam o consumo e o investimento dos capitalistas, ou o inverso disto? A resposta a esta questão depende de se determinar qual destes itens está sujeito diretamente às decisões dos capitalistas. Fica claro, pois, que os capitalistas podem decidir consumir e investir mais, em um dado período, do que no precedente. Mas eles não podem decidir ganhar mais. São, portanto, suas decisões de investimento e consumo que determinam os lucros e não vice-versa.[29]

Esta visão do capitalismo, aliás, não é prerrogativa de Marx ou Kalecki, mas é compartilhada por outros dois grandes analistas desse sistema: Keynes, ao estabelecer o caráter determinante do investimento e do crédito como variável de distribuição do valor, e Schumpeter, ao definir o próprio capitalismo a partir da instituição do crédito.

Nossa crítica incide, portanto, sobre três pontos que parecem vitais no esforço do professor Bresser Pereira. Buscamos ressaltar a insuficiência dos conceitos que sustentam sua análise dos modos de produção, da concorrência e da distribuição. Embora consideremos corajosa sua tentativa de sistematizar um novo modo de produção, somos obrigados a reconhecer que seu cometimento não conseguiu satisfazer as exigências científicas colocadas pelos problemas que se dispôs a enfrentar.

[29] Kalecki, M., *Selected Essays*. Cambridge University Press. p. 78-9.

CAPÍTULO XVIII

Lições do Aprendiz de Feiticeiro ou Tecnoburocracia e Empresa Monopolista

A QUESTÃO DA BUROCRACIA ou da tecnoburocracia transformou-se em um dos temas centrais do nosso tempo. Envolve questões fundamentais, como a natureza das relações de produção nas grandes organizações burocráticas e em particular no Estado moderno, a forma de apropriação e utilização do excedente econômico, o sistema de coordenação econômica, a natureza de classe da tecnoburocracia, o caráter do Estado, as ideologias implícitas. Estas questões teóricas, porém, na medida em que dizem respeito à própria estrutura de poder das sociedades contemporâneas, são ideologicamente conturbadas. Alguns fazem a apologia da tecnoburocracia, outros a denunciam e outros ainda a ocultam, negando seu significado histórico novo. Ocultar a tecnoburocracia é uma forma indireta de defendê-la. Atende aos interesses da própria tecnoburocracia, que, em sua qualidade de classe ascendente, prefere minimizar sua importância. E complementa o trabalho dos seus próprios ideólogos, que fazem sua apologia em nome da técnica, da administração racional, da eficiência, do ideal meritocrático. Denunciá-la, pode atender aos interesses dos trabalhadores, na medida em que a tecnoburocracia pretenda se identificar com o socialismo. Mas pode também servir à burguesia como arma de combate ao socialismo, por ela sempre identificado com o estatismo.

A clara consciência destas armadilhas ideológicas é, portanto, o primeiro requisito para o debate acadêmico em torno do tema da tecnoburocracia. Este debate ganha agora em qualidade e dimensão com a crítica que Luiz Antonio de O. Lima e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo fizeram às minhas "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção". [1] O desafio representado por essa crítica, que concluiu afirmando peremptoriamente que o autor "não conseguiu satisfazer as exigências científicas colocadas pelos problemas que se dispõe a enfrentar" [2] estimularam minha réplica. Embora desconfie quando ouço alguém falar com tanta segurança em nome da ciência sobre temas tão controversos, como a crítica partia de dois economistas dignos do maior respeito, ofereço agora minha resposta. Devemos, entretanto, ao mesmo tempo que discutimos os problemas teóricos objetivos, não perder de vista suas implicações ideológicas.

A crítica de Lima e Belluzzo caracteriza-se não só por seu radicalismo em negar, mas também por sua incapacidade de afirmar. Meus críticos negam terminantemente a emergência de um novo modo de produção e para isso vão usar três ou quatro argumentos que analisarei em seguida. Mas, ao fazer essa negação, deixam sem resposta todos os problemas cuja solução teórica procuro encaminhar através da definição do modo de produção estatal. Afinal, como caracterizar as relações de produção hoje existentes na União Soviética? Continuam capitalistas, apesar de haver desaparecido a propriedade privada dos meios de produção, apesar de a burguesia ter sido substituída pela tecnoburocracia na sua qualidade de classe dominante, apesar de a mais-valia ter dado aos ordenados como forma de apropriação privada do excedente, apesar de a coordenação do sistema econômico ter deixado de ser realizada pelo mercado para ser feita pelo plano ou pela administração estatal? E quando examinamos formações sociais ainda dominantemente capitalistas e desenvolvidas, como a norte-americana ou a francesa, ou subdesenvolvidas e dependentes, como a brasileira, a egípcia ou a coreana do sul, será que podemos compreender estas formações sociais apenas com a utilização do conceito de modo

[1] Este trabalho foi publicado em *Estudos CEBRAP* n. 20, abr.-jun. 1977 e constitui a segunda parte deste livro.
[2] Luiz Antonio de O. Lima e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. "Capitalismo e os limites da burocracia." *Temas*, n. 3, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, São Paulo, e também o Capítulo XVII deste livro.

capitalista de produção? Ainda que no Brasil esse seja o modo de produção dominante, poderemos alcançar um mínimo de entendimento sobre o processo econômico político e social brasileiro dos últimos decênios sem tentar um equacionamento teórico rigoroso da tecnoburocracia e do Estado? Meus críticos não fazem qualquer referência a esses problemas.

Por outro lado, assinalo a falta de uma perspectiva realmente histórica na utilização dos conceitos. Partindo do fato de que utilizo conceitos marxistas, como o de modo de produção, os professores Lima e Belluzzo imaginam poder limitar sua crítica à minha pretendida infidelidade ao grande pensador, não sendo necessário analisar a realidade social que nos cerca na segunda metade do século XX. Ora, ainda que minha posição pessoal seja a de rejeitar qualquer tipo de ortodoxia, creio que não será difícil demonstrar que utilizei os conceitos e, o que é mais importante, o método de Marx, de forma adequada. Obviamente utilizei esses conceitos e o método para analisar uma realidade histórica diferente daquela conhecida por Marx, mas é exatamente neste ponto que reside a força do materialismo histórico e dialético: em sua capacidade de fornecer instrumentos para a interpretação de novas situações históricas. O materialismo histórico não foi formulado para que repitamos a interpretação que Marx deu para a história que ele próprio conheceu, mas para que sejamos capazes de enfrentar com imaginação e rigor científico os desafios representados pelos fatos novos.

E é, aliás, em relação ao método que meus críticos se revelaram mais limitados em sua crítica. Conforme verificamos no transcorrer desta análise, a rigidez e a tendência linear de seu pensamento é evidente. Ao invés de procurar compreender o caráter intrinsecamente contraditório dos fenômenos sociais e o caráter dialético de nosso conhecimento desses fenômenos, apegam-se a relações lineares de causa e efeito, que realmente levam a um tipo de análise lógico-formal. Por outro lado, durante toda a sua crítica utilizam conceitos do modo de produção capitalista para examinar e negar a emergência de outro modo. Ora, na medida em que meus críticos se vestem com essas camisas-de-força metodológicas, é óbvio que não poderão caminhar muito longe em seu raciocínio. Presos na armadilha dos silogismos, em que as conclusões já estão implícitos nas premissas, não serão capazes de realizar o salto teórico que lhes permita descortinar uma nova realidade histórica.

* * *

No campo substantivo, suas críticas dizem respeito a três pontos: a natureza do capital e o conceito de propriedade, o caráter da concorrência capitalista e o conceito de excedente. O primeiro dos problemas é obviamente o mais importante e será analisado inicialmente.

Em meu trabalho, sustento que o capital, ou seja, a relação de produção capitalista, pode ser definida como a propriedade privada dos meios de produção pela burguesia. Esta é obviamente uma definição parcial, mas aponta alguns elementos essenciais do capital. Quando Marx fala em capital variável e em capital constante, ou quando se refere a capital-dinheiro e a capital-mercadoria, pode-se imaginar que ele esteja dando ao capital um caráter material. Na verdade, o capital, aliás como a própria mercadoria, é para ele sempre um processo e uma relação de produção. Em suas próprias palavras: "o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas". [3] Ora, no modo estatal de produção, a propriedade privada dos meios de produção desaparece. Desaparece, portanto, o próprio capital. Restam obviamente os meios de produção. Sua apropriação, entretanto, ao invés de ser privada, é coletiva e tem sempre como intermediária a organização burocrática estatal. Os tecnoburocratas são coletivamente proprietários do Estado que, por sua vez, controla ou é proprietário dos meios de produção. Nenhum tecnoburocrata pode afirmar que é, individualmente, proprietário da organização burocrática estatal ou das organizações menores, nem pode afirmar que possui uma percentagem determinada dessa organização. Por isso, a natureza da relação de produção tecnoburocrática ou organizacional é intrinsecamente diversa da capitalista. Enquanto no capitalismo há o capital, no estatismo há a "organização", nome que sugiro para a relação de produção tecnoburocrática. Enquanto no capitalismo o burguês busca sempre acumular capital, o tecnoburocrata procura sempre expandir, e a apropriação privada do excedente se realiza através do mecanismo de mais-valia, no modo estatal ela se realiza através da obtenção de ordenados diretos e indiretos cada vez maiores, tanto mais elevados quanto mais se expandir a organização burocrática. Enquanto no capitalismo a mais-valia se distribui entre os capitalistas de acordo com o capital de que cada um é proprietário, no estatismo os ordenados são definidos em função da posição do tecnoburocrata na hierarquia organizacional. Enquanto no capitalismo a mais-valia

[3] Marx, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, Livro I, p. 885.

é fonte não apenas de consumo de luxo, mas também de acumulação de capital, a acumulação de meios de produção no modo estatal é realizada pelo próprio Estado, que retira da produção corrente uma parcela em forma de "lucro" ou de "poupança" estatal; os ordenados são utilizados pelos tecnoburocratas apenas para consumo.

Lima e Belluzzo, embora adotando o conceito de capital como relação de produção, consideram a definição de capital por mim adotada restritiva, imaginando poder existir capital sem que haja a propriedade privada dos meios de produção. Na verdade, não chegam em nenhum momento a afirmar textualmente que o capital não é necessariamente um tipo de apropriação "privada", preferindo insistir no óbvio caráter "social" do capital e em negar o caráter "individual" desse capital. Para isto, trazem ao texto extensas citações de Marx, em que este fala do surgimento das sociedades por ações.

> O capital que, por sua natureza, assenta sobre o modo social de produção e supõe a concentração social de meios de produção e de forças de trabalho, assume então diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em oposição ao capital privado, e as empresas passam a ser sociais em contraste com as empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção. [4]

Ora, há aqui uma enorme confusão. Lima e Belluzzo confundem propriedade individual com propriedade privada (ou "particular", na tradução espanhola citada pelos dois críticos) utilizando para isto um texto de Marx em que ele usou imprecisamente a expressão propriedade privada. A sociedade por ações elimina a propriedade privada individual, o controle efetivo e direto do patrão sobre seus trabalhadores e meios de produção, forma a relação capitalista impessoal. Mas a propriedade privada do capitalista sobre uma quota-parte do capital continua a existir, e seus direitos à divisão dos lucros obtidos permanecem intocados. Trata-se, pois, de uma propriedade privada associativa. Já no modo estatal de produção, a propriedade da organização deixa de ser privada, muda de natureza, passa a ser coletiva para os tecnoburocratas. E os tecnoburocratas serão mais ou menos proprietários na medida em que tenham maior ou menor poder, na medida em que se situem em nível mais elevado ou mais baixo da

[4] *Idem*, Livro III, p. 505.

hierarquia organizacional. Entretanto, se a propriedade tecnoburocrática pode ser chamada de coletiva, porque é a classe dos tecnoburocratas que, através do controle do Estado, a assume, não se podendo dizer qual é a quota-parte de cada tecnoburocrata, isto não quer dizer que ela seja comum ou geral. A propriedade comum, de todo o povo, é a propriedade socialista.

A sociedade por ações, portanto, é ainda uma instituição estritamente capitalista, enquanto a organização produtiva estatal, na qual desapareceram os acionistas, restando apenas os tecnoburocratas, deixou de ser capitalista. Mas, para Marx, mesmo as sociedades por ações, em que houve a "transformação do capitalista ativo em mero dirigente, administrador do capital alheio", [5] já são formas de transição para um novo modo de produção. Embora no tempo de Marx seja ainda um capitalista ativo que dirija a sociedade anônima, "este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória (...)". [6] E depois de referir-se às cooperativas de trabalhadores, conclui:

> tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores, devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva. [7]

Nestes termos, se a sociedade por ações já é uma forma de transição, se nela o modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que chega ao seu auge, contraditoriamente começa a desaparecer ou a desfigurar-se, é óbvio que nas formas de produção tecnoburocráticas, em que os capitalistas desapareceram, devemos tratar de definir as novas relações de produção emergentes e, por conseguinte, as novas relações de propriedade.

A incompreensão do conceito de propriedade, entretanto, leva Belluzzo e Lima a afirmarem que insisto "em definir as relações de produção capitalista pela propriedade jurídica e não sobre a forma de apropriação do *capital* sobre o trabalho coletivo, que se instaura definitivamente apenas com a instalação da grande indústria". [8] Os dois críticos não desconhecem o conceito de propriedade em Marx, mas, ao insistirem em confundir no meu trabalho o conceito de propriedade com seu aspecto jurídico, reve-

[5] *Idem, ibidem.*
[6] *Idem, ibidem.*
[7] *Idem*, p. 509.
[8] Lima e Belluzzo, *op. cit.*, p. 107.

lam que na realidade, quando se colocam a examinar um problema concreto, os conceitos não estão perfeitamente claros para eles. A propriedade, para Marx, é sempre uma relação social entre indivíduos e condições naturais de trabalho. Há um aspecto jurídico na propriedade que levou Marx, no prefácio de *Contribuição à crítica de Economia Política* a afirmar, de passagem, que as relações de propriedade não são mais do que a expressão jurídica das relações de produção. [9] Provavelmente, baseados no célebre prefácio de Marx, Lima e Belluzzo, embora reconhecendo o caráter mais amplo do conceito de propriedade, acabam sempre falando em propriedade jurídica, para sugerir que eu esteja confundindo relação de produção com seu aspecto jurídico. Ora, existe aí uma evidente imprecisão em relação ao conceito de propriedade de Marx. E já que estamos utilizando um instrumental teórico marxista para compreender um fenômeno novo na história — o modo de produção estatal — devemos tratar de nos pôr em acordo sobre esse instrumento teórico.

Marx definiu propriedade especialmente em seu trabalho sobre as formações pré-capitalistas. Nesse texto fundamental, Marx é muito claro ao conceituar propriedade como uma relação social de produção real através da qual os homens tomam posse dos bens materiais, e não como um simples aspecto jurídico da relação de produção. Em suas palavras: "propriedade, portanto, não significa originariamente outra coisa senão o comportamento do homem com suas condições naturais de produção como sendo condições pertencentes a ele, suas, pressupostas juntamente com sua própria existência". [10] Para Marx, portanto, e ao contrário do que acontece no sistema jurídico moderno, propriedade não se distingue de posse. Propriedade não é o aspecto jurídico, formal, da apropriação, enquanto a posse corresponderia à apropriação de fato. Propriedade é a própria relação de produção, quando se quer dar ênfase, na relação de produção, à apropriação dos bens materiais. Ou, em outras palavras, a propriedade é o elemento essencial e real das relações de produção, na medida em que define socialmente a apropriação dos meios de produção.

Por isso, da mesma forma que Marx afirma que para cada modo de produção existe uma respectiva relação de produção, existe também uma

[9] Marx, Karl. *Contribución a la crítica de la Economía Política.* Buenos Aires, Editions Estudio, 1970. p. 9.
[10] Marx, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de Economía Política (Borrador) 1857-1858.* Buenos Aires, Siglo Veinteuno Argentina Editores, 1971. p. 452.

correspondente forma de propriedade. A propriedade possui uma forma comunitária primitiva, ou asiática, ou eslava, ou germânica, ou antiga, ou feudal, ou capitalista, dependendo do caráter das relações de produção.

Não há nenhuma "nominação" nessa forma de compreender a propriedade e relacioná-la com as respectivas relações de produção, mas a simples verificação da interdependência entre os conceitos de modo de produção, relação de produção e propriedade. Não é por acaso que Marx, nas *Formas que precedem a produção capitalista*, utiliza sistematicamente o conceito de propriedade para identificar os diversos modos de produção. Praticamente repetindo sua definição de propriedade, afirma ele: "propriedade significa, portanto, originalmente — tanto em sua forma asiática, quanto eslava, antiga, germânica — o comportamento do sujeito que trabalha (produtor) (o que se reproduz), com as condições de sua produção ou reprodução como algo de seu". [11] Não podem estar mais claros do que nesse texto, de um lado o caráter de apropriação efetiva da propriedade, e não seu mero caráter jurídico, e de outro a importância crucial do conceito de propriedade para definir os modos de produção.

A propriedade capitalista, nestes termos, é o próprio capital, entendido este como relação de produção; é a apropriação privada, pela burguesia, dos meios de produção. Não há aí nenhuma definição das relações de produção capitalistas pela "propriedade jurídica", como pretendem Lima e Belluzzo a partir de um conceito restritivo de propriedade. A apropriação do capital sobre o trabalho coletivo, que de fato caracteriza as relações capitalistas de produção, só se configura a partir do momento em que o capital se constitui como tal, ou seja, a partir do momento em que o capitalista assume a propriedade privada dos meios de produção. Nesse momento e concomitantemente, surgem o trabalho assalariado e o trabalhador coletivo na grande indústria, definindo-se então, plenamente, as relações de produção capitalistas. Propriedade privada capitalista, mercado e generalização da mercadoria, trabalho assalariado, mais-valia, trabalhador coletivo, grande indústria, são aspectos interdependentes que, globalmente, irão integrar as relações de produção capitalistas, irão configurar o capital. Em contrapartida, propriedade coletiva tecnoburocrática, planejamento estatal e administração, remuneração dos trabalhadores definida politicamente, ordenados e excedente organizacional, Estado e grandes organizações

[11] *Idem*, p. 456.

burocráticas produtivas que fazem parte do Estado, são também aspectos interdependentes que, globalmente, irão integrar a relação tecnoburocrática ou estatal de produção, irão configurar a organização.

Mas a crítica de Lima e Belluzzo sobre esse ponto tem um outro aspecto. Como confirmei em certa parte de meu trabalho original que "o controle da organização não é realizado individualmente como no capitalismo", concluem que "o autor, ao falar do capitalismo clássico, está se referindo ao que Marx considerava uma forma não especificamente capitalista de produção, consubstanciada na cooperação simples". [12] Ora, em meu texto original identifico a Inglaterra de meados do século XIX como o exemplo de formação social em que o modo de produção capitalista se encontra de forma quase pura. E utilizo essa formação social para conceituar historicamente o modo capitalista de produção. Nesse contexto, sugerir que eu esteja identificando capitalismo com cooperação simples é realmente surpreendente. Todo o capítulo XIII do Livro I de *O Capital*, sobre "A Maquinaria e a indústria moderna", é a análise da passagem da manufatura para o modo especificamente capitalista de produção. Não é apenas a generalização do trabalho assalariado, mas também a implantação de um sistema de máquina e de uma produção mecanizada integrada que vai marcar a emergência do capitalismo. Isto obviamente exige o aumento da escala do capital, estimulando o desenvolvimento das sociedades por ações. O desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento das máquinas-ferramentas e da máquina a vapor vão dar origem à organização produtiva estritamente capitalista: a fábrica, que Marx descreve com tanto vigor no capítulo XIII.

Não devemos, entretanto, confundir essa fábrica do capitalismo clássico com as grandes organizações produtivas multidivisionais e multinacionais que caracterizam o capitalismo moderno. Enquanto a fábrica de Ure, de Fourier e do próprio Marx é o capitalismo no seu estado puro, é a "indústria moderna", estas imensas organizações multinacionais e multidivisionais, controlando financeira e administrativamente um número enorme de fábricas, dos mais diversos tipos, nos mais distantes locais, são manifestações de uma formação social mista, em que o capitalismo é dominante, mas o modo tecnoburocrático, emergente. Segundo Marx, a submis-

[12] Lima e Belluzzo, *op. cit.*, p. 106.

são real do trabalho ao capital e a obtenção de mais-valia relativa só se verifica quando a produção capitalista ganha um mínimo de escala. Nesse momento, surge o modo de produção especificamente capitalista. Sem dúvida, afirma ainda Marx que "o capitalista deve ser proprietário ou detentor dos meios de produção a uma escala social". [13] Mas é óbvio que a escala social a que Marx se refere é a fábrica, não a das grandes organizações do capitalismo monopolista de Estado ou capitalismo tecnoburocrático dos nossos dias.

Na verdade, esta surpreendente sugestão de que eu estaria confundindo o sistema de cooperação simples (um sistema anterior ao da manufatura, onde a divisão do trabalho já é desenvolvida), com o capitalismo não é gratuita na crítica de Lima e Belluzzo. Utilizando extensamente textos de Marx retirados dos capítulos sobre a grande indústria e do *Capítulo inédito do Capital*, em que Marx fala não apenas da grande indústria, mas também do caráter social da produção capitalista, do trabalhador coletivo e da submissão real do trabalho ao capital como fenômenos interligados, o que eles realmente pretendem é afirmar que o capitalismo monopolista de Estado seria uma formação social em que o capitalismo estaria próximo de sua forma pura, definida por Marx. Ora, neste ponto nossa divergência é clara. O capitalismo monopolista de Estado é ainda uma formação social dominantemente capitalista, mas seus traços tecnoburocráticos já são fortes.

Para substanciar sua posição, Lima e Belluzzo trazem à discussão textos de Marx em que ele estava especificamente interessado em discutir, a partir da análise histórica dos séculos XVII e XVIII, a transição da manufatura e de formas de submissão apenas formal do trabalho ao capital, para o modo de produção especificamente capitalista, em que a submissão do trabalho ao capital se torna real. Ora, não há dúvida de que Marx afirma que a produção capitalista deve ser realizada em uma "escala social" para de fato ser capitalista. Mas em seguida esclarece o que está pensando por escala social ao afirmar que, então, "o valor (dos meios de produção) não tem mais qualquer proporção com o que pode produzir o indivíduo ou sua família". [14] A produção capitalista em grande escala, a maquinaria moderna, que caracterizam o capitalismo, portanto, vão se

[13] Marx, Karl. *Un Chapitre inédit du Capital*. La Collection 10/18. Paris, Union Générale d'Editions, 1971. p. 219.
[14] *Ibidem*.

consubstanciar na fábrica do século XIX. Nesta fábrica, o trabalho submete-se de forma real e não apenas formal ao capital, na medida em que o sistemático desenvolvimento das forças produtivas irá permitir que o capitalista realize não apenas mais-valia absoluta, mas também mais-valia relativa. Assim, no momento em que a incorporação de progresso técnico se torna sistemática, verifica-se a submissão real do trabalho ao capital, passando este a realizar mais-valia relativa em benefício do capitalista. E Marx, então, esclarece o que entende como a produção em escala associada à submissão real do trabalho ao capital. Simplesmente o capitalista precisa de um mínimo de capital que lhe permita não mais ser ele próprio um trabalhador direto. Caso não seja atingido esse mínimo, teremos

> "a rigor uma relação capitalista puramente nominal, já que o capitalista não empregaria suficiente número de operários para que a mais-valia produzida assegure uma receita capaz de fazer frente ao seu consumo privado e ao seu fundo de acumulação, de maneira a dispensá-lo de um trabalho imediato e lhe permitir aparecer como simples capitalista, supervisionando e dirigindo o processo, funcionário dotado de vontade e de consciência, do capital engajado em seu processo de autovalorização. Esta ampliação da escala produtiva constitui a base real sobre a qual o modo de produção especificamente capitalista se desenvolve, desde o momento em que ele encontra condições históricas favoráveis, por exemplo no século XIV (...)" [15].

Creio não serem necessárias mais citações para esclarecer o problema. A produção em larga escala que define o modo de produção especificamente capitalista obviamente não é a grande empresa capitalista-tecnoburocrática de hoje. É a fábrica do século XIX, que já encontra seus antecedentes, segundo Marx, no próprio século XIV. É a unidade produtiva dotada de maquinaria moderna e empregando trabalhadores assalariados, na qual o capitalista, que dirige e supervisiona diretamente seus operários, não precisa ele próprio ser operário.

Tudo isto é bastante claro, óbvio mesmo. O que é muito menos óbvio é o caráter das grandes empresas multidivisionais modernas, em que os acionistas deixaram de ter poder efetivo sobre a empresa, transformando-se em uma espécie de credores. Não temos um sistema puramente capitalista, como o descrito por Marx, nem um sistema puramente estatal, como o vigente hoje na União Soviética. A empresa ainda é capitalista porque

[15] *Idem*, p. 197.

paga dividendos a seus acionistas, porque extrai mais-valia dos trabalhadores em moldes capitalistas, porque opera em um mercado em que as regras do jogo ainda são basicamente capitalistas, apesar da sua oligopolização e da crescente intervenção do Estado. Por outro lado, essa empresa já é tecnoburocrática na medida em que um grupo de tecnoburocratas vai assumindo sua propriedade efetiva, na medida em que ordenados se transformam em uma forma por excelência de apropriação privada do excedente. Estas relações de produção já são fortemente, mas não exclusivamente, tecnoburocráticas, porque, dada a existência ainda de um setor "privado" na sociedade, o Estado não se tornou ainda a única organização burocrática, que abrange todas as demais, como já ocorre na União Soviética. Mas para o estudo dessas grandes organizações empresariais desconfio que a distinção entre cooperação simples, manufatura e fábrica capitalista, embora importante como pressuposto, pouca serventia terá. Devemos desenvolver novos instrumentos teóricos capazes de dar conta dos novos fenômenos históricos.

* * *

Ainda em relação ao problema do capital, Lima e Belluzzo dirigem-me uma crítica segundo a qual o capital poderia ser pensado independentemente dos capitalistas, e portanto, independente da propriedade privada do capital, na medida em que, em seu processo de desenvolvimento, o capital tende a ganhar autonomia em relação aos capitalistas.

Não há dúvida sobre a subordinação dos capitalistas ao capital. Conforme afirma Marx,

> o capitalista só possui um valor perante a história e o direito histórico à existência, enquanto funciona personificando o capital. Sua própria necessidade transitória, nestas condições, está ligada à necessidade transitória do modo capitalista de produção (...). O capitalista é respeitável apenas quando personifica o capital. Nessa função, partilha com o entesourador a paixão da riqueza pela riqueza. Mas, o que neste é mania individual, é naquele uma resultante do mecanismo social. O capitalista é apenas uma das rodas desse mecanismo. [16]

Esse mecanismo é o próprio capital, que, assim, submete o capitalista às suas leis.

[16] Marx, Karl. *O Capital*, *op. cit.*, livro I, p. 688.

Mas é óbvio que dessa subordinação do capitalista ao capital não se depreende que a existência da propriedade privada do capital seja desnecessária para definir a relação de produção capitalista ou que possamos ter um capitalismo sem capitalistas. Aqui é preciso não pensar linearmente. Segundo um pensamento desse tipo, se é necessária a existência da propriedade privada dos meios de produção para existir capital, o capital estaria subordinado ao capitalista. Ora, um pensamento dialético leva à conclusão oposta. De fato, são os capitalistas que criam o capital, ao separarem trabalhadores dos seus meios de produção, ao se apropriarem desses meios de produção em escala agora mecanizada, ao generalizarem a produção de mercadorias. Mas o capital também cria os capitalistas, porque, como não há capital sem capitalistas, também não há capitalistas sem capital. Uma vez criado, entretanto, o capital transforma-se em uma força contraditória, ganha autonomia em relação aos seus criadores, impõe suas próprias regras, possui sua lógica própria. Na medida em que o capital é uma relação de produção, ele só existe enquanto existirem seus proprietários, que são ao mesmo tempo seus senhores e seus servos. O capitalista torna-se uma roda do grande mecanismo capitalista de produção de mercadorias, submete-se às leis da competição capitalista.

Não há dúvida de que Marx já se referia ao fato de que os capitalistas em seu tempo estavam se tornando supérfluos no processo produtivo. Referindo-se às sociedades por ações, nas quais o capitalista deixa de ser um capitalista ativo para ser um capitalista financeiro, afirma Marx: "o simples dirigente não possui capital a título algum, nem por empréstimo, nem por qualquer outro motivo, exerce todas as funções reais que cabem ao capitalista ativo como tal. Nessas condições fica existindo apenas o funcionário, e o capitalista desaparece do processo de produção como figura supérflua". [17] Mas o fato de se tornar supérfluo no processo produtivo não significa em absoluto que ele seja supérfluo na determinação última das relações de produção. Para que o capital e o capitalismo continuem a existir, é essencial que a pessoa do capitalista, ainda que deslocado para a área financeira, continue a existir.

Na esfera da produção ele é substituído por tecnoburocratas, que, segundo Marx, passam a receber um "salário de direção". São os ordenados na minha terminologia. Estes salários de direção, entretanto, estão

[17] Marx, Karl. *O Capital*, *op. cit.*, Livro 3, p. 446.

dissociados dos lucros. São pagos pelos capitalistas aos dirigentes. Nas palavras de Marx: "o salário de direção, tanto para o gerente mercantil, quanto para o industrial, aparece totalmente divorciado do lucro de empresário nas fábricas cooperativas e nas empresas capitalistas por ações. A separação entre o salário de direção e o lucro do empresário, fortuita nos demais casos, é aí constante". [18] Não é, portanto, possível falar em capital, ou capitalismo, sem burguesia. Ainda que o capital assuma um caráter abstrato, ainda que possua sua própria lógica, ainda que se transforme em um grande mecanismo dotado de suas próprias leis e condicionamentos, ainda que prescinda do capitalista na direção da produção, a figura do capitalista é essencial.

Supor um capitalismo sem capitalistas é transformar o capital em algo fora da história. É elaborar uma metafísica do capital. É fetichizá-lo a ponto de transformá-lo não em apenas uma coisa concreta (a reificação burguesa), mas em um ser misterioso, abstrato, absoluto. O capital perde, assim, qualquer caráter histórico, deixa de ser uma relação de produção historicamente situada, envolvendo burgueses, proletários e meios de produção, para se transformar em um fetiche. E, se é possível pensar em capital sem capitalistas, também seria possível pensar em capitalismo sem classes ou no qual as classes não sejam um elemento essencial. Em última análise, isto implica eliminar a luta de classes do processo histórico.

Marx, no capítulo I de *O Capital*, denunciou o caráter de fetiche com que os capitalistas revestem a mercadoria e o próprio capital. [19] A mercadoria ganha um caráter misterioso, na medida em que "uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas". [20] Ao pensar um capital sem capitalista, Lima e Belluzzo caminham na mesma direção. O capital deixa de ser uma relação social, já que desapareceram os capitalistas. Não é sequer uma relação entre coisas, como a mercadoria do ponto de vista capitalista. O capital transforma-se em um ser absoluto, misterioso, fantasmagórico. Sai da história, deixa de ser uma relação social historicamente situada, para transformar-se em um *Deus ex-machina* todo poderoso, abstrato e, em última análise, imóvel, como tendem a ser todos os absolutos.

[18] *Idem, ibidem.*
[19] *Idem*, p. 92.
[20] *Idem*, p. 81.

Uma coisa é pensar no capital em termos abstratos. Qualquer conceito, inclusive o de capital, implica uma abstração, um processo de generalização em que os aspectos particulares são abstraídos em benefício da formulação do conhecimento. Outra coisa muito diferente, porém, é dar o salto epistemológico, como fizeram Lima e Belluzzo, e passar de um pensamento em termos abstratos para a visão da própria realidade histórica, que é o capital como um ser abstrato, metafísico. Esta é a solução típica do pensamento idealista e lógico-formal. Nada tem a ver com o materialismo histórico e dialético.

Lima e Belluzzo certamente não endossarão esse tipo de conclusão, mas é preciso reconhecer que a mesma decorre diretamente de sua hipótese implícita de um capitalismo sem capitalistas. Para tentar enquadrar dentro do capitalismo relações de produção que já deixaram de ser puramente capitalistas, são levados a uma metafísica do capital que contradiz os princípios básicos do materialismo histórico. Para que haja capital, é preciso que exista a classe capitalista, da mesma forma que, para que exista organização, ou seja, a relação de produção tecnoburocrática, é preciso que exista uma classe tecnoburocrática. Na medida em que transformamos o capital em algo independente dos capitalistas na medida em que supomos que o capitalista deixa de personificar o capital, mantendo-se o modo capitalista de produção, perdemos contato com a história. [21] No momento em que a tecnoburocracia substitui a burguesia no comando dos meios de produção, a natureza das relações de produção e o caráter das classes muda radicalmente: o capital cede lugar à organização, definindo-se um novo modo de produção. Pretender, nesse momento, identificar a tecnoburocracia com a burguesia, é esvaziar o capital, o capitalismo e a classe capitalista de conteúdo histórico.

* * *

Esta observação nos conduz à segunda crítica de Lima e Belluzzo, a qual, a rigor, é uma conseqüência da primeira. Em minha análise do modo

[21] Um passo adiante no sentido de configurar um capitalismo sem capitalistas foi dado dado Samuel Kilsztajn em sua dissertação de Mestrado, *Capitalismo e personificação do do capital*, Unicamp, 1978, São Paulo, mimeo. Neste trabalho, orientado pelo Prof. Belluzzo, os capitalistas deixam de personificar o capital, que passa agora a ser personificado abstratamente pela tecnoburocracia. Ao invés de se negar a tecnoburocrata passa-se a confundi-la com a burguesia.

de produção estatal afirmo que, nele, a coordenação do sistema econômico e, portanto, a alocação dos recursos produtivos é realizada através do planejamento econômico e não através da concorrência no mercado. Conforme observam muito corretamente os dois críticos, a especificidade do modo de produção capitalista se manifesta pela clara separação então o político e o econômico. Essa separação não existia nos modos pré-capitalistas e volta a não existir no modo estatal, na medida em que a coordenação econômica passa a ser realizada através de decisões administrativas, através de planejamento, ou seja, assumem caráter também político.

Em contrapartida, afirmo que o modo de produção capitalista em sua forma pura é coordenado pelo mercado. Isto significa uma multiplicidade de pequenas e médias empresas que operam em regime de concorrência. Excepcionalmente poderemos ter grandes empresas, desde que operando em regime de concorrência de preços, com plena mobilidade do capital. Os preços vigentes no mercado, independentemente de serem basicamente determinados pelo valor-trabalho, são também, em um segundo momento, determinados pela concorrência, de forma a se assegurar a igualdade da taxa de lucros. A concorrência, portanto, tem um papel fundamental de coordenação do sistema capitalista. E a concorrência será tanto maior quanto maior for o número de empresas operando no mercado.

Lima e Belluzzo não ignoram nem negam o papel fundamental da concorrência capitalista. Pelo contrário, em sua crítica eles afirmam o fato e dão ênfase à circunstância de que se trata, fundamentalmente, de uma competição que tem como conseqüência fundamental e necessária a equalização das taxas de lucros.

Até aí estamos de acordo. Mas em seguida fazem uma distinção entre concorrência de preços e concorrência de capitais para afinal concluírem que a concorrência generalizada entre capitais é tanto mais desenvolvida quanto maiores forem as empresas. Em suas palavras textuais: "assim, são as grandes empresas que levam a competição à sua perfeição e não as pequenas empresas do capitalismo concorrencial clássico". [22] Ora, sabemos que geralmente as grandes empresas, fruto do processo de concentração e centralização do capital, operam em mercados oligopolísticos. A conclusão paradoxal a que chegaríamos, portanto, é a de que, quanto mais oligopolístico for um mercado, mais concorrencial será ele. Confesso-me perplexo diante dessa conclusão necessária.

[22] Lima e Bulluzzo, *op. cit.*, p. 111.

Lima e Belluzzo, entretanto, apresentam argumentos para sua posição. Em primeiro lugar, tendem a estabelecer uma distinção entre concorrência de preços e concorrência de capitais. Ora, a concorrência é sempre de capitais. São sempre os capitais que entram em competição. Mas também é sempre uma competição de preços ou através dos preços. Marx é claríssimo a respeito:

> na taxa de lucro, a concorrência só pode influir se influi nos preços das mercadorias. A concorrência só pode fazer que os produtores no mesmo ramo de produção vendam as mercadorias a preços iguais e que em ramos de produção diferentes vendam as mercadorias a preços que lhes proporcionem o mesmo lucro, o mesmo acréscimo proporcional ao preço da mercadoria já determinado em parte pelo salário. A concorrência só pode, portanto, nivelar as desigualdades na taxa de lucro. E para nivelar taxas de lucro desiguais é mister que o lucro já exista antes como elemento do preço da mercadoria. [23]

Não faz sentido, portanto, a distinção proposta entre concorrência de preços e concorrência de capitais. É claro que também podemos ter uma "concorrência" de marcas, ou de desenhos industriais, ou de qualidade, ou de serviços, mantido acordado o preço. Esta é a estratégia dos oligopólios para evitar o que eles chamam de "guerra de preços", para reduzir a concorrência. Não para aumentá-la.

Em segundo lugar, Lima e Belluzzo pretendem fundamentar sua afirmação de que a concorrência de capitais será tanto maior quanto maiores forem as empresas através da afirmação correta de que a concorrência será tanto maior quanto maior for a mobilidade do capital. Mas, em seguida, concluem que as pequenas e médias empresas não apresentam muita mobilidade do capital, enquanto "as grandes corporações desenvolveram um conjunto de estratégias que lhes permitem a expansão a nível inter-regional e internacional". [24] Estas estratégias, em última análise, são as de descentralização, diversificação, criação de subempresas, constituição de conglomerados. Para desenvolver estas estratégias, as grandes empresas poderiam, a partir de sua administração central burocratizada, alocar recursos, movimentar capitais com muito mais liberdade do que pequenas e médias empresas.

Ora, a mobilidade do capital de pequenas e médias empresas, a rigor, é muito maior do que a das grandes empresas. Apenas ela não é centra-

[23] Marx, Karl. *O Capital*, *op. cit.*, Livro 3, p. 991.
[24] Lima e Belluzzo, *op. cit.*, p. 111.

lizada e decidida burocraticamente. Nem, obviamente, se caracteriza por grandes deslocamentos de massas consideráveis de capital. Isto só é possível quando um sistema centralizado de administração, ao nível do Estado ou de grandes empresas, planeja e toma decisões. Mas seu resultado é a redução da concorrência, é a diminuição do papel do mercado, é a criação de cartéis, conglomerados, onde o planejamento substitui a competição. A verdadeira concorrência das pequenas e médias empresas ocorre no mercado e através dos mecanismos de mercado. Ela ocorre através de uma infindável série de aberturas e fechamentos de empresas, e de pequenas mas incontáveis transferências de capital. Ela ocorre impessoal e automaticamente. Ela não é fruto de decisões administrativas e políticas. Em conseqüência, a concorrência entre pequenas e médias empresas é muito mais profunda e real, inclusive porque a sobrevivência da empresa está em jogo em cada momento, enquanto na concorrência regulamentada entre as grandes empresas a sobrevivência dos concorrentes e de suas cúpulas burocráticas está sempre assegurada. Marx também é muito claro a este respeito. Examinando o processo de concentração e centralização dos capitais, no qual está envolvido um concomitante processo de mobilidade dos capitais, Marx observa que, à medida que os capitais pequenos são expulsos dos setores onde há maiores economias de escala, eles se lançam nos setores nos quais a grande indústria ainda está presente de forma esporádica ou incompleta. "A concorrência acirra-se, então, na razão direta do número e na inversa da magnitude dos capitais que se rivalizam". [25] As grandes empresas monopolistas reduzem o nível de concorrência, ao suprimirem a competição de preços. Por outro lado, ao internalizarem e planejarem organizacionalmente a mobilidade dos recursos disponíveis, elas começam a alterar a natureza da concorrência e do próprio capital.

* * *

Mas por que Lima e Belluzzo se preocupam em discutir tema tão surpreendente? Qual a relação deste problema com a definição de um modo de produção tecnoburocrático? Na verdade, o que interessa aos dois críticos é afirmar que, através dos tempos, o capitalismo só tem se desenvolvido e se tornado mais capitalista ainda. Assim, a grande empresa

[25] Marx, Karl. *op. cit.*, Livro 1, p. 727.

oligopolista, multidivisional e multinacional da segunda metade do século XX seria mais puramente capitalista do que a pequena e média empresa fabril de meados do século XIX, não havendo qualquer caráter burocrático nas mesmas. Em suas palavras:

> Nosso objetivo é mostrar que ocorre exatamente o contrário: o desenvolvimento das grandes corporações leva a um "aperfeiçoamento" das relações capitalistas de produção, e que, ao contrário do que sugere o autor, não há nenhuma tendência para que a burocracia emergente no capitalismo tenha sua culminância em uma burocracia do tipo soviético".[26]

Para sustentar essa tese, Lima e Belluzzo foram obrigados a utilizar duas argumentações extremamente inadequadas que já criticamos: a tese de que a "grande indústria" de Marx poderia ser identificada com as grandes empresas multivisionais de hoje, quando por "grande indústria" Marx refiriria-se apenas ao sistema fabril do capitalismo competitivo, e a tese de que a concorrência aumenta na medida em que aumenta a dimensão das empresas.

Vejamos, entretanto, por um outro ângulo, este problema do aperfeiçoamento do capitalismo. Não há dúvida de que o capitalismo se caracteriza por um processo de concentração e centralização do capital. Não apenas aumentam as economias de dimensão, obrigando as empresas por motivos tecnológicos de redução de custos a aumentar sua escala mínima, mas também vantagens financeiras e políticas favorecem a centralização do capital. Nestes termos, ao concentrar-se e centralizar-se o capital, o capitalista está defendendo e, se possível, procurando aumentar sua taxa de lucros. Está, portanto, "fortalecendo" o capital. Estaria, em conseqüência, também "aperfeiçoando as relações capitalistas"? De forma alguma. Só um pensamento linear leva a essa conclusão. Se pensarmos em termos dialéticos, ou simplesmente se nos lembrarmos da história do aprendiz de feiticeiro, a conclusão será inteiramente outra. Ao procurar fortalecer o capital o capitalista lança as sementes de sua própria destruição. Ao procurar aumentar a dimensão do seu capital, o capitalista é levado a contratar dirigentes profissionais, que, no princípio, são meros assessores, depois se tornam delegados, em seguida associados e afinal assumem o controle da empresa. Ao procurar reduzir a concorrência, através da

[26] Lima e Belluzzo, *op. cit.*, p. 101.

oligopolização e do cartel, o capitalista acaba primeiro necessitando e depois sendo-lhe imposta a regulamentação estatal. Ao se apoiar no Estado para maximizar sua própria acumulação de capital, o capitalista é obrigado a concordar que o Estado assuma novas funções e amplie fortemente seu grau de intervenção na economia. O Estado deixa de ser meramente repressivo e legitimador no plano político, para, no plano econômico, tornar-se regulador e produtor. Em todos esses casos a organização burocrática, os tecnoburocratas e o Estado são funcionais para a acumulação capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituem-se nas bases da destruição do próprio sistema capitalista. Graças à transformação do Estado Liberal em Estado Regulador e em Estado Produtor, o capitalista reduz a gravidade dos ciclos econômicos e vialibiza uma maior acumulação privada de capital, mas ao mesmo tempo é obrigado a conviver com um Estado cada vez mais poderoso, que não só abriga uma enorme e bem preparada tecnoburocracia estatal, mas que também domina de forma crescente a acumulação de meios de produção e a incorporação de progresso técnico. A lição do aprendiz de feiticeiro, portanto, é clara. É uma lição dialética embora simples. Ao procurar se fortalecer, a burguesia cria instituições e faz associações que acabarão por destruí-la ou transformá-la. Como a aristocracia se associou à burguesia para fortalecer-se e acabou sendo por ela dominada, agora a burguesia se associa com a tecnoburocracia também para se fortalecer e melhor explorar os trabalhadores, mas da mesma forma tende a ser por ela dominada no futuro.

* * *

Ao invés de falarmos em "aperfeiçoamento do capitalismo" quando este na verdade se desfigura dia a dia, na medida em que se apoia na tecnoburocracia para sobreviver, muito mais importante é tentarmos entender a natureza das grandes empresas monopolistas do capitalismo de estado.

As empresas monopolistas são um misto de empresa capitalista e de empresa estatal. Internamente elas assumem cada vez mais forma tecnoburocrática. A lógica da organização ganha força. Mas externamente elas operam em um mercado ainda basicamente capitalista, ainda que oligopolizado. Por outro lado, embora os acionistas, em uma parcela majoritária dessas grandes empresas, já se tenham transformado em capitalistas inativos, financeiros, eles continuam a existir e a exigir sua parcela dos lucros. A tecnoburocracia emergente nessas grandes empresas é assim obri-

gada a conviver e a associar-se com os capitalistas, que na sociedade como um todo ainda conservam grande soma de poder. E ela deve então obedecer a duas lógicas: à lógica do capital e à lógica da organização. A lógica do capital leva-a a maximizar lucros e acumulação, a lógica da organização leva-a a maximizar ordenados e expansão. Não há conflito entre acumulação de capital e expansão da organização, mas há ou pode haver conflito entre lucros e ordenados. Há conflito, porque mantido constante o volume total de excedente apropriado, quanto maiores os ordenados menores os lucros. Não é necessário esse conflito porque, quanto maior o volume desse excedente, maiores poderão ser lucros e ordenados. Em qualquer hipótese, é óbvio que as relações de produção tecnoburocráticas ou organizacionais já estão firmemente inseridas nas grandes empresas monopolistas.

A lógica do capital obriga o capitalista a reinvestir seus lucros, depois de reservada uma parcela para o consumo. A acumulação não é uma questão de escolha para o capitalista, mas uma questão de sobrevivência. Ao acumular capital, o burguês não só aumenta sua capacidade de gerar mais-valia, mas também mantém-se em dia com o progresso técnico. No momento em que ele parar de acumular seu aparelho de produção tenderá a se tornar tecnologicamente obsoleto, dado o contínuo progresso técnico, e a concorrência se encarregará de eliminá-lo do mercado. Mas a lógica da organização também obriga o tecnoburocrata a reinvestir o lucro organizacional. Se o capitalista acumula capital, o tecnoburocrata acumula meios de produção e expande a organização. Nessa atividade ela não obedece ao imperativo da acumulação de capital e do lucro, mas ao imperativo do desenvolvimento e do aumento da produtividade. Só aumentando a eficiência e a racionalidade do sistema econômico que o tecnoburocrático pode não só se auto-legitimar, mas também expandir a organização e criar postos burocráticos. A expansão da organização não é uma questão de escolha, mas de sobrevivência. Através da expansão, o tecnoburocrata aumenta a organização, aumenta os postos burocráticos, multiplica os "bureaux", amplia a estrutura burocrática de poder e as possibilidades de apropriação privada de ordenados. Por outro lado, expandindo a organização, reinvestindo lucros organizacionais, o tecnoburocrata também se mantém em dia com o progresso técnico.

Ora, isto é essencial para o tecnoburocrata de uma sociedade estatal, em que o modo de produção tecnoburocrático já se tornou dominante, não em virtude da concorrência e da ameaça de ser expulso do mercado,

como acontece para o capitalista, mas porque a eficiência, a maximização da produtividade é a razão de ser e a fonte exclusiva de legitimidade do tecnoburocrata. Ainda que nem sempre sejam eficientes, há um pressuposto de eficiência nos tecnoburocratas. E, verificada a ineficiência, há sempre uma ameaça de rebaixamento do tecnoburocrata. Nem sempre é fácil medir essa ineficiência. Especialmente no seio de cada organização individual é difícil distinguir os capazes dos incapazes. Mas a comparação entre os resultados de organizações semelhantes permite que essa avaliação seja realizada. Estabelece-se, assim, uma concorrência, não de capitais e preços, mas de organizações e eficiência. Já nas sociedades capitalistas de estado, o tecnoburocrata deve atender às duas lógicas: à do capital e a da organização.

* * *

A natureza das grandes empresas monopolistas, multinacionais e multivisionais, deste final do século XX só pode ser compreendida nos quadros desta formação social mista que é o do capitalismo monopolista de Estado. Estamos diante de mais uma etapa do desenvolvimento capitalista. Possivelmente sua última etapa. Tivemos, como primeira etapa, o capitalismo mercantil e a manufatura, que corresponde à transição do feudalismo para o capitalismo. O mercantilismo é claramente uma formação social mista: feudal e capitalista. De fins do século XVIII até fins do século XIX, tomando-se como base a Inglaterra, temos o capitalismo industrial ou o capitalismo competitivo. É o momento do capitalismo clássico, em que a formação social tem como modo de produção absolutamente dominante o capitalista. Em seguida, define-se a etapa do capitalismo financeiro ou capitalismo monopolista, que, no plano externo, corresponde ao imperialismo. Surgem as grandes empresas burocráticas mas a atuação do Estado na economia é ainda pequena. Os primeiros traços do modo tecnoburocrático de produção começam então a aparecer, embora timidamente. Com a grande depressão dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial termina essa etapa, surgindo em seu lugar o capitalismo monopolista de Estado, quando crescem de forma extraordinária as grandes organizações burocráticas multidivisionais e multinacionais, ao mesmo tempo em que desaparece o Estado Liberal, que dá lugar ao imenso Estado Regulador do presente. Em todo o processo, o desenvolvimento das forças produtivas, a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico são uma constante, evoluindo através de ciclos de expansão e de retração.

Dentro dessa perspectiva histórica, o capitalismo monopolista de Estado, que também poderíamos chamar de capitalismo tecnoburocrático, é uma etapa de transição para um novo modo de produção. Nessa etapa, o sistema econômico continua a se desenvolver, mas o capitalismo já está em declínio. O capitalismo que Marx conheceu e analisou de forma cientificamente revolucionária em meados do século passado, desfigura-se dia a dia, à medida que se burocratiza. A burguesia, ao se esforçar por conservar o sistema capitalista, é obrigada a transformá-lo, seja devido à pressão do próprio desenvolvimento das forças produtivas, seja devido à luta de classes representada pela pressão dos trabalhadores organizados. A complexidade crescente das tarefas administrativas e técnicas, somada à necessidade de controle social por parte da burguesia, leva a um crescimento extraordinário da burocracia, que, ao ganhar massa crítica, se transforma em nova classe social. As relações de produção tecnoburocráticas, sem importância no capitalismo clássico dada a pequena expressividade numérica da burocracia de então, transformam-se em um dado decisivo da história no século XX.

Isto, entretanto, não significa que haja uma única e simples linha de passagem de capitalismo monopolista de Estado para uma formação social do tipo soviético. Neste, o modo tecnoburocrático de produção já é plenamente dominante, naquela é emergente. Mas não podemos daí inferir, através de um ingênuo economicismo, que a história do capitalismo caminha necessariamente para o modelo estatal soviético.

O que é essencial, compreender, entretanto, é que existem nas grandes empresas multidivisionais ou monopolistas elementos comuns com a formação social estatal. Estes elementos configuram as relações tecnoburocráticas de produção. A formação social soviética é constituída por uma imensa organização burocrática estatal, que busca englobar toda a sociedade. As empresas multidivisionais são também imensas organizações burocráticas. Tanto em uma como em outra formação há uma classe de burocratas, ou tecnoburocratas, que coordena a produção e se apropria privadamente dos excedentes através de ordenados diretos e indiretos claramente superiores aos salários dos trabalhadores. Tanto em uma como outra, imperam os regulamentos, as normas impessoais, o formalismo administrativo, a racionalidade de meios coerentes com os fins visados.

Em síntese, no caso das grandes empresas monopolistas, dado seu caráter misto tecnoburocrático e capitalista, a lógica do capital e da organização, da acumulação e da expansão se somam. O gestor profissional

expande a organização e acumula capital. Seu objetivo último é expandir a organização, mas a acumulação de capital, ainda que em benefício dos acionistas, não é conflitante com esse objetivo. O que é conflitante é a distribuição de dividendos, de forma que esta é mantida no mínimo aceitável. O excedente, nas empresas multidivisionais, é constituído pelo lucro e os ordenados. O lucro, por sua vez, é dividido entre dividendos e acumulação. Como o capitalista procura maximizar o lucro, o tecnoburocrata procura maximizar a longo prazo a expansão da organização. A maximização a longo prazo dos lucros será a principal (mas não a única) estratégia para a maximização da expansão. Para maximizar a expansão a maximização de taxas de lucros a longo prazo é um meio adequado, desde que a maior parte dos lucros possam ser reinvestidos. Mas há outros meios de expandir a organização — especialmente as fusões e incorporações. E estas, muitas vezes, são realizadas com prejuízo da taxa de lucro, já que o lucro adicional pode ser menor que o capital adicional. Mas o importante é que o volume de excedente apropriado pela organização e sua capacidade de reinversão em meios de produção aumentam, permitindo a contínua expansão da organização.

A própria natureza do excedente, nas grandes empresas burocrático-capitalistas multidivisionais, entretanto, é mista. Não se trata simplesmente de mais-valia, na forma clássica analisada por Marx, porque agora o excedente tem um caráter também misto de mais-valia e de excedente organizacional. A mais-valia pressupõe um mercado competitivo e as mercadorias sendo vendidas de acordo com seus respectivos valores, devidamente transformados em preços de produção. É o valor, quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário, que determina em última instância o preço. Mas o preço só pode girar em torno do valor, e a taxa de lucro só pode equalizar-se devido à concorrência. Caso contrário, seria possível administrar preços, estabelecer preços políticos, acima ou abaixo de seu valor, independentemente da equalização das taxas de lucro. E nesse caso, o excedente obtido deixaria de ser a mais-valia propriamente dita.

Ora, no modo tecnoburocrático de produção em sua forma pura, na medida em que a concorrência é substituída pelo planejamento, pela administração, os preços deixam de corresponder ao valor dos bens. Passam a ser preços políticos. E o excedente deixa de ser mais-valia para se transformar em excedente organizacional, subdividido em ordenados e lucros estatais ou organizacionais.

Já nas grandes empresas burocrático-capitalistas, como são produto de uma formação social mista, também o excedente extraído tem esse caráter. Na medida em que elas operam no mercado, pagam aos trabalhadores o valor de sua força de trabalho em forma de salários, e recebem um preço em torno do valor da mercadoria, realizam mais-valia. Entretanto, de um lado, essas empresas se estruturam em cartéis e administram preços, e de outro lado, para muitas, o principal comprador, o mercado portanto, é o próprio Estado. Define-se assim, em cada empresa, em cada setor, um grau de monopólio ou um grau de monopsônio. Em conseqüência, o preço descola-se do valor além do necessário pela lei da transformação, pela necessidade de equalizar taxas de lucros. Os lucros deixam de girar em torno da mesma taxa, e o excedente realizado transforma-se agora em um misto de mais-valia e excedente organizacional. Isto significa que o excedente apropriado pelo monopólio ou pelo oligopólio, ainda que basicamente capitalista, já tem um traço claramente tecnoburocrático ou organizacional. Do ponto de vista do trabalhador, o excedente continua trabalho não pago, como em qualquer modo de produção. Mas sua natureza é ao mesmo tempo capitalista e organizacional.

Não compreender este fato é não compreender a própria natureza do capitalismo, baseado na generalização da mercadoria e na apropriação de mais-valia no mercado, o qual é intrinsecamente distinto do modo tecnoburocrático, fundamentado no planejamento e na apropriação do excedente organizacional de forma política. Lima e Belluzzo reconhecem que "a especificidade do modo de produção capitalista se manifesta por uma clara separação entre o político e o econômico",[27] que não existia nos modos pré-capitalistas. Mas não percebem que esta separação desaparece no modo estatal de produção, quando a coordenação do sistema econômico, a alocação dos recursos, os preços, a divisão da renda entre lucros organizacionais, ordenados e remuneração dos trabalhadores passam a ser o resultado de administração ou planejamento, tornam-se o objeto de decisões políticas, de decisões que envolvem diretamente o poder relativo de tecnoburocratas e trabalhadores. No capitalismo, as relações de poder, as relações políticas também estão presentes, mas de forma indireta, mediadas pelo mercado. No estatismo, o poder político volta a aparecer diretamente, ainda que revestido do manto da administração e do planejamento.

[27] *Idem*, p. 102.

Nas empresas multidivisionais e multinacionais, mercado e política se misturam. O caráter para-estatal das empresas multinacionais, sua capacidade já tão extensamente analisada de sobrepor-se ou pelo menos de competir com os Estados nacionais, é uma indicação desse caráter misto. Mercado e plano, economia e política se entrecruzam, produzindo essa formação social intermediária que é o capitalismo monopolista de Estado, ao mesmo tempo em que o excedente se realiza como mais-valia e como excedente organizacional e se divide entre lucros retidos, dividendos e ordenados.

* * *

A terceira crítica ao conglomerado de críticas que dirigem Lima e Belluzzo às "Notas introdutórias" diz respeito ao conceito de excedente. A partir da análise que realizo da relação entre o custo de reprodução da mão-de-obra e os salários, no capitalismo clássico, no capitalismo monopolista de Estado e no estatismo, concluem que considero "o custo de reprodução de mão-de-obra uma variável perfeitamente definida, dada a renda pode-se determinar o valor do excedente como resíduo". [28] Daí inferem que "tal idéia, de origem ricardiana, implica o poder de livre disposição do excedente, por parte daqueles que dele se apropriam". [29]

Não creio que seja necessário discutir aqui aquilo sobre o que estamos de acordo, derivando o aparente desacordo de uma incompreensão do texto. É óbvio o caráter histórico do custo de reprodução da mão-de-obra. Segundo Marx: "a extensão das chamadas necessidades inprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização do país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares". [30] É óbvio também que o capitalista, aliás como o tecnoburocrata, não tem livre disposição do excedente. As lógicas da acumulação e da expansão já foram devidamente mencionadas.

Mais grave, entretanto, porque aí há uma discordância substantiva e metodológica, é a afirmação de que o excedente, no modo capitalista

[28] *Idem*, p. 113.
[29] *Idem, ibidem*.
[30] Marx, Karl. *op. cit.*, Livro 1, p. 191.

de produção, não pode ser tratado como um componente do produto, que se dividiria entre excedente (mais-valia) e salários. Para Lima e Belluzzo,

> em se tratando do modo de produção capitalista, não há como falar em "excedente", a não ser como um conceito resultado, sobre o qual não se pode constituir nenhuma teoria. A inadequada utilização desse conceito é que tem levado muitos autores (Baram e Sweezy, por exemplo) a perpetrarem enganos a respeito do funcionamento da economia capitalista. Como já sugerimos, o engano está enraizado na suposição de que o valor da força de trabalho pode ser determinado independentemente do *processo global* de produção e acumulação de mais-valia.[31]

Antes de mais nada, é necessário assinalar que há aqui uma inversão e uma confusão que atingem nas bases a concepção clássica e marxista sobre o valor da força de trabalho e salário. O valor da força de trabalho é fixo no curto prazo. Modifica-se apenas a longo prazo, em virtude do fato de que "um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho".[32] E modifica-se também quando, em virtude do progresso técnico, se verifica redução do custo de reprodução da mão-de-obra e, portanto, diminui o valor da força de trabalho. O que variam em função da acumulação são os salários, é o preço da força de trabalho, jamais o seu valor. As variações na taxa de acumulação repercutem diretamente na procura de trabalhadores. No período ascendente do ciclo econômico, quando a acumulação se acelera, os salários sobem acima do valor da força de trabalho, e subiriam ainda mais não fosse a existência do elemento amortecedor representado pelo exército industrial de reserva. Em regra, porém, no capitalismo clássico, a taxa de salários deve sempre ficar próxima do valor da força de trabalho. A concorrência, a oferta e a procura, em última análise, acabam apenas por garantir que isto ocorra. Se admitirmos, entretanto, que o valor da força de trabalho é determinado pela acumulação, como afirmam Lima e Belluzzo, estamos sendo vítimas das mistificações baseadas nas aparências que Marx tanto criticou nos economistas burgueses.

Lima e Belluzzo provavelmente não ignoram que são os salários e não o valor do trabalho que são influenciados pela acumulação, mas esta confusão entre salários e valor da força de trabalho não é ocasional. Seu

[31] Lima e Belluzzo, *op. cit.*, p. 114.
[32] Marx, Karl. *op. cit.*, Livro 1, p. 191.

objetivo é chegar à teoria macroeconômica de Kalecki segundo a qual são os investimentos que determinam o total dos lucros e, por decorrência, o total dos salários, dado o grau de monopólio. Depois de ter-nos esclarecido sobre a distinção, segundo Marx, entre cooperação simples, manufatura e indústria, ou sobre a natureza da submissão real do trabalho ao capital, ou sobre o caráter equalizador da taxa de lucro da concorrência, ou sobre a submissão do capitalista às leis do capital, Lima e Belluzzo nos esclarecem agora sobre a macroeconomia de Kalecki. Os capitalistas podem decidir quanto consumir e investir, mas não podem decidir quanto lucrar.[33] A partir da análise macroeconômica fundamental de Kalecki, que de fato é confirmada pelas análises de Keynes e Schumpeter, Lima e Belluzzo concluem que não se pode falar em excedente no sistema capitalista senão ligado ao processo de acumulação.

Ora, ocorre aqui claramente um *non sequitur* no raciocínio. Uma coisa não se segue à outra. Ao examinarmos uma determinada realidade, é preciso que saibamos analisá-la em diversos planos. É preciso pensar em termos dinâmicos e também estruturais. O pensamento dialético parte não apenas do caráter contraditório, mas também do caráter complexo, subdividido em diversos níveis e aspectos, da realidade estudada. No plano da dinâmica macroeconômica, na qual a teoria de Kalecki se insere, não há dúvida de que o excedente capitalista é uma variável dependente da acumulação. Mas antes disto é preciso fazer, como Marx, uma análise estrutural do capitalismo. E neste caso, a prioridade teórica deve ser dada ao problema do valor. O produto, então, é um dado. A taxa de mais-valia, determinada a partir do valor do trabalho, irá determinar a divisão do produto entre salários e mais-valia. Esta não é outra coisa senão o "excedente" ou o "produto excedente", ou o "excedente de trabalho", ou o "trabalho não pago", sobre o qual Marx fala tão extensamente em sua análise estrutural do modo capitalista de produção. Toda a teoria de Marx sobre a mais-valia é impossível sem o conceito prévio de excedente. Em seu capítulo básico sobre a taxa de mais-valia, diz Marx:

> quando o trabalho opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de forças de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem para o capitalista o encanto de uma criação

[33] Cf. Kalecki, *Theory of Economic Dynamics*. Nova York, Monthly Review Press, 1968. cap. 3: "The Determinants of Profits".

> que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho chamo tempo de trabalho excedente ("temps extra") e ao trabalho nele dispendido, trabalho excedente ("surtravail"). [34]

Em um primeiro nível teórico, portanto, o excedente é um componente estrutural. Em todos os modos de produção ele será encontrado. As formas de apropriação e utilização do excedente, entretanto, serão diversas em cada modo de produção. No capitalismo, a forma específica do excedente é a mais-valia.

Em um segundo nível, o excedente deve ser encarado como um momento no processo produtivo. No capitalismo, como uma forma de que se reveste o capital, dentro do fluxo de produção. Nos termos de Marx:

> No fluxo da produção, todo capital originalmente adiantado se torna uma grandeza evanescente, em face do capital diretamente acumulado, isto é, da mais-valia ou do produto excedente que se converte em capital, seja nas mãos de quem produziu a mais-valia ou em mãos alheias. [35]

Finalmente, em um terceiro nível, próprio da dinâmica macro-econômica, o excedente torna-se uma variável dependente da acumulação, com a qual, no segundo nível, ainda se confunde. Caso Lima e Belluzzo pensassem nos três níveis ou, pelo menos, no primeiro e no último, não fariam confusão entre valor da força de trabalho e salário, e compreenderiam a enorme importância para a teoria econômica do conceito de excedente, tão sistematicamente encoberto ou disfarçado sob o título de poupança (correspondente a apenas uma parte do excedente e dotado da conotação ideológica de abstinência de consumo dos capitalistas) pelos economistas ortodoxos.

Vale ainda assinalar, marginalmente, que Lima e Belluzzo pretendem ver uma "flagrante contradição" em minha análise: "como é possível (no modo tecnoburocrático de produção) o salário ser igual ao custo da reprodução da mão-de-obra, se esta não for uma mercadoria?". [36] Ora, basta ler com mais atenção o texto que eles mesmo citaram para verificar que os "salários" (por falta de outra nomenclatura) no modo estatal não

[34] Marx, Karl. *O Capital*, *op. cit.*, Livro 1, p. 242. Entre parênteses, aparecem as expressões correspondentes na edição francesa das Editions Sociales, 1950. Paris.
[35] *Idem*, Livro 1, p. 683.
[36] Lima e Belluzzo, *op. cit.*, p. 114.

são determinados pelo custo de reprodução da mão-de-obra. Este é apenas uma referência básica. Conforme deixo muito claro, a remuneração dos trabalhadores é determinada politicamente. Todos os preços são políticos no modo tecnoburocrático de produção, mas o preço da forma de trabalho é especialmente político. Reflete diretamente a relação de forças entre trabalhadores e tecnoburocratas.

* * *

Se respondi algo extensamente às críticas, isto se deve ao fato de que Lima e Belluzzo trataram de problemas fundamentais, onde, além de alguns mal-entendidos facilmente sanáveis, há discordâncias de profundidade quanto ao conteúdo e quanto ao método de análise. Por outro lado, aproveitei a oportunidade para aprofundar minha análise sobre este fenômeno fundamental de nosso tempo que é a burocracia ou a tecnoburocracia, especialmente naquilo que ela se relaciona com o caráter das grandes empresas multidivisionais e multinacionais.

Espero que este debate com que tanto me honraram os professores Luiz Antonio de O. Lima e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo ajude a esclarecer muitos dos problemas que envolvem a tecnoburocracia e a própria natureza das formações sociais contemporâneas.

Não tenho dúvida, entretanto, que muito ainda será preciso debater. Porque, se o problema da tecnoburocracia é um dos problemas centrais do nosso tempo, é também um dos temas ideologicamente mais conturbados. Aqueles que assinalam e analisam a importância crescente da tecnoburocracia podem fazer com isso a apologia do capitalismo e da tecnoburocracia em conjunto, como o fazem Adolf Berle e a maioria dos ideólogos da grande empresa multidivisional. Ou podem arriscar-se, como é o meu caso, a ver sua análise, ao englobar o autoritarismo soviético, ser utilizada como arma ideológica anti-socialista da burguesia. Por outro lado, aqueles que negam a tecnoburocracia, seja pretendendo mantê-la como mera assessora do capital, seja desenvolvendo uma nova metafísica do capital, arriscam-se a se pôr a serviço da própria tecnoburocracia, já que nada é melhor para uma classe emergente do que ser ocultada. Incorrer em riscos é próprio do trabalho intelectual, mas é sempre fundamental que os tenhamos muito claros para nós mesmos.

O primeiro grande problema dos intelectuais de esquerda, hoje, é desenvolver um instrumental teórico crítico, não apenas do capital e da

burguesia, mas também da organização burocrática, que culmina no Estado, e da tecnoburocracia. Para a liquidação do sistema capitalista e a instauração do socialismo, a tecnoburocracia é uma arma de dois gumes. Sob certos aspectos, pode apressar o processo, sob outros, pode de tal forma deturpá-lo a ponto de uma revolução originalmente socialista, como a soviética, dar origem a uma formação tecnoburocrática. O segundo grande problema é o de desenvolver formas alternativas de organização social, que nos conduzam ao socialismo em um prazo razoavelmente curto sem incorrermos nos riscos da estatização generalizada. Em certos momentos, hoje, temos a impressão de que há apenas duas alternativas de organização da produção nas sociedades industriais modernas: ou o mercado ou o plano, ou a burguesia ou a tecnoburocracia. Na verdade já começam a delinear-se formas efetivamente socialistas, baseadas na descentralização, e na autogestão, em que o Estado mantenha um papel disciplinador, mas o mercado, organizado em termos de competição socialista, também tenha um papel decisivo.

CAPÍTULO XIX

Economia e Administração: Mercado e Poder

NÃO É POR ACASO QUE A Economia e a Administração são geralmente ensinadas em uma mesma escola superior. As duas áreas de conhecimento estão muito próximas, seja porque em um nível mais geral de abstração seu objeto é comum, seja porque a prática profissional a que conduzem é muito semelhante. Entretanto, é possível distinguir com relativa clareza a Economia Política da Ciência da Administração. Em um nível um pouco mais baixo de generalização seus objetos são diversos. Por outro lado o momento histórico em que foram inicialmente desenvolvidas foi diferente. Em conseqüência, independentemente de poderem servir de instrumento de ação sobre a realidade para todas as classes, desempenham historicamente um papel de legitimação ideológica para classes sociais distintas.

A Economia e a Administração têm como objeto comum o estudo da produção, circulação e distribuição de bens econômicos. Ambas são ciências que têm como preocupação fundamental os bens econômicos ou os recursos escassos existentes em uma sociedade. Ambas concentram sua atenção no trabalho como produtor de riqueza, e nas formas pelas quais se coordena o trabalho, se assegura a circulação dos bens produzidos pelo trabalho, e se determina a distribuição desses bens entre trabalhadores diretos, administradores e proprietários dos meios de produção.

Entretanto, a Ciência Econômica ou Economia, que preferimos chamar pelo seu nome original — Economia Política —, tem sempre desses

problemas uma visão global. Ainda que na teoria econômica se distingam uma micro de uma macroeconomia, a preocupação fundamental é sempre analisar a sociedade como um todo. Também para a microeconomia o que interessa é sempre o funcionamento do sistema econômico na sua inteireza. A Economia Política é a ciência que estuda a produção, circulação e distribuição de bens ao nível universal, ao nível de cada Estado nacional e, no máximo, ao nível de cada região. As unidades econômicas individuais — os produtores autônomos, as empresas, os diversos tipos de organização não-lucrativa, o Estado — só interessam enquanto seu comportamento influencia o sistema econômico global.

Já a Administração é a ciência que estuda a produção e a distribuição de bens ao nível de cada unidade econômica organizada de forma burocrática, e a circulação no mercado dos bens produzidos ou demandados em cada organização ou empresa. A Administração, entretanto, aproxima-se de estudar a sociedade como um todo quando seu objetivo é a organização burocrática estatal e esta, no modo tecnoburocrático ou estatal de produção, tende a se confundir com a sociedade.

* * *

A Economia Política define-se historicamente como autônoma no momento em que o Capitalismo Competitivo, já de base industrial, se torna o modo de produção dominante nas formações sociais européias e particularmente na Inglaterra, em seguida à formação dos Estados Nacionais no período mercantilista. Na verdade, a formação dos Estados Nacionais e principalmente a predominância do capital industrial competitivo, a partir da segunda metade do século XVIII, eram duas condições essenciais para o desenvolvimento da Economia Política como ciência. A partir desse momento os sistemas econômicos nacionais, além de possuírem um princípio estrutural básico comum a todos os modos de produção — o valor-trabalho como determinante básico dos preços — passavam a ter um princípio de coordenador fundamental: o mercado, a competição.

De fato, todos os modos de produção têm em comum o fato estrutural segundo o qual só o trabalho produz riqueza. Em conseqüência a quantidade de trabalho incorporada de forma direta ou indireta em cada bem determina basicamente o preço pelo qual estes bens serão trocados. Os bens de produção ou bens de capital são sempre trabalho acumulado. Excedente ou trabalho-excedente são os bens que, devido ao aumento da

produtividade do trabalho, excedem ao consumo necessário dos trabalhadores. É o excedente que poderá ser apropriado pela classe dominante e, em seguida, utilizado em consumo de bens de luxo, ou na construção de templos e palácios, ou na acumulação de bens de produção, ou nas despesas militares. Nos modos de produção anteriores ao capitalismo, a aplicação do excedente em gastos militares é mais importante do que qualquer outra para a classe dominante, porque é a força militar direta, é o potencial de violência dos senhores, que vai garantir sua participação privilegiada na renda. Em termos mais simples, é o poder das armas que assegura a apropriação do excedente pela classe dominante nas formações pré-capitalistas.

Com o capitalismo e com o processo de generalização da mercadoria, ou seja, de transformação de todos os bens, inclusive a própria força de trabalho, em mercadorias para serem vendidas no mercado, o princípio de coordenação do sistema econômico e particularmente de distribuição da renda deixou de ser diretamente o poder das armas, a violência dos senhores ou dos principes, para ser a competição no mercado, a chamada lei da oferta e da procura. Esta lei obviamente não derrogava o princípio estrutural do valor-trabalho a determinar basicamente o preço dos bens, mas o complementava por um princípio de coordenação automático representado pelo mercado competitivo.

Este fato novo irá permitir aos grandes economistas clássicos — a Smith, Quesnay, Ricardo, Say e principalmente a Marx — desvendar a natureza do funcionamento econômico do sistema capitalista.

Mas uma ciência social, como é a Economia Política, não é apenas a formulação sistemática de proposições e leis a respeito de uma determinada realidade objetiva. É também um compromisso com a prática. É também uma forma através da qual o cientista social se insere em sua própria realidade histórica e procura modificá-la. E nesse processo em que a formulação teórica é uma prática teórica, em que teoria e prática estão intrinsecamente associadas no processo do conhecimento científico, é óbvio que os valores pessoais do cientista social, e conseqüentemente seus compromissos de classe, terão um papel fundamental a desempenhar. Não é possível querer modificar o mundo (ou conservá-lo como está) sem referência a um sistema ideológico qualquer.

Nossos economistas clássicos não fugiram à regra. Se seu trabalho é um monumento científico, na medida em que nos permitiu um conhecimento muito mais aprofundado do capitalismo, é também um monumento

ideológico, na medida em que pretendeu legitimar a classe dominante nascente: a burguesia.

E até hoje, por mais que alguns economistas falem em uma "ciência positiva da economia", a teoria econômica continua a ser um instrumento ideológico fundamental da classe dominante. Como instrumento científico é provável, inclusive, que ela tenha perdido um pouco de seu valor, devido às enormes transformações por que passaram os sistemas econômicos nestes dois últimos séculos. A contribuição dos economistas contemporâneos e, principalmente, de Keynes sem dúvida permitiu uma grande atualização da teoria econômica neste século. Mas não parece que tenha sido suficiente para recuperar o valor explicativo da Economia Política na medida em que sua base — o mercado — perdia cada dia importância no mundo moderno.

Como instrumento ideológico a serviço da burguesia, entretanto, a Economia Política continua plenamente atuante. Seus principais postulados são muito claros. A livre iniciativa é o bem fundamental; a concorrência garante automaticamente desenvolvimento, estabilidade e justa distribuição de renda; a liberdade política é função da liberdade econômica; o salário é um pagamento proporcional à produtividade do trabalho, corresponde ao esforço e à capacidade de trabalho de cada indivíduo; os lucros são a remuneração da poupança prévia e do risco; a mobilidade social é a forma meritocrática de se garantir a justiça social; a inflação é o resultado da incompetência do governo; a estatização é um mal em si. São esses, entre outros, os fundamentos ideológicos da burguesia, e têm como base os ensinamentos da Economia Política. Estes fundamentos continuam a ser ensinados em todas as escolas de Economia, estão presentes em todos os livros-textos, transparecem em todos os discursos da burguesia ou de seus representantes.

É claro que com a contribuição de Marx surge uma Economia Política que, partindo dos postulados dos economistas clássicos, irá se transformar em uma análise crítica do sistema capitalista. Apesar da crescente importância dessa crítica, entretanto, é claro que seu alcance é ainda limitado. Em todos os países capitalistas a teoria econômica ortodoxa ou oficial continua a ser absolutamente dominante.

* * *

Já a Administração define-se historicamente como ciência autônoma no fim do século passado, quando o Capitalismo Competitivo dava lugar ao Capitalismo Monopolista e mais tarde ao Capitalismo de Estado. No

Capitalismo Competitivo as unidades produtivas eram pequenas empresas familiares administradas diretamente pelo capitalista. Administrador e proprietário se confundiam. Se ignorarmos a classe aristocrática ou dos senhores, então em decadência, só havia duas classes historicamente significativas: a capitalista e a dos trabalhadores. O advento do Capitalismo Monopolista é marcado pelo surgimento das grandes empresas, primeiramente de caráter centralizado, depois multidivisionais e finalmente multinacionais. Após a depressão dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial o Capitalismo Monopolista nos países centrais transforma-se em um Capitalismo Monopolista de Estado ou simplesmente Capitalismo de Estado, na medida em que o aparelho de Estado se torna um elemento absolutamente essencial como participante direto do processo de acumulação de capital privado. No Capitalismo Competitivo o Estado tinha como função essencial garantir as condições para a acumulação privada. Era o Estado-Polícia ou o Estado Liberal. No Capitalismo de Estado temos o Estado Regulador, responsável pela administração macroeconômica do sistema econômico, e cada vez mais o Estado Produtor, que intervém diretamente no setor produtivo da economia.

Quando as unidades produtivas básicas se transformam em grandes empresas, e quando o Estado assume funções econômicas fundamentais dentro da sociedade, surge a administração como tarefa especializada de importância fundamental ao mesmo tempo em que a velha e reduzida burocracia estatal de caráter legalista, própria do Estado Repressivo, é substituída por uma imensa tecnoburocracia pública e privada mais flexível, menos legalista, orientada mais para a consecução de objetivos do que para o cumprimento de regulamentos.

A administração sempre existira, mas agora ela se torna uma tarefa especializada própria de uma nova classe em emergência — a tecnoburocracia. Isto se torna necessário porque um fato novo de importância fundamental estava ocorrendo na história. A produção deixava de ser realizada ao nível de pequenas e médias empresas familiares próprias do Capitalismo Competitivo, para tornar-se cada vez mais responsabilidade de grandes organizações privadas e mais tarde também públicas. As unidades produtivas continuam a ser chamadas de empresas, como na primeira fase do capitalismo, mas mudam de natureza na medida em que se transformam em organizações burocráticas.

A Ciência da Administração ou Administração, com letra maiúscula, surge nesse momento, no início deste século, quando as organizações

burocráticas assumem o controle da produção, quando a atividade administrativa se transforma em uma tarefa especializada, quando emerge a classe tecnoburocrática, constituída de administradores profissionais, engenheiros, técnicos e funcionários dos mais variados tipos.

Os fundadores da nova ciência são Taylor, Fayol, Mary Parker Follet, Elton Mayo, Cherter Barnard. A ênfase é na administração de empresas, mais do que na administração pública, na medida em que o fato novo historicamente é então o controle da produção pelas empresas burocráticas. O núcleo inicial é constituído pelos estudos de administração da produção, mas logo este núcleo é ampliado com a inclusão da administração contábil-financeira e da administração mercadológica. Mais tarde surgem novas áreas dentro da ciência da Administração, como a teoria das organizações, os métodos quantitativos aplicados à administração, a estratégia empresarial. O núcleo, entretanto, continuará sendo sempre a administração da produção, que inclui, naturalmente, todos os problemas relacionados com recursos humanos.

Entretanto, o processo de transformação da Administração em uma ciência autônoma foi e ainda é mais árduo do que o experimentado pela Economia Política, na medida em que lhe falta o mercado como princípio regulador. A empresa opera dentro de um mercado, o qual, aliás, vai se tornando cada vez menos competitivo em termos de preço. Mas dentro da empresa não existe mercado, não existe um princípio regulador automático ou quase automático que permita a formulação de leis gerais sobre a produção, circulação e distribuição de bens, a partir de uma analogia com as leis naturais. Ainda que operando segundo limitações do mercado externo, o princípio regulador fundamental das organizações burocráticas e, portanto, da Ciência de Administração é o planejamento, é a tomada de decisão em situações de incerteza, é o controle dos resultados. Da mesma forma que a Economia Política, a Ciência da Administração está preocupada com a produção de bens, mas este processo ocorre dentro da grande organização burocrática, onde não prevalecem as leis do mercado. Este só continua a ser importante na medida em que, através da circulação de bens, a empresa participa do mercado. Dentro da organização burocrática, entretanto, não existe um princípio regulador relativamente automático, como é o mercado, para determinar a alocação dos recursos, a produção e a distribuição.

Ou melhor, este princípio existe, mas é um princípio essencialmente arbitrário, ao contrário do princípio do mercado. É o princípio do poder

Enquanto para a Economia o princípio coordenador é o mercado, a coordenação só pode ser assegurada nas organizações burocráticas através do planejamento e da tomada de decisão. Ora, decisões e planos só podem ser efetivos na medida em que haja poder. Pelo fato de não possuir um princípio regulador automático, como o mercado, as abstrações, a formulação de leis mais gerais, torna-se mais difícil, o que leva alguns a negar à Administração o estatuto de ciência. Desde que conceituemos ciência como uma área de conhecimentos obtidos e sistematizados segundo critérios racionais, não há dúvida quanto ao caráter científico da Administração.

A Ciência política é a ciência que estuda o poder. Mas realiza este estudo no plano do Estado, enquanto este desempenha funções de aparelho repressivo e de aparelho ideológico. Quando, com o desenvolvimento das grandes empresas burocráticas e com o aparecimento do Estado regulador da economia e produtor de bens e serviços, a Ciência Política e a Ciência Econômica abrem espaços para o surgimento de uma nova área de conhecimento: a Ciência da Administração. Esta, portanto, está a meio caminho entre a Economia Política e a Ciência Política. É Economia Política na medida em que estuda a produção; é Ciência Política na medida em que tem como critério fundamental de coordenação o poder.

Por outro lado, neste momento fazermos uma distinção entre Administração de Empresas e Administração Pública que até agora estávamos deliberadamente evitando. Se a Administração em geral está a meio caminho entre a Economia Política e a Ciência Política, isto é ainda mais verdadeiro em relação à Administração Pública. Especialmente se esta deixa de dar prioridade à racionalidade do aparelho burocrático estatal e passa a se preocupar com as políticas públicas a serem desenvolvidas pelo governo, entendido este como a cúpula dirigente do Estado, é claro que a Administração Pública se transforma em visão teórica orientada para a prática da Ciência Política. E, ao aproximar-se da Ciência Política, a Administração Pública aproxima-se também da Economia Política, na medida em que esta se preocupa com as formas de intervenção do Estado no sistema economico.

Da mesma forma que a Ciência Econômica surge com o Capitalismo Competitivo e a generalização da mercadoria, a Ciência da Administração ganha autonomia teórica com o Capitalismo Monopolista e o domínio da organização burocrática ao nível da produção. E da mesma maneira que a Economia Política é ao mesmo tempo um poderoso instrumento de aná-

lise da realidade e uma arma ideológica fundamental da burguesia, a Ciência da Administração será também um instrumento teórico essencial para a gestão das grandes empresas e do Estado moderno, e uma arma ideológica para legitimar a tecnoburocracia nascente.

Os elementos ideológicos da Ciência da Administração são muito claros: a maximização da eficiência ou a racionalidade transforma-se no bem supremo; a prática administrativa moderna é considerada a forma por excelência de se alcançar esse objetivo; o administrador ao invés do empresário é o novo herói do sistema; planejar, organizar, controlar, deixam de ser meras estratégias administrativas para assumirem o papel de princípios ordenadores do universo; o poder recebe os nomes de autoridade racional legal e de liderança; democracia é identificada com descentralização e participação; a manipulação dos trabalhadores recebe o nome de relações humanas; a manipulação dos consumidores torna-se um capítulo privilegiado da mercadologia sob os títulos de propaganda e promoção de vendas; a concorrência de preços entre os oligopólios é condenada como sendo "guerra de preços"; a expansão da organização e a multiplicação dos cargos burocráticos são considerados os objetivos fundamentais, na medida em que assim se garante maior participação dos tecnoburocratas na divisão do excedente; quanto maior for o número de administradores profissionais em uma empresa e quanto mais elevados os seus ordenados, mais eficiente ou "moderna" será ela considerada.

Observe-se, entretanto, que no plano ideológico, enquanto a Economia Política se constituía em uma ideologia "pura", na medida em que era a manifestação superestrutural de uma formação social em que o modo capitalista de produção era amplamente dominante, da Administração é uma ideologia mista, na medida em que é fruto de uma formação social também mista: o Capitalismo Monopolista. De fato o Capitalismo Monopolista é uma forma de transição entre o modo de produção capitalista e o tecnoburocrático. A tecnoburocracia que emerge nas grandes empresas e no Estado moderno está ao mesmo tempo a seu próprio serviço e a serviço da burguesia a quem primeiro serve, depois se alia, e afinal domina.

Por essa razão vemos ainda na Ciência da Administração grande número de velhos elementos da ideologia burguesa ao lado das características mais "modernas" da ideologia tecnoburocrática. O lucro não é condenado, mas afirma-se que ele deixou de ser o critério único do sistema capitalista, sendo agora mais importante a expansão da organização. O empresário é ainda uma figura respeitável, ainda que os herdeiros sejam

desprezados e o administrador profissional seja o novo herói do sistema. O mercado e a concorrência são ainda valores legítimos, ainda que tudo se faça para substituí-los pelo planejamento da produção e o controle das variáveis mercadológicas que afetam a empresa.

* * *

Em síntese, a Ciência Econômica está associada com o Capitalismo Competitivo e com o processo de generalização da mercadoria ocorrido no fim do século XVIII. Tem como objetivo a produção, a circulação e a distribuição de bens, e como princípio de coordenação o mercado e a concorrência. Enquanto ideologia, está a serviço da burguesia, que no início do século XIX já assumira plena autonomia como classe, já era uma classe para si. Já a Ciência da Administração está associada com o Capitalismo Monopolista e com o controle da produção pelas organizações burocráticas a partir do início do século XX. Tem também como objetivo a produção, circulação e distribuição de bens, mas ao nível de cada empresa, ou de cada organização burocrática, e seu princípio de coordenação não é o mercado mas o poder. Enquanto ideologia, a Ciência da Administração tem caráter misto: está a serviço da tecnoburocracia, mas está ainda ou subordinada, ou associada à burguesia.

A Administração de Empresas distingue-se da Administração Pública na medida em que a primeira se interessa pelas unidades produtivas, enquanto a segunda tem como objeto o aparelho do Estado do qual devam ser excluídos as empresas estatais. A Administração Pública, por sua vez, pode concentrar sua atenção no aumento da racionalidade interna do aparelho burocrático estatal ou pode orientar-se para estudar as políticas públicas definidas pelo governo, ou seja, pela elite dirigente do Estado. Nesse momento a Administração Pública se aproxima ainda mais da Ciência Política e da Economia Política.

No limite, na medida em que a sociedade tenda a se estatitizar de forma total, Administração Pública, Ciência Política e Economia Política deixam de ter objetos de estudo e áreas de atuação claramente distintos. Mas é arriscado prever esse limite, porque mesmo em uma formação social em que o modo estatal ou tecnoburocrático de produção é claramente dominante, é possível separar o Estado da sociedade. E a consciência de que esta separação é essencial para a liberdade e a democracia é comum tanto às ideologias burguesas quanto às socialistas. Só uma ideologia tecnoburocrática extremada poderia ignorar este fato.

CAPÍTULO XX

O Fim da Revolução Cultural

A Revolução Cultural chinesa está terminada. Depois da morte de Mao Tsé-tung e da tomada do poder por Hua Kuo-feng, apoiado na tecnoburocracia do Partido Comunista e do Estado, a extraordinária e contraditória experiência de socialismo libertário que foi a Revolução Cultural, foi suspensa. A tecnoburocracia estatal reassume todo o seu poder. A China reafirma sua característica de uma formação social dominantemente estatal. Mas isto não significa que o socialismo tenha se transformado em uma mera ideologia da classe dominante, como ocorreu na União Soviética. A China é uma formação em que o modo de produção estatal ou tecnoburocrático é dominante, mas na qual os traços muito claros do socialismo estão presentes. A herança de Mao Tsé-tung, as marcas da própria Revolução Cultural, a maior fidelidade aos ideais equalitários do marxismo, as bases ainda dominantemente camponesas da sociedade chinesa são provavelmente os principais fatores explicativos desta permanência de traços socialistas na formação social da China.

Quando, em 1976, escrevi as "Notas introdutórias ao modo tecnocrático ou estatal de produção", [1] utilizei como base de referência para a caracterização desse novo modo de produção a União Soviética. Ali podíamos ver, de forma clara, este modo de produção baseado, ao nível das

[1] Em *Estudos CEBRAP*, n. 20, abr.-jun. 1977, e segunda parte deste livro.

relações de produção, na propriedade estatal, ou seja, na apropriação do Estado (único controlador dos meios de produção) por uma nova classe de tecnoburocratas, e, ao nível das forças produtivas, nas transformações do desenvolvimento tecnológico e administrativo-organizacional na variável econômica fundamental. Naquela época, entretanto, evitei referir-me à China, que vinha passando pelo extraordinário processo de crítica à burocracia que foi a Revolução Cultural. Realmente, era difícil tomar uma posição naquela época, apesar das contradições desse processo revolucionário conduzido por Mao Tsé-tung, e embora o processo já começasse a entrar em crise com a morte de Mao, com a derrubada do grupo dos quatro em outubro de 1976 e com a subida ao poder de Hua Kuo-feng.

Hoje, entretanto, aproveitando minha primeira viagem à China, e a partir de todos os acontecimentos destes três últimos anos, creio ser possível uma avaliação mais global, ainda que necessariamente provisória, da formação social chinesa.

Por outro lado, em seguida visitei a União Soviética, e na segunda parte deste artigo procurarei examinar essa formação social a partir das observações e leituras que realizei durante a viagem. Utilizei como quadro de referência a teoria sobre o modo tecnoburocrático ou estatal de produção que desenvolvi anteriormente. As hipóteses desenvolvidas nesse trabalho anterior foram em geral confirmadas, embora com algumas qualificações, especialmente no que diz respeito à estrutura de classes no sistema estatal. Não há dúvida sobre a existência de duas classes na União Soviética como na China, mas é preciso reconhecer que as diferenças de classes e a própria diferenciação entre trabalho manual e intelectual nessas sociedades são menores do que eu imaginava. O poder e o privilégio não se concentram na tecnoburocracia em geral, mas apenas em uma reduzida cúpula de tecnoburocratas autoritários e desenvolvimentistas.

Cabe ainda assinalar que, apesar das diferenças de nível de desenvolvimento e das diferentes heranças deixadas por Mao e Stalin, o primeiro sempre lutando contra a burocracia e o segundo como seu grande líder, as semelhanças entre as formações sociais da China e da União Soviética são muito grandes. A estrutura de classes, o relativo equalitarismo, a eliminação da miséria na China e de pobreza da União Soviética, o caráter planejado e estável da economia, as configurações urbanas equalitárias e harmônicas, a primazia ao desenvolvimento econômico, a prioridade para os bens de produção sobre os bens de consumo, o atraso dos sistemas de comercialização, a eliminação ou drástica redução da prostituição são

características comuns das duas sociedades, como também o regime político autoritário e centralizado, em que a democracia foi suprimida em nome da modernização acelerada e da igualdade econômica. Estas semelhanças decorrem do caráter dominantemente estatal e secundariamente socialista da formação chinesa e soviética.

* * *

Charles Bettelheim escreveu recentemente um livro de grande interesse, em que apresenta os motivos pelos quais se demitiu da presidência da Associação de Amizade Franco-Chinesa.[2] Em síntese, sua posição é muito simples. Com a subida ao poder de Hua Kuo-feng e a posterior reabilitação do vice-primeiro ministro Teng Hsiao-ping, houve a tomada definitiva do poder pela tecnoburocracia chinesa, que Bettelheim chama, impropriamente, de "burguesia de Estado". A grande proposta da Revolução Cultural era exatamente a de assegurar a democracia direta, a democracia das massas, em todos os níveis de produção. Ao nível das empresas, das comunas e mesmo das cidades, como acontece com a comuna de Xangai, entre novembro de 1966 e fevereiro de 1967. Os administradores do partido e do governo, os tecnoburocratas, portanto, são então criticados em todos os níveis. Seu poder é substituído pelo dos comitês revolucionários, pelo debate de todos os problemas por todos os trabalhadores envolvidos. Jan Mirdal escreveu um livro sobre as conseqüências da Revolução Cultural ao nível de uma comuna, que mostra bem como era completa a participação dos trabalhadores e todas as decisões envolvendo a comuna e as brigadas de produção.[3]

Sem dúvida, a proposta da Revolução Cultural era uma proposta socialista, na medida em que era radicalmente equalitária e antiburocrática. A eficiência na produção e a adoção de técnicas modernas não foram abandonadas, como hoje afirma o governo chinês, mas não há dúvida de que a prioridade não estava no desenvolvimento das forças produtivas e, sim, na luta de classes, na eliminação dos burocratas, na melhor distribuição da renda, na crítica às formas autoritárias e hierárquicas próprias dos administradores profissionais. A alegação de que uma empresa ou uma comuna dirigida por administradores e técnicos especializados seria mais eficiente não era necessariamente contestada, mas desconsiderada, já que

[2] *Questions sur la Chine après la mort de Mao Tsé-tung.* Paris, Maspero. 1978.
[3] *China, The Revolution Continued.* Nova York, Vintage Books, 1972.

o objetivo fundamental não era maximizar a produção e, sim, assegurar a gestão operária e camponesa. E a longo prazo argumentava-se que esta seria a forma mais eficiente, na medida em que contaria com o apoio e o entusiasmo de todo o povo.

A proposta da Revolução Cultural, entretanto, não era socialista na medida em que era profundamente autoritária ao nível da cúpula do sistema. Democracia identificava-se com autogestão, não com liberdade de opinião. Nesta área, a Revolução Cultural foi particularmente repressiva. Seus alvos eram, naturalmente, os intelectuais em sentido amplo, ou seja, os tecnoburocratas, os cientistas e os artistas, que estavam, de uma forma ou de outra, sendo prejudicados pela Revolução Cultural.

Esta proposta revolucionária cheia de contradições durou cerca de dez anos, de 1966 a 1976, mas em nenhum momento chegou a realizar-se plenamente. Mao Tsé-tung, que era seu principal líder, era também suficientemente realista para dar um passo atrás sempre que necessário. Ele e seu principal auxiliar, Chu En-lai, sabiam que a China não estava totalmente preparada para a realização de sua utopia. Sua visão e sua coragem levavam-no a prosseguir na luta. Sua imensa autoridade permitia-lhe mantê-la acesa mesmo contra os interesses da maioria dos quatro do partido. Mas sua habilidade e realismo faziam-no retroceder ou fazer concessões sempre que fosse necessário.

Depois de sua morte, quando Wang Hong-wen, Tchang Tchoven-kiao, Yao Wen-yuan e Kiang Tsing assumem o poder, eles eram os líderes do grupo radical a favor da Revolução Cultural dentro do governo e, portanto, do Partido Comunista Chinês. Mas se constituíam em efetiva minoria dentro do mesmo, como sua subseqüente deposição demonstrou. Mao Tsé-tung tinha prestígio e poder suficientes para se opor aos interesses de classe de seus próprios dirigentes. Seus quatro seguidores obviamente não o tinham.

O período da Revolução Cultural foi um período de grande confusão política. Não foi, entretanto, um período de atraso econômico. Os dados de Bettelheim a respeito, ainda que necessariamente incompletos, são bastante claros de que a China, ao contrário do que afirma o governo chinês, continuou a se desenvolver rapidamente durante o período. Este desenvolvimento deveu-se, provavelmente, em parte ao entusiasmo e à mobilização do povo no início do processo revolucionário. Mas é preciso admitir que também deve ter-se explicado pelo fato de que a Revolução Cultural em nenhum momento alcançou toda a sociedade chinesa.

Embora a economia continuasse a funcionar, a Revolução Cultural acabou sendo derrotada. E o motivo fundamental para isto está no fato de que não havia, efetivamente, uma alternativa real para o modo estatal de produção, que então já era dominante.

* * *

Um regime político, no mundo moderno, é capaz de sobreviver na medida em que seja capaz de garantir a produção de um excedente de forma sistemática e crescente. O Estado, de mero garantidor da ordem aristocrática (Estado pré-capitalista) ou do mercado competitivo capitalista (Estado liberal), transformou-se no principal agente do desenvolvimento. A burguesia, enquanto classe dominante, pôde assumir o papel principal na elite dirigente do Estado, como aconteceu com a Alemanha de Bismarck, ou com o Brasil de Vargas. Uma nova classe tecnoburocrática, porém, sempre emerge também no seio do processo de industrialização e de criação de excedente. Quando a burguesia não tem condições de assumir poder, essa nova classe o faz em nome do desenvolvimento.

No mundo moderno, a partir do momento em que a Inglaterra realizou sua Revolução Industrial, o desenvolvimento, ou seja, a acumulação de meios de produção e a modernização das técnicas, implicando a produção sistemática e crescente de excedente, tornou-se um imperativo, seja porque em face aos estímulos externos os povos exigem padrões de vida crescentes, seja porque a independência nacional só pode ser assegurada a partir de uma base industrial sólida. A China não constitui exceção a esta regra. Seu desenvolvimento era e é uma condição de sobrevivência do regime político. E esta modernização só podia continuar a ser realizada pela tecnoburocracia chinesa. Só ela tinha condições de assegurar a reprodução e ampliação do sistema econômico. Só ela tinha condições de garantir a unidade da reprodução do sistema de relações sociais de produção e ampliação do sistema econômico. Só ela tinha condições de garantir a continuidade da reprodução do sistema de relações sociais de procultural. Bettelheim acaba por reconhecer esse fato quando afirma que o movimento de massas, que foi a Revolução Cultural, não foi capaz de destruir as relações de produção vigente — porque "o sistema não podia ser destruído se não fosse substituído por uma outra forma de unidade".[4] Essa outra forma — a autogestão operária, a democracia direta das massas — precisa ainda ser desenvolvida. "Não se destrói verdadeiramente senão

[4] *Questions sur la Chine, op. cit.*, p. 110.

aquilo que se substitui. Entretanto, essa nova forma de unidade não pode ser descoberta senão pelo próprio movimento social. Ela não poderia ser 'inventada' pela teoria". [5]

Ora, a autogestão operária e camponesa, ainda que seja o objetivo fundamental de qualquer proposta socialista real, não é viável de um dia para o outro. A experiência portuguesa recente mostrou este fato. A experiência chinesa da Revolução Cultural foi mais um ensaio do que uma realidade.

Nesses termos, a tecnoburocracia reassumiu a plenitude de seu poder com Hua Kuo-feng. Toda a sociedade chinesa foi desviada da preocupação com a luta de classes, o equalitarismo, a autogestão, a luta antiburocrática. Em seu lugar foi definido um objetivo fundamental: a modernização, o desenvolvimento econômico. Esta política foi chamada de "política das quatro modernizações": modernização da agricultura, modernização da indústria, modernização da defesa nacional, modernização da ciência e tecnologia. O socialismo foi definido como constituído de duas características: propriedade estatal dos meios de produção e remuneração a cada um segundo o seu trabalho. Conforme afirma Li Hon-lin, os princípios fundamentais do "socialismo científico" são dois: "primeiro, devemos persistir na propriedade pública dos meios de produção que promove o desenvolvimento das forças produtivas; segundo, devemos persistir no princípio socialista de a cada um segundo seu trabalho". [6] A autogestão, a participação direta do povo no poder através de um sistema permanente de consultas em todos os níveis e o equalitarismo radical são esquecidos. A democracia é reduzida ao governo da maioria, cuja vontade seria assegurada por eleições secretas e gerais. Isto asseguraria o controle do Estado pelo povo. Como o Estado possui todos os meios de produção, socialismo e democracia estariam automaticamente assegurados através dessa manobra reducionista. O fato de se manter a ditadura do proletariado, a existência efetiva de um único partido e a repressão de qualquer movimento contra o governo, na medida em que este represente uma ameaça ao socialismo, são dados que não impedem o governo chinês de se autodefinir democrático. Na China prevalece oficialmente o "centralismo democrático", que tem como imperativos fundamentais a via socialista, a ditadura do proletariado, o papel dirigente do Partido Comunista e a fidelidade ao pensamento de Marx, Lenin e Mao.

[5] *Idem, ibidem.*

[6] "¿A que tipo de socialismo debemos aderirnos?" *Beijing Informa*, n. 24, 20 jun. 1979, p. 16-7.

CAPÍTULO XXI

Democracia e Gestão Econômica

MAS EXAMINEMOS um pouco mais detidamente o problema da democracia na China. A democracia socialista é definida como um aperfeiçoamento da democracia burguesa. Conforme Wu Jiali,

> ambas se opõem à autocracia feudal e à ditadura pessoal, as duas são antíteses da autocrítica e buscam a liberdade, a igualdade e os direitos humanos (ainda que o proletariado e a burguesia entendam a liberdade, a igualdade e os direitos humanos de maneira diferente) (...) Nosso sistema socialista determina que nossa democracia socialista deve e pode ser superior à democracia burguesa. Mas o "deve sê-lo" não significa que "o seja", nem o "pode sê-lo" equivale a uma "realidade". Falando direta e francamente, resulta uma ilusão ingênua pensar que o sistema democrático socialista surja por si mesmo sem um longo período de prática nem uma luta árdua.[7]

Mas, afinal, o que é a democracia socialista para os dirigentes chineses? Em que ela difere da burguesia? Hua Kuo-feng, em seu relatório de 18 de junho de 1979 perante a segunda seção da Quinta Assembléia Popular Nacional, define a democracia como "o direito supremo do conjunto do povo de administrar o estado", e acrescenta:

[7] "Algunos problemas de la democracia socialista." *Beijing Informa*, n. 24, 20 jun. 1979, p. 12-3.

> a ampliação e o desenvolvimento da democracia socialista implicam, em primeiro lugar, que os administradores, responsáveis pelo governo nos diversos níveis, estejam plenamente conscientes de que é o povo que é o senhor do Estado (...) Democracia, em seu sentido original, significava o governo realizado por uma maioria, e a democracia socialista significa uma administração sem precedentes na história, que é exercida *de jure e de facto* por uma massacrante maioria. [8]

Na verdade, essas declarações não são mera retórica. Existe uma preocupação efetiva na China em aumentar o grau de liberdade política. O que se pretende, principalmente, é aumentar a capacidade de crítica dos intelectuais e, em geral, dos tecnoburocratas. Como a liberdade é um valor fundamental para a burguesia, também é um valor para os tecnoburocratas. A repressão que os tecnoburocratas sofreram durante a Revolução Cultural foi muito grande. Conforme observa Christopher Pritchet, "a liderança do país parece de fato ter adotado alguns dos argumentos levantados por alguns ativistas políticos durante a campanha a favor da liberdade de palavra do final do ano passado". [9] Opiniões divergentes têm aparecido cada vez com mais freqüência nos meios de comunicação de massa oficiais. Os deputados vêm revelando uma iniciativa que não possuíam antes. Como para os regimes capitalistas a liberdade de palavra é considerada essencial para dar maior flexibilidade e dinamismo ao regime, na medida em que os erros e a corrupção são criticados, também a China vive um período de ampliação das liberdades democráticas.

Dentro desse quadro está em discussão, no momento, o novo código eleitoral, que assegura voto secreto em todos os níveis. Os deputados federais e estaduais passarão a ser eleitos diretamente, sistemas mais democráticos serão utilizados para a escolha dos candidatos, candidatos não pertencentes ao Partido Comunista serão aceitos, os deputados terão imunidades.

Em compensação, os comitês revolucionários da Revolução Cultural deverão ser substituídos pelos governos locais do povo, e os postos de governadores provinciais, prefeitos, dirigentes das regiões autônomas, prefeitos das municipalidades autônomas e das subprefeituras deverão ser preenchidos da mesma maneira. [10] Em outras palavras, o novo sistema

[8] *Beijing Informa*, n. 27, 9 jul. 1979, p. 24-8.
[9] *The Japan Times*, 14 jul. 1979.
[10] Peng Zhen (Diretor da Comissão para Assuntos Legais). *Beijing Review*, n. 28, 13 jul. 1979, p. 9.

eleitoral sela definitivamente o fim dos comitês revolucionários e restabelece o poder aos tecnoburocratas do partido e do governo, que deverão ser eleitos de acordo com normas definidas. A classe dominante necessita de normas estáveis que assegurem a ordem e garantam seu poder. As liberdades são asseguradas, desde que não ponham em risco o regime. O vice-primeiro ministro da Segurança Pública, Ling Yun, entretanto, deixa claro que esta não é uma peculiaridade da China. Todos os Estados proíbem qualquer ação dirigida para derrubar seu poder político e seu sistema social, e estabelecem artigos específicos em suas leis penais para punir aquelas pessoas envolvidas em tais atividades. [11]

Estas liberdades são, portanto, cuidadosamente limitadas. Conforme afirma o presidente Hua, "é preciso reprimir energicamente toda tentativa de sabotagem dos elementos antisocialistas". [12] E a pena de morte é mantida para os contra-revolucionários no novo código penal. Mas é usada muito raramente. Conforme afirma o vice-ministro Ling Yun, "nós sempre advogamos reduzir as prisões ao mínimo possível e manter as execuções no limite mínimo absoluto". [13] Em qualquer hipótese, não há qualquer real possibilidade de contestação ou sequer oposição ao regime na China. A democracia continua muito distante.

Ao mesmo tempo em que se procura aumentar um pouco o grau de liberdade, procura-se também definir com mais precisão as responsabilidades. Por isso, a Assembléia Nacional Popular acaba de receber uma série de projetos de lei do governo: código penal, código de processo penal, código da magistratura penal. O princípio geral, que se transformou em uma nova palavra de ordem na China, é o lema liberal clássico: "todos são iguais perante a lei". Na verdade, esta legislação é parte integrante do esforço no sentido de reforçar a autoridade da tecnoburocracia e garantir a disciplina das massas, que a Revolução Cultural havia abalado. Se produtividade, disciplina, trabalho duro são condições da modernização, exigindo regulamentos internos nas empresas, também um sistema legal penal coercitivo é essencial, não apenas para regulamentar os crimes políticos, mas principalmente os crimes comuns. O índice de criminalidade na China continua baixíssimo, dadas as reduzidas diferenças de classes existentes, mas é suficiente para requerer das autoridades um sistema penal mais

11 *Beijing Riview*, n. 28, 13 jul. 1979, p. 17.
12 *Idem*, p. 28.
13 *Idem*, p. 17.

precisamente definido. A nova lei penal, por outro lado, proíbe certas práticas políticas que foram comuns durante a Revolução Cultural por parte dos revolucionários, como as falsas acusações, o uso da violência contra funcionários, como espancamento, tortura, aprisionamento privado. Fica claro que com isto o que se pretende é prevenir uma nova Revolução Cultural.

* * *

Todas essas diretrizes, o esforço em direção à modernização, as novas leis eleitorais e penais, a nova lei sobre investimentos mistos estrangeiros e nacionais, reafirmam a dominação tecnoburocrática, autoritária, e portanto o caráter de classe da sociedade chinesa atual. A nova lei sobre investimentos estrangeiros, atualmente em discussão, assegura o controle acionário ao governo chinês, estabelecendo que a participação máxima de capital estrangeiro é de 49% e a mínima de 25%. Garante o repatriamento dos lucros e do capital, e estabelece que dentro de um prazo relativamente curto a empresa deverá ser vendida ao Estado chinês. A tecnologia deverá ser sempre a mais moderna possível. Ainda que falem sempre em uma tecnologia adequada às suas necessidades, os chineses também reafirmam a todo momento que só estão interessados em tecnologia de ponta. A idéia de que a tecnologia não seja neutra, condicionando um determinado regime, é negada. Conforme afirma Hua Kuo-feng, "nós devemos introduzir ativamente as técnicas avançadas e utilizar capitais de origem estrangeira. É completamente errado interpretar este princípio como uma regressão". [14]

Por outro lado, ao nível das empresas busca-se também uma reforma geral, que garanta mais autoridade e maior autonomia aos administradores profissionais e maior importância à lei do valor-trabalho na determinação dos preços das mercadorias. Na China, como nos demais países cuja formação social já é dominantemente tecnoburocrática ou estatal, os preços não tendem a corresponder ao valor, dado o grande número de subsídios e impostos implícitos nos preços que o sistema central de planejamento impõe. Mas como já aconteceu na União Soviética e nos países da Europa Oriental, de tempo em tempo volta-se a campanhas para reduzir os subsí-

[14] *Idem*, p. 15.

dios, para adequar melhor os preços de produção e ao valor-trabalho das mercadorias, para respeitar melhor as leis do mercado dentro da economia planejada. Isto acontece hoje na China. Afirma o presidente Hua Kuo-feng: "negligenciamos a lei do valor na produção de mercadorias". [15] Portanto, mais uma vez o objetivo será ajustar os preços ao valor, depois, naturalmente, de se equalizarem as taxas de lucros nos termos propostos por Marx.

Concomitantemente, buscar-se-á maior descentralização das atividades econômicas. As instituições locais terão mais autoridade. Em contrapartida, os administradores profissionais, sob a direção do Partido Comunista, deverão exercer plenamente sua autoridade e responsabilidade. Nas palavras do presidente chinês:

> De hoje a três anos todas as nossas empresas deverão colocar em ação equipes dirigentes política e profissionalmente competentes, constituídas de técnicos que desempenhem de fato seu papel; elas deverão praticar resolutamente o sistema de responsabilidade do diretor da empresa sob a direção do comitê do Partido, de maneira que o diretor seja efetivamente o principal dirigente administrativo sob as ordens de quem se organiza toda a produção; deverão restaurar e aperfeiçoar os regulamentos internos que sempre se demonstraram eficazes desde a instauração da nossa República. [16]

Em outras palavras, a autogestão, a indisciplina, a iniciativa operária devem dar lugar à administração burocrática. A democracia, ao nível da fábrica, atribuída pelos dirigentes chineses ao "esquerdismo radical" ou ao "anarquismo" de Lin Piao e do grupo dos quatro, não pode ser admitida.

Chegou o momento da administração e da técnica. Modernizar e ser eficiente. Eficiência se garante com hierarquia, planejamento e controle dos resultados. Por isso, haverá descentralização, já que não há outra alternativa, dada a enorme complexidade da economia chinesa, mas os dirigentes serão controlados pelos resultados alcançados. E esses resultados não se medirão primordialmente em termos de volumes de produção e, sim, em termos de lucros. Caso não alcancem lucros, as empresas serão fechadas. Afirma claramente o Presidente Hua Kuo-feng: "Todas as empresas que são há muito deficitárias em virtude da má administração deverão mudar essa situação e realizar lucros dentro de um ano; caso

[15] *Idem*, p. 13.
[16] *Idem*, p. 14-5.

contrário, paralisar-se-á a produção, com vistas a uma reorganização, o governo não lhes dará mais subvenções e os bancos não lhes concederão mais créditos". [17]

Em outras palavras, procura-se dar maior importância ao mercado como regulador da economia. No atual sistema econômico chinês,

> as autoridades centrais fixam as receitas e as despesas das empresas, e assumem o comando de sua produção, de seus fornecimentos e da venda de seus produtos, sem lhes deixar margem de manobra. As empresas lhes remetem todas as suas receitas e limitam-se a lhes demandar as somas necessárias às despesas. Os departamentos de equipamentos compram todos os meios de produção produzidos pelas fábricas, e os departamentos comerciais são encarregados de vender os produtos de consumo. Negligencia-se, portanto, o papel regulador do mercado. [18]

Face a essas mudanças, alguns intérpretes entendem que assistimos à restauração do capitalismo na China. Bettelheim pensa assim, mas evidentemente sua concepção de capitalismo de Estado e de burguesia de Estado coincide aproximadamente com os conceitos que prefiro utilizar, de modo estatal de produção e de tecnoburocracia. Nada têm a ver com o verdadeiro capitalismo. Para que haja capitalismo, é necessário que haja capital, ou seja, propriedade privada dos meios de produção pela burguesia. É necessário que o mercado, e não o plano, seja o principal instrumento de controle da economia. É necessário que a mais-valia, através da troca de mercadorias equivalentes no mercado, seja a forma de apropriação do excedente pela classe dominante. É necessário que a força de trabalho seja uma mercadoria. Ora, nenhuma dessas características prevalece ou tende a prevalecer na China. O que há é retomada do poder pela tecnoburocracia, que controla o aparelho do Estado de forma autoritária. Lucro, mercado, valor-trabalho não são necessariamente conceitos capitalistas. Podem ser métodos de controle da economia para uma tecnoburocracia estatal, que busca através do planejamento reproduzir as condições do mercado, o controle através da concorrência, dos preços e dos lucros, procurando ao mesmo tempo evitar as distorções inerentes ao mercado capitalista.

[17] *Idem*, p. 14.
[18] Shi Zhengwen. "Rééquilibrer l'Economie: pourquoi e comment." *Beijing Information*, n. 26, 2 jul. 1979, p. 26.

CAPÍTULO XXII

Trabalho Intelectual e Manual

No processo de retomada do poder pela tecnoburocracia, o combate às idéias da Revolução Cultural naturalmente é essencial. Como não é politicamente interessante para o governo chinês repudiar Mao Tsé-tung, que afinal foi o grande herói da revolução chinesa, nem a própria Revolução Cultural, que teve o apoio, pelo menos formal, não apenas de Mao, mas também de muitos dos atuais dirigentes, é a Lin Piao e ao grupo dos quatro que são atribuídos todos os males e todos os erros, ou seja, todas as idéias da Revolução Cultural. Entre essas idéias, agora repudiadas, duas ainda merecem referências: o problema da distinção entre trabalho intelectual e manual e o da luta de classes.

A Revolução Cultural advogou e colocou em prática a supressão dos exames vestibulares para a universidade. Com isso se pretendia dar maior oportunidade aos filhos dos trabalhadores, já que nos exames os filhos dos intelectuais em sentido lato ou tecnoburocratas tinham uma óbvia vantagem. Além disso, durante seis meses as aulas foram suspensas na universidade a pedido dos estudantes. E todos os tecnoburocratas deviam passar cerca de dois anos trabalhando no campo para que conhecessem o trabalho manual e assim fossem sendo eliminadas as diferenças entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Um dos pilares fundamentais das diferenças de classe em qualquer sociedade é a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Nas sociedades tecnoburocráticas, onde a propriedade privada dos meios

de produção foi eliminada, esta é a principal fonte das distinções de classe. Há uma classe de tecnoburocratas ou intelectuais e uma classe de trabalhadores manuais. A Revolução Cultural levantou-se contra essa distinção, mas depois de outubro de 1976 as reformas nesse sentido foram por terra. Os exames vestibulares foram restabelecidos, os estágios obrigatórios no campo, extintos. Desta forma, os tecnoburocratas sentem-se mais seguros de poder transferir para seus filhos a sua própria posição de classe. É certo que a supressão dos exames vestibulares implicou uma redução do nível de ensino na China. Os testemunhos que colhi a respeito são claros. E foi esse o argumento utilizado para o restabelecimento dos exames vestibulares. Se se desejam modernização, maior desenvolvimento científico, não há dúvida de que o aproveitamento dos filhos dos tecnoburocratas é, em princípio, a estratégia mais indicada, já que, em geral, estão mais preparados para o estudo de nível superior. Desde que, ao mesmo tempo, se mantenham abertas as vias de mobilidade social, de forma que a elite dirigente possa ser parcialmente renovada, teremos maior eficiência no ensino e na pesquisa científica. Da mesma forma, os estágios obrigatórios no campo foram eliminados, com o argumento de que se constituíam em desperdício de mão-de-obra qualificada. O argumento é novamente irrefutável de um ponto de vista modernizador. Mas não há dúvida também de quanto ao seu conteúdo de classe. A distinção entre o trabalho intelectual e o manual, com a valorização do primeiro, foi restabelecida na China. Também por este aspecto o modo ou produção tecnoburocrática prevalece sobre o socialista, em nome dos interesses de classes e do imperativo de modernização.

* * *

Durante toda esta análise estamos supondo sempre a existência de duas classes na China: a classe dominante dos tecnoburocratas e a classe dominada dos trabalhadores manuais, sejam eles operários ou camponeses. As instinções de remuneração, ainda que muito pequenas na China, permitem essa distinção. Os ordenados dos tecnoburocratas tendem a ser duas a três vezes superiores aos dos trabalhadores. Entre os maiores ordenados e os menores salários chega a existir uma diferença de cerca de dez vezes. Além disso, entre os tecnoburocratas há obviamente um escalonamento. A alta tecnoburocracia, principalmente, goza de uma série de privilégios, como automóveis oficiais, casas de campo. Estes privilégios não

são exagerados, quando comparados com os existentes nas sociedades capitalistas, e não correspondem ao modelo de uma sociedade tecnoburocrática, a qual, em princípio, seria fortemente hierarquizada. Em relação à média tecnoburocracia, pude verificar pessoalmente este fato. Mas as distinções de padrão de vida e de poder são suficientes para configurar uma diferença de classes. Talvez, como essas diferenças não são tão acentuadas, e, por outro lado, como a mobilidade social é grande, a denominação "camada" fosse mais adequada do que classe social, conforme sugeri em trabalho anterior. [19] Entretanto, na medida em que, no âmbito das relações de produção existentes, os tecnoburocratas, e particularmente a alta tecnoburocracia, podem ser considerados os proprietários ou efetivos controladores da organização burocrática estatal e, portanto, dos meios de produção, podemos falar em pelo menos duas formas diferentes de inserção nas relações e produção e, portanto, em duas classes sociais. A relação de produção específica de modo estatal de produção deixa de ser o capital, que não mais existe, e passa a ser a organização. Organização é uma estrutura de produção hierárquica, administrada de cima para baixo por uma tecnoburocracia, que detém sua efetiva propriedade ou controle. Como a burguesia se define pela propriedade privada dos meios de produção, vale dizer pelo capital, a tecnoburocracia se caracteriza pela propriedade coletiva (mas não comum) da organização.

A leitura atenta do relatório do Presidente Hua Kuo-feng, na segunda seção da Quinta Assembléia Popular Nacional, deixa muito clara a existência das duas classes. A todo instante ele está fazendo recomendações, ora aos tecnoburocratas (ou, como os chineses preferem chamar, administradores ou intelectuais), ora aos trabalhadores. Por exemplo, afirma ele que "os senhores desta sociedade socialista são os operários, os camponeses e os intelectuais, assim como os outros patriotas que aprovam o socialismo."

Por outro lado, as contradições entre elas são reconhecidas, mas sistematicamente reduzidas ao mínimo. A luta de classes, que estava no centro da Revolução Cultural, é agora posta de lado. Nestes termos, con-

[19] Ver Luiz C. Bresser Pereira. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1974. p. 91-103. O fato de a mobilidade social ser maior do que nos países capitalistas, entretanto, não impede que a maioria dos dirigentes políticos chineses tenha origem nas camadas médias. Ver Jacques Guillermaz. "Sociologie du bureau politique du Parti comuniste Chinois." *Pouvoir, Revue d'Etudes Constitutionnelles et Politiques*, 1977. n. 3, número especial sobre a China.

tinua o presidente chinês: "Existe ainda entre eles contradições diversas, mas elas não contêm nenhum conflito de interesses fundamental, pois a edificação e o desenvolvimento do socialismo representam seu interesse comum". [20]

Aliás, seria difícil imaginar outro tipo de posição por parte de um governante. Nesse sentido, o discurso da classe dominante é sempre o mesmo, seja qual for a formação social. Segundo Hua Kuo-feng, sem dúvida, existem os

> contra-revolucionários, os agentes secretos do inimigo, os delinqüentes de todo tipo que ameaçam a ordem pública socialista, e também os elementos degenerados e os novos exploradores que se entregam à malversação, ao roubo e à especulação; nessa linha persistem em sua posição reacionária certos elementos que pertenciam ao grupo dos quatro, um número ínfimo de proprietários de terra e de camponeses ricos mal reeducados. [21]

A existência desses elementos contra-revolucionários justifica ainda falar-se de luta de classe. Não as contradições entre tecnoburocratas e trabalhadores. Estes são chamadas de "contradições no seio do povo", que não podem ser confundidas com a luta de classes limitada à luta entre os "trabalhadores", ou seja o Estado chinês, e os "inimigos do povo".

Em relação à luta de classes, limitada a esta situação particular, continua o presidente chinês: "Primeiramente, é preciso admitir que a luta de classes não terminou, mas que não é mais nem necessário nem indicado conduzir a luta de classes sob a forma de vastos e impetuosos movimentos de massa". [22] Já que a luta de classes só deve ser movida contra os "inimigos do povo", estas contradições devem ser resolvidas pelo método da "ditadura do proletariado". Em outras palavras, o Estado, através de seus aparelhos repressivos, se encarregará da luta de classes. A ordem prevalece sobre a revolução. A luta de classes, que era uma das bases da Revolução Cultural, é substituída por um sistema legal e policial repressivo. Em compensação, os abusos e violências que também marcaram a Revolução Cultural são controlados.

Quanto às contradições entre os tecnoburocratas e os trabalhadores manuais, que Hua Kuo-feng chama eufemisticamente de "contradições no seio do povo", estas devem ser resolvidas não através da luta de classes,

[20] *Op. cit.*, p. 16.
[21] *Op. cit.*, p. 16.

mas pela crítica interna que garanta sempre a unidade do sistema. Em suas palavras:

> nossas contradições com o inimigo devem ser reguladas pelo método da ditadura, enquanto as contradições no seio do povo devem ser resolvidas pelo método chamado da "unidade-crítica-unidade"; e tratem-se das primeiras ou das segundas, é preciso sempre se apoiar sobre as massas populares e observar rigorosamente a legalidade socialista.[23]

Em síntese, a China depois de Mao está voltada para o desenvolvimento traduzido nas quatro modernizações, para a ordem, para a disciplina, para o trabalho árduo, para a legalidade, para a abertura democrática estritamente limitada à crítica interna. O comando pertence à tecnoburocracia, que deverá ser treinada nas técnicas mais modernas, e que terá sua autoridade e sua responsabilidade correspondentemente aumentadas. A Revolução Cultural está terminada. Ainda não chegou a hora para a sociedade sem classes. O socialismo continua um objetivo na China, mas é o estatismo o modo de produção dominante, e provavelmente o será por um longo tempo.

[22] *Op. cit.*, p. 10.
[23] *Op. cit.*, p. 11.

CAPÍTULO XXIII

Modelos de Industrialização e Socialismo

SIGNIFICA TUDO ISTO que a extraordinária experiência social chinesa deva ser simplesmente condenada? Será razoável colocá-la no mesmo plano do totalitarismo soviético, onde o modo de produção dominante é também o estatal? Justifica-se um radical desencantamento com a experiência chinesa porque a Revolução Cultural foi abandonada?

Posições dessa natureza são apressadas, unilaterais. A China é um dos exemplos mais dramáticos de um povo que, sob a liderança de uma elite dirigente estatal, empreende sua transformação em uma sociedade moderna ou desenvolvida. Desde a segunda metade do século XIX, quando a França, a Alemanha e o Japão realizaram seu desenvolvimento, buscando equiparar-se à Inglaterra e aos Estados Unidos, foi o Estado o agente fundamental do desenvolvimento. Entretanto, nesses países foi possível à burguesia e a certos setores da aristocracia assumir a liderança do Estado adotando uma ideologia nacionalista e industrializante. Mas o desenvolvimento foi sempre realizado de forma autoritária, ainda que esses países partissem de uma base econômica muito mais avançada do que a chinesa. O estabelecimento da democracia burguesa só ocorreu posteriormente à industrialização e depois de guerras terríveis. Um segundo caso foi o da União Soviética, na qual a industrialização foi assumida por uma classe tecnoburocrática também nacionalista e industrializante, eliminan-

do-se a burguesia. Embora também se partisse de uma base econômica relativamente avançada, o modelo soviético foi e continua sendo de um autoritarismo absoluto. E o período stalinista dos anos trinta constituiu-se em um dos momentos trágicos da história da humanidade. Um terceiro caso é o dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, o México ou a Índia, que presentemente empreendem sua industrialização sob a liderança de um Estado controlado pela burguesia, pela tecnoburocracia e pelas empresas estrangeiras. Nesses países a tendência é também fortemente autoritária, ao mesmo tempo em que se reproduzem desigualdades econômicas extremas, na medida em que as classes dominantes buscam reproduzir os padrões de consumo dos países centrais. Configura-se uma situação de subdesenvolvimento industrializado e dependente, em que a modernização serve apenas à classe dominante.

O modelo chinês corresponde a um quarto caso de industrialização, em que uma tecnoburocracia estatal assume de forma exclusiva a liderança do desenvolvimento econômico.

Como nos demais casos em que a liderança coube ao Estado, o regime democrático foi excluído das cogitações. Este modelo pode ser distinguido do soviético porque os níveis iniciais de desenvolvimento das forças produtivas eram consideravelmente mais baixos. Este fato poderia sugerir maior índice de autoritarismo. Mas talvez em virtude das diferentes personalidades de Mao e Stalin, talvez em virtude do fato de que a China foi menos ameaçada externamente do que a União Soviética, o autoritarismo da cúpula dirigente chinesa, embora indiscutível, parece menor do que o da União Soviética. Jamais houve um período stalinista na China. E se Stalin é admirado pelo povo chinês, isto se deve ao forte apoio que deu à revolução chinesa e ao seu desempenho na Segunda Guerra Mundial. Seus erros, entretanto, são reconhecidos. Por outro lado, a revolução chinesa completa em 1979 trinta anos, enquanto a russa já tem mais de sessenta. É razoável, portanto, ter mais esperança quanto à implantação da democracia e do socialismo na China do que na União Soviética.

Na verdade, a despeito de a Revolução Cultural ter sido abandonada, a formação estatal chinesa apresenta êxitos extraordinários. Em trinta anos, o desenvolvimento econômico foi notável. E seus frutos foram repartidos entre todo o povo de maneira extraordinariamente eqüitativa, ainda que não equalitária. Não há fome, não há subnutrição, não há analfabetismo na China, enquanto em países com renda por habitante muito maior estes males estão presentes e parecem insuportáveis. Os índices de crimi-

nalidade são baixíssimos, a prostituição desapareceu, a medicina socializada abrange toda a população, os direitos das mulheres em relação aos homens apresentam progressos notáveis. Ainda que também se dê ênfase à indústria pesada, a agricultura e a indústria ligeira recebem certa prioridade, na medida em que primeiro é preciso alimentar e vestir o povo. Esta é também uma política muito diferente da soviética. Graças a isto e a um índice de crescimento populacional cada vez menor, o padrão de vida do povo melhora dia a dia. No presente momento começa a generalizar-se o uso das máquinas fotográficas e dos aparelhos de televisão. Em 1978 a produção agrícola cresceu 8,9% e a industrial 13,5%; em 1979, de acordo com o plano nacional, a agricultura deverá crescer 4%, a indústria ligeira 8,3% e a indústria pesada 7,6%; a produção de máquinas fotográficas, no entanto, deverá crescer 23% e a de televisores, 100%.[24]

* * *

Os êxitos econômicos e sociais do regime chinês são, portanto, notáveis. Já o eram antes da Revolução Cultural e continuaram a sê-lo depois. Por outro lado, embora possamos falar em uma sociedade de classes, já observamos que as diferenças são bastante reduzidas, quando comparadas aos padrões dos países capitalistas centrais, e reduzidíssimas em relação aos países subdesenvolvidos. O fato de a China ser ainda um país dominantemente camponês, com cerca de 80% da população vivendo no campo, somado a uma reforma agrária de caráter efetivamente socialista, baseada na criação das comunas populares subdivididas em brigadas de produção, é também um fator importante para explicar a persistência de traços socialistas na formação social chinesa. Reduzir as comunas a um sistema de administração burocrática é hoje uma tarefa extremamente difícil na China, e provavelmente não entra nas considerações dos dirigentes chineses.

Por outro lado, a Revolução Cultural deixou suas marcas na liderança chinesa. A autogestão ou pelo menos a participação dos trabalhadores continua um objetivo, ainda que no momento postergado. Afirma o presidente chinês: "Nós devemos instaurar nas empresas um sistema de

[24] Relatório do ministro das finanças, Zhang Jintu. "L'Economie Chinoise en 1978 et 1979." *Beijing Informa.* n. 26, 2 jul. 1979, p. 8-10.

representação dos trabalhadores, os responsáveis pelas empresas deverão prestar contas regularmente de suas atividades perante às assembléias de trabalhadores e ouvir seus conselhos". [25] Por outro lado, ainda que se procure conter ao invés de estimular a luta de classes, os dirigentes chineses estão cientes dos desvios em que pode incidir a tecnoburocracia. Afirma o presidente chinês, depois de elogiar os funcionários e administradores: "Entretanto, há também aqueles que imaginam que os deveres e a disciplina são exclusivamente destinados às massas, e que os administradores, em particular os administradores superiores, não têm senão direitos, não existindo para eles deveres, estando dispensados da disciplina". [26] No mesmo sentido, afirma também: "Nós devemos impedir de forma absoluta que nossos administradores, que são servidores do povo, se transformem em senhores que dominem o povo". [27]

É claro que essas afirmações podem ser atribuídas à mera retórica. Não há dúvida de que os dirigentes chineses se vêem envolvidos em contradições que simples palavras não resolvem. Mas não há razão para negar qualquer validade a essas afirmações. Tudo o que se pode observar na China indica que elas também têm uma base na realidade.

A experiência chinesa mostra que as formações sociais onde o modo de produção estatal é dominante podem variar muito de uma para outra. Parte das críticas que se dirigem ao regime soviético não são aplicáveis ao chinês. Do ponto de vista da eliminação da sociedade de classes, o término da Revolução Cultural foi um retrocesso. Mas no plano da democracia não houve retrocesso; pelo contrário, tudo indica que houve algum progresso, embora a China esteja longe de ser um país democrático. Como a União Soviética anteriormente, a China vem logrando grandes êxitos econômicos. E a distribuição de renda na China é provavelmente mais eqüitativa do que na União Soviética, embora neste país também já se tenha alcançado grande equiparação, em termos de padrão de vida (não em termos de poder) entre os intelectuais e os trabalhadores manuais.

A revolução chinesa tinha três grandes objetivos: o socialismo, a independência nacional e o desenvolvimento econômico. Os dois últimos objetivos estão sendo atingidos com extraordinário êxito. O primeiro não pode ainda ser realizado. A burguesia foi eliminada, as desigualdades eco-

[25] *Op. cit.*, p. 27.
[26] *Op. cit.*, p. 29-30.
[27] *Op. cit.*, p. 27-8.

nômicas reduziram-se drasticamente, mas uma nova classe dominante assumiu autoritariamente o poder. A China não estava preparada para o socialismo, porque seu povo não estava ainda em condições de caminhar no sentido da eliminação das diferenças principalmente de poder entre trabalho intelectual e trabalho manual, especialmente se se desejava, ao mesmo tempo, alcançar os dois outros objetivos: modernização e independência nacional. Por isso não restou outra alternativa à China senão transformar-se em uma formação social dominantemente estatal. Mas a análise que acabamos de realizar também parece ter deixado claro que nessa formação social já existem traços autenticamente socialistas. Se essas características vão se acentuar ou vão se esvanecer é difícil prever. Prefiro ficar com a primeira alternativa. Por outro lado, se valeu a pena para o povo chinês pagar o preço do estatismo e do correspondente autoritarismo, ou se ele teria outras alternativas mais favoráveis, é uma escolha que os ocidentais, acostumados à democracia, têm dificuldade de fazer. Não creio, entretanto, que o povo chinês enfrente a mesma dificuldade.

Para os países capitalistas centrais, que iniciaram sua industrialização no século passado ou mesmo antes disso, havia uma alternativa democrática. Vimos, entretanto, que os países centrais que se atrasaram no seu processo de industrialização já tiveram que recorrer ao autoritarismo. Em qualquer hipótese, nos países capitalistas centrais a democracia e a modernização, ainda que não fossem uma dádiva da burguesia, foram conquistadas sob o domínio dessa classe. Hoje as liberdades democráticas constituem-se em uma conquista fundamental da humanidade. Para os países subdesenvolvidos, entretanto, que realizam sua industrialização neste século, a situação é muito diferente. Aqueles que já possuíam burguesias relativamente desenvolvidas podem tentar reproduzir a experiência política liberal. Mas como o caso do Brasil, entre muitos outros, deixa muito claro, esse projeto é cheio de percalços. Já os países subdesenvolvidos em que a burguesia local não tinha qualquer possibilidade de liderar um processo de modernização, a única alternativa era a tomada do poder por uma tecnoburocracia estatal. Este é o caso da China e da maioria dos países asiáticos e africanos. Mas isto não significa que todos deverão seguir um caminho único. Como o caso da China demonstra com clareza, as formações sociais em que o modo estatal de produção é dominante podem variar bastante entre si. Afinal, o Estado moderno, na medida em que é antes de mais nada um agente de modernização, é também o ins-

trumento por excelência através do qual os homens fazem sua própria história.

É certo que, ao criar o Estado como demiurgo da história, a sociedade civil também cria ou dá a oportunidade de surgimento a uma nova classe dominante: a tecnoburocracia. Define-se, assim, a contradição fundamental do nosso tempo, da qual a China é um espelho dramático. Na medida em que a sociedade quer se tornar senhora de sua própria história, visa à independência nacional, ao desenvolvimento econômico e ao socialismo, ela cria o Estado. Mas, ao fazê-lo, ela está ameaçada de cair sob o domínio de uma nova classe que esse próprio Estado engendrou.

CAPÍTULO XXIV

A União Soviética e as Classes

PROBLEMAS SEMELHANTES são enfrentados pela União Soviética, embora esse país já se encontre em estágio de desenvolvimento econômico muito superior ao da China. Na verdade, as semelhanças entre as duas sociedades são muito grandes, a partir do fato de que em ambas o modo estatal de produção é dominante.

Os êxitos econômicos também foram extraordinários na União Soviética. E o grau de equalitarismo na União Soviética é provavelmente quase tão grande quanto na China. As diferenças econômicas entre operários e a maioria dos trabalhadores intelectuais são muito pequenas. Como todo o custo da educação é assumido pelo Estado, não se considera um custo para o indivíduo estudar mais. Por isso os exames vestibulares para as universidades continuam concorridíssimos, embora os salários de operários e trabalhadores intelectuais sejam semelhantes. Os tecnoburocratas, entretanto, têm uma possibilidade de maior mobilidade profissional, o que afinal pode garantir um pouco mais de renda e muito mais poder. É esta possibilidade de alcançar mais poder e maior participação no excedente que nos permite falar em uma nova classe de tecnoburocratas.

É preciso, entretanto, admitir que os privilégios econômicos alcançados por essa classe são muito menores do que os alcançados pela alta burguesia nos países capitalistas e menores, também, do que os da alta tecnoburocracia nos países capitalistas. Esta, na medida em que serve a burguesia, administrando seus negócios, se sente com direito a padrões

de vida semelhantes aos da burguesia. Já em países como a União Soviética e a China, onde a burguesia foi eliminada, a alta tecnoburocracia não tem esta razão para se diferenciar economicamente dos trabalhadores. Por outro lado, toda a ideologia equalitarista do socialismo, condenando a distinção entre trabalho manual e intelectual, dificulta essa diferenciação. Enquanto nos países capitalistas a ideologia que valoriza o trabalho intelectual sobre o manual está profundamente entranhada, na China como na União Soviética essa ideologia é oficialmente condenada. Na União Soviética encontrei um engenheiro finlandês que se revelava indignado com a pouca valorização do trabalho dos técnicos quando comparado com o do operário manual. Sua reação era semelhante à do magistrado brasileiro na China ao ver que o chefe de uma brigada de mais de 800 pessoas, controlando 300 hectares de terras férteis, era um camponês como qualquer outro. Esta "inversão da ordem natural das coisas" está acontecendo tanto na União Soviética quanto na China. O trabalho intelectual é menos árduo e afinal pode permitir a alguns maior poder e participação no excedente. Por isso é ainda preferido, apesar dos longos anos de estudos e de os salários tenderem a ser semelhantes aos dos operários durante muitos anos.

Isto não significa que exista na União Soviética uma sociedade igualitária. Como na China, e talvez um pouco mais acentuadamente, as diferenças de remuneração existem. Em 1972, quando o salário mínimo na União Soviética era de 60 a 70 rublos e o salário médio de 130 rublos mensais, Mervyn Matthews estimou que cerca de 0,2% da força de trabalho eram constituídas por uma elite ganhando ordenados superiores a 450 rublos. [28]

Estas diferenças, que incluem os ganhos indiretos, são suficientes para demonstrar que as diferenças de classe não desapareceram na União Soviética. Mas revelam que estas diferenças são muito menores do que nos países capitalistas. Nesta pesquisa o objetivo explícito de Mervyn Matthews era o de "provar que privilégios políticos, econômicos e sociais existem sob o comunismo". [29] No entanto, no final do livro o autor admite que "a família soviética de elite no início dos anos setenta possuía um padrão de vida aproximadamente igual ou talvez um pouco abaixo ao de uma família norte-americana média". [30] Ora, ainda que a renda por habitante

[28] *Privilege in the Soviet Union.* Londres, George Allen & Unwin, 1978. p. 22.
[29] *Idem*, p. 7.

na União Soviética ainda seja consideravelmente inferior à dos Estados Unidos, torna-se difícil demonstrar a existência de grandes privilégios ou grandes diferenças de classe na União Soviética a partir de padrões de consumo tão modesto para a elite soviética, estimada pelo autor em 0,2% da população.

Por outro lado, é importante assinalar que não existe uma tendência ao aumento das desigualdades na União Soviética. Este fenômeno ocorreu durante a dominação stalinista, mas há indicações seguras de que a partir dos anos cinqüenta houve uma reversão dessa tendência, com a diminuição sistemática das diferenças entre a tecnoburocracia e os trabalhadores manuais. [31]

Sem dúvida, é possível falar em classes na União Soviética: em uma classe dominante de tecnoburocratas ou "intelectuais" e em uma classe de trabalhadores manuais. Mas as diferenças de classes, do ponto de vista econômico, são reduzidas. Dentro da tecnoburocracia, apenas uma pequena percentagem dos altos administradores do Partido Comunista, do governo e das grandes empresas estatais alcançava padrões de vida claramente diferenciados dos padrões de vida dos trabalhadores manuais, mas mesmo nesse caso as diferenças são consideravelmente menores do que nos países capitalistas. Por outro lado, a mobilidade social, ainda que limitada, é maior na União Soviética e na China do que nos países capitalistas.

Estas considerações deixam claro que a aplicação das teorias sobre as classes sociais formuladas para explicar as sociedades capitalistas decididamente deve ser feita com muito cuidado para a análise da situação social em países como a União Soviética. Na verdade, em formações sociais dominantemente estatais, só podemos falar em classes sociais, em sentido lato, na medida em que podemos identificar as relações de produção tecnoburocráticas ou estatais, e dividir a sociedade em uma classe dominante, que tem, em diversos graus, o controle da organização burocrática estatal, e uma classe dominada, formada pelos trabalhadores manuais. Enquanto os trabalhadores recebem salários diretamente relacio-

30 *Idem*, p. 177.

31 Goldthorpe, John H. "Estratificação Social na Sociedade Industrial." In: Neuma Aguiar (org.). *Hierarquia em classes sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 245-6. O autor baseia suas afirmações nos levantamentos realizados por Robert A. Feldmesser e Alec Nove. A mesma conclusão chega Leonard Joel Kirsch (*Soviet Wages: Changes in Structure and Administration Since 1956*. Boston, MIT Press, 1972. p. apud David Laibman) (ver nota seguinte).

nados com sua produtividade, os tecnoburocratas recebem ordenados que dependem de sua posição hierárquica na organização estatal.

Não devemos, entretanto, enfatizar estas distinções baseadas na inserção dos dois grupos nas relações de produção, porque ao contrário do capitalismo, que é uma sociedade de classes em sentido estrito, em que o elemento econômico é fundamental, nas sociedades estatais, as classes em sentido lato assumem o caráter de camadas sociais relativamente fluidas, caracterizadas por grande mobilidade social, em que o fator político tem papel fundamental. Mais especificamente, temos uma classe tecnoburocrática, que deve ser subdividida pelo menos em duas camadas — a alta e a média tecnoburocracia — e uma classe de trabalhadores, que também pode ser subdividida em camadas. As diferenças entre a média tecnoburocracia e os trabalhadores, em termos de renda, de prestígio e poder, são pequenas. E mesmo as diferenças em termos de renda entre a alta tecnoburocracia e as demais camadas da sociedade são pequenas. O que distingue fundamentalmente a alta tecnoburocracia do restante da sociedade é o fato de em seus membros se concentrarem todo o prestígio e o poder.

É preciso assinalar, por outro lado, que esse prestígio é esse poder não derivam da propriedade direta de meios de produção, mas da posição na hierarquia da organização. A propriedade tecnoburocrática é coletiva. Para que possa se concretizar em termos da fruição de bens, ela deve ser mediatizada pela posição ocupada pelo tecnoburocrata na hierarquia organizacional. O poder, portanto, confunde-se com a posição na hierarquia da organização ou dela deriva. Quanto maior for o poder (e a dimensão) da própria organização, e mais elevada a posição do tecnoburocrata na hierarquia organizacional, maior será seu poder pessoal. Esse poder será a fonte de acesso aos bens materiais e não vice-versa, como acontece no capitalismo, em que é a propriedade direta do capital que determina a posição social.

David Laibman faz uma crítica das duas teorias mais comuns sobre a formação social soviética — a teoria do capitalismo de Estado e a teoria que venho procurando ajudar a desenvolver da emergência de uma nova classe burocrática — para concluir que a URSS seria uma sociedade capitalista. Vale a pena ler seu trabalho pela bem estruturada crítica à teoria do capitalismo de Estado e pela análise factual da formação social soviética. Sua análise, entretanto, deixa muito a desejar quando se refere à teoria do estatismo e da classe tecnoburocrática, seja porque não a conhece

suficientemente, seja porque continua apegado a conceitos marxistas relacionados exclusivamente com o capitalismo e, portanto, inadequados para a compreensão de um novo fenômeno social, como é o modo estatal ou tecnoburocrático de produção. [32]

As diferenças de poder e prestígio entre a alta tecnoburocracia e o restante da sociedade são, portanto, muito grandes. Mas já vimos que não implicam, em absoluto, diferenças econômicas marcantes. O padrão de vida na União Soviética é uniformemente elevado. Se na China não há miseráveis, na União Soviética não há pobres. Moscou e Leningrado são duas magníficas cidades. Os prédios de apartamento, que não param de ser construídos, são modernos e construídos no meio de gramados, à semelhança das superquadras de Brasília. Os bens de consumo continuam limitados, na medida em que o poder aquisitivo do povo é maior do que a capacidade de produção. A alimentação é abundante. Não existe a variedade de bens existentes nos países capitalistas, primeiro, porque não se limita o consumo através do preço e, segundo, porque, quando um bem é colocado no mercado, espera-se que praticamente todo o povo possa vir a comprá-lo. Isto ainda não é verdade em relação aos automóveis, embora o número de automóveis particulares nas ruas esteja crescendo muito.

Não há praticamente inflação. Os preços dos produtos básicos alimentícios e não-alimentícios foram congelados em 1955 e permaneceram praticamente estáveis desde então. Por outro lado, os salários quase triplicaram nesse período. Na verdade, o preço dos produtos não-alimentícios caiu um pouco e o dos produtos alimentícios subiu ligeiramente. Teria subido bem mais não fosse um amplo programa de subsídios aos produtos alimentares básicos, aos transportes coletivos e à habitação. Aliás, é preciso observar que, em virtude destes subsídios, os preços definitivamente não correspondem aos valores-trabalho na União Soviética. Ao contrário do modo capitalista de produção, em que todos os bens são transformados em mercadorias com o objetivo de serem intercambiadas pelo seu respectivo valor de troca, na União Soviética os preços têm um componente político muito forte.

32 Laibman, David. "The 'State Capitalist' and 'Bureaucratic-Exploitative' Interpretations of the Soviet Social Formation: a Critique." *The Review of Radical Political Economics*, v. 10, n. 4, inverno 1978, p. 24-34.

CAPÍTULO XXV

O Autoritarismo Monolítico

O GRANDE PROBLEMA DA sociedade soviética obviamente não reside na área econômica, nem na área social. Apesar de todas as dificuldades que enfrenta, não há dúvida de que a sociedade soviética é economicamente muito dinâmica, a distribuição da renda tende mais para o equalitarismo do que para grandes diferenças entre as famílias, a mobilidade social é acentuada, embora ainda esteja longe de ser plena, em virtude dos esforços dos tecnoburocratas em assegurarem a mesma posição social para seus filhos. O grande problema da União Soviética obviamente é político. O regime soviético é um regime *monoliticamente autoritário*. Apesar de o discurso oficial soviético, como o chinês, falar insistentemente em democracia socialista, o regime é definitivamente ditatorial. A "democracia soviética" é garantida pela Constituição e tem como princípios a igualdade perante a lei, os direitos iguais para as mulheres, a igualdade das nações e etnias, o direito de participar do governo em todos os seus níveis. Conforme afirma um livro que reproduz as posições oficiais do governo soviético sobre o assunto, "nas bases da democracia socialista estão a concepção da propriedade socialista e do sistema econômico socialista, juntamente com a crescente homogeneidade do povo soviético, o qual se constitui em uma nova comunidade histórica".[33] E logo a

[33] Kerimov, D. A. (org.) *Soviet Democracy in the Period of Developed Socialism*. Moscou, Progress Publishers, 1979. p. 6.

seguir, depois de esclarecer que uma "firme união e total cooperação foram estabelecidos entre a classe operária, os camponeses das fazendas coletivas e os intelectuais", não podendo, portanto, se falar em luta de classes, os autores definem a democracia socialista: "A participação de cada cidadão na administração dos negócios comuns da sociedade é a essência da concepção maxista-leninista de democracia". [34]

Deve ficar bem claro, porém, que a liberdade assegurada pela Constituição não pode ser usada contra a segurança nacional e a ordem pública socialista. Segundo o art. 50 da Constituição da União Soviética, estão assegurados os direitos de liberdade de expressão, imprensa, desfile e manifestação de rua. Mas, como esclarece um folheto explicativo da Constituição soviética, a grande diferença e a grande vantagem da democracia soviética sobre a democracia burguesa está no fato de não serem permitidos movimentos políticos sociais como os partidos fascistas. [35] Na verdade, em nome da segurança nacional e da manutenção do regime político vigente, a União Soviética pratica uma rígida ditadura. O discurso oficial soviético é "democrático", mas a democracia inexiste. Esta contradição, aliás, é comum a todos os regimes ditatoriais, como a recente experiência ditatorial no Brasil demonstrou. Entretanto, enquanto a ditadura era um corpo relativamente estranho dentro da sociedade brasileira e já foi fortemente amenizada, na União Soviética como na China está profundamente integrada em sua formação social, em virtude de seu caráter dominantemente tecnoburocrático ou estatal.

A inexistência de democracia tanto na União Soviética como na China obviamente não constitui um acidente ou desvio passageiro. Da mesma forma que as diferenças de classe e de riqueza são um elemento estrutural no capitalismo, a ditadura de uma oligarquia burocrática é inerente às formações sociais estatais. Toda a sociedade é reduzida à condição de uma organização burocrática. Em última análise, a organização burocrática ou aparelho estatal abrange toda a sociedade. Em conseqüência, dois princípios correlatos, essencialmente antidemocráticos — a centralização e a hierarquia — se estendem sobre toda a sociedade. Fala-se insistentemente em descentralização, como nas organizações burocráticas, mas a descentralização não é outra coisa senão uma estratégia de manter o poder final concentrado no alto da pirâmide hierárquica. Cen-

[34] *Idem*, p. 7 e 13.
[35] *A Constituição da URSS Garante*. Moscou, Agência de Imprensa Novosti, 1979. p. 44.

tralização ou "centralismo democrático", de acordo com a expressão chinesa e soviética, e hierarquia ou "disciplina e unidade monolítica do povo" são as duas bases do sistema de poder em um regime estatal. A democracia, além de se constituir em uma retórica ideológica, é também um meio para que esta unidade monolítica seja alcançada através do Estado. Nos termos da publicação semi-oficial soviética já citada, "a democracia funciona como um princípio fundamental de unificação e de maior unidade entre a sociedade e o Estado". [36] Conforme reconhece Francis Cohen, membro do Partido Comunista Francês,

> no centro da questão existe sem dúvida uma idéia: a do monopolitismo. Ou seja, em virtude do desaparecimento da exploração capitalista, e do surgimento de uma certa homogeneidade social, toda a vida política, cultural e ideológica deve formar um bloco coerente; no limite ela deve ser pensada de uma maneira única, em um único lugar, de onde é extraída e em seguida se propaga como espécie de quinta-essência. [37]

A democracia plena é incompatível com o capitalismo, na medida em que este está baseado na desigualdade econômica, mas é mais incompatível ainda com o estatismo, já que está fundado na hierarquia organizacional. Isto não significa que uma formação dominantemente estatal, em que a autogestão ainda não se implantou em todos os níveis da produção e da própria administração pública, não possa ser democrática. Mas para isso será necessário que a transição para o socialismo esteja avançada e/ou que a crítica interna ao autoritarismo burocrático ganhe vigor para que essa transição se inicie.

[36] D. A. Kerimox et alii. *Op. cite.*, p. 11.
[37] Adler, Alexandre, Francis Cohen e outros. *L'URSS et nous*. Paris, Editions Sociales. 1978. p. 132.

CAPÍTULO XXVI

Semelhanças e Perspectivas

O CONTROLE ESTATAL DA economia é, antes de mais nada, uma estratégia de industrialização e desenvolvimento para sociedades atrasadas. No caso da União Soviética e da China, esta estratégia coincidiu com revoluções originalmente socialistas. A lógica da industrialização estatal, entretanto, sobrepôs-se ao idealismo revolucionário socialista. As demandas do desenvolvimento das forças produtivas, consubstanciadas em maior unidade e organização social, aliaram-se aos interesses de uma nova classe de tecnoburocratas austeros e modernizantes, que emergiu do seio da revolução socialista. A experiência soviética já tem mais de sessenta anos, a chinesa completa agora trinta anos. Na União Soviética, com a morte prematura de Lenin, a burocracia tomou cedo o poder, sob a liderança de Stalin; na China, a resistência de Mao à burocracia foi muito mais longa e profunda. Em ambos os casos, e em particular na China, houve uma certa caminhada em direção ao socialismo, mas mais decisivo foi o percurso em direção ao estatismo, apoiado nas necessidades ou pressões de maior desenvolvimento das forças produtivas.

Na China, com a retomada do poder pela tecnoburocracia, depois do fim da Revolução Cultural, o processo de abertura em relação ao Ocidente acelerou-se, ao mesmo tempo em que o processo de desenvolvimento voltava a ter precedência sobre a distribuição de renda e a autogestão operária. A política das quatro modernizações foi transformada no imperativo fundamental da sociedade chinesa. Disciplina, trabalho árduo,

hierarquia, divisão de trabalho, incentivos monetários foram novamente enfatizados. Ao mesmo tempo, a China passava a dar prioridade absoluta à transferência de tecnologia, os investimentos das multinacionais eram estimulados, o turismo transformava-se em uma fonte de divisas, o comércio com os países capitalistas crescia rapidamente.

Face a estas modificações, alguns imaginaram que a China estaria caminhando no sentido do capitalismo. Esta suposição não tem nenhum fundamento. O capitalismo foi há muito liquidado na China e não apresenta qualquer perspectiva de ser ressuscitado.

Outros se perguntaram: será que, ao entrar em contato com a tecnologia e os bens de consumo do Ocidente, o regime chinês não irá se desfigurar?

Esta questão é mais pertinente. E para respondê-la será preciso primeiro saber o que significa o "desfiguramento do regime chinês". Se significa o progressivo abandono do socialismo e sua substituição pelo estatismo, esse processo está em pleno desenvolvimento. A absorção acelerada de tecnologia ocidental poderá apressá-lo, mas não implicará nenhuma mudança de tendência. Mudança de tendência seria a Revolução Cultural, mas ela foi abandonada.

Ora, na medida em que a formação social chinesa se torna aos poucos dominantemente estatal ou tecnoburocrática, ela se aproxima da formação social soviética, apesar de todas as divergências de ordem política. Historicamente, o fato de dois países caracterizarem-se pelo mesmo modo de produção jamais os impediu de serem inimigos.

As semelhanças entre as duas formações sociais são notáveis. O Estado é o único proprietário dos meios de produção, uma tecnoburocracia modernizante, nacionalista, autoritária e economicamente ascética controla o Estado. Um claro igualitarismo econômico e crescentes padrões de vida (estando os da União Soviética em um estágio naturalmente muito superior aos da China) garantem grande estabilidade política. Os privilégios da relativamente reduzida tecnoburocracia dominante dependem das posições na hierarquia do Partido e do governo. Estes privilégios, por sua vez, traduzem-se muito mais em poder e prestígio do que em vantagens econômicas. Ao contrário do capitalismo, em que o poder depende fortemente da capacidade de apropriação do excedente econômico, em ambos os países o poder é autônomo em relação à forma de apropriação do excedente. Esta é feita pelos tecnoburocratas através de ordenados diretos e indiretos, mas estes ordenados não chegam a estabelecer dife-

renças econômicas radicais com os demais trabalhadores. A média tecnoburocracia tende a receber ordenados semelhantes senão inferiores aos dos trabalhadores manuais.

No plano econômico, além do controle estatal, temos ainda outras semelhanças: o planejamento econômico centralizado; a gestão relativamente descentralizada das empresas; a maior autonomia das unidades econômicas no setor agrícola; a estabilidade de preços; os subsídios ao consumo de bens básicos; o baixo preço dos aluguéis; a ênfase na indústria pesada e de bens de capital; o crescimento rápido do produto nacional; a elevação persistente dos padrões de consumo de toda a população. No plano social, uma estrutura de classes semelhante: alta tecnoburocracia de um lado, média tecnoburocracia, trabalhadores urbanos e camponeses de outro; um igualitarismo econômico bastante acentuado. No plano político, o marxismo-leninismo como ideologia oficial; o partido único; o autoritarismo; a estrutura burocrático-hierarquizada do poder; a existência de eleições indiretas que, ao mesmo tempo que buscam legitimar a ordem estabelecida, permitem às bases uma certa participação política; o nacionalismo; a tendência ao imperialismo.

Estas são as semelhanças. Derivam todas do caráter dominantemente estatal e subsidiariamente socialista de ambas as formações sociais. Sem dúvida, o grau de desenvolvimento das forças produtivas é muito mais elevado na União Soviética, a revolução russa tem um pouco mais do dobro da idade da chinesa, o poder da tecnoburocracia está ali mais sofisticado, o estatismo está mais estruturado. Por outro lado, o sistema de comunas e brigadas, segundo o qual está organizada a agricultura chinesa, tem um caráter autenticamente cooperativo, autogestionário, ao mesmo tempo em que se coaduna com as mais antigas tradições chinesas. Por essas razões e pela herança revolucionária de Mao Tsé-tung, podemos ter esperança de que a China se mantenha uma sociedade um pouco mais flexível e aberta.

Mas, se queremos ser realistas, devemos admitir que o caminho dos dois países, com todas as suas qualidades e defeitos, é muito semelhante. Em ambos, o socialismo e a democracia foram colocados em segundo plano em nome da racionalidade tecnoburocrática, do desenvolvimento econômico, da segurança nacional e da elevação dos padrões de vida.

A grande incógnita que o futuro nos reserva é saber se será possível alcançar afinal o socialismo e a democracia, a partir destas experiências estatais ou tecnoburocráticas. O socialismo, a autogestão, a descentrali-

zação econômica, a democracia plena continuam no horizonte das propostas utópicas mas possíveis, tanto para os países capitalistas quanto para os estatais, como a União Soviética e a China. As revoluções socialistas nesses dois países foram prematuras. Nem as forças produtivas haviam alcançado um grau de desenvolvimento, nem o povo havia atingido um nível de cultura e uma capacidade de autogestão suficientes para o socialismo. A burguesia, que se constituía em obstáculo ao socialismo, foi destruída, mas em seu lugar surgiu uma tecnoburocracia cujo poder e privilégios dependem diretamente do sistema estatal implantado. Nenhum dos dois países estava maduro para o socialismo. Para acelerar sua modernização e garantir a independência nacional, acabaram tornando-se formações sociais dominantemente estatais. É certo que as mudanças necessárias para se alcançar o socialismo talvez pudessem ser menos revolucionárias na China ou na União Soviética do que seriam nos países capitalistas avançados, mas, dado o autoritarismo monolítico do regime, é difícil divisar perspectivas para o verdadeiro socialismo e a verdadeira democracia nesses dois países.

CONCLUSÃO

Capitalismo de Estado, Estatismo e Socialismo Autogestionário

Neste livro vimos que o extraordinário crescimento das organizações burocráticas públicas e privadas e o decisivo aumento do grau de intervenção do estado na economia determinaram o surgimento de uma nova classe social — a tecnoburocracia — e de uma nova relação de produção que tende a se substituir ao capital — a organização — e conseqüentemente de um novo modo de produção — o estatismo.

Este novo modo de produção tornou-se dominante nas formações sociais geralmente consideradas "socialistas", como a União Soviética, a China, os países do leste europeu e alguns países periféricos, como o Vietnã e a Argélia, que se transformaram assim em sociedades tecnoburocráticas. Nos países subdesenvolvidos, especialmente aqueles que alcançaram um grau intermediário de desenvolvimento — os países subdesenvolvidos industrializados — como o Brasil, o México, a Índia, ou a Coréia do Sul — o estado assumiu um papel decisivo, no processo de desenvolvimento econômico, amplos traços do modo estatal ou tecnoburocrático de produção se delinearam em suas respectivas formações sociais, mas estes países continuaram fundamentalmente capitalistas, a burguesia continuou a ser a classe dominante, a tecnoburocracia, ainda que com seus poderes e sua participação no excedente através de ordenados muito aumentada, permaneceu como classe auxiliar da burguesia. Nos países capi-

talistas, centrais, em que a intervenção do estado no processo de acumulação foi menor, concentrando-se mais na produção de serviços de consumo social, a tecnoburocracia desenvolveu-se mais ao nível das grandes organizações empresariais privadas, mas também aqui manteve seu caráter assessora do grande capital. A formação social dos países subdesenvolvidos industrializados pode ser definida como capitalismo de estado dependente, enquanto que a dos países desenvolvidos, simplesmente capitalismo de estado. Alternativamente podemos usar as expressões capitalismo monopolista de estado ou capitalismo tecnoburocrático.

Nas três circunstâncias — países "socialistas", países subdesenvolvidos industrializados, e países capitalistas desenvolvidos —, entretanto, não há dúvida que o velho estamento burocrático renovou-se foi integrado por novos membros; ganhou massa crítica; assumiu de forma crescente a propriedade efetiva das organizações burocráticas, que detêm, por sua vez, dos meios de produção e de informação, e, a partir da definição desta nova relação de produção — a organização — e deste aumento quantitativo de seus membros, o estamento burocrático deu o salto qualitativo que o transformou em uma nova classe: a tecnoburocracia, ou nova classe média, ou classe média empregada.

Muitas vezes a tecnoburocracia é confundida com a classe média como um todo, embora seja necessário distinguir, dentro da classe média, ou, mais precisamente, das camadas médias, três grupos distintos, que efetivamente pertencem a três classes diferentes: (a) a pequena burguesia constituída de produtores agrícolas e artesanais e de pequenos comerciantes, que além de empregar assalariados também trabalham diretamente na produção, e da qual fazem parte também os profissionais liberais autônomos; (b) a média burguesia, já uma classe plenamente capitalista, cujos membros ou vivem de rendas, ou são empresários em médias empresas em que executam funções de supervisão e não de produção direta; e (c) a tecnoburocracia, constituída dos funcionários administradores e técnicos que exercem funções coordenativas, não são proprietários de meios de produção, e recebem ordenados.

Esta nova classe tem como seu grande ativo o conhecimento técnico e organizacional. Na medida em que esse tipo de conhecimento vai se tornando cada vez mais estratégico, seja pela dependência direta que o desenvolvimento econômico passa a ter da incorporação novas tecnologias tornadas cada vez mais complexas, seja pelo crescimento das grandes organizações burocráticas. Em conseqüência o poder da tecnoburocracia

tende a aumentar. O imperativo da acumulação capitalista e, mais genericamente, do desenvolvimento econômico garantem a essa nova classe, sediada no Estado e nas grandes organizações burocráticas empresariais, e dividida em estratos (alta, média e baixa tecnoburocracia), um poder crescente, derivado de sua maior capacidade, efetiva ou suposta, de gerir mais eficientemente as grandes organizações produtivas e o Estado.

A emergência da tecnoburocracia enquanto classe ocorreu ao mesmo tempo em que as sociedades assumiam um caráter cada vez mais estatal. A idéia de que uma sociedade possa ser estatal é contraditória de um ponto de vista burguês, que pensa no Estado em oposição à sociedade civil. Mas deixa de ser contraditória quando nos apercebemos que essa distinção é específica do capitalismo. As formações sociais em que o modo de produção estatal ou tecnoburocrático de produção tornou-se dominante são sociedades estatais ou tecnoburocráticas.

O aumento da intervenção do Estado na economia e o decorrente aumento do poder da tecnoburocracia colocou em questão o problema da democracia. Se o capitalismo, ainda que tenha contribuído para o surgimento das democracias parciais ou formais do mundo moderno, é em última análise incompatível com a democracia, na medida em que as liberdades efetivas são sempre profundamente limitadas pelas diferenças de poder econômico, a sociedade estatal também o é. A experiência dos países "socialistas" é a comprovação deste fato.

Na conclusão deste livro, entretanto, gostaríamos, antes de analisar o problema das relações entre democracia e Estado, de examinar uma questão fundamental: quais as causas mais profundas da crescente intervenção do Estado na economia, nas sociedades capitalistas contemporâneas. Tratam-se de causas estruturais, relacionadas com todo o processo histórico que vimos analisando até aqui, ou meras deformações do sistema social, como o pensamento burguês insiste em afirmar?

A compatibilidade da democracia com um Estado economicamente forte é um tema ideologicamente conturbado, na medida em que nele intervêm interesses de classe contraditórios da burguesia, da tecnoburocracia emergente, e dos trabalhadores. A burguesia apresenta um discurso antiestatizante, em nome da democracia e do capitalismo, embora esteja sempre pronta a promover o aumento da participação do Estado na economia quando isto assegurar economias externas para a acumulação privada; a tecnoburocracia é mais coerentemente estatizante, embora, quando pressionada, tenda a negar qualquer orientação nesse sentido; os tra-

balhadores finalmente, na medida em que são representados pela esquerda, vêm alterando seu discurso socialista e democrático não mais no sentido da estatização das empresas, mas da autogestão operária e da descentralização econômica. Estes discursos, através, dos quais as classes se posicionam diante do fenômeno da intervenção estatal, sugerem uma relação de causa e efeito entre o aumento da intervenção do Estado e aquelas posições ideológicas, mas as contradições em que as classes se encontram imersas já nos deixam entrever que, afinal, os discursos ideológicos são secundários para explicar o fenômeno real.

A crescente participação do Estado na economia determinou, na segunda metade do século XX, que as formações sociais capitalistas assumissem o caráter de capitalismo monopolista de Estado ou capitalismo tecnoburocrático. Estamos muito longe do capitalismo competitivo que definiu a Inglaterra e os Estados Unidos na primeira metade do século XIX. A partir do último quartel desse século tem início um processo generalizado de formação de grandes empresas privadas, assumindo as economias centrais um caráter cada vez mais monopolista. A intervenção do Estado, nos países que realizaram originalmente a Revolução Industrial, só ganha intensidade a partir da grande crise dos anos trinta e da Segunda Guerra Mundial. Nesses países temos, assim, sucessivamente, capitalismo competitivo, capitalismo monopolista e capitalismo de Estado. Já em países retardatários, como foi o caso da Alemanha e do Japão, ainda no século passado, e do Brasil, da Itália, da Espanha, da Índia neste século, as etapas do capitalismo competitivo e do monopolista são saltadas, realizando-se a industrialização nos quadros do capitalismo monopolista de Estado. Em países como a União Soviética, a China ou a Argélia, o salto é ainda maior, e o desenvolvimento industrial se realiza já nos quadros do estatismo.

O que caracteriza, fundamentalmente, o capitalismo tecnoburocrático é o fato de o Estado acrescentar às suas funções clássicas no plano político (organização da repressão e da ordem interna, defesa contra o inimigo externo, legitimação ideológica do sistema de dominação), novas funções no plano econômico: produção de serviços de consumo social, regulamentação econômica, e a própria produção de mercadorias. Além de Estado Repressivo e Legitimador, o Estado é agora também Estado do Bem-Estar, Estado Regulador ou Planejador, e Estado Produtor. Neste processo de emergência do capitalismo tecnoburocrático, o Estado, além de produzir bens e serviços, passa a interferir nas decisões internas das

empresas, especialmente quando regula preços de bens e serviços, salários, juros, e taxa de câmbio, quando estabelece estímulos e subsídios, e monta um complexo sistema fiscal ligado a esse sistema de estímulo e subsídios, e monta um complexo sistema fiscal ligado a esse sistema de estímulo e subsídios. Na verdade o Estado, substituindo-se parcialmente ao mercado na coordenação da economia, transforma-se em um complexo mecanismo de condicionamento da repartição da renda ao determinar os diversos preços da economia, ao subsidiar e ao taxar. Nesse sentido ele planeja ou pretende planejar a taxa de lucro, estabelecendo uma hierarquia de taxas de lucro, de acordo com as prioridades de investimento estabelecidos.

As causas fundamentais da intervenção do Estado na economia e portanto do surgimento do capitalismo monopolista de estado ou capitalismo tecnoburocrático são, em última análise, cinco: (1) as economias derivadas da generalização do consumo social através de gastos estatais em saúde, saneamento básico, educação, lazer e cultura; (2) a incapacidade do mercado de controlar sistemas econômicos baseados em grandes empresas monopolistas e garantir o pleno emprego; e (3) o imperativo burguês da acumulação de capital e da manutenção da taxa de lucro privada; (4) o imperativo social do desenvolvimento econômico que permita a aceleração dos padrões de vida dos trabalhadores; (5) os interesses da tecnoburocracia.

A rigor estas causas poderiam ser reduzidas a uma única: a anarquia e relativa ineficiência das economias de mercado. A identificação daquelas causas, entretanto, permite-nos definir as três funções econômicas básicas do Estado. Primeiro, o custo mais baixo do consumo social em relação ao consumo privado, ou seja, a vantagem econômica do aumento dos bens públicos sobre o aumento dos salários, somada à necessidade de legitimação política do Estado moderno, determinam a formação do Estado do Bem-Estar, que se encarrega da produção e distribuição de bens de consumo social como educação, saúde, saneamento básico, previdência social. Nos países subdesenvolvidos este aspecto do Estado é menos acentuado devido ao menor poder reivindicatório dos trabalhadores.

Segundo, a tendência à insuficiência de demanda e os prejuízos causados pelo desemprego cíclico conduzem ao Estado Regulador. A monopolização das empresas, que planejam suas margens de lucro com relativa independência das condições de mercado, e a formação de grandes sindicatos, que impedem a eventual reestabilização da economia via redu-

ção dos salários reais na fase descendente do ciclo, acentuam aquelas tendências e acabam determinando o surgimento de políticas econômicas de origem keynesiana, que se constituem na base do Estado Regulador.

Terceiro, a falta de capitais no setor privado da economia e a necessidade imperiosa da realização de grandes investimentos em certos setores básicos determinam a formação do Estado Produtor. O Estado assume, sistematicamente, os empreendimentos que exigem grandes volumes de capital e longos períodos de maturação, implicando em baixas taxas de lucro. Estes fatos tornam tais investimentos inviáveis ou desinteressantes para o setor privado. A baixa rentabilidade dos investimentos estatais torna-se altamente funcional para a acumulação privada na medida em que os subsídios representados pelos preços e tarifas relativamente baixos constituem uma contra-tendência à tendência declinante da taxa de lucro. Nessas condições o fato de o Estado investir em áreas altamente intensivas em capital, em que o capital privado não tem condições de entrar, e a baixa rentabilidade desses investimentos implicam em economias externas, que garantem ou estimulam a acumulação privada. Surge assim o Estado Produtor.

Mais genericamente a crescente intervenção do Estado na economia é uma conseqüência do que poderíamos chamar de o imperativo da acumulação capitalista, especialmente para os países economicamente retardatários. A forma especificamente capitalista de coordenação e controle do sistema econômico é o mercado e o sistema de preços. Embora esta forma de controle baseado na concorrência tenha uma série de qualidades, não há dúvida quanto ao seu caráter anarquico e relativamente ineficiente, quando comparado com o sistema de planejamento e portanto de administração da economia pelo Estado. Este fato é especialmente verdadeiro no plano histórico na medida em que este século vem sendo marcado de um lado por um grande desenvolvimento das técnicas de informação e processamento de dados, e de outro da teoria econômica orientada para a intervenção do Estado na economia. Ambos os fatos tornam a política econômica, apesar das imensas limitações que naturalmente enfrenta, muito mais efetiva. Desde o final do século passado, entretanto, a partir das experiências de desenvolvimento da França, da Alemanha e do Japão, ficou clara a superioridade de administração estatal sobre a coordenação pelo mercado do processo de acumulação ampliada do capital.

Além disso o Estado revela possuir uma vantagem decisiva sobre o sistema de mercado na medida em que tem condições de promover pou-

pança forçada. Com isso torna-se capaz de financiar ou de realizar os grandes investimentos necessários à acumulação capitalista. Estes investimentos, realizados nos quadros do Estado Produtor, não se constituiam em uma concorrência mas em um apoio fundamental ao setor capitalista na medida em que as novas empresas estatais (a) tornam-se grandes compradoras das empresas capitalistas principalmente das produtoras de bens de capital, (b) fornecem insumos necessários à produção capitalista (energia, aço, transporte, por exemplo), e (c) fornecem esses insumos a preços muitas vezes subsidiados, constituindo-se em contra-tendência à tendência declinante da taxa de lucro.

Por outro lado torna-se cada vez mais claro que a acumulação privada de capital ganha impulso com a redução da concorrência, através da criação de grandes empresas monopolistas, inclusive de conglomerados financeiros, que através do processo de concentração e centralização do capital não só lograram aumentar suas margens e taxas de lucros mas também impulsionar a incorporação de progresso técnico. Ora, esse processo, embora essencial para o fortalecimento a curto prazo do sistema capitalista, implica (a) na criação de tecnoburocracia privadas cada vez mais poderosas ao nível das empresas e (b) o desenvolvimento de uma tecnoburocracia estatal ao nível do Estado capaz de coordenar ou de regular a ação dessas grandes empresas. A lógica da acumulação exige, assim a crescente intervenção do Estado na economia.

Ao imperativo da acumulação de capitalista soma-se o imperativo do desenvolvimento. Os povos dos países retardatários e principalmente suas classes dominantes, não podendo admitir uma situação de atraso relativo, seja devido ao desejo generalizado em camadas crescentes da população de reproduzir os padrões de consumo dos países mais adiantados, seja devido à necessidade de segurança e afirmação nacional, perceberam que o recurso à intervenção estatal constitui-se na estratégia fundamental de desenvolvimento, na medida em que só o Estado tem condições de arrecadar a poupança forçada necessária. O Estado, administrado por uma tecnoburocracia cada vez mais ampla e melhor preparada tecnicamente, transformou-se no agente fundamental do desenvolvimento. A legitimação da dominação capitalista perante os trabalhadores passava a depender cada vez mais da capacidade da economia de aumentar a produtividade média do sistema e portanto de desenvolver-se. O aumento de produtividade era essencial para que os salários pudessem aumentar sem que baixasse a taxa de lucro. Os salários podiam aumentar diretamente, através do aumento

de dispêndio das empresas, ou indiretamente, através do aumento das despesas do Estado com consumo social. Em qualquer das duas hipóteses, entretanto, era imperioso que a economia se desenvolvesse. Na medida em que o Estado assumia o papel estratégico de principal agente do desenvolvimento, em responsável direto pelas taxas de crescimento econômico, é claro que o aumento do seu grau de intervenção na economia tornou-se um fenômeno intrínseco ao próprio desenvolvimento capitalista.

Entretanto, além do imperativo da acumulação capitalista e das pressões de toda a sociedade por maiores taxas de crescimento, existe uma outra razão para a intervenção crescente do Estado na economia relacionada com a emergência da tecnoburocracia. Esta, cujo poder e participação no excedente aumenta com o crescimento das grandes organizações burocraticas e em especial com o aumento da participação do Estado na economia, transforma-se não apenas no produto desse aumento de participação mas também em um agente ativo da mesma. Da mesma forma que a vocação da burguesia é privatizante, visando sempre a maximização dos lucros privados e a acumulação de capital, a tecnoburocracia é estatizante, tendo como objetivo fundamental a expansão das organizações burocráticas e particularmente do Estado.

Este fato é naturalmente negado pelos representantes da tecnoburocracia. Da mesma forma que eles negam sua qualidade de classe social, os tecnoburocratas recusam a acusação feita pelos representantes da burguesia de que sejam estatizantes. Nos termos da ideologia burguesa dominante, ser estatizante seria um crime. É natural, portanto, que a tecnoburocracia recuse para si esse atributo e procure, sob todas as formas argumentos para demonstrar que o crescimento da intervenção do estado deriva exclusivamente do imperativo da acumulação capitalista.

Na verdade não se trata de optar entre um e outro tipo de causa para o aumento da intervenção do estado na economia. Não há dúvida que a razão principal está no imperativo da acumulação capitalista, na medida em que as políticas do Estado são fruto principalmente dos interesses da classe dominante burguesa. Não há dúvida também que o imperativo do desenvolvimento, do aumento da prosperidade que permita maiores salários e maior bem-estar é uma causa também fundamental, na medida que as políticas do Estado não são o resultado exclusivo das pressões da classe dominante, mas são fruto da luta de classes. Nestes termos, já que os trabalhadores, organizados política e sindicalmente, vêm logrando uma influência crescente, principalmente nos países capitalistas centrais, é na-

tural que o imperativo do desenvolvimento econômico e social tenha também um peso para explicar a intervenção estatal na economia.

Ora, é exatamente seguindo esta mesma linha de raciocínio que a quinta causa deve ser acrescentada. Se a tecnoburocracia deixou de ser um mero estamento para assumir a condição de nova classe social emergente, isto ocorreu não apenas porque uma nova relação de produção — a organização, ou controle coletivo pela tecnoburocracia das organizações burocráticas, que por sua vez são proprietários dos meios de produção — definiu-se como historicamente significativa, mas também porque esta nova classe média multiplicou-se extraordinariamente no bojo das organizações burocráticas, e especialmente dentro do Estado, ganhou poder e autonomia relativa junto à burguesia. Ora, na medida em que estes fatos ocorriam é claro que a tecnoburocracia, em particular sua fração estatal, passava a poder influenciar o Estado dentro do qual estava situada. Esta influência não se exerce apenas no sentido de racionalizar suas atividades, ou de procurar se beneficiar através do direcionamento das despesas do Estado em seu favor. Expressa-se também no sentido de aumentar a abrangência da ação estatal, de aumentar o grau de intervenção do Estado na economia. O Estado do Bem-Estar, o Estado Regulador e o Estado Produtor não são fruto da vontade dos tecnoburocratas. Já vimos que outras causas relacionadas com o que chamamos de imperativo da acumulação e imperativo do desenvolvimento contribuiram de forma decisiva para sua emergência nos quadros do capitalismo tecnoburocrático contemporâneo. Mas não há dúvida que nesse mesmo processo emergia uma classe tecnoburocrática a qual, por sua vez, passava a influenciar no sentido do aumento da intervenção estatal, a partir, inclusive da crença na sua própria superioridade técnica.

Quando se fala em "autonomia relativa do Estado" em relação às classes na verdade o que se está afirmando é que a tecnoburocracia estatal, situada dentro do aparelho do Estado, alcançou suficiente poder para fazer gerar seus objetivos e interesses na definição das políticas públicas. Estas são fruto da luta de classes, ou seja, do peso político relativo das diversas classes e frações de classe. A tecnoburocracia estatal é uma dessas frações de classe cujo peso é sem dúvida crescente, apesar de em geral estar ainda subordinada à alta burguesia. Esta tecnoburocracia estatal tem interesse em aumentar o grau de estatização não apenas porque isto garante maior racionalidade e eficiência ao sistema econômico capitalista

monopolista, mas também porque através dessa estratégia seu próprio poder aumenta.

A emergência da tecnoburocracia enquanto classe assumiu diversas formas. Nos países em que o capitalismo não havia alcançado ainda seu pleno desenvolvimento foi possível à tecnoburocracia assumir o poder total e destruir a burguesia no bojo de revoluções operárias e camponesas com objetivos originariamente socialistas. É o caso da União Soviética, da China e em geral de todos os países chamados "socialistas", mas que na verdade não o são porque continua a neles prevalecer uma estrutura de classes além de um forte autoritarismo. Se o socialismo é a sociedade democrática sem classes, é claro que aquelas formações sociais não são dominantemente socialistas, embora possam ter traços de socialismo. Também não são capitalistas. A tese muito difundida de que teríamos nesses países um capitalismo de Estado ou um capitalismo burocrático é insustentável. Um capitalismo sem capital, sem propriedade privada dos meios de produção é um *non sense*. Imaginar que os tecnoburocratas obedecem à lógica do capital, que personifiquem o capital, é outra violência ao materialismo histórico. Afundamo-nos em plena metafísica do capital. Inventamos um capital e um capitalismo sem capitalistas, sem burguesia enquanto classe historicamente definida, sem mercadorias trocadas segundo seu valor, sem equalização da taxa de lucros como mecanismo regulador da alocação do capital e do trabalho. Na verdade as análises que pretendem encontrar em formações sociais como a soviética uma burguesia de Estado e um capitalismo de Estado são de uma pobreza teórica constrangedora. Em comum com a teoria que apresentei neste livro existe o fato de afirmarem que naquele tipo de sociedade não existe ou não prevalece o socialismo. Mas diante desta constatação evidente é necessário dar um passo teórico adicional. É necessário definir os fatos históricos novos com um novo instrumental teórico: o conceito de modo estatal ou tecnoburocrático de produção, e de tecnoburocracia enquanto nova classe. Só assim conseguiremos reter a especificidade seja de fenômenos historicamente vividos e definidos embora ainda muito presentes — o capital e a burguesia — seja dos fenômenos historicamente novos — a organização e a tecnoburocracia.

Nos países subdesenvolvidos industrializados, em que os imperativos do desenvolvimento e da acumulação capitalista foram mais fortes, a tecnoburocracia emergiu como classe auxiliar da burguesia no seio de um aparelho de estado fortemente ampliado. O capitalismo de estado ou capitalismo tecnoburocrático dessas formações sociais mistas, ainda dominante-

mente capitalistas mas crescentemente estatais, caracteriza-se não apenas pela dependência econômica e tecnológica, mas também pelo fato de o Estado assumir principalmente o caráter de Estado Planejador e Estado Produtor. Caracteriza-se também pela forte tendência autoritária desses Estados. A tecnoburocracia e a burguesia se aliam, em comum acordo com as empresas multinacionais, para realizar dois objetivos: aumentar a taxa de acumulação e ao mesmo tempo reproduzir os padrões de consumo de "classe média" dos países centrais. Para realizar esses dois objetivos, em si contraditórios, essas duas classes são levadas a um processo violento de exploração da classe trabalhadora, cujos salários são mantidos ao nível de subsistência, nos termos da teoria clássica dos salários. As contradições geradas por esse tipo de subdesenvolvimento industrializado são naturalmente profundas seja no nível interno, seja no nível externo, na medida em que a reprodução dos padrões de consumo do centro implica em uma tendência intrínseca ao desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Nos países capitalistas centrais, finalmente, define-se também uma formação social mista capitalista tecnoburocrática. O Estado também cresce, mas a ênfase do seu crescimento está no Estado Regulador e no Estado do Bem Estar, mais do que no Estado Produtor. A tecnoburocracia, por sua vez, desenvolve-se mais ao nível do setor privado, assumindo o controle das grandes organizações empresariais, do que ao nível do Estado, o qual, não apenas é relativamente menor do que nos países subdesenvolvidos, mas também controlado politicamente em termos mais democráticos. Isto significa que não apenas a alta tecnoburocracia estatal mas também a grande burguesia têm relativamente menos poder nesses países do que nos países subdesenvolvidos, geralmente autoritários. Ou, vendo-se o problema sob o ângulo das classes e camadas dominadas, significa que os trabalhadores, a média tecnoburocracia privada e estatal e a média burguesia participam mais diretamente do poder nesses países, ainda que estejam subordinados à alta tecnoburocracia estatal e principalmente à grande burguesia. Nesses países as relações de força entre as classes e frações de classes são mais equilibradas e, por isso, menos autoritárias.

Nos países estatais, portanto, a tecnoburocracia, e mais particularmente a alta tecnoburocracia, é a classe dominante e é fortemente autoritária. Nos países subdesenvolvidos industrializados a grande burguesia é a classe dominante, mas a alta tecnoburocracia estatal é também muito poderosa. Ambas se aliam para formar regimes geralmente autoritários. Nos países capitalistas centrais, ainda que a alta tecnoburocracia e principal-

mente a grande burguesia sejam as classes dominantes, são obrigadas a dividir seu poder com as demais classes e frações de classe, de forma que são consideravelmente menos autoritárias, ainda que não cheguem a ser verdadeiramente democráticas.

O fato de a tecnoburocracia ser menos poderosa exatamente nos países capitalistas centrais, em que o desenvolvimento das forças produtivas encontra-se mais avançado, sugere que qualquer determinismo economista em relação à emergência da tecnoburocracia é insustentável. O desenvolvimento das forças produtivas sem dúvida aponta na direção de um papel mais estratégico e de um poder maior para a tecnoburocracia. As economias de escala das grandes organizações, a aceleração do progresso técnico, a necessidade de coordenação administrativa das atividades econômicas dada a incapacidade do mercado de realizar essa tarefa, a necessidade absoluta do planejamento urbano nas grandes metrópoles são todos fatores que indicam um poder crescente para a tecnoburocracia. O outro fator determinante da história, além do desenvolvimento das forças produtivas, entretanto, é a luta de classes, ou seja, são os projetos políticos conflitantes em termos de poder e participação no excedente, das diversas classes e frações de classe. Ora, na medida em que o homem toma conhecimento cada vez maior de suas condicionantes econômicas, e que se organiza política e administrativamente para realizar projetos, a luta das classes vai se tornando o fator decisivo para a história.

Sem cairmos em um voluntarismo ingênuo, que caracteriza hoje não apenas o idealismo individualista burguês, mas também os grupos políticos de extrema esquerda, é preciso deixar claro que o crescimento do poder tecnoburocrático não tem nada de inelutável. O aumento quantitativo da tecnoburocracia, este sim, é intrínseco ao sistema industrial. Mas o aumento do seu poder político não o é. Não apenas a burguesia pode se opor a esse projeto. Também os trabalhadores, através de uma ideologia socialista autogestionária poderão fazê-lo.

A base do discurso burguês contra a tecnoburocracia e a intervenção do Estado na economia é a afirmação de que um estado economicamente forte é incompatível com a democracia. Um Estado que detêm de forma centralizada o controle dos meios de produção assumiria tal soma de poder econômico que a conseqüência seria necessariamente o autoritarismo no plano político. O caráter ideológico desta proposição é óbvio, na medida em que assim a burguesia pretende legitimar a propriedade privada dos meios de produção. A posição dos socialistas libertários, do anarquismo

portanto, é entretanto semelhante. Também para eles o fortalecimento do Estado implica na burocratização da sociedade. Apenas sua conclusão é diversa. Ao invés de proporem a manutenção da propriedade privada dos meios de produção, sustentam a necessidade da descentralização econômica e da autogestão. Finalmente os próprios socialistas marxistas-leninistas possuem uma retórica anti-estatal semelhante. Apenas consideram que o controle do Estado deverá ocorrer no período de transição para o socialismo. Na verdade, porém, na medida em que em amplos setores o marxismo-leninismo passou simplesmente a encobrir a ideologia tecnoburocrática do estatismo, ele se transformou em mera retórica. Dentro do marxismo, entretanto, existe uma forte tendência atual para romper com o estatismo tecnoburocrático, que teve em Stalin seu sacerdote, ou com o próprio autoritarismo revolucionário leninista, e adotar as teses anti-estatizantes, em nome da autogestão e da descentralização econômica, em que se devolva ao mercado e à concorrência entre empresas autogestionadas uma parte maior do controle da economia.

Para a democracia, realmente, o problema fundamental é o equilíbrio de forças. Não é possível haver democracia se há uma concentração de poderes em um setor ou em uma determinada classe da sociedade. Se democracia significa liberdade e igualdade de oportunidade de participação no poder e na divisão do excedente econômico, é óbvio que esses objetivos são tão incompatíveis com o capitalismo, em que o poder se concentra nos detentores de capital, como a formação de uma estrutura política em que todo o poder se concentra na organização burocrática estatal. Mesmo que definamos democracia mais restritamente, como prefere a burguesia, limitando-a ao conceito de liberdade, é claro que esta liberdade estará permanentemente ameaçada, apesar de todas as precauções de ordem política que possam ser tomadas, se todos ou a maioria dos meios de produção estiverem sob o comando de uma tecnoburocracia estatal. Por outro lado, nos quadros do capitalismo também a democracia se torna algo de muito relativo ou limitado na medida em que os meios de produção se concentram nas mãos de uma classe que representa uma parcela limitada da população: a burguesia.

Esta constatação parte do pressuposto que o controle dos meios de produção e, mais genericamente, do sistema econômico, é uma fonte básica de poder em qualquer sociedade. Não é a única fonte de poder, e, a longo prazo, poderíamos prever que sua importância diminua, na medida em que a participação política direta dos trabalhadores aumente. Mas os controles

políticos diretos — constituição, pluripartidarismo, liberdade de imprensa e de opinião, sistema eleitoral representativo, opinião pública — dificilmente conseguirão se sobrepor ao controle centralizado da economia pelo Estado.

A estratégia burguesa, definida no século XVIII, para garantir a democracia, baseava-se na divisão do Estado em três poderes, e na oposição entre a sociedade civil, detentora dos meios de produção, e o Estado, detentor dos meios de coerção política. A divisão de poderes ao nível do Estado estava correta, na medida a sociedade civil, a quem cabia o controle do Estado, era constituída fundamentalmente pela burguesia. Os trabalhadores, desprovidos de poder econômico, não tinham peso na sociedade civil. Controlava-se o Estado mas não a burguesia. Aos trabalhadores restava apenas o direito formal à participação política. Todos são iguais perante a lei, todos são cidadãos. Mas essa cidadania, além de uma formalidade, é uma forma de legitimação política do Estado capitalista. A democracia, apesar de toda a luta dos trabalhadores por uma participação mais efetiva, ficava assim pela metade.

Esta estratégia do Estado liberal estava baseada em alguns pressupostos: pequenas e médias empresas competitivas, trabalhadores não organizados, Estado economicamente fraco. Entrou em colapso seja porque não atendeu aos trabalhadores que trataram de se organizar sindical e politicamente, seja porque as empresas cresceram e se oligopolizaram, seja porque o sistema econômico de mercado não conseguiu ser suficientemente dinâmico para atender ao imperativo do desenvolvimento.

Em face ao surgimento dos regimes estatais, porém, a burguesia retomou sua argumentação ideológica, pretendendo ver, especialmente na experiência soviética, a prova da incompatibilidade da democracia não apenas com um estado economicamente forte, mas, mais genericamente, com o socialismo. Pretendeu assim ressuscitar a legitimidade do capitalismo apesar de todos os percalços por que passou nestes dois séculos: as desigualdades econômicas profundas, o imperialismo, as guerras, o recurso aos regimes autoritários de tipo facista sempre que fosse ameaçada a acumulação privada, o controle crescente dos monopólios.

A experiência soviética claramente não é um argumento contra o socialismo, já que este modo de produção não é dominante naquele país. A União Soviética é uma formação social dominantemente estatal ou tecnoburocrática, embora nela estejam presentes alguns traços de socialismo.

A propriedade dos meios de produção pertence coletivamente à classe tecnoburocrática, que controla a organização burocrática estatal.

Para que a democracia se instaure, porém, parece certo que nem o Estado economicamente fraco e a burguesia forte do Estado liberal, nem o Estado economicamente forte controlado pela tecnoburocracia do estatismo, nem o Estado economicamente forte e as grandes empresas monopolistas do capitalismo monopolista de Estado são adequados. Também é inútil imaginar a volta às pequenas unidades de produção. A tese do "small is beautiful" é bonita mas estritamente utópica no quadro do desenvolvimento atual das forças produtivas. As economias de escala e as vantagens da coordenação econômica centralizada podem não justificar gigantes empresariais ou estatais, mas são incompatíveis com o domínio das pequenas e bucólicas empresas dos nossos sonhos.

A única alternativa democrática real, que escapa aos perigos do estatismo e das desigualdades econômicas, é o socialismo autogestionário. Neste socialismo o princípio do equilíbrio de poderes não é parcial como no capitalismo ou no estatismo, mas pleno. O Estado não desaparece mas reduz sua intervenção direta no aparelho econômico e descentraliza-se. As empresas, as escolas, os jornais organizam-se sob diversas formas de instituições autogestionárias, sob o controle político do Estado. Todos os controles políticos democráticos sobre o Estado são rigorosamente mantidos e ampliados, ao mesmo tempo em que se assegura um amplo grau de igualdade econômica. A cidadania deixa de ser uma ficção para se transformar em realidade.

Até hoje a democracia autogestionária tem sido uma proposta utópica, na medida em que os trabalhadores não estão preparados para autogerir suas empresas. Podemos, no entanto, imaginar que essa dificuldade esteja aos poucos sendo superada. A administração das grandes organizações burocráticas é ainda um conhecimento técnico especializado, monopólio de um grupo relativamente pequeno de empresários capitalistas e de tecnoburocratas. Mas é óbvio que esse monopólio está se reduzindo, à medida que os conhecimentos organizacionais e administrativos se difundem nas sociedades modernas.

A transição para o socialismo autogestionário será necessariamente revolucionária, mas terá que ser democrática e gradual. A tentativa de apressar a história através da ditadura do proletariado leva às distorções do estatismo. Mas isto não significa que esta transição deva ser lenta. Nem que, primeiro, deva-se preparar os trabalhadores e só, depois, caminhar

no sentido da autogestão. O processo terá que começar desde já. Deverá passar certamente pelo caminho da co-gestão, tanto entre as empresas estatais quanto as privadas. Deverá partir do pressuposto dialético de que só a participação dos trabalhadores nas empresas, através de fórmulas de co-gestão, permitirá o crescimento da sua capacidade autogestinária.

Deverá pressupor um amplo processo de descentralização política e de participação dos cidadãos ao nível do bairro, do distrito, do município, sem prejuízo dos empreendimentos de âmbito nacional necessários.

A grande indagação é saber qual a compatibilidade do socialismo autogestionário com o imperativo do desenvolvimento. Na China a proposta da Revolução Cultural, que possuia fortes elementos libertários, acabou sendo abandonada no momento em que assumiu um caráter fortemente autoritário e, ao mesmo tempo, se revelou relativamente incompatível com um desenvolvimento acelerado. Na medida em que este desenvolvimento depender da elevação da taxa de acumulação de meios de produção, realmente não será fácil realizar essa compatibilização. O principal motivo pelo qual o Estado se transformou no agente por excelência do desenvolvimento econômico não é a sua maior capacidade de impor racionalidade ao sistema econômico, mas a sua capacidade de promover a poupança forçada. Ora é difícil obter poupança forçada e o conseqüente aumento das taxas de acumulação sem o recurso a um Estado autoritário.

No momento, entretanto, em que a elevação da taxa de acumulação de meios de produção não for mais necessária para se atender ao imperativo do desenvolvimento econômico (bastando manter-se a taxa de acumulação já alcançada), seja porque já se alcançou um índice satisfatório de crescimento da produtividade do trabalho, seja porque a incorporação de progresso técnico garante uma maior produtividade para os meios de produção acumulados, nesse momento o socialismo autogestionário começará a ter base na realidade. Muitos países já alcançaram esta fase, principalmente os mais desenvolvidos. Mas o próprio Brasil já alcançou ou está próximo de alcançar níveis de acumulação de capital que lhe permitam continuar a crescer e a incorporar progresso técnico sem o recurso permanente a técnicas autoritárias de promover poupança forçada adicional.

Nesse sentido, a aceleração continua do progresso técnico, permitindo a introdução de tecnologia cada vez mais poupadora não apenas de trabalho mas também de capital, somada à luta de classes, ou seja, à luta dos trabalhadores pela democracia e pelo socialismo, são a garantia de que esses objetivos estão deixando de ser utópicos. Dizia Marx que o homem não se

coloca historicamente objetivos que não tenha um mínimo de condições de vir a realizar. As condições para socialismo autogestionário e conseqüentemente para a democracia começam a se definir neste último quartel do século XX.

A sociedade tecnoburocrática é sem dúvida uma realidade em emergência. É um avanço em relação ao capitalismo, mas também é uma ameaça na medida em que se constitui em uma alternativa ao socialismo. Não é, entretanto, uma necessidade histórica, porque, em um mundo em que, através de avanços e recuos, o homem vai assumindo o controle do seu próprio destino, talvez a única necessidade histórica seja a da liberdade, e esta só é compatível com o socialismo autogestionário.

Obras Citadas

Abramovitz, M.

1956 — "Resources and Output Trends in the United States since 1970", *National Bureau of Economic Research, Occasional Papers,* número 52

Adler, Alexandre, Francis Cohen e outros

1978 — *L'URSS et nous,* Paris, Editions Sociales.

Amin, Samir

1973 — *Le Developpement inégal,* Paris, Les Editions du Minuit.

Bairoch, Paul

1967 — *Revolución Industrial e Subdesarollo* (tradução do original francês), México, Século XXI Editores.

Baran, Paul A. e Paul Sweezy

1968— *Monopoly Capital,* Nova York, Monthly Review Press, Modern Reader Paperback.

Bell, Daniel

1956 — *Work and Its Discontents.* Boston, Beacon Presses.

Berle, Adolf A. e Gardner Means

1932 — *The Modern Corporation and Private Property,* Nova York, Mc Millan (edição de 1950).

1959 — *Power Without Property,* Nova York, Hartcourt

1963 — *The American Economic Republic,* NovaYork, Hartcourt.

Bettelheim, Charles

1970 — *Lettres sur quelques problèmes actuels du socialisme.* Paris, Maspero.

1974 — *Les Luttes de classes em URSS — lère pèriode de 1917-1923,* Paris, Seuil Maspero.

1978 — *Questions sur la Chine après la mort de Mao Tsé-tung,* Paris, Maspero.

Billi, Jacques

1963 — *Les Techniciens et le Pouvoir,* Paris, Presses Universitaires de France.

Bresser Pereira, Luis Carlos

1972a — "Mobilidade e Carreira dos Dirigentes das Empresas Paulistas", tese de doutorado para Universidade de São Paulo, mimeografia. Publicado como *Empresários e Administradores no Brasil,* São Paulo, Brasiliense, 1974.

1972b — *Tecnoburocracia e Contestação,* Petrópolis, Vozes.

1974 — *Empresários e Administradores no Brasil,* São Paulo, Brasiliense.

1975 — "A Economia do Subdesenvolvimento Industrializado" in *Estudos CEBRAP* número 14, outubro/dezembro 1975.

Burnham, James

1960 — *The Managerial Revolution,* Bloomington, Indiana University Press (primeira edição em 1941).

Castoriadis, Cornellius

1949 — "Les Rapports de Production in Russie" in *Socialisme et Barbarie,* n.º 2, Maio 1949. Reproduzido em Castoriadis (1973). Há uma tradução em português deste texto que está assinada com o pseudônimo Pierre Chalieu, Lisboa, Editorial Presença, sem data.

1973 — *La Societé bureaucratique.* La Collection 10/18, Paris, Union Gènerale d'Editions.

Cleaver, Edldridge
1970 — "Revolution and Education", in *Countdow I*, New American Library.

Comité Central do PC (b) da URSS
1949 — *Historie du parti communiste bolchevik de l'URSS*, Moscou, Editions en Langues Etrangères (primeira edição russa em 1938).

Csapó, L.
1966 — "Central Planning in a Guide Market Model", *Acta Oeconomica*, t. 1, capítulos 3 e 4.

Csikos-Nagy, B.
1966 — "Two Stages of the Ungarian Debate on Princes", *Acta Oeconomica*, t. 1, capítulos 3 e 4.

d'Horta, Arnaldo Pedroso
1971 — "Lima, Ano III", in *O Estado de São Paulo*, junho de 1971.

Deutscher, Isaac
1968 — *A Revolução Inacabada*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Edição original: The *Unfinished Revolution* (1967).

Djillas, Mllovan
1958 — *A Nova Classe*, Rio de Janeiro, Agir.

Ducker, Peter
1950 — *The New Society, an Anatomy of Industrial Order*, Nova York, Harper and Brothers.

Ellul, Jacques
1968 — *A Técnica e o Desafio do Século*, Rio de Janeiro, Paz e Terra. Edição francesa: La *Technique de l'Enjeu du Siècle* (1954).

Forsaert, Robert
1971 — "Um Novo Capitalismo?". Tradução de "L'Avenir du Capitalism" (1961) in *Perspectivas do Capitalismo Moderno*, organizado por Luis Pereira, Rio de Janeiro, Zahar.

Fourastié, Jean e André Lalcul
1961 — *Revolução no Ocidente*, tradução de *Revolution a l'Ocident*, Livraria Clássica, Lisboa.

Galbraith, John Kenneth
1968 — *O Novo Estado Industrial*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira (primeira edição norte-americana de 1967).

Garcia-Pelayo, Manuel
1974 — *Burocracia y tecnocracia*, Madrid, Alianza Universidade.

Giannotti, José Arthur
1966 — *As Origens da Dialética do Trabalho*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

Gintis, Herbert
1972 — "Alienation and Power", *The Review of Radical Political Economics*, volume IV, n.° 5, Outono de 1972.

Goldsmith, Raymond e Rexford C. Parmelee
1941 — "The Distribution of Ownership in the 200 Largest Non-Financial Corporations", INEC, *Investigação sobre a Concentração do Poder Econômico*, Monografia número 29, Government Printing Office. Citado por Paul Sweezy in *Ensaios sobre Capitalismo e Socialismo*, Rio de Janeiro, Zahar.

Goldthorpe, John H.
1974 — "Estratificação Social na Sociedade Industrial" in Neuma Aguiar (organizador), *Hierarquia em Classes Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar.

Guilermaz, Jacques
1977 — "Sociologie du bureau politique du Parti Communiste Chinois" in *Pouvoir, Revue d'Etudes Constitutionnelles et Politique*, n.° 3.

Hacker, Andrew
1965 — *The Corporation Take-Over*, New York, Doubleday.

Halpern, Manfred
1962 — "Middie Eastern Armies and the New Middle Class" in *The Role of Military in Underdeveloped Countries*, Princeton, Princeton University Press.

Henry, Willian E.
1964 — "A Personalidade do Administrador Bem Sucedido" in *Revista de Administração de Empresas*, volume 4, n.° 10 Março de 1964. Originalmente publicado em *The American Journal of Sociology*, number 4, Janeiro de 1949.

Hobsbawn, Eric
1971 — Introdução a Karl Marx. *Formaciones economicas precapitalistas*. Córdoba, Cuadernos de Passado y Presente.

Hon-lin, Li
1979 — "A que tipo de socialismo debemos aderirnos?", *Beijing Informa*, número 24, 20 de junho de 1979.

Horkheimer, Max and Theodore W. Adorno
1969 — "A Indústria Cultural, O Iluminismo como Mistificação das Massas" (originalmente publicado en 1947) in *Teoria e Cultura de Massas*, organizado por Luis Costa Lima, Rio de Janeiro, Saga.

Janowitz, Morris
1967 — *O Soldado Profissional*, Rio de Janeiro, Edição GRD. Primeira edição norte-americana em 1960.

Jiali, Wu
1979 — "Algunos problemas de la democracia socialista" in Beijing Informa, número 24, 20 de junho de 1979.

Jintu, Zhang
1979 — "L'Economie Chinoise en 1978 et 1979" in *Beijing Informa*, n.° 26, 2 de julho de 1979.

Jones, D. F.
1966 — *Colossus*, Rio de Janeiro, Editorial Bruguera.

Kalecki, Michael
1968 — *Theory of Economic Dynamics*, New York, Monthly Review Press, capítulo 3: "The Determinants of Profits"
1971 — *Selected Essais*, Cambridge University Press.

Kerimov, D. A. (organizador)
1979 — *Soviet Democracy in the Period of Developped Socialism*, Moscou, Progress Publishers.

Kilsztajn, Samuel
1978 — *Capitalismo e Personificação do Capital*, São Paulo, Unicamp (dissertação de mestrado)

Kirsch, Leonard Joel
1972 — *Soviet Wages: Changes in Structure and Administration* Since 1956, Boston, MIT Press (apud David Laibman).
Laibman, David
1978 — "The 'State Capitalist' and 'Bureaucratic-Exploitative' Interpretation of the Soviet Social Formation: a Critique" in *The Review of Radical Political Economics* volume 10, n.º 4, inverno de 1978.
Lambert, Jacques
1966 — "Les Interventions Militaires dans la Politique en Amerique Latine", in *La Role Extra-Militaire de l'Armée dans le Tiers Monde,* Paris, PUF.
Leffort, Claude
1970 — "Que es la burocracía?", Paris, Ruedo Ibérico. O ensaio com este título foi originalmente publicado em *Arguments* (1960).
Lenin, V.I.
1971 — "Left-wing Childshness and the Petty-Bourgeois Mentality (1918)" *in selected Works in one Volume,* Nova York, International Publishers.
Lima, Luiz Antonio O. e Luiz Gonzaga Mello Belluzzo
1978 — "Capitalismo e os Limites da Burocracia" in *Temas* número 3. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.
Lumbitsev, N.A.
1968 — *Princípios básicos y experiencia de la planificación del desarollo industrial en la Union Sovietica.* Nova York, Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.
Mannhein, Karl
1956 — *Ideologia e Utopia,* Porto Alegre, Editora Globo, Original alemão: *Ideologie un Utopie.*
Marcuse, Herbert
1967 — Ideologia da Sociedade Industrial (original: *One-Dimensional Man,* 1966), Rio de Janeiro, Zahar.
1968 — "La Liberación de la Sociedad Opulenta" in *Ensaios sobre Política e Cultura* (originalmente publicado en *The Dialectics of Liberation,* 1968), Barcelona, Ariel.
1969 — "Declaraciones", in Daniel Cohn Benedit et alii, *La Imaginación al Poder,* Buenos Aires, Ediciones Insurrexit.
Marcuse, Pierre
1969 — *Marxismo Soviético,* Rio de Janeiro, Editora Saga (traduzido do inglês, 1957).
Marglin, Stephen A.
1974 — "What do Bosses do? Part I" in *The Review of Radical Political Economics,* part 6, number 2, verão de 1974.
1975 — "What do Bosses do? Part II" in *The Review of Radical Political Economics,* part 7, n.º 1, primavera de 1975.
Marris, Robin
1969 — "The Economic Theory of Managerial Capitalism", in *The Free Press of Glencoe,* Nova York.
Martins, Carlos Estevam
1970 — "Tecnocracia e Tecnoassessoria" in *Revista de Administração de Empresas,* volume 10, n.º 3, setembro de 1970.
Marx, Karl
1950 — *Le Capital,* Paris, Editions Sociales

1959 — *El Capital*, México, Fondo de Cultura Económica, vol. III, página 415.
1968a— *O Capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (tradução da quarta edição alemã, 1890).
1968b— *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, São Paulo, Editora Escriba.
1970 — *Contribución a la critica de la Política*, Buenos Aires, Editions Estudio.
1971a— *Elementos fundamentales de la critica de la Economía Política — Borrador 1857-1858*. Rascunhos traduzidos de *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomik*, Buenos Aires, Siglo XXI, Argentina Editores.
1971b— *Elementos fundamentales para la critica de la Economía Política (Grundrisse)*, México, Siglo XXI, volume 1.
1971c— *Un Chapitre inédit du Capital*, Paris, Union Generale d' Editions, páginas 194 e 195.
1977 — "Competition and the Evolution of the Capitalist Mode of Production" in *Cambridge Economic Journal*, Academic Press, Londres, número 2, junho de 1977. (apud J. A. Clifton).

Mathews, Mervyn
1978 — *Privilege in the Soviet Union*, Londres, George Allen & Unwin.

Meynaud, Jean
1964 — *La Tecnocratie, Mythe ou Realité?*, Paris, Payot.

Miliband, Ralph
1970 — "Professor Galbraith and American Capitalism" in *Economic: Mainstream Readings and Radical Critiques*, publicado por David Marmelstein e Robert Lekachman, Nova York, Rondon House.

Mills, C. Wright
1962 — *A Elite do Poder*, traduzido de *The Power Elite* (1956), Rio de Janeiro, Zahar.
1965 — "Marx para Gerentes", in *Poder e Política*, Rio de Janeiro, Zahar.

Mirdal, Jan
1972 — *China, The Revolution Continued*, Nova York, Vintage Books

Muraro, Rose Marie
1969 — *A Automação e o Futuro do Homem*, Petrópolis, Vozes.
1970 — *A Libertação Sexual da Mulher*, Petrópolis, Vozes.

Nakano, Yoshiaki
1974 — *Profits, Prices and Capital Accumulation*, Título provisório de tese de doutoramento defendida em 1974 em Cornell University, versão xerografada.

Nove, Alec
1963 — *A Economia Soviética*, Rio de Janeiro, Zahar (tradução da primeira edição inglesa, 1961).
1972 — "Economic Reforms in the URSS and Hungary, a Study in contrasts" in Alec Nove and D. M. Nuti (organizadores), *Socialist Economics*, Harmondsworth, Penguin.

Pappenheim, Fritz
1967 — *A Alienação do Homem Moderno*, São Paulo, Editora Brasiliense. Original em inglês: *The Alienation of Modern Man*.

Pye, Lucian W.
1962 — "Armies in the Process of Political Modernization" in John J. Johnson (organizador), *The Role of Military in Underdeveloped Countries*, Princeton, Princeton University Press.

Rodrigues, Leônico Martins e Ottaviano De Fiore
1976 — "Lenin e a Sociedade Soviética: O Capitalismo de Estado e a Burocracia (1918-1923)" in *Estudos CEBRAP* n.º 15, janeiro-março 1976.
Roszak, Theodore
1969 — *The Mankind of a Counter Culture,* Nova York, Doubleday.
Rubin, Jerry
1970 — "An Emergent Letter to My Friends" in *Cuntdow I,* New American Library.
Russell, Bertrand
1970 — "Autobiografia", Post-Scriptum publicado em *Manchete,* 28 de fevereiro de 1970, por ocasião da morte do autor aos 92 anos.
Sartre, Jean Paul
1964 — *O Existencialismo é um Humanismo,* Lisboa, Editorial Presença. Original francês: *L'Existencialisme est un Humanisme.*
Soares, Gláucio Ary Dillon
1969 — "Desenvolvimento Econômico e Estrutura de Classes" in *Dados* n.º 6, Rio de Janeiro, baseado em Joseph Karl, *The American Structure.*
Sodré, Nelson Werneck
1968 — *História Militar do Brasil,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
Solow, Robert
1957 — "Technical Change and the Aggregate Production Function" in *Review of Economic and Statisticsm,* agosto de 1957.
Smith, Adam
1964 — *The Wealth of Nations,* Londres, Everyman's Library (primeira edição em 1776).
Sweezy, Paul
1965 — "A Ilusão da Revolução dos Gerentes" e "Grupos de Interesse na Economia Norte-Americana" in *Ensaios sobre Capitalismo e Socialismo,* Rio de Janeiro, Zahar Editores.
Tragtenberg, Maurício
1974 — *Burocracia e Ideologia,* São Paulo, Ática.
Trotsky, Leon
1932 — *E Agora? A Revolução Alemã e a Burocracia Estalinista,* Reproduzido em *Revolução e Contra-Revolução,* Lisboa Centro do Livro Brasileiro.
1938 — *Le Governement Soviétique aplique-t-il toujour les principes définis il y a vingt ans?* Reproduzido en Trotsky (1975).
1940 — *Lettres aux traivaillers d'URSS.* Reproduzido in Trotsky (1975).
1973 — *La Revolución desfigurada,* Buenos Aires, Efece Ediciones (primeira edição em 1929).
1975 — *La Lutte antibureaucratique en URS.* La Collection 10/18, Paris, Union Générale d'Editions.
Weber, Max
1968 — *From Max Weber,* antologia organizada por H.H. Gerth e G. Wright Mills, Nova York, Oxford University Press.
Zhengwen, Shi
1979 — "Rééquilibrer d'Economie: pourquoi e comment" in *Beijing Information* n.º 26, 2 de julho de 1979

Índice Remissivo

Abramovitz, M., 40
Acumulação de capital, 40, 139, 143, 144, 147, 148, 170, 175, 194, 195, 200, 201, 217, 275, 278, 279, 280
  e desenvolvimento tecnológico, 40
  e taxa de salários, 195
  taxa de, 31, 146, 223
Acumulação estatal, 142
Administrador, 44, 68, 70, 71
  e controle, 73, 74, 80
  privado, 81
  público, 81
Adorno, Theodore W., 107
África, 60, 62, 159
Alemanha, 23, 57, 71, 255, 276, 278
Alienação, 109
  e capitalismo, 107, 108
  e tecnoburocracia, 108, 109, 174
Althusser, Louis, 129
América Latina, 60, 62, 63
  e militarismo, 57
  e participação da classe operária, 30
Amin, Samir, 127, 159
Argélia, 63, 65, 273, 276
Argentina, 34, 63, 65
Aristocracia Feudal, 12, 29, 217, 255
Aron, Raymond, 169, 177
Ásia, 60, 62, 159
Autogestão, 117, 167, 227, 241, 242, 243, 248, 257, 268, 272, 276, 285, 287
Autoritarismo, 160, 162, 226, 255, 256, 259, 268, 271, 272, 282, 284
  e ideologia tecnoburocrática, 100
  revolucionário, 14
Bairoch, P., 38
Balanço de Pagamentos, 283
Baran, Paul A., 91, 194
Barnard, Cherter, 233
Bélgica, 23
Bell, Daniel, 106
Belluzzo, L. G. de Mello, 198, 205, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225 226
Berle, Adolf, 68, 69, 71, 77, 226
Betlelheim, Charles, 153, 240, 241, 242, 249
Billy, Jacques, 88
Bolívia, 62
Brasil, 12, 34, 62, 63, 64, 65, 66, 130, 256, 273, 290, 276, 288
  e exército, 60
  e origem social dos administradores, 85
Bresser, L. C. P., 86, 150, 162, 166, 179, 186, 187, 188, 191, 193, 252
Burguesia, 77, 81, 96, 125, 126, 128, 131, 135, 136, 153, 161, 173, 181, 211, 217, 218, 231, 234, 236, 245, 252, 255, 256, 258, 259, 273, 275, 285, 286, 287
  de estado, 152, 153, 240, 285
  e emergência da tecnoburocracia, 12
  e origem, 29
Burnham, James, 70, 71, 77, 78, 88
Burocracia, 154, 155, 156, 157, 159, 171, 181, 218, 239, 269
  asiática ,161
  capitalista, 161
  conceito, 160
  definição, 84
  e tipo puro, 88
  tecnoburocracia, 161
Burocratização, 188
  do Estado, 127
  das empresas, 127
  e desenvolvimento econômico, 43
  e Estado, 43
  e exército, 59, 60, 61, 62

Capital, 9, 11, 12, 34, 35, 36, 40, 75, 127, 131, 134, 149, 150, 169, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 200, 202, 204, 205 ,206, 207, 208, 209, 210, 213
conceito, 132, 173, 201
concentração e centralização do, 68, 127, 181, 188, 190, 212, 214, 215, 279
controle do, 69
e democratização do, 68
definição, 132
Capitalismo, 24, 50, 51, 58, 59, 67, 80, 81, 85, 117, 113, 124, 125, 126, 127, 128, 134, 135, 136, 137, 141, 149, 162, 168, 172, 190, 191, 205, 206, 209, 218, 221, 229, 230, 232, 234, 249, 270, 275.
burocratico, 125, 156
características, 125
clássico, 134, 140, 146, 147, 170, 186, 189, 205, 223, 276
comercial, 19, 23, 48, 96, 189
conceito, 89
corporativo, 19
e apropriação do excedente, 144
e classe operária, 29
e desenvolvimento tecnológico, 23
e determinismo economicista, 13
e exército, 59
e oligopolização, 127
e países periféricos, 127
e racionalismo, 96
e trabalho assalariado, 141
de Estado, 124, 152
individualista, 68
monopolista, 77, 90, 91, 146, 156, 231, 232, 234, 235, 276
monopolista de Estado, 128, 141, 144, 146, 147, 161, 169, 206, 218, 222, 232, 276, 277
Castoriadis, Cornelius, 132, 155
Chile, 60
China, 42, 51, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 255, 257, 259, 260, 273, 276, 288
e lucro, 249
e preços, 247
Ciclo econômico, 35, 217, 218, 223
Civilizações hidrográficas, 159
Classe social, 9, 10, 11, 86, 133, 135, 136, 137, 153, 160, 161, 171, 218, 264, 274, 276
aristocrática, 231
burocrática, 137
capitalista, 10, 80, 89, 147, 149, 152, 186
classe-estado, 159
escravista, 10
e União Soviética, 263
feudal, 10
operária, 26, 27, 29, 31
tecnoburocracia, 9, 69, 136
Cleaver, Eldridge, 113
Clifton, James, 189
Cohen, Francis, 268
Composição orgânica do capital, 138, 191, 194
Concentração de renda, 31, 34, 98
Congo, 62
Consumismo, 103, 116
definição, 102
Contabilidade Nacional, 143
Contracultura, 110, 111, 115, 116
revolução da, 109
Csapó, L., 139
Csikos, Naggy B., 138
De Fiore, Ohaviano, 152
Desenvolvimento econômico ,18, 26, 62, 63, 65, 90, 98, 99, 102, 145, 148, 239, 243, 256, 271, 273, 274, 279
e acumulação de capital, 39
e burocratização, 43
e distribuição de renda, 98
e planejamento econômico, 44
taxa de, 98
Desenvolvimento tecnológico, 21, 23, 37, 40, 54, 94, 128, 159
e desenvolvimento econômico, 39, 40
e lutas de classes, 28
e meios de comunicação, 20
e produtividade de trabalho, 39
e relação de produção, 21
e técnica militar, 61
Deutscher, I., 52, 53, 54
D'Horta, Arnaldo Pedroso, 65
Dillon, Glaúcio, 30
Dinamarca, 125
Distribuição de renda, 35, 230, 231, 240
e China, 258
e desenvolvimento econômico, 98
e União Soviética, 159, 266

Ditadura, 267
do proletariado, 90, 243, 254, 287
militar, 63
Divisão do Trabalho, 138, 159, 185, 186, 206
internacional, 25
Djilas, Milovan, 55, 56
Drucker, Peter, 77
Economia de escala, 190, 284, 287
Economistas, 44
clássicos, 39, 230
liberais, 96
neoclássicos, 39
socialistas, 55
Eficiência, 99, 100, 102, 103, 106, 107, 148, 160, 161, 219, 235, 240, 248
econômica, 97, 118
e desenvolvimento econômico, 98
Egito, 42, 62, 65
Eichner, A., 192
Ellul, Jacques, 47
Engels, Friedrich, 48
En-lai, Chu, 241
Espanha, 276
Estado, 12, 13, 26, 81, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 117, 126 128, 129, 133, 134, 135, 139, 141, 142, 145, 147, 148, 150, 152, 154, 155, 171, 204, 205, 208, 216, 217, 218, 221, 222, 227, 229, 232, 270, 273, 275, 276, 284, 286
burocrático, 90
burocrático-tradicional, 135
e burocratização, 43, 127, 128, 152
e funções economicas, 277
e ideologia, 95
e liberdade, 26
intervenção do, 275, 276, 278, 280
liberal, 136, 216, 218, 232, 286
monárquico-absolutismo, 136
Produtor, 232, 276, 278, 279, 283
Regulador, 232, 234, 276, 277, 278, 283
Repressivo, 232, 234, 276
Estados Unidos, 12, 23, 67, 70, 71, 87, 111, 113, 125, 130, 135, 255, 276
e exército, 60
e participação de operários não qualificados, 30
e revolução tecnoburocrática, 73, 74
Europa, 23, 32, 57, 126
e estados nacionais, 59
Estatização, 132, 142, 155, 227, 231
Excedente, 127, 136, 146, 147, 148, 151, 167, 172, 175, 177, 193, 195, 215, 222, 223, 224, 225, 229
apropriação do, 11, 142, 144, 159
econômico, 35, 125, 135, 137, 149, 156
e capitalismo, 144, 147
e capitalismo monopolista de Estado, 147
e escravidão, 144
e feudalismo, 144
e modo de produção asiático, 144
Exército, 81
brasileiro, 60
e burocratização, 58, 60
e capitalismo, 59
e países subdesenvolvidos, 61
Exército industrial de reserva, 223
Fator estratégico de produção, 12, 13, 35, 41, 46, 54, 56, 112
e capitalismo, 24
e conhecimento técnico e organizacional, 46, 66, 150, 274
e escravismo, 23
e desenvolvimento tecnológico, 20, 28, 49
e feudalismo, 23
e técnica, 49, 104, 117
Fayol, Henry, 233
Fetiche, 108, 109, 174, 210
Follet, Mary Parker, 233
Formação Social, 16, 129, 130
capitalista, 12, 128
conceito, 129
estatais, 12
mista, 124, 129, 141, 151, 176, 205, 218, 221
pré-capitalista, 13
Fossaert, Robert, 75
Fourastié, J. 77
Franca, 12, 23, 32, 111, 113, 125, 255, 278
Fundo salarial, 142
Galbraith, J. K., 22, 23, 34, 35, 89, 91, 150
e fator estratégico, 20, 36
e tecnoestrutura, 78
Garcia Pelayo, Manuel, 160
Giannotti, José Arthur, 132, 172, 173, 174
Gintis, Herbert, 148
Goldsmith, Raymond W., 71
Goldthorpe, John, H., 263

Hacker, Andrew, 77
Hegel, 96
Henry, W. E., 45
Hobsbawn, Eric J., 128
Holanda, 125
Hong-wen, Wang, 241
Hon-lin, Li, 243
Horkheimer, Max, 107
Hsiao-ping, Teng, 240
Hungria, 139, 140
Ideologia, 94, 235, 236, 255
  autoritária, 67
  burguesa, 14, 235
  e trabalho intelectual, 262
  liberal, 67
  racionalista, 41, 97, 109, 150
Ideologia tecnoburocrática, 12, 46, 71, 78, 79, 84, 85, 87, 94, 103, 150, 152, 235, 236
  e autoritarismo, 100
  e conservadorismo, 99
  e consumo, 102, 103, 105
  e mudança, 99, 102
  e segurança, 100
  e técnica, 101, 102
Igreja Católica, 42, 111
Imperialismo, 19, 33, 271, 286
Índia, 12, 256, 273, 276
Indonésia, 62, 65
Inglaterra, 23, 125, 205, 218, 229, 271, 276
Investimento, 34, 35, 196, 277, 278, 279
Iraque, 62
Itália, 276
James, William, 96
Janowitz, M., 58, 61
Japão, 255, 276, 278
Jarrin, Edgardo Mercado, 66
Jiali, W., 244
Jones, O. F., 107
Junkers, 127, 152
Kalecki, M., 195, 196, 224
Keynes, J. M., 34, 115, 196, 224, 231
  e desenvolvimento tecnológico, 39
Kilsztajn, Samuel, 211
Kuo-feng, Hua, 238, 239, 240, 243, 244, 246, 247, 248, 252, 253
Lalluf, André, 77
Lambert, J., 60, 64
Larner, R. J., 74
Lefbure, Henri, 101, 102
Leffort, Claude, 137, 157
Lenin, V. I., 53, 152
Lima, L. A. O., 198, 205, 213, 215, 221, 222, 223, 225, 226
Lubimtsev, N. A., 138
Lucro, 90, 91, 96, 97, 125, 136, 142, 144, 147, 149, 150, 196, 220, 229, 231, 277, 284
  e china, 249
  e preços, 138
  estatal, 11, 144, 148, 170, 177
  maximização, 148, 217, 220
  taxa de, 149 167, 170, 189, 190, 191, 212, 213, 215, 220, 221, 224, 278, 279
Luta de Classes, 13, 16, 27, 210, 218, 240, 242, 250, 252, 253, 267, 281, 288
  e desenvolvimento tecnológico, 28
Mais-valia, 9, 11, 125, 136, 144, 167, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 190, 194, 195, 200, 206, 217, 220, 224
  apropriação da, 12
  distribuição da, 168
  relativa, 125, 205, 206
  taxa de, 170, 224
Manheim, Karl, 114
Marcuse, Herbert, 105, 106, 107, 111, 112
Marglin, Stephen A., 148
Marris, Robin, 91
Martins, Carlos Estevan, 75
Marx, K., 16, 24, 25, 26, 33, 39, 48, 77, 96, 104, 115, 127, 137, 151, 152, 153, 159, 167, 171, 172, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 194, 199, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 222, 224, 225, 230, 231, 288
  e advento do socialismo, 51
  e capitalismo clássico, 125
  e conceito de capital, 173, 199, 200, 201
  e determinismo, 114
  e luta de classes, 27, 28, 31
  e modos de produção, 128
  e propriedade, 133, 203, 204
  e racionalismo, 97
  e teoria alienação, 117, 118
Marxismo, 79, 113, 173, 238. 285
  ortodoxo, 180, 201
Matthews, Merwyn, 262
Means, Gardner, 68, 71, 77, 78

Meek, R., 191
México, 256, 270
Meynaud, Jean, 76, 84
Mihajov, Mihajlo, 101
Miliband, Ralph, 73
Militarismo, 57
Mill, Stuart, 96
Mills, Wright, 80, 81
Mirdal, Jan, 240
Modelo de Harrod-Domar, 39
Modelo de subdesenvolvimento, industrializado, 12, 127, 146, 147
Modelo primário — Exportador, 128
Modo de Produção, 152, 153, 167, 171, 172, 180, 181, 182, 230
  asiático, 126, 144, 158, 161, 162
  capitalista, 124, 126, 127, 135, 142, 144, 149, 182, 184, 194, 205, 206, 207, 212
  conceito, 128
  escravista, 159
  feudal, 126, 144, 159
  germânico, 158
  pré-capitalista, 126, 182, 212
Muraro, Rose Marie, 37, 99, 105
Nakano, Yoshiaki, 137, 162
Nigéria, 62
Nova Zelândia, 125
Nove, Alec, 140, 142
Oligarquia, 60, 64, 100
  dos técnicos, 87
  militar, 62
  rural, 63
Oligopólios, 116, 127, 212, 213, 221, 235
  oligopolização, 207, 216, 286
O.N.U., 18
Orwell, George, 26, 107
Pappenheim, Fritz, 108
Paquistão, 62
Paraguai, 62
Parmelle, Rexford C., 71
Partidos políticos, 87
  burocratizados, 151
  facistas, 266
  partidos comunistas, 137, 238, 243, 246, 248
Peru, 62, 63, 64, 65, 66
Piao, Lin, 248, 250
Poupança, 35, 68, 103, 231, 278, 279, 288
Pritchet, Christopher, 245
Produtividade do trabalho, 24, 97, 99, 125, 127, 175, 185, 219, 231, 288
  e classe operária, 31
  e desenvolvimento tecnológico, 38, 40
  e salários, 25, 279
Pye, W., 62
Racionalismo, 18, 19, 79, 96, 104, 106, 114, 117
  definição, 96
  grego-romano, 110, 117
  novo, 117, 118
  novo conceito, 117
  origem, 97
  utilitarista, 93, 97, 103, 106, 109, 110, 117
Relação produto-capital, 35
  marginal, 177
Relações de produção, 10, 11, 58, 117, 119, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 155, 156, 157, 167, 173, 174, 175, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 200, 202, 203, 204, 209
  e desenvolvimento tecnológico, 20
Renda Nacional, 170
  e capitalismo, 142, 170
  e capitalismo monopolista do Estado, 144
  e repartição, 24
  e tecnoburocratismo, 143
Revolução Agrícola, 126
Revolução Bolchevique/Soviética 1917, 26, 51, 55, 56
  e carater prematuro, 53
  e desenvolvimento tecnológico, 54
  e fator estratégico de produção, 54
Revolução Capitalista, 125
Revolução Comercial, 93, 105, 126
Revolução Cultural, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 247, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 288
Revolução da contracultura, 109, 111
Revolução de 1930, 63
Revolução de 1964, 63
Revolução Estudantil, 111
Revolução Francesa, 51
Revolução Gerencial, 71, 72, 78
Revolução Industrial, 19, 23, 31, 37, 48, 93, 126, 127
Revolução Organizacional, 41, 42
Revolução Socialista, 124, 126, 153, 269, 271
Ricardo, David, 39, 189, 231
Rodrigues, Leôncio Martins, 152

Roszak, Theodore, 78, 93, 101
e contracultura, 110
Rousseau, Jean Jacques, 26
Rubin, Jerry, 113
Russel Bertrand, 109
Sartre, Jean Paul, 115
Schumpter, 39, 196, 224
Segurança, 98, 100, 103, 106, 279
e eficiência, 100
interna, 65
nacional, 71, 267, 271
Senegal, 62
Sheehan, Robert, 73
Sindicatos, 31, 141, 277
Síria, 62
Sistema de preços, 90, 138, 139, 278
Sistema tributário, 141
Smith, Adam, 96, 145, 168, 175, 194, 231
Socialismo, 13, 14, 18, 24, 27, 52, 79, 97, 116, 119, 135, 156, 162, 238, 243, 271, 272, 286
e conceito, 89, 90
Sodré, Nelson Werneck, 60
Soloio, Robert, 40
Stalin, Joseph, 53, 56, 137, 150, 155, 239
Sudão, 62
Super estrutura, 21, 128, 130
Sweezy, Paul, 71, 72, 75, 91, 194
Tailândia, 62
Tchad, 62
Tchecoslováquia, 57
Tchoren-Kiao, Tchang, 241
Teoria da produtividade marginal, 147
Teoria da burocracia, 137
Teoria do valor-trabalho, 39, 69
ricardiana, 167
Teoria econômica, 149, 229, 230, 278
clássica, 39
de Kalecki, 227
keynesiana, 35, 91, 103
neoclássica, 35, 91, 98
ricardiana, 193
Togo, 62
Totalitarismo, 71, 119
Tragtenberg, Maurício, 158
Trotsky, Leon, 154, 155
Tsé-tung, Mao, 238, 239, 240, 241, 250, 251
Tsing, Kiang, 241
União Soviética, 32, 51, 54, 56, 71, 116, 129, 130, 137, 138, 140, 143, 152, 153, 154, 155, 156, 168, 207, 239, 255, 265, 273, 276, 286
e classe social, 151, 262, 263
e distribuição de renda, 266
e Estado, 261
e estatismo, 11, 172, 239
e preços, 139, 172, 247
e totalitarismo, 116
Valor de troca, 107, 108, 126, 137, 172, 173, 191, 265
Valor de uso, 107
Vietnã, 273
Weber, Max, 44, 84, 88, 115, 137, 160
Wen-yuan, Tao, 241
Yun, Ling, 246
Zaibman, David, 264
Zhengwen, Shi, 249
Zhen, Peng, 246